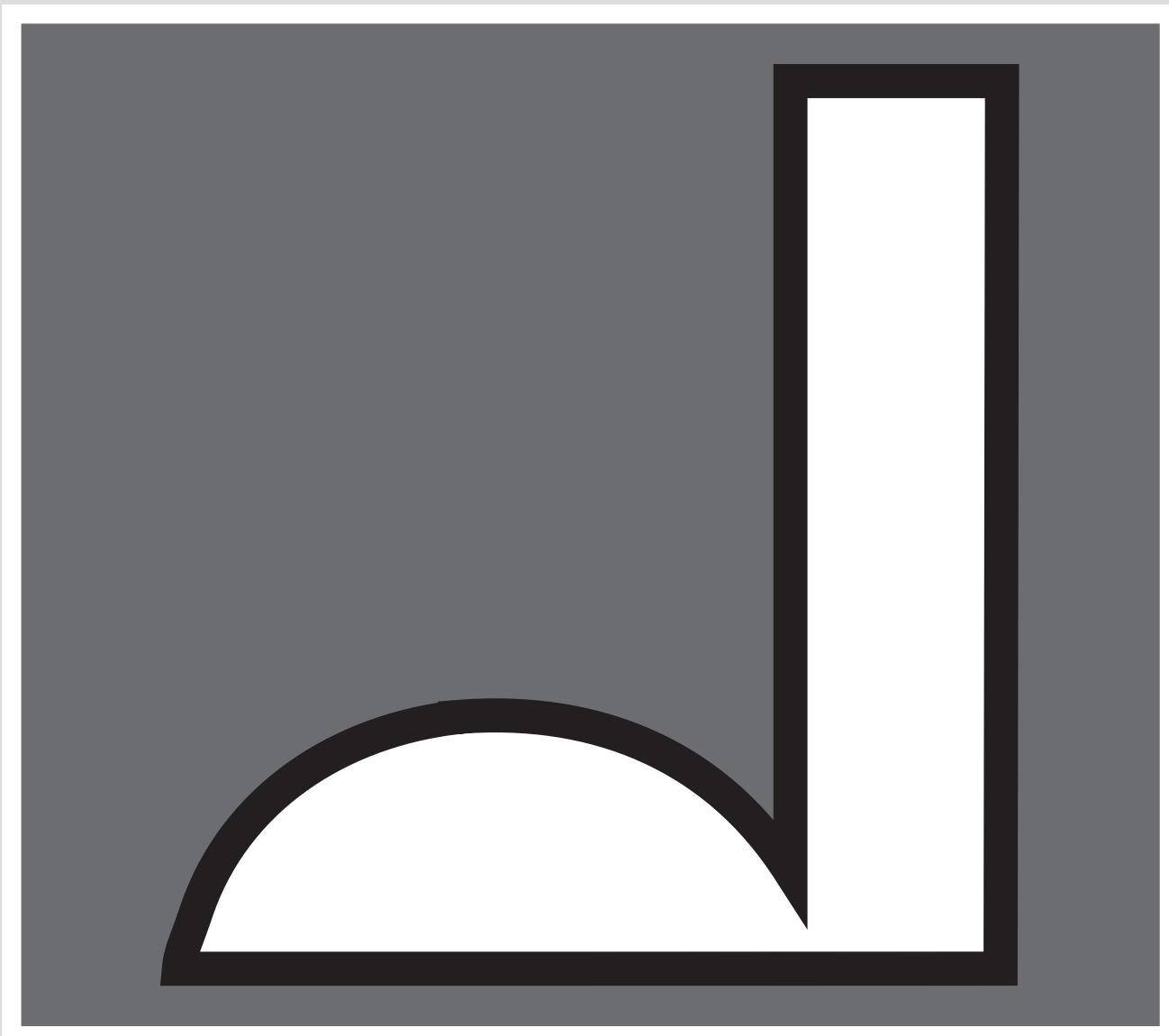




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - N° 118 - QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Shessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)
Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p>Maoria (PMDB/PP) - 20</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</p> <p>Líder Raimundo Colombo - DEM¹</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antônio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	

¹ Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE

<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 130ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE AGOSTO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 176/2009, de 6 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 454, de 2009, do Senador Antonio Carlos Junior..... 35572

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.000, de 2009, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, *solicitando licença para desempenho de missão parlamentar, no período de 13 a 14 do corrente*..... 35572

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 308 e 379, de 2009..... 35572

Término do prazo, no dia 11 do corrente, sem interposição de recurso, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 4 e 5, de 2009-CN, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 123, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006..... 35572

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Defesa de agilização do processo de licenciamento ambiental da rodovia BR-319 (Porto Velho – Manaus). Satisfação com agendamento da votação, na Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição que trata da transposição dos servidores estaduais de Rondônia para a União. Pleito ao Presidente da Câmara dos Deputados para que seja apreciada naquela Casa a tramitação da proposta de emenda à Constituição que cria as polícias penitenciárias federal e estaduais..... 35574

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da audiência, hoje, da Bancada do Amapá e dos Deputados Estaduais com o Ministro dos Transportes a fim de tratar do problema da BR-156, em Laranjal do Jari..... 35576

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Preocupação com o processo de licenciamento ambiental da rodovia BR-319 (Porto Velho – Manaus). Comuni-

cação de recebimento de ofício do Ministro do Trabalho e Emprego sobre a eleição do Presidente do Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador – Codefat, realizada em 27 de julho passado. Registro de documento do Fórum Amazônia Sustentável, intitulado *Carta de Princípios Para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação* .. 35577

SENADOR VALDIR RAUPP – Anúncio do compromisso assumido hoje pelo Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, com a Bancada Federal e sindicatos de Rondônia, de pautar, para o dia 16 de setembro próximo, o projeto que trata da transposição dos servidores estaduais do Estado de Rondônia para os quadros da União..... 35585

SENADOR FLÁVIO TORRES – Retrospecto da biografia política de S. Exa. e explanação das diretrizes que deverão nortear o exercício de seu mandato no Senado Federal. 35587

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Saudação ao Senador Flávio Torres. Manifestação sobre a questão dos repasses do Fundos de Participação dos Municípios. Defesa da reforma tributária para o fortalecimento dos municípios brasileiros. Apelo em favor dos previdenciários em greve de fome no Rio Grande do Norte. 35593

SENADOR MÁRIO COUTO – Solicitação à Corregedoria do Senado Federal para que interpele o Deputado Estadual Bordalo, do Partido dos Trabalhadores do Pará. 35597

1.2.5 – Fala do Presidente (Senador José Sarney)

1.3 – ORDEM DO DIA
1.3.1 Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)
Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos. Não houve oradores, na quarta sessão de discussão, em primeiro turno*..... 35600

1.3.2 – Item 28 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.210, de 2007, do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de repúdio e censura às declarações racistas ocorridas no dia 16 de outubro de 2007, pelo ganhador do prêmio Nobel de Medicina, James Watson, afirmando ao jornal britânico "The Sunday Times" que negros são intelectualmente inferiores aos brancos. Aprovado...*

1.3.3 – Item 29 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 88, de 2009, do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no Leste Europeu, pelo 91º aniversário da independência daquele país. Aprovado.*

1.3.4 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.001, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, *solicitando voto de louvor pelo primeiro Dia Mundial dos Trabalhadores Humanitários.*

Nº 1.002, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso ao radialista Manoel Corrêa.*

1.4.2 – Discursos

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Esclarecimento acerca de declaração sobre o Senador José Sarney, feita por S. Exa., em entrevista concedida ao site **Congresso em Foco**. Homenagem pelo transcurso dos 150 anos de existência da Igreja Presbiteriana no Brasil. Repúdio de denúncias veiculadas na imprensa sobre apropriação de dinheiro das ofertas de fiéis pela Igreja Universal.

SENADOR JOSÉ AGRIPIINO – Apelo ao Supremo Tribunal Federal para que julgue processo sobre ganhos judiciais dos funcionários do INSS, do Rio Grande do Norte.

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Considerações elogiosas ao pronunciamento do Senador Tasso Jereissati, proferido na sessão de ontem, do Senado Federal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO, como Líder – Registro de visita realizada ao Município de Altamira e aos distritos de Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra. Considerações sobre a questão da redefinição dos limites da Flona do Jamanxim.

1.4.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.003, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de congratulações e louvor à Fundação Universidade Guarulhos, pelos seus 40 anos de existência. Usa da palavra o Senador Romeu Tuma.*

Nº 1.004, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros senhores Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 15 de outubro próximo, destinada a homenagear os idosos, em comemoração ao Dia Nacional e Internacional do Idoso.*

35614

Nº 1.005, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.*

35614

Nº 1.006, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso aos membros da Comissão Provisória para a Constituição do Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás, Região Catalão, Região Iporá e Região Goiânia.*

35614

Nº 1.007, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Campeão Mundial de Jiu-Jitsu Saulo Ribeiro.*

35617

Nº 1.008, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos velejadores Ronald Seifert e Lars Grael.*

35617

Nº 1.009, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à cineasta Mariana Fortes.*

35617

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR RENATO CASAGRANDE – Considerações sobre a reforma eleitoral, a fragilidade dos partidos e a representação política. Importância do Senado Federal no equilíbrio federativo que justifica o aprofundamento das investigações dos fatos que configuram a crise atual na Instituição...

35618

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Comentário sobre relatório que trata das metas do milênio estabelecidas pelas Nações Unidas, e os avanços alcançados pelo Estado do Paraná nesse sentido...

35622

1.4.5 – Apreciação da matéria

Requerimento nº 1.000, de 2009, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

35626

1.4.6 – Discursos (continuação)

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Análise do projeto de lei recebido da Câmara dos Deputados que trata de alterações na Lei dos Partidos Políticos, na Lei das Eleições e no Código Eleitoral. Alerta aos colegas Senadores sobre a necessária agilidade em sua apreciação, para que vigore nas próximas eleições.

35626

Durante o pronunciamento do Senador Garibaldi Alves, o Presidente do Senado, Senador José Sarney, usa da palavra para registrar a presença em Plenário, Presidente deposto de Honduras, Sr. Manoel Zelaya. Usam da palavra, pela ordem, os Senadores Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, José Nery, Cristovam Buarque, Heráclito Fortes e Antonio Carlos Valadares. A Presidência, a pedido do Senador José Nery, concede a palavra ao ex-Presidente Manoel Zelaya.

35627

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – (continuação) Solidariedade ao Sr. Manuel Zelaya.

35613

Complemento das análises sobre o projeto que trata de mudanças para as próximas eleições. ..	35630	Nº 1.285, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que <i>acresce dispositivo à Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências</i>	35663
1.4.7 – Leitura de requerimentos			
Nº 1.010, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, <i>solicitando licença para desempenho de missão parlamentar, no período de 13 a 15 do corrente. Aprovado</i>	35632	Nº 1.286, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que <i>acrescenta parágrafo ao art. 1.589, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil e modifica o art. 888, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para assegurar o direito de visita dos avós aos netos</i>	35663
Nº 1.011, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 72, 102, 497 e 595, de 2007, e 19 de 2009-Complementar, por regularem a mesma matéria</i>	35633	Nº 1.287, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 51, de 2009 (nº 210/2009, na origem), do Presidente da República, que <i>encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o 2º trimestre de 2009. (Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009)</i>	35678
Nº 1.012 de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, <i>solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2007-Complementar, além da Comissão de despacho inicial, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</i>	35633	Nº 1.288, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 109, de 2009 (nº 510/2009, na origem), do Presidente da República, que <i>encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o 3º trimestre de 2009. (Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2009)</i>	35693
1.4.8 – Discursos (continuação)			
SENADOR FLÁVIO ARNS – Apresentação de requerimento de voto de aplauso à Federação Espírita do Paraná. Apelo no sentido de que o Senado Federal apresente um plano para prevenir a gripe suína. ..	35633	Nº 1.289, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009 (nº 404/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006</i>	35699
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Satisfação pela relatoria do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2009 – Complementar, que trata da reforma da estrutura da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios.....	35634	Nº 1.290, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009 (nº 565/2008, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007</i>	35706
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentário acerca da decisão do Presidente do Conselho de Ética que determinou o arquivamento de representação contra S. Exa. ..	35636	Nº 1.291, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009 (nº 662/2008, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007</i>	35710
SENADOR MARCONI PERILLO – Defesa da apreciação de todas as representações protocoladas no Conselho de Ética.....	35643	Nº 1.292, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009 (nº 798/2008,	35713
SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Apresentação de proposta que introduz modificação na Lei de Responsabilidade Fiscal. ..	35648		
SENADOR MÃO SANTA – Comentário sobre diversos e-mails encaminhados a S. Exª na data de hoje. ..	35651		
SENADOR PAULO PAIM – Registro do resultado das negociações entre a Cobap, as Centrais Sindicais, e os representantes do governo para tratar de assuntos de interesse dos aposentados e pensionistas. ..	35654		
1.4.9 – Pareceres			
Nº 1.284, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2009 (nº 5.471/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que <i>cria cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo</i>	35655		

na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.....

1.4.10 – Comunicações

Do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2009. (Ofício nº 210/2009, de 15 de julho último).....

Da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação, em turno único, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007. (Ofício nº 220/2009, de 5 do corrente).

Do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2007. (Ofício nº 209/2009, de 15 de julho último)

1.4.11 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2009; e os Projetos de Lei do Senado nºs 109 e 692, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

Inclusão em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 611 e 612, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.....

1.4.12 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para determinar que a cassação do diploma ou do registro, no caso de captação de sufrágio, somente produzirá efeitos após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera as Leis nºs 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.683, de 28 de maio de 2003, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, para transferir o Fundo Nacional Antidrogas para o Ministério da Saúde e dispor acerca da destinação de seus recursos.

Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que estabe-

35716

lece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.

35726

35720

Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que estabelece indenização aos Produtores Rurais que sofrerem ataques em seus rebanhos por felinos de médio e grande porte e dá outra providências.

35726

35720

Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que determina a isenção de taxas por uso de sistema eletrônico para participação em licitações, quando cobradas de licitantes interessados em ofertar bens e serviço para a administração pública e dá outras providências.

35727

35721

Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2009-Complementar, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para regulamentar a demonstração de exigências na realização de transferências voluntárias a Estados, Distrito Federal e Municípios.

35728

35721

1.4.13 – Avisos Tribunal de Contas da União

– Autuação

Nº 34, de 2009-CN (nº 945-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1571/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao Levantamento de Auditoria realizado na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – MD, que teve por objeto as obras de Construção do novo Aeroporto Internacional de Macapá, no Estado do Amapá (TC 006.349/2009-9).

35729

35721

Nº 35, de 2009-CN (nº 1000 -Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1628/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de restauração da Rodovia BR-174, que interliga as cidades de Manaus/AM e Boa Vista/RR à Venezuela (TC 017.267/2007-3).

35729

35722

Nº 36, de 2009-CN (nº 1007-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1603/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística Nacional, realizadas em Porto Velho, Estado de Rondônia (TC 007.985/2009-2).

35729

35722

Nº 37, de 2009-CN (nº 1009 -Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1604/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao Levanta-

mento de Auditoria realizado nas obras do Hospital Regional de Cacoal no Estado de Rondônia (TC 007.986/2009-0).	35729	CMO, datado de 5 de agosto do corrente, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	35745
1.4.14 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados		1.4.20 – Discursos encaminhados à publicação	
Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2009 (nº 498/2007, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que estabelece notificação compulsória nos casos de tentativa de suicídio.	35729	SENADOR GERSON CAMATA – Discordância dos termos da palestra proferida pelo ex-presidente americano Bill Clinton, em São Paulo, sobre os desafios do etanol brasileiro.	35745
1.4.15 – Comunicação da Presidência		SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Governo de SP vai distribuir verba contra desemprego”, publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 25 de julho último. Registro do editorial “Preconceito – Que a escola forme, e não deformar”, do Jornal do Brasil , edição de 25 de julho último....	35745
Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a primeira Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2009, lido anteriormente, cabendo à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação terminativa, nos termos do art. 49, I, da referida Norma Interna.	35730	SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Governo de SP vai distribuir verba contra desemprego”, publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 25 de julho último. Registro do editorial “Preconceito – Que a escola forme, e não deformar”, do Jornal do Brasil , edição de 25 de julho último....	35745
1.4.16 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição		1.4.21 – Comunicação da Presidência	
Nº 36, de 2009, tendo como primeiro signatário Senador Sérgio Zambiasi, que <i>altera o art. 103 da Constituição Federal para permitir que confederação ou associação de municípios de âmbito nacional, possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade</i>	35730	Lembra ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 13, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada....	35750
1.4.17 – Mensagem do Presidente da República		1.5 – ENCERRAMENTO	
Nº 163, de 2009 (nº 625/2009, na origem), de 6 do corrente, <i>submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia</i>	35730	2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SÉSSÃO ANTERIOR	
1.4.18 – Comunicações		Do Senador Marco Maciel, proferido no dia 11 de agosto último....	35755
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura. (Ofício nº 136/2009, de 12 do corrente)	35745	Do Senador Jarbas Vasconcelos, aparte proferido no dia 11 de agosto último....	35758
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. (Ofício nº 137/2009, de 12 do corrente) Designação do Senador Arthur Virgílio, como titular, para integrar a referida Comissão.	35745	3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. (Ofício nº 138/2009, de 12 do corrente)	35745	3.1 – DESPACHO	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. (Ofício nº 138/2009, de 12 do corrente)	35745	Despacho do Presidente (art. 14, § 1º – Resolução nº 20, de 1993)....	35759
1.4.19 – Comunicação da Presidência		SENADO FEDERAL	
Encaminhamento de mensagem ao Senhor Presidente da República, solicitando retificação da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2009”, Lei Orçamentária para 2009, nos termos do disposto no Ofício Pres. nº 267/2009/		4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
		5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
		6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
		CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
		CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
		CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
		CE – Comissão de Educação	
		CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
		CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
		CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
		CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	
		CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência –CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 130ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de Agosto de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Marconi Perillo,
Mão Santa, Expedito Júnior e Gilvam Borges*

(inicia-se a sessão às 14 horas, e encerra-se às 21 horas e 23 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

Período : 12/8/2009 07:42:15 até 12/8/2009 21:26:46

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PDT	CE	FLÁVIO TORRES	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
Bloco-PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAIS	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 78 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brasília, 14 horas. Estamos no Senado da República do Brasil.

Esta é uma sessão deliberativa ordinária, 12 de agosto, quarta-feira.

Há número regimental.

Declaramos aberta a sessão do Senado da República do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Senador Tião Viana, as minhas crenças, como cidadão, como Senador e que presido em Deus, no amor, que cimenta a família que Rui Barbosa, Flexa Ribeiro, disse: a pátria está no estudo e no trabalho. Essas são nossas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

– N° 176/2009, de 6 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento n° 454, de 2009, do Senador Antonio Carlos Junior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.000, DE 2009

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no “I Fórum Legislativo das Cidades-Sedes da Copa 2014”, a realizar-se na cidade de Manaus no dia 13 de agosto de 2009, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 13 a 14 do corrente, para desempenhar a referida missão.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2009. – Senador **Leomar Quintanilha**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido será publicado e apreciado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo n° 308, de 2009**

(nº 266/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Pacajá – Aciapa – Emissora Comunitária “Novo Tempo” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajá, Estado do Pará; e

– **Projeto de Decreto Legislativo n° 379, de 2009**

(nº 1.286/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Terra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucumã, Estado do Pará.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que terminou, dia 11 de agosto do corrente, o prazo, sem interposição de recursos, para que os Projetos de Decreto Legislativo n°s 4 e 5, de 2009 – CN, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006.

Os projetos vão à promulgação e será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Flexa Ribeiro.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Paim e, posteriormente, eu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Pediria a V. Ex^a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente, pela ordem, tem o Senador Paim, primeiro; eu, em segundo; Senador Jefferson Praia, em terceiro; e Senador Flexa Ribeiro, em quarto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Dr. José Roberto vai seguir o direito de cada um.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Senador Flexa é um homem justo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como eu estou inscrito como orador, eu pediria a V. Ex^a que, se puder me encaixar como orador, eu cedo o meu espaço para outro.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Então, Senadora Rosalba, que foi a quarta a chegar aqui. Quando chegou, como só eram três, não podia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, Senadora Rosalba. Lamento, mas o quarto fui eu.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Não, Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Paulo Paim está inscrito como orador. Ele é o nº 17. Mas os dezessete não estão presentes aqui. Como orador inscrito...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu faço permuta com o Senador Valdir Raupp. Meu primeiro lugar eu cedo.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Você está pelo Valdir Raupp, mas o Expedito...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria só de fazer uma proposta para V. Ex^a. O Senador Tião Viana é o primeiro inscrito da comunicação inadiável. Então, eu gostaria que, imediatamente, V. Ex^a já passasse, então, a palavra... Ah, o primeiro é o Paim? Da comunicação inadiável? O primeiro inscrito é o Senador Paulo Paim. Então, o Paim falaria e, em seguida, fala um Senador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Olha a bandeira: Ordem e Progresso. Então, o nosso secretário executivo Dr. José Roberto fez as seguintes inscrições: para comunicação inadiável, Paulo Paim, um; Tião Viana, dois; e Jefferson Praia, três. Líder. Tem algum Líder aqui na Casa? Primeiro suplente: Flexa Ribeiro. Agora, inscrito. Inscrito, então, da vez que está presente é o Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Mas o Senador Paim disse que fez a inversão da pauta com o Senador Raupp. Então, o Senador Raupp é o primeiro inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu falo rapidamente e já abro mão da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E V. Ex^a é o primeiro... Abre para ele. Então, é o seguinte: aqui, inscrito mesmo está o Valdir Raupp, o primeiro. O segundo inscrito mesmo é o Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a quer usar como inscrito, porque você está o primeiro?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Mas eu sou o segundo. Ele está dizendo que trocou com o Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Trocou com o Raupp?

Então, Paulo Paim, por permuta com o Senador Valdir Raupp, é o primeiro inscrito. Quis Deus aqui o Paulo Paim. Paulo Paim, na nossa história democrática da República, é o político que mais se aproxima ao nosso Presidente Luiz Inácio. Sua carreira, o Luiz Inácio como operário, líder sindical, e o Paim é esse operário, líder de sindicato. Eu digo que ele é o maior nome hoje da política do Partido dos Trabalhadores, porque o Presidente já é Presidente. Então, ele é o maior símbolo da força sindical do País. E quis Deus...

Paim, eu queria apresentar ali, são todos sindicalistas. Eu pediria que V. Ex^a os cumprimentasse da tribuna, não lá, pessoalmente. São todos do Piauí, e pedi o nome de cada um, mas o meu assessor não trouxe. Ah, trouxe.

Então, Paulo Paim, maior líder sindical do momento do País, que engrandece este Senado da República; Paulo Paim foi secretário da CUT quando o Presidente Luiz Inácio... Está a cumprimentar os líderes sindicais do Piauí: José Ribamar da Silva, Alberto Silva de Oliveira, Alexandre Rodrigues Neto, José Mendes dos Santos, Francisco das Chagas Souza – esse é meu primo –, João Pereira de Santana, Gustavo Alves de Araújo. São vigilantes da Universidade Federal do Piauí, que pedem o apoio ao PL nº 179, de 2008, que é oriundo da inteligência também do Rio Grande do Sul, do Senador Zambiasi, do PTB, e ao PLS nº 172, do Senador Paulo Paim, que trata de adicional do risco de vida.

Então, nós queremos manifestar aos irmãos, aos Líderes do Piauí, que o meu Líder sindical aqui sempre foi o Paulo Paim. E o meu maior orgulho, que engrandece o Piauí, a minha vida pública, foi resgatarmos a maior indignidade, que é o fator redutor da aposentadoria, dos velhinhos aposentados. Paulo Paim fez a lei e me escolheu para ser o Relator. Nós o aprovamos em todas as Comissões do Senado, na de Constituição e Justiça, na de Assuntos Econômicos, no plenário, e está na Câmara.

Então, sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

O Piauí tem uma bandeira mais bonita do que a do Brasil, com as mesmas cores, mas só tem uma estrela, que é a força sindical que vocês representam em nosso Estado.

Então, o Valdir Raupp determinou que a sua substituição fosse feita por Expedito Júnior, que representa também seu Estado no Senado da República.

Senador Expedito Júnior, V. Ex^a poderá usar da palavra, regimentalmente, por dez minutos. Mas não vou cortar a palavra jamais de Rondônia, que V. Ex^a e o Raupp representam com muita grandeza.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, vou retornar a esta tribuna para falar novamente da PEC nº 483.

Mas, antes de entrar nesse assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu conversava agora há pouco com o Senador Jefferson Praia. Não quero roubar aqui a cena. Não quero roubar aqui o pronunciamento do Senador Jefferson Praia, mas acredito que um dos temas de que ele deve tratar, na tarde de hoje, desta tribuna, seja referente a um assunto que tem muito a ver com o Estado de Rondônia: a BR-319, que é a ligação do Estado de Rondônia com o Estado do Amazonas, ou a ligação do Amazonas com o resto do mundo, por intermédio da BR-364.

Sr. Presidente, é uma aberração o que fazem os técnicos do Ministério do Meio Ambiente. Estão sentados em cima dessa proposta, desse projeto, para que se dê a licença ambiental, a fim de que iniciemos a construção, já com dinheiro alocado e recursos em caixa.

O Ministério dos Transportes agiu por intermédio do Ministro Alfredo Nascimento, que já me disse que ele foi quem custeou praticamente todo EIA/Rima que foi feito e as audiências públicas sobre a construção da BR-319. E falta tão somente a bendita licença ambiental, Senador Flexa Ribeiro, sobre a qual inclusive discutimos – naquela ocasião da medida provisória – e estávamos regulamentando essa questão, dando um prazo para que eles não sentassem mais em cima de um projeto como esse, de tamanha grandeza para o Amazonas e para o Estado de Rondônia, que é a ligação da BR-319, do Município de Porto Velho, da nossa capital, à capital do Amazonas.

Pelo amor de Deus! O Presidente Lula me disse, numa das idas a Rondônia, que uma das grandes preocupações dele era com a demora exatamente do Ministério do Meio Ambiente, principalmente do Ibama, com a questão das licenças ambientais, quando da época ainda da licença da construção do nosso complexo das usinas, Complexo do Madeira, de Jirau e de Santo Antônio.

Então, eu aproveito aqui a presença de V. Ex^a, Senador Jefferson Praia, para fazer um manifesto junto com V. Ex^a. Se V. Ex^a estiver marcando uma audiência com o Ministro, se estiver marcando uma audiência com a Ministra Dilma, eu não sei quem é que vai resolver essa questão, mas eu só sei que nós precisamos resolvê-la. Em 2014, nós vamos ter a Copa do Mundo na região amazônica. É a capital de V. Ex^a, Manaus, que vai sediar uma das chaves da seleção brasileira, uma das chaves da Copa do Mundo. E nós queremos ter o direito também, como cidadãos de Rondônia, de

ir para lá, e, de repente, a única possibilidade que se tem hoje ou é de avião, ou é de barco, que demora cinco, seis dias para chegar até à capital do Amazonas, que é Manaus.

Então, eu gostaria de fazer coro com V. Ex^a para que nós pudéssemos ter a licença ambiental da BR-319 aprovada e que pudéssemos, então, ver essa obra sendo construída. É uma aberração – torno a repetir – dizer que não se pode dar uma licença ambiental a uma estrada que já existe. Essa estrada já existe há muito tempo, inclusive grande trecho dela já pavimentado. Mas hoje, devido ao abandono, não tem mais quase asfalto nenhum nessa BR.

Então, eu gostaria de fazer coro. Eu sei que V. Ex^a, daqui a pouco, deve falar sobre isso, mas gostaria de me associar a V. Ex^a, para juntos pudéssemos tentar resolver a questão e ajudar o Ministro Alfredo Nascimento, que certamente é uma das obras espinha dorsal do seu Ministério, de responsabilidade dele e de compromisso que ele fez com a população do Amazonas e também com a nossa região.

Sr. Presidente, ontem eu subi a tribuna mais uma vez para solicitar que o Presidente Michel Temer pautasse a PEC da transposição dos servidores públicos do meu Estado, de nº 483. Ontem ainda, Sr. Presidente, eu anunciei que faltavam 21 dias, hoje 20 dias, para o encerramento do mês de agosto para votação da transposição dos servidores públicos. Mas em uma audiência que teve hoje o Senador Valdir Raupp, acho que todos da Bancada federal, creio que todos os oitos deputados federais estiveram presentes junto também com os nossos sindicalistas, com os nossos sindicatos, Presidentes dos Sindicatos do Estado de Rondônia, que estavam aqui presentes ontem e acredito que daqui a pouco estarão presentes novamente aqui. Foi feita essa audiência com o Presidente Michel Temer.

E eu quero anunciar, aproveitando aqui o momento e oportunidade, à população do meu Estado, principalmente a classe operária, os servidores públicos de Rondônia que o Presidente Michel Temer, entendendo a necessidade de se pautar essa matéria e a urgência de votarmos essa matéria, porque nós temos que incluí-la no Orçamento da União para que possamos ver os nossos servidores sendo enquadrados no plano federal a partir de 1º de janeiro, nós precisamos votar a transposição esse ano... E o Presidente Michel Temer marcou, segundo os nossos líderes e segundo a Bancada federal e o Senador Raupp para o dia 16 de setembro.

Vamos votar a PEC da transposição dos servidores públicos do meu Estado, no dia 16 de setembro agora. E eu estava comunicando, Sr. Presidente, que,

se não fosse votado agora, no mês de agosto, iríamos fazer a maior manifestação já vista do Estado de Rondônia, aqui dentro da Câmara dos Deputados. Que iríamos acampar dentro da Câmara dos Deputados. Mas em o Presidente Michel Temer marcando para o dia 16 de setembro, nós vamos – já sentei agora há pouco com os nossos Líderes, com os Presidentes dos Sindicatos; na segunda-feira vamos sentar novamente em Porto Velho – e decidimos que os nossos servidores públicos virão para cá entre o dia 14 e o dia 15. Além de assistirem aqui à votação, estarão presentes para ver a votação da PEC da transposição dos servidores públicos do meu Estado.

Senador Paulo Paim, ontem, V. Ex^a teve oportunidade de ver aqui alguns dos sindicalistas, como V. Ex^a também é e tão bem defende aqui os direitos, principalmente dos menos favorecidos pela sorte, V. Ex^a é uma voz que sempre se levanta aqui, no Senado, nas Comissões, no plenário, e com ações concretas, tentando melhorar a qualidade de vida, principalmente da classe operária brasileira, e, lá em Rondônia, não é diferente, porque é a classe operária que são os servidores públicos do meu Estado. Mas espero que isso verdadeiramente aconteça no dia 16, porque o Presidente da Câmara dos Deputados, do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Arlindo Chinaglia, dormiu com esse projeto da transposição dos servidores mais de ano e meio, engavetou-o e não o colocou em discussão e muito menos em votação.

Agora, com o Deputado Michel Temer, há sete meses esse projeto também se encontra paralisado nas gavetas da Câmara dos Deputados, mais precisamente na Mesa da Câmara dos Deputados.

Com certeza, acredito que vamos votar isso no dia 16, porque a manifestação dos servidores, a manifestação também dos nossos Deputados Federais, a manifestação também dos três Senadores do Estado de Rondônia. Certamente nós estaremos atentos e estaremos cobrando isso do Presidente da Câmara dos Deputados.

Veja bem, eu falo e repito todas as vezes na tribuna desta Casa, Senador Mão Santa, que nós não estamos pedindo nada. Nós estamos pedindo tratamento isonômico, a paridade para que tenhamos o mesmo tratamento que foi dispensado, que foi dado aos ex-territórios. Eu sei que isso não tem nada a ver com o Presidente Lula, isso não tem nada a ver com o Ministério do Planejamento, não tem nada a ver com o Ministério da Fazenda. Tem a ver com o Congresso Nacional, tem a ver com o Senado e a Câmara dos Deputados. É uma Proposta de Emenda à Constituição. Se nós aprovamos uma PEC, o que resta ao Presidente Lula e à sua equipe fazer? Cumprir. Não é

isso, Senador Paim? Cumprir uma determinação que nós estaremos tomando aqui, no Congresso Nacional. Nós já aprovamos no Senado, e está para ser votada na Câmara dos Deputados.

Então, Senador Mão Santa, eu não tenho dúvida de que esta matéria será votada no dia 16, em primeiro turno, e, logo em seguida, estaremos votando o segundo turno dessa matéria na Câmara dos Deputados.

E a matéria vai ter de retornar novamente ao Senado, porque está sofrendo algumas emendas na Câmara dos Deputados. Não tenho dúvida de que, essa matéria chegando ao Senado, tanto eu quanto o Senador Raupp e a Senadora Fátima Cleide, vamos ter condições de dar prioridade a essa votação e votar com certa rapidez – a rapidez que os servidores públicos do Estado de Rondônia estão requerendo da sua classe política.

Desde ontem, estou peregrinando com nossos servidores pelos gabinetes dos Líderes dos partidos políticos na Câmara dos Deputados. Ontem, estivemos com o Líder do PR, Deputado Sandro Mabel. Hoje, às 15 horas, daqui a pouco, estaremos discutindo com o Deputado de São Paulo que lidera a Bancada do PSDB e também é rondoniense, filho de Guajará-Mirim, José Aníbal. Às 17 horas, estaremos reunidos com o Deputado Negromonte, o Líder do PP.

É esse o entendimento que precisávamos costurar na Câmara. Também não poderíamos deixar tão somente isso no colo do Presidente da Câmara, porque lá não é diferente do Senado. Aqui também decidem-se as votações no Colégio de Líderes. Na Câmara dos Deputados, com certeza, também quem vai decidir será o Colégio de Líderes. Certamente, essa visita que estamos fazendo aos Líderes dos partidos políticos na Câmara dos Deputados vai garantir a votação e os 308 votos de que necessita a matéria para que seja aprovada na Câmara dos Deputados.

Ainda, Sr. Presidente, para finalizar, gostaria de fazer um apelo, aproveitando a boa vontade do Presidente Michel Temer, de já para pautar esta matéria para o dia 16. Eu recebi, Sr. Presidente Mão Santa, um documento encaminhado pelo Sr. Adriano de Castro, um dos representantes do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia, pedindo também o nosso apoio para ver se conseguimos conquistar o Presidente Michel Temer para que possamos colocar em pauta um projeto de interesse desse Sindicato. Representado pelo seu Diretor Financeiro, o Sr. Adriano Castro, ele veio pedir apoio para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, que altera os arts. 21, 32 e 144 da Constituição Federal, criando as polícias penitenciárias federal e estaduais, que ora tramita na Câmara dos Deputados.

Segundo o autor da matéria, a referida proposta de Emenda à Constituição contribui significativamente para o aperfeiçoamento do sistema de segurança pública ora vigente no País, uma vez que libera definitivamente os integrantes das polícias civis e militares de encargos em atividades carcerárias, ou seja, criando a sua própria estrutura nas dependências das penitenciárias brasileiras.

Mas, Sr. Presidente, faço este apelo ao Presidente Michel Temer – e agradeço por ter pautado a matéria da transposição dos servidores públicos do meu Estado, a PEC 483 – que paute também a Emenda nº 308, que vai beneficiar não só o Estado de Rondônia, mas também todo o sistema carcerário e penitenciário do País.

Finalizo, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a benevolência de V. Ex^a, que nos permitiu falar pouco mais de quinze minutos. Agradeço também o apoio dos Senadores. E não tenho dúvida de que, assim que essa matéria for votada na Câmara, Senador Paulo Paim, vou precisar do Senador Paulo Paim, vou precisar do Senador Jefferson Praia, vou precisar do Senador Mão Santa, vou precisar aqui dos nossos amigos do Pará, do Flexa e do Couto; enfim, vou precisar da maioria dos Senadores da República para que possamos resgatar e fazer justiça com os servidores públicos do meu Estado.

Eu disse que, em Rondônia, os servidores públicos, a classe operária não pode servir como moeda de troca. A classe operária do meu Estado tem que ser respeitada, assim como foram respeitados todos os servidores dos ex-territórios. Que se dê o mesmo tratamento: tratamento de igualdade aos servidores que contribuíram – e muito – com o Estado de Rondônia e com a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este foi o Senador Expedito Júnior, que mais uma vez defende os direitos dos funcionários públicos do seu Estado, pois, em todos os Territórios, os funcionários públicos passaram do Estado ao Governo Federal, o que só não ocorre em Rondônia. Então, a cada dia aumenta a sua indignação contra essa injustiça.

Chamamos, para fazer uma comunicação inadável, o Senador Jefferson Praia, por permuta com o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a pode usar da tribuna. Regimentalmente, seriam cinco minutos, mas jamais...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, com a permissão do Senador Jefferson Praia...

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PI) – ...ousaria cortar as suas palavras.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Jefferson, V. Ex^a permite-me fazer apenas um comunicado?

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PI) – É muito honroso para o Piauí eu estar presidindo esta sessão, Senador Papaléo, e haver um predomínio de piauiense sindicalistas, que nos honram com a presença. Eles vieram hoje com a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Cristovam Buarque e liderada pelo Paulo Paim. Então, são os líderes sindicais do meu Piauí: José Ribamar Silva, Alberto Silva de Oliveira, Alexandre Rodrigues Neto, José Mendes dos Santos, Francisco das Chagas Souza, João Pereira Santana e Gustavo Alves de Araújo.

A reivindicação deles é muito justa – eles são vigilantes da Universidade Federal do Piauí: pedem apoio ao PLS nº 179, de 2008, do Senador Zambiasi, e ao PLS nº 173, de 2008, do Senador Paulo Paim, que tratam do adicional de risco de vida desses bravos servidores públicos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, com a permissão do Senador Jefferson Praia, que até já está ocupando a tribuna, peço a permissão de V. Ex^a, pela ordem, para fazer um comunicado importante para o meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PI) – Pela ordem, com a aquiescência do orador que está tribuna, Jefferson Praia.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a sua gentileza, Senador.

É só para registrar que hoje estivemos, a Bancada do Amapá e Deputados Estaduais – o Presidente da Assembléia, Deputado Jorge Amanajás; o Deputado Estadual Michel JK; o Deputado Estadual Dalto Martins; Deputado estadual Edinho Duarte -, com o Ministro dos Transportes, falando sobre a BR-156, que é um problema sério para Laranjal do Jari. E o Ministro Alfredo Nascimento – até quero homenagear o Estado do Amazonas, falando do nosso Ministro Alfredo Nascimento – demonstrou todo o interesse, toda a dedicação e todas as providências que o Ministério dos Transportes já tomou para resolver a questão da BR-156.

Senador Jefferson, quero deixar bem claro que nós fomos muito bem recebidos no Ministério, que já fez a sua parte. Falta nós fazermos, no Amapá, a nossa parte. Inclusive, ele envolveu o Diretor do Dnit, Dr. Pagot, que foi muito cortês conosco.

Por isso, fica aqui o nosso agradecimento em nome do Estado do Amapá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Jefferson Praia, para uma comunicação inadiável. Seria por cinco minutos, regimentalmente, mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Procurarei não ultrapassar o tempo. Farei três breves comunicações que acredito serem fundamentais.

A primeira delas já foi reportada pelo nosso ilustre Senador Expedito Júnior, que é uma preocupação muito grande, por parte do meu Estado e também do Estado do Amazonas, com relação à BR-319. Estive recentemente, Senador Expedito, num Município chamado Careiro Castanho, e, lá, boa parte das pessoas que conversaram comigo falaram de uma preocupação muito grande deles, que é essa questão relacionada ao asfaltamento da BR-319. Nós sabemos que a BR já está nas duas pontas asfaltada. A questão é só o meio.

É claro que a questão ambiental é relevante, é importante, mas precisamos saber o que está emperando, se o Ministério do Meio Ambiente realmente está travando, por que está ocorrendo essa lentidão, já que estamos a dois meses do fim do verão na nossa região. Depois, quando estivermos no período das chuvas, asfaltar vai ser muito mais complicado.

Portanto, estou aí buscando uma conversa com o Ministro Minc, do Meio Ambiente, para que possamos ver o que está acontecendo, e aí vamos apelar para o bom senso, para a sensibilidade do Ministro. É claro que percebo também a importância do Presidente Lula nesse contexto. Quando tivemos os 12 Ministérios com posições divergentes, acredito que, nesse momento, o Presidente Lula deveria ter sido aquele que iria, na verdade, ser o condutor desse processo. Acredito que é dessa forma que ele está agindo.

Sr. Presidente, sei que neste momento de comunicação inadiável não é permitido o aparte, mas, se V. Ex^a me autorizar, com muito prazer ouvirei o Senador Flexa Ribeiro e, depois, o Senador Expedito Júnior sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É claro, nós nos inspiramos em Montesquieu, que escreveu **O Espírito das Leis**. Há lei, mas há o espírito.

V. Ex^a pode apartear o companheiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Mão Santa, e ao Senador Jefferson Praia, por conceder-me o aparte. Quero apenas parabenizá-lo por vir aqui defender o asfaltamento da BR-319, que sabemos todos nós da Amazônia ser de importância vital, assim como as rodovias lá de

Rondônia, do Pará, a Transamazônica, a Santarém/Cuiabá. Só lamento, Senador Jefferson Praia... Quero pedir um favor a V. Ex^a: se V. Ex^a receber o milagre dos céus de conseguir audiência com o Ministro Carlos Minc, gostaria que me informasse para que eu pudesse ir junto, porque o Ministro Carlos Minc foge dos Parlamentares como o diabo da cruz. Ele esteve agora há dois dias no meu Estado, fazendo uma pirotecnia que não tem tamanho, como sempre faz: midiático, sem ter argumento nenhum, não senta para discutir, para dialogar, Senador Expedito Júnior. Outro dia, eu dizia à ex-Ministra, hoje Senadora Marina Silva, que eu era feliz e não sabia, porque a Ministra Marina pelo menos nos recebia e dizia “Olha, a minha posição é contrária a essa. Vamos dialogar, vamos ver...” O Ministro Minc é o contrário. No início, parecia ser uma pessoa de diálogo. Dizia, acertava, fazia mesas de discussão, mas acertava uma coisa, e fazia outra. Quando ficou claro para a sociedade que ele tinha duas facetas – a face que Deus lhe deu e outra que usa como máscara para atender as pessoas –, quando isso foi descoberto, ele deixou de atender os Parlamentares. Ele só faz ações midiáticas. Gostaria muito que ele, ao fazer essas ações, como fez agora no Pará, avisasse, convidasse os Senadores, convidasse os Deputados para que pudesse... Ele disse aqui – vou comentar daqui a pouco – que o boi pirata – ele chama de pirata, mas pirata não é o boi – vai servir de churrasquinho para o Fome Zero. Como é midiático, ele gosta de criar essas frases de efeito. Parabéns a V. Ex^a. Se conseguir audiência com o Ministro, por favor, avise o Senador Flexa Ribeiro, porque eu, sem interromper e sem atrapalhar a de V. Ex^a,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...em sequência, gostaria de colocar as questões que afligem o Estado do Pará.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Expedito, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Jefferson Praia, quando o Senador Flexa falou aqui da chegada do Ministro Minc, lembrou-me que estávamos com uma subcomissão que foi criada para apurar as denúncias, os excessos que havia naquela operação Arco de Fogo. Logo na chegada do Ministro Minc, comemoramos. Vou ser sincero. Eu disse: acredito que agora vai ser inclusive um pouco mais fácil a abertura do diálogo com um dos Ministérios que reputo como dos mais importantes – todos são importantes,

mas esse é muito importante, principalmente para a nossa Região Amazônica. Olha, foi uma decepção. O Ministro Minc é um fanfarrão. O Ministro Minc que me perdoe, mas já fiz muitas críticas a S. Ex^a, principalmente no meu Estado. Assim como no Estado de V. Ex^a, o Estado do Pará, onde ele esteve para fazer as suas festas, as suas pirotecnicas, em Rondônia não foi diferente. Ele foi duas vezes à Rondônia. Uma, para apreender um caminhão de madeira. Vejam o que ele gastou! Saiu daqui num jatinho com mais de trinta seguranças da Polícia Federal. Então, uma vez foi para isso. E a segunda foi para tirar o pessoal da área da Reserva do Bom Futuro, mas depois ele teve que morder a língua, porque, com a determinação do Presidente Lula e da Ministra Dilma, o pessoal permaneceu na área e vão permanecer, porque houve a troca da área do Bom Futuro com a Reserva do Rio Vermelho, para que possamos construir ali o complexo do Rio Madeira. Mas quero cumprimentar V. Ex^a pelo grande Parlamentar que é, defendendo os interesses da nossa Região, defendendo os interesses relativos à BR-364 - que acredito, como disse dessa tribuna, é a espinha dorsal da nossa região - e à continuidade dessa obra, ligando o asfaltamento da BR-319, do Município de Porto Velho, que já está até Humaitá, ligando de Humaitá até a capital do seu Estado, que é Manaus.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Obrigado, Senador Expedito.

Senador Mão Santa, serei breve nas outras duas comunicações.

Gostaria de destacar que recebi um ofício do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, Presidente do meu Partido, o PDT, que trata da eleição do Presidente do Codefat. Passo a ler o referido ofício:

... envio relato detalhado acerca do processo de eleição do novo Presidente do Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador, ocorrido em 27 de julho de 2009, assim disposto no Informativo SE-Codefat/DES/SPPE/MTE, emitido pela Secretaria Executiva do Codefat, de 29 de julho de 2009, cópia em anexo.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que, enquanto Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e com minha reconhecida visão histórica de democracia e de defesa das minorias no episódio, apenas acatei a decisão soberana da maioria do Colegiado do Codefat.

O meu compromisso com a verdade e a democracia está acima da visão limitada de alguns.

Ante o exposto, espero que o referido material seja de grande valia para o resgate da verdade; ao tempo em que me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de externar aqui essa posição do Ministro e pedir para que fossem considerados, na íntegra, os documentos que ele me remeteu.

Para finalizar, Sr. Presidente, destaco também um documento fundamental intitulado Carta de Princípios Para REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação. Esta é uma carta do Fórum Amazônia Sustentável, que é composto por 168 entidades. Portanto, nesta carta, temos as posições do Fórum em relação às mudanças climáticas.

Diz o documento, rapidamente, Sr. Presidente:

As mudanças climáticas representam o maior desafio ambiental da humanidade. Sua causa está associada ao aquecimento global, agravado pelos gases de efeito estufa (GEE) emitidos na atmosfera em decorrência de atividades humanas, principalmente a queima de combustíveis fósseis. Se o ritmo de emissões de GEE não for reduzido significativamente, será impossível evitar o agravamento de consequências ambientais negativas já observadas atualmente pelas alterações climáticas como, por exemplo, derretimento de geleiras, inundação de cidades costeiras e tempestades mais intensas, entre outros. No Brasil, já vivenciamos em 2009 fenômenos extremos simultâneos de seca no Sul e enchentes no Norte e Nordeste, com graves prejuízos à população e à economia.

Sr. Presidente, sei que meu tempo já está no final, mas destaco aqui o documento em que eles colocam diversas questões importantíssimas com relação a essa questão climática e as posições do Brasil dentro do contexto da redução de emissões por desmatamento e degradação.

Peço que esses documentos sejam considerados na íntegra, e agradeço ao Senador Paulo Paim por haver feito a permuta comigo.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JEFFERSON PRAIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício nº. 1503 /2009/GAB/GM/MTE

Brasília, 04 de agosto de 2009.

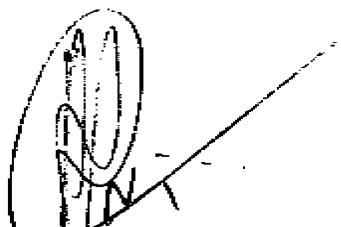
A Sua Excelência o Senhor
Jefferson Praia
Senado Federal
70160-900 - Brasília/DF

Assunto: Eleição do Presidente do CODEFAT com mandato de 03/08/2009 a 02/08/2011.

Senhor Senador,

1. Cumprimentando-o cordialmente, envio relato detalhado acerca do processo de eleição do novo Presidente do Conselho Deliberativo de Amparo ao Trabalhador, ocorrido em 27 de julho de 2009, assim disposto no Informativo SE-CODEFAT/DES/SPPE/ MTE, emitido pela Secretaria Executiva do CODEFAT, de 29 de julho de 2009, cópia em anexo.
2. Nesse sentido, cumpre ressaltar que, enquanto Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e com minha reconhecida visão histórica de democracia e defesa das minorias no episódio, apenas acatei a decisão soberana da maioria do Colegiado do CODEFAT.
3. O meu compromisso com a verdade e a democracia está acima da visão limitada de alguns.
4. Ante o exposto, espero que o referido material seja de grande valia para o resgate da verdade; ao tempo em que me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



CARLOS ROBERTO LUPI
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

**Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Departamento de Emprego e Salário
Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT**

INFORMATIVO SE-CODEFAT/DES/SPPE/MTE

Brasília, 29 de julho de 2009.

Referência: 101ª Reunião Ordinária do CODEFAT – 27/07/2009

Assunto: Eleição do Presidente do CODEFAT – mandato 03/08/2009 a 02/08/2011

1. Trata-se de apresentação de relato sobre o processo da eleição do Presidente do CODEFAT, para cumprir mandato 03/08/2009 a 02/08/2011, ocorrido na 101ª Reunião Ordinária do CODEFAT, realizada em Brasília, na data de 27 de julho de 2009, que se encontra a seguir descrita, segundo registros constantes dos arquivos da Secretaria:

I – DAS DISCUSSÕES

2. O Presidente do CODEFAT registrou o recebimento de carta da CNA, apoiando o **candidato da CNA**, Conselheiro **Fernando Antônio Rodriguez**, com o apoio da CNI, CNC e CONSIF, assinada pelos Presidentes dessas Confederações, bem como mensagem da CNS e CNTur, apresentando o **Conselheiro Luigi Nesse**, da CNS, como candidato, igualmente encaminhada pelos Presidentes dessas Confederações.

3. A título de esclarecimento, o Presidente citou o Decreto nº 6.827/2009, quanto à alternância entre as bancadas e a eleição por maioria absoluta, abrindo a palavra aos demais Conselheiros.

4. Em manifestação do Representante da CNC, foi destacado que a bancada dos empregadores havia indicado, por maioria absoluta, o Conselheiro da CNA para a presidência do CODEFAT no biênio 2009/2010, ressaltando-se que era costume do Conselho acatar o nome indicado pela bancada, Sr. Fernando Antônio Rodriguez.

5. Desconfortáveis pelo fato de não terem sido convidadas a participar da escolha do Conselheiro a ser indicado pela bancada, as entidades CNS e CNTur resolveram apresentar uma candidatura alternativa, no caso a do Conselheiro da CNS, Sr. Luigi Nesse.

6. O Representante do MTE e Vice-Presidente do Conselho observou que o Decreto nº 6.827/2009 estabelecia que a presidência do CODEFAT seria eleita bienalmente por maioria absoluta, ressaltando que competia ao Conselho a escolha do seu presidente, devendo ser colocada em votação a escolha de um dos dois candidatos postulantes ao cargo.

7. Foi apresentada pelo Representante do MPS proposta de suspensão da eleição para que a bancada dos empregadores retornasse com indicação única e, em caso negativo, que se respeitasse a vontade da maioria da bancada dos empregadores.

8. Os Representantes do MAPA e da CUT manifestaram a importância de se respeitar a vontade da maioria da bancada dos empregadores.

9. Ao contrário, o posicionamento da CTB foi de que a eleição da presidência deveria ocorrer conforme o disposto na legislação, ou seja, por maioria absoluta do Conselho, e não de uma bancada.

10. Também a CGTB defendeu que fossem submetidos os nomes dos indicados à votação do Conselho, que agora contava com novas entidades, não achando adequado apenas ratificar a indicação.

11. Diante das manifestações apresentadas, o Representante da CNC colocou como questão de ordem que o Conselho se manifestasse (sim ou não) se seria garantida a decisão da maioria da bancada dos empregadores.

12. O Representante da CNS observou a legitimidade da CNS e da CNTur na representação da Bancada, entendendo que a questão de ordem levantada não poderia ser considerada e que nada era mais justo do que uma eleição geral.

13. O Representante do MTE e Vice-Presidente do Conselho ponderou que deveria ser resolvida a questão de ordem e em seguida encaminhada a votação.

14. Enquanto discutia com o Conselho se colocava em votação a questão de ordem ou se concedia a palavra a diversos Conselheiros, o Presidente foi interrompido pelo Representante da CNC, que apresentou documento, por ele lido na reunião, exigindo sua transcrição integral na respectiva Ata da reunião, manifestando, em nome das Confederações CNI, CNC, CNA e CONSIF, total discordância em relação ao encaminhamento dado pelo Ministro do MTE ao processo de sucessão da presidência do CODEFAT, razão pela qual essas entidades estavam se retirando da composição do Conselho.

15. Na sequência os respectivos Conselheiros se retiraram da reunião, tendo o Representante do MTE e Vice-Presidente do Conselho desmentido o Representante da CNC quanto à interferência do Ministro no processo, requestando que fosse provada qualquer ação nesse sentido.

16. Manifestações de repúdio à atitude tomada pelo grupo de conselheiros da bancada dos empregadores foram apresentadas pela CTB e CGTB que classificaram a ação como um desrespeito ao Conselho, tendo a CTB apresentado sugestão de que as presidências das respectivas Confederações fossem informadas do ocorrido e consultadas quanto a novas indicações de representantes.

II – DA ELEIÇÃO

17. O Presidente, então, deu início à eleição do novo presidente do Conselho, registrando a candidatura de, agora, apenas um Conselheiro presente à reunião, o da CNS, Luigi Nesse.

18. Tendo o quórum de 14 membros, o Conselheiro Luigi Nesse da CNS, foi eleito com 12 votos a favor (CNS, CNTur, CGTB, CTB, NCST, UGT, CUT, MDA, MF, BNDES, MTE e Força Sindical) e 02 abstenções (MAPA e MPS).

19. O Presidente eleito agradeceu os votos recebidos e reforçou sua disposição na condução dos trabalhos do Conselho.

III – DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

20. O instrumento regulatório do processo eleitoral da presidência do Conselho é, de fato, o Decreto nº 6.827/2009, devidamente acomodado no Regimento Interno do Conselho, aprovado pela Resolução CODEFAT nº 596/2009.

21. Diz assim o referido instrumento, seguido de respectivos comentários:

§ 3º do Art. 1º do Decreto nº 6.827/2009: “A presidência do CODEFAT, eleita bienalmente por maioria absoluta, será alternada entre as representações dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, e exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e Emprego quando couber à representação do Governo.”

22. É inequívoco nesse parágrafo que há eleição para escolha do Presidente do Conselho, sendo necessários, no mínimo, 10 votos para que a escolha seja legítima, ou seja, por maioria absoluta do Conselho, que é composto por 18 membros. Sendo assim, não é possível configurar-se a “obrigatoriedade” de o Conselho apenas referendar um representante, mesmo que esse tenha tido maioria de votos da representação (o mesmo que bancada de trabalhadores, empregadores e governo) para sua indicação à função de Presidente. Afinal, a eleição é ditame legal e não ato discricionário de agentes públicos.

23. Também não há dúvidas de que o rodízio (alternância) refere-se ao das bancadas, o que foi preservado com as indicações dos Empregadores. Não há que se falar, então, em rodízio de Entidades (É a vez da CNA!) e em maioria de votos da bancada para se indicar representante (04 votos da bancada para a CNA).

24. Portanto, podem participar do processo eleitoral previsto neste ato todos os 06 (seis) representantes das 06 (seis) Entidades que compõem a bancada dos empregadores, sendo eleito aquele que contar com pelo menos 10 votos do Conselho.

IV – CASO SIMILAR

25. Foi vivenciado em 2001, caso similar ao ocorrido nessa eleição. A SDS entrou com ação judicial para questionar o descumprimento de rodízio entre as Entidades, vez que a CGT foi a indicada e eleita para a Presidência do Conselho, entendendo que o direito ao exercício da presidência era da SDS.

26. Na ocasião o Conselho era composto por 12 membros, sendo 04 de cada bancada, cabendo a Presidência à bancada dos trabalhadores, que indicou 02 representantes, o da CGT, com 03 votos da bancada, e o da SDS, que se auto-indicou.

27. Durante o citado processo judicial, o Poder executivo editou o Decreto 3.906/2001 para deixar mais claro que o rodízio era entre as Representações (Bancadas) e não entre os Membros (Entidades). Esse novo marco regulatório levou a justiça, à época, a negar o pedido da SDS de ter garantido judicialmente o direito de exercer a presidência, legitimando, dessa forma, o exercício da presidência pelo eleito representante da CGT.

28. Daí resulta entendimento de que o processo eleitoral é o devido instrumento para a escolha do presidente do Conselho. Ao contrário, poderá ser considerado ilegal ato que prive o direito de mais de um representante de bancada a concorrerem a eleição em igualdade de condições.

Carta REDD:**CARTA DE PRINCÍPIOS PARA REDD**

As mudanças climáticas representam o maior desafio ambiental da humanidade. Sua causa está associada ao aquecimento global, agravado pelos gases de efeito estufa (GEE) emitidos na atmosfera em decorrência de atividades humanas, principalmente a queima de combustíveis fósseis. Se o ritmo de emissões de GEE não for reduzido significativamente, será impossível evitar o agravamento de consequências ambientais negativas já observadas atualmente pelas alterações climáticas como, por exemplo, derretimento de geleiras, inundações de cidades costeiras e tempestades mais intensas, entre outros. No Brasil, já vivenciamos em 2009 fenômenos extremos simultâneos de seca no Sul e enchentes no Norte e Nordeste, com graves prejuízos à população e à economia.

Para reduzir a quantidade de emissões de GEE a ponto de estabilizar o aumento médio da temperatura mundial abaixo de 2°C, será necessário estabelecer metas mais arrojadas de redução de emissões para os países desenvolvidos (em torno de 25% a 40%, de acordo com recomendações do IPCC) e criar mecanismos para conter uma importante fonte de emissões: desmatamento e degradação florestal. Somadas às alterações do uso do solo, desmatamento e degradação florestal contribuem entre 17% e 20% das emissões globais de gases do efeito estufa (GEE), quantidade maior que a emitida por todo o setor mundial de transportes. Apenas no Brasil o desmatamento representa aproximadamente 50% das emissões nacionais e contribui para uma emissão *per capita* de GEE muito alta (estimada entre 12 e 13 toneladas de CO₂), superior a países industrializados europeus (em média 10 toneladas de CO₂). Além disso, a redução das emissões derivadas da perda de florestas auxiliará na conservação dos recursos naturais, o que garantirá a manutenção do regime hídrico, da biodiversidade e contribuirá para a qualidade de vida dos povos da floresta (povos indígenas e comunidades tradicionais). Assim, não há dúvidas sobre a absoluta necessidade de criar um mecanismo eficiente e duradouro no âmbito da Convenção Quadro de Mudanças do Clima que viabilize a Redução de Emissões decorrentes de Desmatamento e Degradação (REDD), aliado a ações de conservação e manejo florestal (REDD+).

Nesse sentido, o ano de 2009 representa uma etapa importante na definição de um sistema de REDD, pois em dezembro, na Conferência das Partes (COP) da Convenção a ser realizada em Copenhagen (Dinamarca), os países decidirão o futuro desse mecanismo. O Brasil possui um papel estratégico no processo decisório por possuir a maior área de floresta tropical, a Amazônia, que desempenha papel fundamental na manutenção do equilíbrio climático regional e global, mas que atualmente apresenta altas taxas de desmatamento.

Por isso, o Fórum Amazônia Sustentável, por meio do Grupo de Trabalho 3 (Serviços Ambientais/REDD), pretende contribuir com um debate nacional sobre a posição que o Brasil deve apresentar na COP-15, de forma coordenada com os anseios dos diversos setores da sociedade brasileira. Nesse sentido, os representantes do Fórum acreditam que a posição brasileira deve incluir a defesa de: 1) metas globais de redução de emissões para 2020, 2030 e 2050; 2) limites de emissões globais ao longo do século XXI; 3) Plano de Desenvolvimento de Baixo Carbono com metas de redução de emissões em diferentes setores produtivos e 4) definição de mecanismos de REDD. Especificamente sobre REDD, o Fórum parte da premissa de que é desejável atrair recursos externos para programas de preservação da floresta amazônica, mas desde que o poder decisório sobre a aplicação dos recursos seja de responsabilidade do Brasil, através da interação entre governo e sociedade.

Este documento sintetiza princípios fundamentais para REDD, elencados a partir do entendimento comum entre as diversas instituições representadas no Fórum. São eles:

1. **Garantir distribuição justa e equitativa de recursos:** os recursos obtidos por meio de REDD devem prioritariamente recompensar economicamente os povos da floresta, que estão diretamente envolvidos com o esforço de conservação florestal e de diminuição do desmatamento e da degradação florestal. Do mesmo modo, devem recompensar produtores rurais, empresas, e agricultores familiares que assumirem compromissos efetivos pela conservação florestal.
2. **Garantir qualidade de vida e direitos aos povos das florestas:** as populações tradicionais e povos indígenas diretamente envolvidos em projetos de REDD devem ter reconhecimento e garantia de seus direitos associados a terra e ao uso dos recursos naturais, sendo-lhes garantido o direito ao consentimento prévio e esclarecimentos a respeito dos riscos e oportunidades de REDD. O sucesso das ações de REDD não poderá representar sacrifícios na vida social, cultural e econômica dessas pessoas, ou mesmo induzir novos padrões que possam prejudicá-las.

3. Promover sustentabilidade econômica: as ações de REDD devem oferecer alternativas econômicas mais atrativas do que as atividades que causam desmatamento e degradação florestal, visando implementar uma economia baseada na valorização da floresta em pé e no uso sustentável da terra.

4. Melhorar a governança florestal: as ações de REDD devem: (i) proporcionar ampla participação da sociedade, principalmente de povos da floresta, nas tomadas de decisão sobre o uso dos recursos florestais; (ii) valorizar a coordenação entre políticas públicas relacionadas à conservação, geração de renda, investimentos sociais e pesquisa na área florestal; (iii) garantir transparência em todo o processo de obtenção, aplicação e distribuição de recursos; (iv) fortalecer instituições responsáveis pela implementação de ações de prevenção e controle a desmatamento e degradação florestal.

5. Criar um sistema nacional de controle de emissões: REDD deve estar incluído em uma estratégia multisectorial com garantias de que os resultados serão mantidos e monitorados por um sistema nacional de regulação das emissões, operado de forma transparente e independente. Esse sistema deve monitorar e publicar estimativas anuais sobre emissões florestais em consonância com regras da Convenção Quadro do Clima. Esta estrutura deve ser simples e ágil para estimular o desenvolvimento e a aplicação de ações e tecnologias efetivas para REDD, seguindo princípios já destacados nesta carta.

6. Promover coordenação com instâncias governamentais sub-nacionais: as ações de REDD devem ser implementadas em parceria com todas as instâncias governamentais de cada país, para aumentar o envolvimento dos diferentes atores envolvidos. Isso será importante para garantir a implementação eficaz de políticas para REDD no âmbito local. Esforços sub-nacionais devem ser recompensados a partir do desempenho alcançado na redução das emissões florestais e na conservação florestal. Da mesma forma, os países devem estimular internamente a captação de recursos e adoção de ações regionais voltadas para REDD, integradas com as metas e estratégias federais.

7. Aceitar diferentes mecanismos de financiamento: A estratégia nacional de captação de recursos para ações de REDD deve considerar mecanismos de captação de doações como o Fundo Amazônia, bem como outros mecanismos advindos de instrumentos de mercado, desde que essa combinação contribua para uma redução efetiva da emissão de GEE global. Ou seja, um eventual mercado envolvendo REDD não pode desestimular a mudança de padrões refacionada à principal fonte de emissões de GEE, que é a queima de combustíveis fósseis nos países desenvolvidos. Todos os recursos obtidos (via doação ou mercado) devem ser complementares aos orçamentos públicos destinados a REDD.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Jefferson Praia, será atendido de acordo com o Regimento.

O Senador Jefferson Praia mostrou as suas preocupações quanto ao meio ambiente, no seu Estado, o Amazonas.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O próximo orador é o Senador Valdir Raupp, do PMDB.

Pela ordem, Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quando estava usando da tribuna, comuniquei que, dali a pouco, deveriam estar aqui os líderes sindicalistas do meu Estado. Eu fiquei com um pouco de inveja de V. Ex^a, quando V. Ex^a falou aqui dos sindicalistas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...do Piauí.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – ... do Piauí. Aí, eu queria registrar aqui, agora – V. Ex^a já leu ontem praticamente o nome de todos os presidentes das associações e dos sindicatos –, que o restante dos nossos presidentes acabaram de chegar. Eles estão satisfeitos com a possibilidade de essa matéria

ser pautada hoje pelo Presidente da Câmara, com audiência com o Senador Raupp, e votada no dia 16.

Eu gostaria, portanto, de fazer o registro aqui da presença de todos os nossos presidentes dos sindicatos da classe operária dos profissionais públicos do Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aos sindicalistas os nossos votos de boas-vindas, o nosso apoio. A grandeza do Senado é ter todos os segmentos.

Ali está Paulo Paim, talvez o maior líder sindicalista do nosso País, que é Senador da República.

Com a palavra, Valdir Raupp, que lidera o meu Partido – o PMDB – até hoje, não é?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Estou na Vice-Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Você é Vice-Líder?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Liderei por dois anos, com muita honra, com muita satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu vou deixar o seu Partido. Não é por você, não. É aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não vai, não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É porque já venderam minha cabeça lá no Piauí para o PT. É uma vergonha, como diria o Boris Casoy.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Presidente Mão Santa. Se depender de mim, Presidente, V. Ex^a vai disputar a reeleição para o Senado, como sempre fez até agora. Já está no quarto ou quinto mandato pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sabe o que eu acho? Antes de eu sair, porque ainda sou, eu acho que o Presidente Michel Temer, neste momento histórico, tem um compromisso com a história e com o Partido. Ele deveria não fugir do povo, mas aproximar o Partido do povo. Fazer as primárias.

O nosso modelo democrático, buscado por Rui Barbosa, é filhote da Inglaterra e dos Estados Unidos. E aí nós vimos o Barack Obama. Ele não era candidato de cúpula, como o próprio Luiz Inácio, que lançou uma candidata. Foi o povo que fez Barack Obama, fortalecendo a democracia. E está aí hoje empolgando o mundo democrático.

Então, o Presidente Michel Temer deveria fazer as primárias. Eu me apresentaria. E tem outros nomes grandes, como Requião, três vezes Governador do Paraná; Pedro Simon, um século de vida de liderança no PMDB. E o próprio Michel Temer era um bom candidato. Esse negócio de dizer, ó Raupp, que nós não temos candidato, não temos nome, fica feio para todos nós, inclusive para V. Ex^a, que é um grande líder, que agora está com a palavra e conta com o nosso respeito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, antes de entrar no meu pronunciamento, gostaria de dizer que V. Ex^a tem uma história no PMDB: sempre disputou eleições e, sempre vitorioso pelo PMDB, foi Prefeito de Parnaíba, foi Governador por duas vezes, Prefeito por duas vezes da cidade de Parnaíba, segunda cidade do Piauí, e Governador também por dois mandatos e agora Senador da República. V. Ex^a tem uma história, assim como eu tenho, no PMDB.

Eu acho que a candidatura nata que, no passado, existiu e depois foi extinta, poderia até cometer algumas injustiças, mas trazia algumas justiças também. Um capricho de membros que comandam o Partido impede V. Ex^a de ser candidato, quando tem uma história dentro do Partido, dentro do PMDB. E eu já conversei com o Presidente Michel Temer, que, tenho certeza, é muito sensível, como o foi ao nosso pleito hoje. Ele há se ser sensível também com o apelo de V. Ex^a, para que não tenha que deixar o PMDB para continuar disputando eleições, que sempre disputou, sempre ganhou e sempre venceu, engrandecendo o nosso Partido lá

no Estado do Piauí, e hoje orgulhando o PMDB do Brasil, presidindo, na maioria das vezes, as sessões do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Então, se depender de mim, V. Ex^a pode ter a certeza de que não vai haver a necessidade nem de V. Ex^a, nem do Senador Valter Pereira, que está enfrentando algumas dificuldades no Mato Grosso do Sul, para disputar a reeleição ao Senado.

E hoje, numa coluna do Governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, vi-o dizendo que não está vetando a candidatura do Senador Valter Pereira pelo PMDB. Então, se isso está acontecendo no Mato Grosso do Sul, deve acontecer a mesma coisa no Piauí também, e V. Ex^a pode contar com o apoio deste ex-Líder da Bancada e agora na Vice-Liderança do PMDB.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu venho à tribuna para falar do mesmo assunto de que o Senador Expedito Júnior já falou – tanto S. Ex^a como a Senadora Fátima Cleide têm falado muito. Refiro-me à transposição dos servidores estaduais para o quadro federal do meu Estado, Rondônia, inclusive a Senadora Fátima Cleide é autora dessa proposta. Dos Estados novos, é o único que ainda não teve esse benefício; todos os outros já o tiveram. O primeiro foi o Estado do Acre, que é o mais antigo; depois, o Estado do Amapá; depois, o Estado de Roraima. E essa isonomia deve acontecer com o Estado de Rondônia.

A economia do Estado de Rondônia teve um crescimento mais acentuado do que esses Estados de que acabei de falar, e, por uma questão de justiça, esses servidores e o próprio Estado não podem pagar esse preço por ter feito o seu dever de casa, por ter a sua economia crescido, e não alcançar esse benefício.

Então, o projeto que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia foi apresentado em 2003 – olhem só, há seis anos –, pela Senadora Fátima Cleide. Tramitou no Senado Federal até 2005, onde foi aprovado, e está atualmente na Câmara Federal, na Comissão de Constituição, e poderá ir ao plenário a qualquer momento.

Nesta manhã, tivemos uma reunião importante agendada por mim. Desde a semana passada, eu estava pedindo essa audiência com o Presidente Michel Temer, porque eu sabia que os sindicalistas, os presidentes dos sindicatos estariam aqui, em Brasília, nesta semana. E o Presidente Michel Temer, sensível a esse apelo, marcou a audiência para as 11 horas da manhã do dia de hoje, e lá estivemos com quase toda a Bancada federal e os representantes dos sindicatos de Rondônia para tratar da pauta.

O Presidente anterior, por razões que desconhecemos, não colocou esse projeto em pauta durante um ano, e o Presidente Michel assumiu o compromisso de votá-lo no primeiro semestre, o que não foi possível também, mas já assumiu o compromisso hoje, com a Bancada Federal e com os sindicatos de Rondônia, de pautar o projeto para o dia 16 de setembro. Foi um entendimento, foi um acordo feito, e estão aqui os presidentes dos principais sindicatos de Rondônia: Israel Borges, Presidente do sindicato da Justiça; Clay Milton, presidente do sindicato dos motoristas; Cícero Evangelista, presidente do Sinsepol, sindicato dos policiais civis; Antônio Belarmino, presidente do sindicato do Ministério Público; Nélio Sobreira, presidente do Sindiprof, dos profissionais municipais; Almir Lima, do Legislativo; Cláudir Mata, do sindicato da educação, do Sintero; Paulo Duran, presidente do sindicato dos administradores; Adriano Castro, presidente dos agentes penitenciários, Singepperon; Anilson Costa, da saúde, do Sindsaúde; Waldemir Moura, do Sindifisco; e o Mauro Roberto, do Sindafisco.

Todas essas categorias estiveram representadas por esses presidentes na audiência com o Presidente Michel Temer. Essa data foi negociada. O presidente até podia ter colocado uma data anterior, conforme ele tinha acordado, mas escolheu-se essa data para dar tempo de os sindicatos se articularem e a Bancada também, com as Lideranças das Bancadas, com as Lideranças do Governo. Acho que a parte mais importante é esse trabalho, como nós fizemos aqui no Senado, três anos atrás, de convencer os Líderes do Governo na Câmara e no Congresso, que é a Senadora Ideli – eu sou Vice-Líder no Congresso. Nós podemos ajudar nessa tarefa, como fizemos há três anos, de aceitar pacificamente a votação desse projeto.

Só tem esta maneira, só tem esta forma de esse projeto ser aprovado: um amplo entendimento, um amplo acordo. Já existe uma comissão também, da qual faço parte, que vai tratar com o Ministério do Planejamento, Fazenda e Casa Civil, a pedido do Presidente Lula.

Então, queria dizer aqui aos sindicalistas e ao povo de Rondônia que, no que depender de mim... Sempre estive à disposição de todos os sindicatos. Quando Governador, eu nunca me furtei, nunca me neguei a atender os sindicatos quando era época de reposição salarial, de aumentos salariais, muito embora a situação do Estado naquela época fosse muito difícil. Mas fui o Governador – reconhecido até hoje, modéstia à parte, pelos próprios sindicatos – que mais se sentou à mesa de negociação com os sindicatos.

Não vou fazer diferente no Senado Federal. Estou aberto e pronto – tanto eu quanto a Deputada Federal

Marinha Raupp – para receber todos esses sindicatos e dar conta dessa empreitada. Nós a começamos há alguns anos, como já falei. Há três anos, foi aprovada no Senado Federal; está na Câmara. Com essa disposição do Presidente Michel Temer de colocar esse projeto em pauta no dia 16, depois de todos esses acordos feitos com as Lideranças tanto dos Partidos quanto do Governo na Câmara Federal, acho que vamos ter sucesso. Vamos obter êxito na votação desse projeto no dia 16 de setembro, na Câmara dos Deputados.

Está-se fazendo justiça com o Estado de Rondônia, como já falei aqui inicialmente, porque é o único Estado da Federação que não teve esse benefício alcançado. Cadê a isonomia? Cadê o direito igualitário? Se os outros Estados tiveram esse benefício, por que Rondônia não pode ter? Por que esses servidores, que deram o sangue naquela época da dificuldade do ex-território, agora não podem ter esse benefício alcançado? Acho que R\$30 milhões ou R\$40 milhões a mais para a União pesam um pouco, mas há tantas coisas que se gastam neste País... Então, podem-se gastar mais R\$30 milhões ou R\$40 milhões com essa folha de pagamento do Estado de Rondônia.

O Estado de Rondônia tem dado sua parcela de contribuição inclusive para a economia do País. Hoje, Sr. Presidente, é o Estado que mais cresce. É a economia que mais cresce no País, dadas suas riquezas, como é o caso das hidrelétricas do rio Madeira que estão em construção, Santo Antônio e Jirau, que geram 20 mil empregos diretos e talvez mais uns 30 mil a 40 mil empregos indiretos. Então, estamos contribuindo também. Está indo gente do Estado de São Paulo e de outros Estados da Federação para trabalhar em Rondônia, tendo em vista que lá há uma grande frente de geração de emprego. É claro que há um acordo também com as empresas, com os consórcios que estão construindo as usinas do rio Madeira de empregar 95% dos trabalhadores de Rondônia – apenas 5% poderão ser empregados de outros Estados da Federação.

Agradeço aqui, Sr. Presidente, a atenção de V. Ex^a, das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e de toda a população do meu Estado, Rondônia, e do Brasil, por estarem também solidários com esse projeto do Estado de Rondônia, que é a transposição dos servidores estaduais para os quadros da União.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro. Como estamos alternando e está aqui um documento de líder, chamamos para a tribuna Inácio Arruda. Então, pela ordem,

V. Ex^a e, como Líder do PCdoB, S. Ex^a. Acho que vai até anunciar a sua candidatura à Presidência por esse Partido. Até o PV já tem.

Flexa Ribeiro, pela ordem.

Chegou um documento para V. Ex^a; infelizmente chegou minutos depois do de Inácio Arruda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Inácio Arruda tem prioridade.

Peço a minha inscrição pela Liderança do PSDB antes da Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aliás, o Inácio é o Líder mesmo, como disse, do PCdoB. Não precisa documento, não. A Secretaria está advertindo. V. Ex^a pode usar a palavra, pode anunciar a sua candidatura a Presidente da República.

Então ele aqui cedeu, para que chamássemos agora, por ser pela inscrição, o Senador Flávio Torres, que é também do Ceará. Ele assume aqui o lugar da encantadora Senadora Patrícia Saboya. Ele é do PDT, suplente. Nesta Casa, os suplentes são muito fortes, basta dizer que Fernando Henrique Cardoso entrou aqui como suplente, e V. Ex^a engrandece o Senado da República.

O Senado é o retrato da sociedade brasileira. Eis aí um professor, físico. Ele é assim uma espécie de Blackwood no ensino universitário da Física. Então, nós nos orgulhamos de contar com a presença de V. Ex^a, que representa – vamos dizer – os professores do Brasil, os cientistas do Brasil.

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, chego ao Senado em um momento muito delicado da política brasileira. Claro é que preferia ter chegado a um Plenário que estivesse discutindo e pensando o Brasil. No entanto, as circunstâncias da minha posse não me permitiram escolher.

Tomado pelo espírito de modéstia de quem chega, a prudência e a intuição aconselham-me a, neste momento, adotar uma postura de ouvir mais do que falar. Isso não me impede de ter de expressar livremente a minha opinião sobre os fatos.

Considero lamentável o que vinha ocorrendo na condução administrativa do Senado. Por isso mesmo, acompanhando meu Partido, acho indispensável que se tomem todas as medidas, duras que sejam, para carimbar com o selo da lisura os resultados das investigações que se fizeram e que se venham a fazer.

Devemos uma explicação à opinião pública brasileira. Devemos estar atentos ao que pensam de nós os brasileiros. Não quero ser Senador e ter de esconder um emblema, que me puseram no peito, toda vez que sair às ruas.

Muitos, ao comentarem os descaminhos do Senado Federal, abrem sempre as suas exceções. Eu, que sou do PDT, penso logo na nossa Bancada.

Manifesto minha convicção de que, entre muitos outros Senadores que abrillhantam o Congresso, estão os meus companheiros de Bancada, competentemente liderados pelo Senador Osmar Dias. Orgulho-me de estar, mais uma vez, ao lado do Senador Cristovam Buarque, meu companheiro de lutas acadêmicas e políticas. Juntos, contribuímos com o programa de governo de Leonel Brizola na campanha de 1989. Temos ainda nesta Bancada de peso os Senadores João Durval, ex-Governador da Bahia; e Jefferson Praia, que sucede com talento o grande Jefferson Péres. Eu não poderia deixar de mencionar a Senadora Patrícia Saboya. Seu espírito de luta me inspira, e a suas bandeiras progressistas desejo dar prosseguimento.

Outro Senador que sempre está nas listas das ressalvas é o Senador Pedro Simon, de quem eu tenho uma grande mágoa. Tenho mágoa, Senador, mas é uma mágoa das boas. É que passei todos esses anos de vida partidária desejando vê-lo nas fileiras do PDT, somando-se a Leonel Brizola no esforço de construir um partido comprometido com os trabalhadores – eu que sempre considerei esse passo uma extensão natural da sua biografia.

Já que falamos de Brizola, preciso confessar que carrego, e vou carregar pelo resto dos meus dias, uma enorme frustração de não ter visto Brizola na Presidência do Brasil. Com ele, que não temia os “moinhos de vento”, seria outra a história brasileira.

Ainda menino, nos meus 16 anos, já ouvia com emoção, nas rádios da Campanha da Legalidade, as palavras daquele que, com uma metralhadora debaixo do braço, arriscava a vida na defesa da Constituição, que preconizava a posse de João Goulart na Presidência da República.

Por isso e por sua opção pela resistência ao golpe de 64, Brizola foi o único líder político nacional cassado que não saiu do País na condição de *exilado*. Seu visto de permanência no Uruguai, Sr. Presidente, foi dado na condição de *confinado*, o que permitia oficialmente que Brizola e sua família tivessem os passos seguidos por agentes brasileiros, mesmo nas atividades mais rotineiras como ir às compras, ao dentista ou simplesmente passear.

Dois dias depois da chegada de Brizola ao Brasil, eu e Moema Santiago já estávamos reunidos com ele, que ainda morava em um hotel, tratando da fundação do PTB do Ceará. Com a perda da legenda do PTB, que é um episódio já por todos sabido, tivemos de inventar o PDT. Aí, muito menos pelos meus méritos, mas pela ausência de uma liderança política de mais visibilidade,

virei Presidente da Comissão Provisória do PDT e, em seguida, o primeiro Presidente do Estado, cargo este que ocupei em duas outras oportunidades.

Pelas mãos de Brizola aqui estou. Foi dele a ideia e até a imposição de me colocar na chapa da Senadora Patrícia Saboya, como primeiro suplente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na tarefa de apresentar-me, gostaria de afirmar que tenho um lado, o que se costumava chamar de lado esquerdo. Admito que, nos tempos atuais, essa divisão em lados perdeu a nitidez de outrora. De qualquer forma, pertenço a um grupo de pessoas que, abrigadas em vários partidos, não só no PDT, não perderam a capacidade de se indignar com a condição e a perspectiva de vida da grande maioria dos brasileiros. Apesar de ter e assumir um lado do ponto de vista político e ideológico, quero andar por todos os lados do Senado: conviver com todas as tendências, de maneira democrática, certo de que não tenho a prerrogativa da verdade.

O PDT faz parte da Base Aliada do Governo do Presidente Lula e participa do Governo ocupando a Pasta do Trabalho com o Presidente licenciado Carlos LUPI. Além da amizade pessoal que me liga a LUPI, pois temos uma larga convivência, desde os tempos de fundação de PDT, sou um disciplinado membro de Partido e saberei respeitar esses condicionamentos nas minhas votações, mesmo no conflito com as minhas opiniões pessoais.

No entanto, sinto-me na obrigação de confessar uma certa frustração com o Governo Lula. Não pretendo fazer uma análise exaustiva do Governo Lula.

Não sou daqueles que minimizam os efeitos do programa Bolsa Família. Acho que, se há alguém com fome, este é um problema do Governo e tem que ser resolvido mesmo de imediato, como faz o programa. Não é um problema que pode esperar soluções mais elaboradas, de longo prazo. Muito bem, mas e o passo seguinte? O que é que estamos fazendo para que as próximas gerações não precisem mais do programa Bolsa Família?

São inegáveis os avanços do Governo Lula na condução das políticas de ciência e tecnologia e no trato com as universidades federais, de onde eu venho, estas sucatedas até limites insuportáveis em governos anteriores.

Eu, que me opus à aceitação por parte do PDT, do Ministério do Trabalho, reconheço, com humildade, os avanços conseguidos, a firmeza de postura na condução das políticas por parte da equipe do Ministério.

No entanto, falta-nos realizar aquilo por que o PDT se bate há tanto tempo, desde os tempos em que Darcy Ribeiro respirava os ares deste Senado. Está-nos faltando promover uma revolução no sistema

educacional brasileiro. A vida não pode ser resolvida em uma loteria, em um jogo de azar. Uma criança que tenha a má sorte de nascer em um lar pobre, hoje, se sobreviver, está condenada a se perpetuar nessa condição, pois o Estado não lhe garante um ensino de qualidade. Como a fome, este é um problema de governo e tem que ser resolvido imediatamente. Não se pode esperar. Uma criança que não se alimenta de saber, de conhecimento, assim como de proteínas, Sr. Presidente, terá sua vida comprometida pelo resto dos seus dias.

Na saúde, a situação é ainda mais explícita. Quem pode escapa pagando um plano de saúde privado. Quem não tem condições padece nas longas filas e na ausência de recursos públicos e acaba não sendo atendido adequadamente.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Sim, senhor, Senador Inácio Arruda.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Flávio Torres, primeiro, é uma alegria muito grande poder contar com V. Ex^a no plenário do Senado. V. Ex^a assumir, mesmo que temporariamente, por um período de quatro meses, considero que será muito importante para o Ceará, assim como contar com V. Ex^a, uma pessoa que vem da academia, mas ligado aos sentimentos do povo brasileiro. V. Ex^a não é o acadêmico, não é o físico. V. Ex^a é a pessoa que se entrelaçou com o movimento social. Eu lembro que, quando pouca gente no Brasil, pouquíssimas organizações tratavam de uma questão hoje considerada estratégica em qualquer governo e em qualquer plano de Governo, V. Ex^a já era fundador da Sociedade Cearense em Defesa do Meio Ambiente, da Socema, lá atrás, quando poucos falavam do assunto. V. Ex^a participou dos congressos da sociedade brasileira para o progresso da ciência, sendo membro dessa sociedade. V. Ex^a esteve na Pró-Reitoria da Universidade Federal e ocupou, digamos assim, na academia, quase que todas as funções. Muitos acadêmicos, às vezes, examinam a realidade brasileira, a partir daquele espaço, digamos assim, importantíssimo, mas reduzido da realidade brasileira. V. Ex^a não fez isso. V. Ex^a buscou se entrelaçar com a vida, com o Partido, com a política, com o movimento, com as questões estratégicas do País. Nós, cearenses, nos sentimos orgulhosos por termos V. Ex^a assumindo uma cadeira de Senador da República. Tenho certeza de que vai ser muito positivo para o Estado do Ceará e para o Brasil porque, V. Ex^a está dizendo, respeitoso com o Partido, porque participa da sua direção – é dirigente do Partido –, mas homem de opinião, que coloca as suas opiniões de forma livre para

que os outros possam dialogar com o sentimento de V. Ex^a. Como V. Ex^a falou, com humildade, quer ouvir, ver, examinar essa realidade que o Senado vive e que, com certeza, é parte importante do Brasil. Então, dou os parabéns ao povo do Ceará, que tem V. Ex^a agora como Senador da República.

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador, por suas palavras carinhosas, que só atribuo à nossa longa amizade.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Flávio Torres, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Sim, senhor.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Estou pedindo, mas me parece que há aqui alguns colegas na minha frente.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Este microfone está com problemas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Osmar Dias está se queixando... Manda o técnico ver o microfone dele.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Flávio Torres, antes que V. Ex^a chegasse a esta Casa, conversei muito com a titular da vaga que V. Ex^a ocupa hoje, a Senadora Patrícia Gomes. Ela me fez as referências mais positivas a respeito da sua carreira de acadêmico, de professor, mas, sobretudo, de sua pessoa. Eu já conhecia, portanto, V. Ex^a pelas referências da Senadora Patrícia. E depois que V. Ex^a chegou, pude perceber que o interesse de V. Ex^a nesta Casa é contribuir primeiro para que este Senado tome um rumo diferente daquele que estamos vivendo aqui nos últimos meses; segundo, contribuir com a inteligência, o conhecimento, a sensibilidade de V. Ex^a para que este País possa adotar políticas públicas capazes de melhorar a vida das pessoas. Quando faz a crítica aos programas do Governo Lula, mostra mais uma característica do PDT. Somos da base do Governo, sim, mas não nos negamos nunca a dar apoio quando achamos que aquela política pública é de interesse da sociedade brasileira, mas jamais deixamos de ser contrários àquilo que entendemos não trazer benefícios à população. V. Ex^a tem o espírito do PDT porque pertence ao partido, ajudou a fundar o partido, e chega aqui sem nenhuma necessidade de conversarmos para nos entendermos sobre quais teses vamos defender em conjunto, porque V. Ex^a já chega com o sentimento que hoje caracteriza o PDT. O Ministro LUPI está no governo, sim, mas jamais tivemos aqui no Senado Federal a pressão de não podermos dar a nossa opinião ou o nosso voto da forma que desejarmos. Assim continuará sendo e assim V. Ex^a terá toda a liberdade para, juntamente com a nossa Bancada, fazer do seu mandato aqui um ins-

trumento para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Parabéns e principalmente muito sucesso aqui nesta sua estada.

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Muito obrigado.

Concedo o aparte ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Peço desculpa ao meu querido companheiro Paulo Paim para fazer o aparte porque V. Ex^a, com certeza, vai ficar por mais tempo na tribuna e eu vou sair para participar da posse da União Nacional dos Estudantes, que V. Ex^a conhece, pois é da academia, é membro de uma universidade e conhece a história da UNE. A posse vai se dar na Câmara, e eu vou lá prestigiar a nova diretoria. Eu quero me associar aos outros colegas Senadores e desejar a V. Ex^a um mandato exitoso, um mandato que possa contribuir com o Brasil, que possa trazer sentimentos, ideias, da Universidade Federal, do povo do Ceará, do Nordeste brasileiro, para o Senado e construir no debate político, que é o papel desta Casa, um Brasil melhor. É um processo. Eu não tenho nenhuma dúvida de que este, do Presidente Lula, é o melhor Governo da história da República. Aceito perfeitamente a crítica que V. Ex^a faz, porque é uma experiência, uma experiência de seis anos. Nós vamos ter oito anos de experiência. V. Ex^a, que vem da universidade, é já mencionou, conhece o tratamento dado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso à universidade brasileira. V. Ex^a sabe...

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Sei.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – ... da penúria, do castigo que impôs à universidade brasileira. V. Ex^a sabe que o Governo Fernando Henrique baixou um decreto proibindo a ampliação das nossas escolas técnicas. E, hoje, nós temos os institutos tecnológicos. É um processo que não é simples o de superarmos as diferenças, as indiferenças regionais, o desemprego, a miséria. Eu considero a melhor obra do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula, a diminuição da pobreza. Mais de vinte milhões de brasileiros saíram da faixa da pobreza. Essa é a grande obra. Então, espero que V. Ex^a, que pertence a um Partido importante do Brasil, histórico, o PDT, una-se aos seus companheiros e a esse processo e dê contribuições para que o povo brasileiro – e vai além do Senado – viva melhor. V. Ex^a tem uma vida. Não chega aqui assim, não é um suplente, é um cidadão que participou de uma aliança, de um processo, que tem uma história como militante do PDT, como amigo desse brasileiro que foi Leonel Brizola, que faz parte da história popular, democrática, da esquerda brasileira. V. Ex^a tem militância no Estado, na sua universidade, na sua instituição, e, com certeza, essa vida, essa experiência vai dar um

amálgama, vai dar consistência a um mandato que, com certeza, será importante e histórico para o povo do Ceará, para este Senado e para o povo brasileiro. Parabéns! Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Flávio Torres, primeiro, quero cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, fazer uma homenagem também à Senadora Patrícia Saboya, uma Senadora comprometida, que tem lado nessa história, que sempre se posicionou, no Congresso, ao lado dos trabalhadores, do campo, da cidade, das crianças, dos adolescentes, dos aposentados e pensionistas... Enfim, fez um belo trabalho. Tenho certeza, nobre Senador Flávio Torres, que V. Ex^a há de continuar nessa mesma linha, até porque foi muito prazeroso para mim ouvir V. Ex^a iniciar seu pronunciamento falando do inesquecível e, para mim, sempre líder Leonel Brizola, que foi Governador do Rio Grande do Sul, gaúcho de quatro costados, homem que não dobra a esquina e também não dobra a coluna. E essa marca do inesquecível Leonel Brizola é algo que guia também os nossos passos. Não foi de graça que ele foi cassado, perseguido pela ditadura no Rio Grande do Sul, por causa da chamada Cruzada da Legalidade. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Sei que V. Ex^a fará aqui um grande trabalho como Senador da República. Infelizmente, o tempo é curto e são muitos os oradores... Seja bem-vindo! Sei que esta fala que estamos fazendo aqui é de todos os Senadores. Claro que eu entendo também a posição firme de V. Ex^a em relação ao Governo Lula. Alguns às vezes confundem, pensando que a gente, tendo uma posição firme em exigir mais, está contra o Governo. Não, ninguém que é firme e quer mais está contra o Governo Lula, como faz muito bem o Ministro Lupi. Para mim, o Ministro Carlos Lupi é um dos melhores Ministros que eu conheci naquela pasta do Ministério do Trabalho. Tenho com ele uma política de entendimento, de cordialidade e de fazer com que as questões avancem. Cumprimento V. Ex^a e quero cumprimentar aqui também o Ministro Carlos Lupi. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador, pela ordem.

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Eu acho que o Senador Roberto Cavalcanti pediu primeiro, Senador José Nery.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Com a permissão do Líder... Senador Flávio Torres, V. Ex^a é testemunha das confidências, da forma como o

trato e do registro da postura de veterano com que V. Ex^a chega aqui nesta Casa. Hoje mesmo, em uma audiência pública, V. Ex^a se posicionava, com muita altivez, com muita elegância, com o registro do passado e da história de V. Ex^a, em contraponto ao que um palestrante se referia. Um ponto que eu gostaria de registrar é que, na verdade, eu estive, em 2006, na situação em que V. Ex^a se encontra. Cheguei aqui na qualidade de suplente, fiquei por 121 dias, em razão do afastamento do Senador titular, que estava em campanha à época, e passei pelos mesmos momentos que V. Ex^a está passando. V. Ex^a, com muita singeleza, ontem, registrava que tinha até dificuldade de apertar os botões. É isso mesmo, os nossos códigos, os nossos botões, isso, na verdade, é um traquejo que o tempo traz. Mas o importante é que o Senador tenha o talento, tenha a história pessoal que V. Ex^a tem. Outro ponto que eu gostaria de registrar é que V. Ex^a chega aqui da forma como eu cheguei, como suplente, mas baseado na lei. Existe uma lei que lhe confere a estatura de Senador e a estatura física que, inclusive, V. Ex^a tem, de chegar aqui de cabeça erguida, porque muitas vezes são atiradas pedras em Senadores suplentes de forma extremamente indevida e indelicada. Então, eu gostaria que V. Ex^a recebesse as boas-vindas, pelo menos dos Senadores suplentes, e dizer que, neste momento, V. Ex^a é um Senador da República, com muita honra desta Casa. Meu muito obrigado.

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador.

Concedo o aparte ao Senador José Nery, que foi delicado e me concedeu o seu lugar para que eu pudesse falar hoje.

Muito obrigado, Senador.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flávio Torres, fazer permuta para que V. Ex^a fizesse a estreia na tribuna deste Senado Federal na tarde de hoje, para mim, é uma honra e uma satisfação. E é uma honra e uma satisfação cumprimentá-lo por sua trajetória acadêmica, política e social. Um professor da Universidade Federal do Ceará, da UnB, como pesquisador do CNPq, como militante e construtor do Partido Democrático Trabalhista no Ceará e no Brasil, destacando-se como um dos seus primeiros membros no Estado do Ceará, ao lado de Leonel Brizola, caminhou para contribuir nesse processo de redemocratização do País e, sobretudo, de sedimentar os princípios da justiça social na busca de um Brasil mais justo, ao qual o PDT tem se integrado ao longo da nossa história política dos últimos anos.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Com satisfação, também saúdo V. Ex^a por sua participação no movimento em defesa da causa ambiental, tendo sido V. Ex^a um dos articuladores da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema), razão pela qual merece os nossos cumprimentos. E quero desejar-lhe, na sua passagem pelo Senado Federal, uma atuação muito coerente, como é da sua história, dos seus princípios, em defesa de um Brasil mais justo, em defesa do querido Estado do Ceará, no qual tenho minha origem, mas aqui represento, com muito orgulho e satisfação, o Estado do Pará. Quero dizer a V. Ex^a, sobretudo, que, além das causas sociais e políticas relevantes que precisamos defender – os projetos, as iniciativas, inclusive votações no Congresso e no Senado Federal –, V. Ex^a chega numa hora de muita turbulência nesta Casa por causa dos desmandos que têm marcado várias gestões no Senado Federal. Mas isso deve ser não um desestímulo, mas um estímulo, para afirmar a luta pela ética na política, a luta em defesa da ética no Senado Federal, tarefa da qual V. Ex^a participará com muita dedicação e com muita determinação. Por isso, cumprimento V. Ex^a, Senador Flávio Torres, e o povo do Ceará, por terem escolhido a chapa em que V. Ex^a e a Senadora Patrícia Saboya disputaram o Senado em 2002. Desejo-lhe sucesso, êxito e uma atividade legislativa que marque sua presença e a presença do Ceará nesta Casa, o Senado Federal. Um abraço e cumprimentos, com todo o desejo de que sua atuação seja marcante e relevante para o Senado e para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Flávio Torres, quero, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Patrícia, não apenas pelo trabalho que fez aqui, mas pelo suplente que ela escolheu. Creio que uma das coisas boas de um Senador – passei por isto – é ser substituído por um suplente de que ele diga que tem orgulho, como tenho orgulho de ter, como meu suplente, o Senador Eurípedes, que, durante um ano, me substituiu, período em que fiquei absolutamente tranquilo. Parabenizo a Senadora por tê-lo escolhido, porque conheço sua trajetória intelectual, como meu colega professor, e conheço sua trajetória política, como brizolista, e pela participação que tivemos juntos, em 2006, na campanha presidencial, que tinha por objetivo fazer aquilo que V. Ex^a falou há pouco, essa revolução educacional de que o Brasil precisa. Fico feliz de ter no meu Partido, como disse o Senador Osmar, nosso Líder, um Senador que chega com sua estatura e que centra seu discurso ao dizer que

é preciso acabar com a loteria da vida que o Brasil tem. O Brasil, como V. Ex^a disse, é uma loteria: alguns nascem num lar que vai permitir-lhes dar educação; outros nascem num lar que não vai permitir isso, e o futuro todo depende dessa chance de onde a pessoa nasceu. O Brasil precisa fazer a revolução e acabar com a loteria da vida. E acabar com a loteria da vida é fazer com que todas as escolas sejam boas. O que o Brasil já fez com o futebol, porque todas as bolas são redondas para ricos e pobres. Por isso, os pobres chegam à seleção brasileira de futebol. Mas, na escola, há quadradas e redondas; e, lá em cima, entre os doutores, chegam sempre os filhos dos ricos – ou quase sempre. Por isso, tenho a satisfação de tê-lo aqui, ao lado, como Senador, mas como companheiro do PDT. E tenho certeza de que vamos estar juntos em muitas batalhas, começando por essa da moralização do Senado, mas não parando aí, levando o Senado a cumprir sua obrigação de mudar o Brasil, através do caminho que, como V. Ex^a citou,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – ...trazido pelo Darcy Ribeiro e por Brizola, será feito pela escola de qualidade a todos. Muito obrigado por estar aqui conosco. Que esses meses sejam meses de intensas e boas lutas pelo Ceará e pelo Brasil.

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Muito obrigado.

Senador.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Flávio Torres, quero apenas desejar a V. Ex^a que seja bem-vindo a esta Casa. Já pude perceber, não só por informações, mas pelos seus primeiros passos caminhados nesta Casa, que a Senadora Patrícia Saboya deixou um suplente à altura para substituí-la durante esse período em que se ausenta do Senado Federal.

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Muito obrigado.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Competência não lhe falta; biografia também não é problema, porque a sua é exemplar. De sorte que o Senado Federal pode comemorar sua ascensão como mais uma contribuição do Ceará para o Brasil. Que seja muito feliz na sua estada, nesse período em que V. Ex^a vai substituir a Senadora Saboya; e que, durante esse período, V. Ex^a possa produzir tanto quanto a Senadora Patrícia produzia e com a mesma qualidade que ela procurava resguardar no exercício do seu mandato. Que seja muito feliz!

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE) – Muito obrigado, Senador.

Saberei guardar, dentro da minha alma, as palavras carinhosas com as quais fui recebido aqui neste Senado.

Concluindo, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que não faço discurso de oposição ao Governo Lula. Faço um discurso em benefício do povo brasileiro, porque acho que foi pouco. Ainda é pouco. Não podemos nos ufanar de que está tudo bem. Não está tudo bem.

Mantendo um pé fincado na realidade brasileira por conviver com uma população rural de um distrito de Juatama, no Município de Quixadá, em pleno sertão central do Ceará. É um distrito onde até hoje não tem água encanada. Tem mais de mil casas, e as pessoas pegam água em jumentos e carroças, de uma cacimba poluída e com lama.

Felizmente, fizeram lá uma usina de biodiesel, e, para botar água para a usina, não podiam fazê-lo, passando pelo distrito sem botar água no distrito. Então, vão pôr água no distrito, o que é uma boa coisa para Juatama.

Sei como é o atendimento à saúde em Juatama. Há 27 anos que vou quase semanalmente a esse distrito. E vejo pessoas que moraram comigo, gente humilde, que têm problema de próstata, vão ao médico, fazem a operação, e a biópsia nunca volta! O exame de biópsia nunca volta! Os que são benignos escapam; quando não são benignos, morrem, e morrem à mingua. E assisto a isso com pessoas que posso nominar, como Seu Caetano. São pessoas com quem vivi e convivi, e não posso chegar aqui ao Senado e fingir que não sei disso.

Então, acho que o Governo tem que ir um pouco mais fundo nisso. Se o Bolsa Família foi feito, muito bem que o seja, mas precisamos ir além disso para o povo brasileiro.

Eu fui Professor da Universidade de Brasília, sou Professor de Física aposentado da Universidade Federal do Ceará. Pretendo contribuir com o Senado, discutindo e apresentando propostas nas áreas em que venho atuando ao longo da minha carreira: ciência, tecnologia, energia, meio ambiente e educação.

Vou encerrar dizendo que vou exercer meu mandato obedecendo a três lealdades. A primeira é com o meu Estado, junto com os Senadores Tasso Jereissati e Inácio Arruda, com os quais me dou perfeitamente bem. Trabalharei pelos pleitos do Estado, do Governador e dos Prefeitos, e dos Municípios, colocando o gabinete a serviço de suas necessidades. Atuarei também em plenário, discutindo políticas que alavanquem o desenvolvimento do Estado do Ceará e quebrem o desequilíbrio entre as regiões Nordeste e Sudeste.

A segunda lealdade é com o meu Partido, que ajudei a fundar e cujo programa e estatuto ajudei a escrever.

A terceira lealdade, que governa as duas lealdades anteriores, são os meus princípios morais e éticos que construí ao longo da minha vida. Não há Ceará e não há Partido que me façam contrariar esses princípios.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir o Senador Flávio Torres, do PDT, em seu primeiro pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Granjeou vários apartes de apoio e a presença de Moema Santiago, ex-Deputada Federal e sua companheira de lutas democráticas.

Pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para falar em nome do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de saber da minha inscrição. Eu tinha solicitado e fiz uma permuta com o Senador Flexa Ribeiro, para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Comunicação inadiável, agora o da vez é Paulo Paim. V. Ex^a, o Flexa Ribeiro inscreveu-se como Líder. Está inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em seguida, estamos alternando, uma comunicação. Mário Couto, que pediu... Não quer mais usar a palavra?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Depois do Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois de Paulo Paim é V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, só para um esclarecimento à Senadora Rosalba. O Senador Paulo Paim tinha...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É o primeiro da comunicação inadiável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Paulo Paim tinha cedido a mim a inscrição para uma comunicação inadiável e eu, atendendo a um pedido da Senadora Rosalba, passei a ela essa inscrição e fiz a minha inscrição pela Liderança. Parece-me que, na alternância, após a comunicação inadiável, serei o próximo a ser chamado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Olha, estamos fazendo a seguinte alternância: um orador inscrito, aí, comunicação inadiável; um orador inscrito, uma Liderança; orador inscrito, comunicação inadiável. E aí está seguindo. Agora é da vez Paulo Paim, comunicação inadiável da vez. Em seguida, já foi anunciado Mário Couto, orador inscrito.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Infelizmente, quando cheguei aqui, o Senador Flávio Torres já tinha acabado o seu pronunciamento e eu não pude fazer o aparte que desejaria durante o seu pronunciamento. Ouvi parte ainda pela televisão e foi o bastante para perceber a enorme contribuição que o Senador vai poder trazer às discussões nesta Casa. Conheço o seu talento. Conheço o seu preparo e o seu espírito público. E espero, com certeza, ouvir muito mais pronunciamentos como este, por parte de S. Ex^a, que, com certeza, vão engrandecer esta Casa, abrilhantar, aprofundar e enriquecer as discussões e os debates que nós vamos ter aqui.

Nós estamos, realmente, preparados aqui para ter, com a sua presença, uma contribuição muito grande para esta Casa, que, neste momento, vive uma crise, mas busca se reconstruir por meio da presença de Senadores como V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Tasso Jereissati completa a beleza do primeiro pronunciamento de V. Ex^a, Senador Flávio Torres, que se iniciou trazendo a memória daquele líder nacional que é Brizola.

Pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, fiz a permuta com a Senadora Rosalba e falo em nome da Senadora Fátima Cleide, que está inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, ela vai falar depois do Mário Couto. Mário Couto, V. Ex^a é o orador inscrito em seguida.

Professora, doutora Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Tudo esclarecido, muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de dizer ao Senador Flávio Torres, que aqui fez o seu primeiro pronunciamento, que, como sua vizinha ali do Estado do Rio Grande do Norte e conhecendo a sua biografia de trabalho, de zelo, é muito importante que possamos nos somar, com certeza, na defesa das questões maiores dos nossos Estados e da nossa região na luta contra as desigualdades. Sabemos, o senhor como cearense, e eu como potiguar, o quanto é necessário esse esforço conjunto para que possamos fazer neste País mais justiça. Que o nosso Nordeste, os nossos Estados sejam vistos pelo seu potencial e pela força da nossa gente. O senhor aqui bem representa o povo cearense e bem substitui a grande Senadora, com quem, durante tanto tempo, trabalhamos em conjunto, principalmente na área social, que é a Senadora Patrícia, que está de licença e a quem o senhor substitui.

Sr^as e Srs. Senadores, eu gostaria aqui de voltar a um assunto referente ao Fundo de Participação dos Municípios. Sei que todos tomaram conhecimento. Em seus Estados, deve haver realmente aquela situação de muita angústia, muita dificuldade nos Municípios. No meu Rio Grande do Norte, não foi diferente. A queda agora em agosto do FPM foi de mais de 16% em relação, Senador Mário Couto, ao mês de agosto passado. Os Municípios não têm culpa, porque sabemos que a crise é mundial e que o Governo Federal faz benefícios com o chapéu alheio. Entendemos que era necessário tomar medidas para preservar o emprego, e sabemos que o Governo tomou medidas quando reduziu o IPI ou isentou os automóveis, os eletrodomésticos e o material de construção. Mas isso teve um reflexo direto nas cidades, nos Municípios. Houve Município, agora em agosto, no meu Estado, em que a primeira parcela do FPM foi zero. Isso sem contar no sequestro, que é um verdadeiro sequestro, que a própria Previdência faz em decorrência de dívidas anteriores num momento de crise.

Eu sempre defendi que, até que a situação se normalizasse, o Governo tivesse a sensibilidade de suspender a cobrança das dívidas previdenciárias passadas da forma que é feita, sequestrando diretamente nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, para que os Municípios possam respirar, porque, enquanto se criam medidas para preservar o emprego

na indústria automobilística, o que é bem visto, tem de haver também mecanismos de compensação aos Municípios, os quais foram anunciados mas não estão sendo suficientes, não estão chegando – Senador Expedito, V. Ex^a conhece essa realidade –, para que os Municípios e as Prefeituras possam continuar as suas ações de forma normal.

Então, o que está acontecendo? Nas cidades menores, nas regiões mais pobres, nós sabemos, a receita maior de uma prefeitura – e em muitas é a única – é o FPM. Quando há essa queda, há consequentemente um crescimento negativo na cidade, porque as ações, os investimentos, deixam de acontecer e, consequentemente, há desemprego, há dificuldades.

Então, estou aqui, mais uma vez, falando dessa situação injusta, porque não é somente agora, nessa situação de crise, com a redução do IPI; é injusto sempre.

Os Municípios têm que ser valorizados. O Governo Federal, Senador Flexa, recebe os impostos, as contribuições, mas as contribuições não participam da divisão no Fundo de Participação para os Municípios e Estados. As contribuições são todas do Governo Federal. E essa distribuição fica mais de 60% com os órgãos federais, com o Governo Federal; o que fica para os Municípios é menos de 18%. Como é que o País pode ser forte?

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Como pode se desenvolver realmente de forma igualitária? Como se podem corrigir as desigualdades, se não tivermos os Municípios com condição de dar realmente uma boa educação. Municipaliza-se o Ensino Fundamental, mas os Municípios têm que ter as condições. Em relação à saúde, a primeira porta em que o cidadão bate é da sua prefeitura. Na hora da necessidade, tem que haver resposta. Como as ações sociais, as ações que impulsionam o desenvolvimento na zona rural, a infraestrutura. Então, fica sempre o Prefeito de pires na mão, tendo que mendigar, vindo a Brasília permanentemente, fazendo encontros, marchas, por aquilo que é um direito do cidadão brasileiro. É que os seus impostos retornem para aquilo que é direito e está na Constituição, saúde, educação, bem estar. O direito que esse povo tem de ter onde mora, onde estão suas raízes, onde está seu coração; oportunidade que lhe é negada. Chega! Não queremos mais isso! Passou esse tempo de que nós, nordestinos, tínhamos que sair de pau-de-arara para escapar em outro campo. Nós sabemos do nosso potencial, nós sabemos das nossas vocações naturais, nós sabemos que os nossos Estados têm condições, sim, de superar as adversidades

porque têm um povo forte, têm um povo bom, têm um povo com condições de fazer. E se der uma mão amiga, se der apenas uma oportunidade, mostramos que somos capazes, sim, de fazer ainda mais.

Então, estou aqui com este sentimento de indignação porque os Municípios precisam de mais. Estou com este sentimento de defesa da minha região, do meu Estado, mas é a defesa de todos os Municípios brasileiros, para que o Governo faça realmente a reforma tributária necessária para que os Municípios passem a ser aqueles que mais recebem recursos. Só assim iremos ter realmente um País forte.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – As ações têm que acontecer no Município, têm que ser realizadas no Município, e o Governo Federal que fiscalize, que dê as diretrizes e não fique apenas esperando que os Prefeitos venham, que fiquem amordaçados, que fiquem, de certa forma, presos por necessidade de não poderem, de forma nenhuma, dar o seu grito de liberdade, por ficar na dependência de um recurso que está para sair, seja no PAC, seja onde for. Isso é amarra, é a forma de querer, de certa forma, tirar o direito de cada cidade se desenvolver, de fazer suas ações da forma que a sua população deseja. E a população está presente, e está querendo, e nós também queremos.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Vou continuar batendo nesta tecla: fui Prefeita, senti na pele; três vezes, fui Prefeita da minha cidade e fiz tudo que estava ao meu alcance. Lutei muito. Mas eu sentia que se tivesse tido, com certeza, uma divisão mais justa desses recursos chegando à cidade que tanto impulsionei no desenvolvimento, muito mais se poderia ter feito, muito mais nós teríamos ganhado em obras, em ações, em desenvolvimento, em vida melhor para o nosso povo.

Então, Senador Flexa, concedo-lhe o aparte, com muito prazer.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Rosalba, quero parabenizá-la por trazer à tribuna um assunto que é recorrente: a falta de cumprimento dos acordos feitos pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Governo Lula. V. Ex^a trata da questão dos repasses dos fundos de participação dos Municípios. Isso é no Brasil inteiro. Essa carência de recursos para atender às demandas que são transferidas aos Prefeitos de onde vivem as pessoas. Quando vão cobrar saúde, educação, segurança, infraestrutura, vão aos Prefeitos e Vereadores. Lamento, Senadora Rosalba, porque V. Ex^a fala da necessidade de rever o pacto federativo, ou

seja, a divisão do bolo de receita, quando mais de 60% fica com a União. E, lamentavelmente, não conseguimos levar avante essa discussão do pacto federativo, porque o Governo central quer que os Prefeitos e os Governadores fiquem de pires na mão, pedindo favores, que são negociados politicamente, com apoio à sua futura candidata, porque até agora nem assumiu.

Eu quero deixar aqui, finalizando, Senador Expedito Júnior, que preside a sessão, a preocupação das denúncias que tenho recebido, ao caminhar no Estado do Pará, de que o Presidente Lula não está cumprindo com a palavra que deu aos Prefeitos, quando vieram até aqui, de repor as perdas do FPM aos patamares de 2008. Nós aprovamos aqui uma dotação de R\$1 bilhão, que seria para cobrir até maio mais ou menos. Depois disso, a informação que eu tenho – e estou mandando averiguar – é que não estão sendo feitos os repasses de acordo com 2008; ou seja, os Municípios estão tendo repasse bem aquém daquilo que receberam em 2008 e das suas necessidades para este ano. Parabéns por levantar essa questão, que deve ser diariamente debatida no plenário do Senado Federal, em defesa dos Municípios brasileiros.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador Flexa. V. Ex^a, como sempre, solidário, defensor dos Municípios, por entender a importância que tem os Municípios para a força deste nosso País.

Agora, eu gostaria de relembrar não somente a compensação, mas também, quando da medida provisória para o reparcelamento das dívidas com o INSS, as emendas que foram apresentadas pelos Parlamentares, porque os Parlamentares estão na base, estão sentindo e estão dando sugestões ao Governo. Mas elas foram vetadas, que eram exatamente uma nova sistemática para o parcelamento, para dar uma pausa a essa cobrança, a fim de que também os Municípios pudessem saber com clareza o que é que estão pagando, porque nem isso eles sabem. Enfim, são essas questões em face das quais nós não podemos nos calar; não podemos, de forma nenhuma, cruzar os braços. Vamos continuar aqui levando a nossa voz em defesa dos Municípios, porque eu entendo que a força deste País parte dos Municípios.

E, para finalizar, Sr. Presidente, quero até agradecer-lhe por ter me dado mais alguns segundos. Eu gostaria de voltar rapidamente a uma informação sobre o pronunciamento que fiz na segunda-feira com relação aos previdenciários que estão no meu Estado em greve de fome. Fiz aqui um pronunciamento dizendo dessa situação crítica, dessa situação que realmente nos deixa angustiados; são homens, são trabalhadores que chegaram ao extremo de uma greve de fome em

função do direito que eles tinham conseguido e que o Governo Federal de forma insensível retirou deles, como os 84% que tinham de compensação do tão falado Plano Collor. Eles tinham há 15 anos conseguido esse direito na Justiça, já transitado em julgado, mas o Governo Federal, de forma insensível, mandou retirar. Eu caminhei com os previdenciários do meu Estado, de ministério em ministério, em busca de uma solução, mas, infelizmente, ninguém se sensibilizou.

Agora mexeram, também, no plano de cargos e salários desses trabalhadores, acordo feito há 22 anos. Então, já tem trabalhador que está em greve de fome e que é aposentado, o seu contracheque está negativo. Um deles disse-me: "Eu vou morrer, porque se do fruto do meu trabalho eu não tenho mais, então, eu já vou morrer de fome mesmo, porque não tenho como comprar comida".

Para fazer esse alerta, Senador Paulo Paim, V. Ex^a que sabe da luta dos sindicalistas da Previdência, que buscam esse direito.

Agora, tenho até uma informação. Eu disse aqui da tribuna que pediria ao Ministro da Previdência uma audiência com a Comissão de Assuntos Sociais, que eu presido, convocando também a Comissão de Direitos Humanos, para expor essa situação, a fim de que o Ministro agilize um acordo, alguma coisa para que eles parem com a greve de fome. A resposta que recebi do Ministério é uma audiência para o dia 18, mais uma semana, quando é urgente, Senador Tuma! Faço aqui este apelo. É urgente! Que seja feito de imediato!

Mas nem tudo é tão negativo. Ontem, alguns Ministros estiveram no meu Estado e atenderam, receberam, eles conseguiram ambulância, foram levados em ambulância, e chegaram até à Ministra da Casa Civil, ao Ministro Nascimento, aos Ministros que lá estavam, que assumiram o compromisso de, chegando em Brasília, tentar intermediar ou sensibilizar o Governo. Eu espero que isso aconteça realmente, Ministra, porque, se não me engano, em 05 de maio, quando o Presidente esteve lá no Estado, recebeu das mãos da Deputada Sandra Rosado e de outros Parlamentares, documentos que os funcionários da Previdência entregaram, e até hoje não houve nenhuma resposta. Entregaram em mão.

Pois não, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Rosalba Ciarlini, de forma bem rápida, eu quero me somar a V. Ex^a. Os trabalhadores da Previdência do Estado estão em greve de fome. Não tem essa de vencido nem de vencedores; não tem essa de querer levar ao extremo para dizer que não atendeu, nem que seja em parte, às reivindicações dos trabalhadores. O bom senso e a inteligência demonstram que o

Ministério tem que conversar, sim. Eles estão em uma situação desesperadora. V. Ex^a dava um relato antes, é uma questão de risco de vida efetivo e o Ministério tem que abrir o diálogo, tem que conversar. Eu sempre digo que mesmo os vencedores precisam ter muito respeito com os vencidos e não querer que as pessoas cheguem à morte. Farei também esse movimento no Ministério para estabelecer algum tipo de entendimento que permita a esses trabalhadores saírem da greve de forme e voltarem ao trabalho. Meus cumprimentos a V. Ex^a. V. Ex^a está correta, está interferindo na busca do entendimento, fazendo a mediação para evitar que nós cheguemos a uma situação, quem sabe, até de morte. Parabéns a V. Ex^a! Eu estarei junto com V. Ex^a. Se necessário, vamos ao Ministério exigir que se estabeleça o processo de negociação. Parabéns!

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador Paim. V. Ex^a, como sempre, em defesa dos trabalhadores, entendendo que, em determinados momentos, eles têm que apelar para o extremo. Mas só que esse extremo, Senador Tuma – concedo já um aparte –, realmente me preocupa. Sou médica e estive lá. Um dos que estão em greve de fome também é diabético. Fiquei bastante preocupada. Alguns já perderam mais de 10 quilos. Então, essa é uma situação que me preocupa. Qualquer ser humano tem que ter essa preocupação. Eu tenho de fazer o que estiver ao meu alcance. Não quero jamais dizer que aconteceu o pior por minha omissão. Não me omitirei jamais. Espero que o Ministro da Previdência nos escute, que o Governo Federal encontre realmente uma forma para que possamos acabar com essa situação tão grave, e que os trabalhadores sejam respeitados nos seus acordos e nos seus direitos.

Chega! Já basta o que o aposentado passa. Nós aqui já levantamos nossa voz quantas vezes, somando-nos aos projetos do Senador Paim em defesa do aposentado, que, depois de uma vida toda de luta, vê seus salários... O que recebe de aposentadoria mal dá para comprar seus remédios. Isso não pode continuar.

Senador Romeu Tuma, com muito prazer, dou-lhe um aparte.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senadora, eu não pretendia pedir aparte, mas vi a manifestação angustiosa de V. Ex^a, do Senador Paim, e tenho visto o Senador Mário Couto todo dia, na tribuna, reclamando sobre a reforma da Previdência Social. Mas o que me assusta é a greve e greve de fome, porque é o extremo a que o cidadão chega, entrando praticamente num suicídio.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – É um desespero.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – É um suicídio, um desespero. Ele prefere morrer a passar a angústia e a vergonha de não poder ser respeitado nos seus direitos. Mas a senhora falou uma coisa aqui que, às vezes, me angustia muito: audiência com autoridades do Governo. Quando a senhora pede, eles, Senador Expedito, querem um *fax* para dizer o assunto e depois vão dar a resposta. Passam-se vários dias para dar uma resposta, marcam para um tempo indeterminado e não querem nem saber se há urgência ou não. Quando um Parlamentar vai buscar uma entrevista com um Ministro ou uma autoridade do Executivo, ele precisa estar presente para conversar na hora. Então, como é que a gente vai fazer daqui para frente? Como deveria ser feito? Convocar. Não atendeu o Senador, convoca para depor em uma comissão permanente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – E é isso que eu acho que deve ser feito.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu acho que é o caminho que devemos tomar. Não há respeito com o Parlamentar. Você pede uma audiência, eles vão embromando, embromando, querem *fax*, querem telegrama, querem saber o que você vai discutir... o Ministro nem te atende, é a secretária. Às vezes, quando você vai, ele manda uma auxiliar conversar. Então, vamos fazer o seguinte: vamos convocar e dizer: olha eu quero que convoque porque ele se recusou a me receber num assunto tal. Então, ele que venha explicar à população o que realmente está acontecendo. Estou com V. Ex^a. Estou pronto a ir com o Paim, junto com a senhora, ao Ministério.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador Tuma. Acho que nós devemos, realmente, tomar uma posição dessas. Se não for resolvido... o Ministro inclusive é Parlamentar. Agora, porque Rosalba Ciarlini não é da base de sustentação, de apoio ao Governo, talvez seja por isso. Mas estou defendendo os trabalhadores. Estou querendo intermediar para que não aconteça o pior na vida desses trabalhadores. E não podemos ficar, de forma nenhuma, omissos nessa questão.

Então eu quero, desta tribuna, agradecer a solidariedade de V. Ex^as e, também, o apoio daqueles que puderem me acompanhar nessa luta.

Era isso, Sr. Presidente, Senador Expedito Júnior, que eu tinha para colocar, agradecendo, mais uma vez, a sua compreensão.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Expedito Júnior. Bloco/PR – RO) – Convidado, como orador inscrito, o Senador Mário Couto para fazer uso da palavra. S. Ex^a é um grande Senador que defende o Brasil e o Estado do Pará.

S. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente Expedito, primeiro, é uma honra vir a esta tribuna e ver V. Ex^a presidindo esta sessão.

Antes de começar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu quero registrar, com muita alegria, Senador Tuma, a presença de um dos melhores Prefeitos da Ilha de Marajó, Prefeito Edson, da cidade de Anajás; é um Prefeito competente, operoso, que nos orgulha por ser do nosso Partido, o PSDB. É um Prefeito que, na última eleição, ajudou este Senador com mais de 80% dos votos da cidade de Anajás. Oitenta por cento, Senador Expedito, é muita coisa. Por isso eu registro esse fato com enorme satisfação.

Mas, Presidente Expedito, eu fiz um pronunciamento, como sempre faço aqui, nesta tribuna, voltado a meu Estado do Pará, meu querido Estado do Pará, que hoje vive em situação muito precária nas áreas da saúde e educação.

Eu fiz um comentário, nesta tribuna, Sr. Presidente, observando a má conduta da Governadora Ana Júlia Carepa, porque S. Ex^a tinha como rotina sair do seu trabalho e ir a bares, na grande cidade, ingerir bebida alcoólica. Eu me referi à Governadora. Eu não me referi à mulher Ana Júlia. Eu me referi à Governadora Ana Júlia.

Senador Tuma, eu queria que V. Ex^a ficasse só um pouquinho porque eu vou precisar de V. Ex^a. E aí eu criei uma verdadeira fúria nos Deputados do PT da capital paraense. Primeiro, eu quero dizer – já disse isso várias vezes e quero dizê-lo, novamente, à minha Governadora – que eu não tenho nada pessoal contra ela. Mas, obrigatoriamente, Senador Tuma, eu vim para cá defender o meu Estado. Eu vim para cá representar o meu Estado e, como tal, eu tenho a obrigação de fazer isso. Eu não posso ser omissa sobre o desleixo da nossa Governadora. Eu não posso ter a informação concreta de que a população paraense, tanto do interior quanto da capital, tomba nas ruas, assassinada. São 12 mortes em cada final de semana, meu Prefeito querido. São três mortes por dia. Os hospitais do meu querido Estado estão sem nenhuma condição de atender a população. Então eu faço isso, meu Presidente, para tentar ajudar e ainda sou ofendido.

Agora mesmo, recebi um ofício do Ministro da Justiça dizendo que vai intervir no Estado do Pará, buscando diminuir a violência. É uma ajuda que eu

estou dando à Governadora do meu Estado. O Ministro se sensibilizou, mandou uma correspondência para mim, Senador Flexa Ribeiro, dizendo que vai tomar as providências para tentar diminuir a violência no meu Estado.

Em defesa do meu Estado, não foi nem com o sentido de crítica, foi um pedido, eu pedi encarecidamente à Governadora que respeitasse o povo do meu Estado. Nós estamos passando um momento difícil no Estado do Pará. Creia, Senador; acredite, Senador. É um momento de angústia, um momento de terror nas ruas de Belém. Os próprios Deputados Estaduais já foram assaltados nas ruas de Belém.

Aí veio um Deputado ontem, até o perdoo... Então eu digo ao Deputado Bordalo: V. Ex^a está perdoado. Mas eu gostaria de pedir ao Corregedor do Senado que interpele esse Deputado porque ele me chamou de traficante na tribuna da Assembleia, tudo porque eu faço isso em defesa do meu Estado, porque eu estou todo dia aqui defendendo o meu Estado, porque estou preocupado diariamente com aqueles que tombam mortos nas ruas do interior e da capital, porque eu zelo pelos meus concidadãos, porque eu me preocupo com os meus irmãos que estão morrendo sem hospital – e os hospitais de referência do meu Estado estão fechando as portas. E a nossa Governadora não dá a mínima bola. Eu peço que ela respeite o povo do meu Estado, que beba na sua casa, que não vá diariamente aos bares se expor. Ninguém é obrigado a se meter na vida de ninguém. Não tem por que eu me meter na vida da Governadora, gente. Mas é um pedido que faço a ela, é apenas um pedido que faço a ela de um humilde Senador; que ela respeite o momento por que passa o Estado do Pará, porque ela mesma fez esse mal momento, ela é a responsável por esse mal momento. E esse Deputado me chamou de traficante.

Por isso eu gostaria que V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, como Corregedor deste Senado, o interpele e peça a ele que prove o que falou na tribuna da Assembleia Legislativa. Eu gostaria que V. Ex^a interferisse nesse assunto, porque é uma palavra, é uma expressão forte, é uma palavra de um teor muito condenável, é uma palavra que, diante da família, repercuta mal e eu não tenho nenhum motivo para aceitá-la. Eu peço a V. Ex^a que interpele, como Corregedor deste Senado – eu estou interpelando na Justiça –, que peça ao Deputado para provar que eu sou traficante. Eu sei o porquê, logicamente, da fúria do Deputado. Eu sei o porquê. É porque a Governadora, diante da minha postura neste Senado de defender o meu Estado, deve ter chamado o coitado do Deputado, que deve ser submisso à Governadora – aquele Deputado que cumpre ordens –, e deve ter-lhe dito: “Vá à tribuna da

Assembleia Legislativa amanhã, menino! Tu tens que fazer isto: ofende aquele Senador". E o coitado foi para a tribuna, empolgou-se! Primeiro mandato, menino novo, sem experiência, empolgou-se e usou uma palavra inadequada.

Agora é preciso esclarecer isso à população. Somos homens públicos, e é preciso que cada um de nós ande nas ruas com o nariz em pé, com o rosto levantado. Eu ando, Senador. Eu falo tudo o que falo aqui, paraense, sem medo. Sempre digo aqui nesta tribuna que não tenho medo de nada porque não devo nada. Não tenho nada. Olha, esse PT do Pará há anos procura alguma coisa do Mário Couto e não consegue, porque não tem nada. A minha vida pública é limpa, cristalina. Não devo nada a ninguém. Por isso, tenho moral, Senador, de chegar aqui e bater nesta tribuna, falar o que eu quero, dizer o que eu quero. Não vivo de cargos públicos. Não vivo de favor. Tenho direito moral de reclamar, de criticar, defender o povo do meu Estado. Faço sem nenhum receio. Meu travesseiro não tem espinhos, e jamais colocarei espinhos no meu travesseiro. Quero ter sempre a minha noite tranquila. Não quero ter insônia de atos cometidos contra a população.

Pois não, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu queria cumprimentá-lo, antes de assumir a responsabilidade, para cumprir o pedido correto de V. Ex^a. Quero cumprimentá-lo pela dignidade de buscar retorcer uma acusação infundada, uma injúria, uma calúnia, que de graça é oferecida a V. Ex^a. Eu só retiraria a palavra "coitado", porque quem faz um papel deste, acusando sem base jurídica, sem prova, não é coitado, Presidente, é alguém que praticou um crime em tese. Então eu vou retirar da boca de V. Ex^a a palavra "coitado". Ele é responsável a explicar aquilo que da tribuna usou para ofendê-lo. E V. Ex^a dá um exemplo bom aqui. Nós não podemos mais aceitar ofensa sem retorquir da tribuna na hora e exigir providências. Eu farei o mais rápido possível, e peço a V. Ex^a que continue a pedir apoio e segurança aos cidadãos do Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

Eu sempre o admirei pela sua postura e tenho certeza que V. Ex^a o fará, que V. Ex^a virá a esta tribuna, falando depois sobre a solução da questão que nós estamos colocando aqui e que é muito séria.

Mas olhe, Senador...

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Mário Couto...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu vou já terminar... Ah, pensei que fosse o Mão Santa, me cobrando que descesse da tribuna. Mas V. Ex^a me dá um orgulho muito grande ao me apartear.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Mário Couto, quero primeiro dar uma palavra de solidariedade e tenho certeza de que a minha posição reflete o sentimento maior do Estado do Pará, até pela defesa que V. Ex^a faz daquele Estado, em todas as áreas. Quer sejam os problemas da mortalidade infantil, o hospital de Belém, quer seja o não funcionamento dos hospitais do interior, quer seja a cobrança da segurança, sempre V. Ex^a é um exemplo, embora como Senador, com uma preocupação nacional, mas sempre cobrando e defendendo os temas que são importantes para o Pará e para o seu povo. Então, as minhas palavras são de solidariedade. Segundo, dizer da minha tristeza, porque também na Paraíba estamos vivendo um momento de insegurança muito grande. Basta dizer a V. Ex^a e aos demais Senadores e Senadoras aqui presentes e ao Brasil como um todo que, há cerca de 15 dias, se comentava na Paraíba que o índice de homicídio tinha aumentado muito, que a nossa capital tinha ocupado uma posição indesejável por muitas capitais deste País. E o Secretário de Segurança foi à imprensa dizer que reconhecia esse agravamento. Estou falando do Secretário de Segurança do atual Governo, que há aproximadamente seis meses está no mandato, fruto da judicialização do processo eleitoral que cassou o nosso Governador, que teve mais de um milhão de votos – e hoje ainda se está discutindo se quem deve assumir o mandato é o segundo colocado ou se deve ter nova eleição. Pois bem, o Secretário de Segurança disse que reconhecia essa dificuldade, mas que o que ele tinha a dizer à Paraíba é que iria piorar. V. Ex^a imagina que as ações que nós verificamos do atual Governo é exatamente nesse sentido!? Um dos primeiros decretos que o atual Governo baixou foi retirar R\$16 milhões da autonomia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB –, para gastar não em segurança, mas em propaganda. O corpo universitário, a universidade, a comunidade toda reagiu. Ele cancelou esse decreto. Mas, pasme V. Ex^a: ele baixou novo decreto no mês passado remanejando R\$9 milhões da segurança, e sabe para o quê, Excelência? Para propaganda. E sabe o que hoje a Paraíba está a se perguntar? Como é que a família que foi vítima da insegurança do Estado vai ficar em frente à televisão, vendo a propaganda do Governo, com os olhos cheios de lágrimas por ter perdido um ente querido? E por falta da verdadeira responsabilidade do Governo na segurança. Daí eu me posiciono ao seu lado, ao lado de todos aqueles que defendem os seus Estados e sabem que, entre tantos outros problemas, um dos mais sérios é o da segurança. Para nós, que defendemos a questão do aposentado, quero dizer que se encontra na Câmara Federal a PEC nº 300, que bus-

ca uma equiparação entre os agentes de segurança, policiais militares e civis; uma equiparação mínima neste País. E todos nós aqui do Senado devemos ter o compromisso de agilizar, quando aqui chegar o projeto para melhorar o salário desses funcionários, da PEC nº 300, que são os soldados militares e todos da carreira militar e também da civil; que nós possamos dar o apoio a eles, juntamente com equipamentos e com a decisão política de quem está na frente, quer seja o Governo Estadual, quer seja o Governo Federal. Então eu trago essas palavras e quero repetir a minha solidariedade para com a justa reivindicação e cobrança de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Cícero.

Senador Flexa, eu vou lhe dar um aparte, para encerrar, na tarde de hoje, Senador Mão Santa.

Digo o seguinte, Senador Flexa, brilhante Senador do meu Estado, tudo isso aí é porque eu aconselhei, pedi à Governadora que evitasse ir aos bares quase todos os dias. E disse do meu sentimento. Eu sentia que era uma falta de respeito, não da mulher Ana Júlia, mas da Governadora Ana Júlia. Se ofendi, se criei polêmica, Senador Jarbas Vasconcelos, eu vou aqui retirar o que falei. Eu vou aqui dizer o seguinte: Governadora, desculpe-me! Desculpe-me, Governadora, pelo conselho que lhe dei. Vá aos bares. Continue bebendo. Continue mostrando as farras. Libere geral, Governadora. Faça o que quiser. Pronto! Está tudo resolvido. Não vou mais incomodá-la. Não vou mais falar. Nunca mais eu falo e nem dou conselho a V. Ex^a nesta questão de bebida. Nunca mais! Estou aqui me redimindo do erro. Pode fazer o que V. Ex^a quiser. Toda vez que for para o interior, pegue um pileque. Toda vez que terminar de liberar no Palácio dos Despachos, vá a um bar e pegue um pileque. Pronto, Governadora! Faça isso, que o povo vai lhe dar a resposta em 2010. O povo paraense vai lhe dar a resposta.

Para encerrar, ouço o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, V. Ex^a vem à tribuna hoje para um desabafo da agressão sofrida na Assembleia Legislativa pelo Deputado do PT, e teve o apoio em aparte de seus Pares no Senado, que conhecem a forma destemida, corajosa, competente com que V. Ex^a luta pelo Estado do Pará. Lamentavelmente, Senador Mário Couto, nós só temos más notícias para informar do Estado do Pará. V. Ex^a enumerou várias delas, como a questão da saúde, e a segurança. Eu estive, no dia 2, em Altamira – e vou fazer um pronunciamento sobre isso –, e é lamentável. A Governadora deveria ouvir o seu conselho, sim. A Governadora deveria ouvir a população do Estado do Pará, deveria começar a trabalhar. Ela leu a Bíblia e

não entendeu! Ela leu a Bíblia e não entendeu! Deus criou o mundo em seis dias e descansou no sétimo. Acho que ela entendeu o contrário. Ela resolveu descansar seis dias e trabalhar no sétimo. E com isso quem sofre é o povo. São os nossos queridos irmãos do Pará que sofrem, porque até hoje a Governadora não disse a que veio, no Estado do Pará. E, como bem V. Ex^a diz, ela vai ter a resposta, já no próximo ano, já no final de Governo. Ela já está chegando à fase em que nem cafezinho vão servi-la mais, tal o desgaste que ela está tendo em todo o Estado do Pará. Eu quero me solidarizar com V. Ex^a. Continue, porque V. Ex^a tem o apoio deste seu companheiro de Senado para que possamos defender, porque é isso o que fazemos aqui, o nosso Estado do Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sem dúvida nenhuma, Senador Flexa, jamais vou me curvar a qualquer crítica, jamais alguém vai me calar nesta tribuna. Continuarei defendendo o meu querido Estado do Pará.

Senador José Sarney eu iria ler mais um requerimento aqui, mas eu sei que a Ordem do Dia está atrasada e eu quero respeitar a Ordem do Dia. Vou ler este documento depois, com folga.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Expedito Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Quero, em primeiro lugar, comunicar ao Plenário que, dando prosseguimento ao plano de expansão da Rádio Senado, neste momento a emissora passa a transmitir também para a cidade de Cuiabá, Mato Grosso, em caráter experimental na frequência de 102,5 megahertz.

A Rádio Senado FM, que já opera em Brasília e em Natal, no Rio Grande do Norte, tem como finalidade a transmissão ao vivo das sessões plenárias e das comissões do Senado Federal e do Congresso Nacional e divulgar as atividades realizadas na instituição, contribuindo para a transparência das ações legislativas.

A emissora ainda transmite em ondas curtas, na faixa de 49 metros, 5.990 quilowatts e também está disponível na Internet no endereço www.senado.gov.br. O plano de expansão da Rádio Senado, num esforço para ampliar a divulgação de suas atividades, prevê

ainda para este ano o início das transmissões em Fortaleza, num total de 16 concessões autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero parabenizá-lo e saudá-lo pela informação que V. Ex^a traz do início da transmissão da Rádio Senado em Cuiabá.

Eu pediria a V. Ex^a que pudesse dizer ao povo do Pará quando é que o Pará e, em especial, Belém vai ter o privilégio de ter as transmissões ao vivo da Rádio Senado e da TV Senado. A TV Senado, há dois anos, teve a sua instalação em Belém para ser uma TV aberta priorizada, e, lamentavelmente, por uma ação da Governadora, que não cedeu o espaço oneroso da Funtel para a TV Cultura do Pará, até hoje não foi possível a instalação da TV Senado aberta em Belém.

Foi feita uma licitação para que se pudesse ter a disponibilidade de área, mas está tudo parado, Sr. Presidente.

Eu pediria a V. Ex^a, encarecidamente, que fizesse todos os esforços para que a TV Senado pudesse levar aos paraenses, primeiramente em Belém e depois em todo o Estado, a sua imagem como TV aberta. E que a Rádio Senado possa também transmitir ao vivo para o Estado do Pará as sessões do plenário e das comissões. Eu pediria isso. Tenho certeza absoluta de que esse pedido é endossado pelo Senador Mário Couto e pelo Senador José Nery, que compõem a Bancada do Estado do Pará no Senado. Eu peço a V. Ex^a que possa nos dar uma resposta o mais breve possível.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Nós retomamos esse programa e já estamos com uma programação para justamente cumprir de acordo com as nossas disponibilidades. Acredito que, dentro desse programa, está a TV de Belém.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu pediria a V. Ex^a que priorizasse Belém, porque já estava priorizado há dois anos, e que pudesse, senão agora, mas em seguida, pudesse nos dizer a data prevista para que a TV possa estar funcionando em canal aberto e a Rádio Senado também. Eu fico aguardando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Está bem.

A Ordem do Dia é muito pequena e eu vou terminá-la primeiro. Em seguida, darei a palavra aos ilustres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 5:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos. Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.
Em discussão. (Pausa)

Não havendo oradores, a matéria voltará à Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Item 28:

REQUERIMENTO N° 1.210, DE 2007 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.210, de 2007, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de repúdio e censura às declarações racistas, ocorridas no dia 16 de outubro de 2007, pelo ganhador do prêmio Nobel de Medicina, James Watson, afirmando ao jornal britânico *The Sunday Times* que negros são intelectualmente inferiores aos brancos.

Parecer favorável, sob o nº 1.275, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator *ad hoc*: Senador Flávio Torres.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, dou o requerimento como aprovado.

A deliberação do Plenário será cumprida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 29:**

REQUERIMENTO N° 88, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 88, de 2009, do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no Leste Europeu, pelo 91º aniversário da independência daquele país.

Parecer favorável, sob nº 1.276, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

Votação do requerimento.

Se as Senadoras e os Senadores estiverem de acordo, o requerimento está aprovado. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está terminada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens não apreciados e transferidos para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social)*.

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

6

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 187, DE 1995

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal*.

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

7

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 255, DE 2004

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004 (nº 4.852/2005, naquela Casa),

de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, que altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres que reiteradamente hospede criança ou adolescente desacompanhados ou sem autorização).

Pareceres sob nºs 479 e 480, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com adequações, que apresenta; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide, favorável, acatando as adequações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consolidadas em texto final que encaminha.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 41, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121/99, na Casa de origem, do Deputado Cunha Bueno), que estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.

Parecer sob nº 1.089, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-Cl, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações

ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003 (nº 1.550/96, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que facilita o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.

Parecer favorável, sob nº 1.055, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 110, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).

Parecer nº 1.085, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Lobão Filho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 74, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro).*

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000,

na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.*

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.*

Parecer nº 1.087, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de resarcimento).*

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Neuto de Conto.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *incluir no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 136, de 2008– Complementar (no 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nos 953 e 954, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessarenko; e

- de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

- de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Re-

lator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.001, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de

voto de louvor pelo primeiro Dia Mundial dos Trabalhadores Humanitários, a ser comemorado em 19 de agosto de 2009.

Requeiro, ainda, que este voto de louvor seja levado ao conhecimento do Sr. John Holmes, Subsecretário-Geral das Nações Unidas para Assuntos Humanitários e Coordenador de Assistência Emergencial da ONU.

Justificação

Numa época em que o mundo vive cercado de guerras, conflitos intermináveis, a ira da natureza com fenômenos cada vez mais arrasadores, escassez de água, fome e desespero em escala planetária, destaca-se a figura dos trabalhadores humanitários que buscam, com seu trabalho e dedicação ímpar, amenizar o sofrimento de tantas pessoas necessitadas.

A louvável iniciativa justifica-se em razão do ideal de ajudar todos aqueles que precisam e sofrem em razão de crise, não importando a nacionalidade, raça, credo, ou ideologia política. A ajuda humanitária chega através de pessoas abnegadas, que levam, com suas ações, um mínimo que, invariavelmente, representa um grande e inestimável auxílio para amenizar os sofrimentos imprevistos e inesperados experimentados pelos necessitados.

Tal auxílio não tem lugar certo, podendo acontecer em terras longínquas, como o Paquistão, Somália, Mianmar, Sri Lanka ou na América Central, onde as forças da natureza não dão trégua. Os esforços são contínuos, porque as necessidades de amparo não dão trégua.

Em meio a tantas dificuldades, ainda há que salientar os problemas que os trabalhadores humanitários encontram quando se vêem agredidos e muitas vezes são mortos sem piedade, como aconteceu com o brasileiro Sérgio Vieira de Melo, em 19 de agosto de 2003, em Bagdá.

Por essa razão, nada mais justo que seja apresentado um voto de louvor para lembrar essa data como um marco de reconhecimento por aqueles que dedicam a sua vida a ajudar aos menos afortunados.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Jefferson Praia**, PDT/AM.

REQUERIMENTO N° 1.002, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para o radialista Manoel Corrêa, que homologou o recorde de “Radialista com o Maior Tempo em uma Emissora”. São 60 anos dedicados à Rádio Clube de Lages-SC, de 1949 a 2009.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao arquivo

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Crivella. Em seguida, o Senador José Agripino e, em terceiro lugar, o Senador Tenório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte. Sem revisão do orador.)

– Srs. telespectadores da TV Senado, Srs. ouvintes da Rádio Senado, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sr. Presidente, venho aqui hoje apenas para esclarecer um fato.

Na segunda-feira pela manhã, dei uma entrevista ao site “Congresso em foco”, muito respeitado. E tenho pelos jornalistas extrema admiração e apreço. Porém, fui surpreendido quando a matéria foi colocada no ar, porque, tentando explicar a crise no Senado, usei uma figura de antítese, dizendo o seguinte: que V. Ex^a tinha sido acusado de ajudar aliados e ter enriquecido ilicitamente. Por isso, era massacrado pela imprensa. E eu, até por não ter tempo de vida pública, e por nunca ter nomeado ninguém, talvez pudesse ser acusado apenas de empobrecimento ilícito porque doei tudo que ganhei na música e ainda assim era massacrado pelos jornais. E eu, então, usei essas duas figuras, mostrando que cinquenta anos de vida pública e cinco anos de vida pública, e, supostamente, o que o senhor tenha feito e o que eu supostamente não tenha feito, ou o que eu tenha feito e o que V. Ex^a não tenha feito, não importava, porque o jogo era político, o jogo era um jogo de poder, um processo eleitoral deflagrado com antecipação.

E, para minha surpresa, eu não me fiz bem entender e acabou que as manchetes saíram apenas – não o que eu disse – de que V. Ex^a era acusado pela imprensa de ter ajudado aliados e ter enriquecido, como se fosse essa a minha acusação.

Sr. Presidente, tenho colocado sempre aqui a minha posição. Não avocaria para mim a responsabilidade de que cabe ao Conselho de Ética, nem faria qualquer prejulgamento de V. Ex^a. Aliás, na própria reportagem já há uma assertiva minha de que considero seus anos de vida extremamente positivos e com grandes realizações a favor do Brasil.

Eu gostaria de dar esses esclarecimento, para que não deixasse transparecer qualquer posição que tenha sido feita numa entrevista e que não se coadune com aquelas que tenho manifestado reiteradamente em nome do meu Partido. E não faço só em meu nome, não. Eu sempre consulto o Vice-Presidente José Alencar e o Senador Roberto Cavalcanti.

Então, eu gostaria de esclarecer esses fatos. Lamento. Como V. Ex^a sabe, nesses momentos tumultuosos, muitas vezes, as notícias não condizem com as palavras.

Agora, não há, por parte do *site*, qualquer interesse malévolos. Talvez eu mesmo não tenha me expressado bem. Aliás, V. Ex^a foi vítima disso esses dias, porque um dos nomes que V. Ex^a disse que não conhecia, eles usaram um homônimo – um homônimo – para dizer que V. Ex^a mentiu em seu depoimento. Essas coisas são confusas e acabam saindo e prejudicam a nós todos.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que estive no Rio de Janeiro na comemoração dos 150 anos da Igreja Presbiteriana, acompanhando o Presidente Lula. Uma solenidade extraordinária! Os presbiterianos chegaram aqui em 1559, com a presença de Ashbel. Naquela ocasião, não se podia ter preleção evangélica no País, nem se podia construir igrejas, tampouco era possível a escola pública ou a escola privada, só havia escolas católicas. Mas, ainda assim, esses missionários, com idealismo, com renúncia, com sacrifício, estabeleceram neste País uma igreja que tem um vulto extraordinário. São mais de vinte mil presbíteros, cinco mil pastores. Eles estão em oitocentos Municípios, eles fundaram a Universidade Mackenzie, eles fundaram grandes escolas, sobretudo no Nordeste, e são um exemplo da fé do povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu gostaria, por último, de lamentar profundamente as notícias injuriosas, as calúnias, infâmias, insultos que têm sido publicados nos jornais brasileiros com relação a um processo que já correu no Supremo Tribunal Federal, que já teve sentença, e a sentença foi de inocentar. Essa tese de que a Igreja Universal arrecada recursos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a a generosidade de estender o meu tempo por um pouco mais. O assunto é relevante, mas eu não vou me delongar.

Essa tese de que pastores tenham pegado dinheiro de ofertas, mandado para o exterior e assim financiado recursos para enriquecer, isso não é novo. Isso já foi denunciado em 1993, com denúncia apócrifa. De lá para cá, a Polícia Federal, a Interpol, o FBI, a Receita Federal e, finalmente, o Supremo Tribunal Federal concluíram que as denúncias não tinham fundamento.

Eu assisti, novamente, a todo esse calvário, todo esse rosário de acusações voltarem novamente à mídia; mas não fazem jus à verdade. Aliás, a reportagem começa com um equívoco técnico, porque a denúncia

não foi aceita pela Justiça. O juiz recebeu a denúncia do Ministério Público e abriu prazo para que a defesa apresente seus argumentos. É bem possível, e eu acredito que isso ocorrerá, que, quando a defesa for apresentada, essa denúncia não seja aceita.

Agora, se essa denúncia não for aceita, páginas de noticiários, horas de programação de televisão e noticiários de rádio terão sido em vão ou terão apenas proclamado um processo quando, no mínimo, deveria ter sido dado tempo para que a Justiça se manifestasse adequadamente, aceitando ou não.

Agora, Sr. Presidente, não aguardem que, dessa vez, a interpretação seja a de dar a outra face, ficando calado. Presidente José Sarney, essa é uma lição interessante para nós observarmos. Tenho a impressão de que dar a outra face, muito mais do que a interpretação literal, significa responder mentira com verdades, calúnia com assertivas da realidade, e é isso que faremos. Hoje, o noticiário da TV Record será amplo e colocará na mídia aquilo que vai contraditar todo esse dilúvio de injúrias, infâmias, calúnias e insultos de que fomos vítimas.

Sr. Presidente, continue contando com a minha solidariedade e a solidariedade do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Eu agradeço a V. Ex^a porque realmente vi que as declarações não estavam de acordo com a sua personalidade.

Com a palavra o Senador José Agripino. (*Fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma denúncia e a faço com muito constrangimento, porque esta Casa é testemunha de que, nos últimos anos, Senador Mão Santa, o Governo Federal mandou para o Senado, para o Congresso Nacional um sem-número de propostas, criando cargos novos, concedendo reajustes a servidores, concedendo benefícios a funcionários, criando muita despesa pública, que, no meu julgamento pessoal, nem sempre é procedente.

Enquanto isso, no meu Estado, mais de mil funcionários, mais de mil pais de famílias, funcionários do INSS, estão passando constrangimentos, e alguns deles, Presidente Sarney, em greve de fome. Greve de fome. Tem gente fazendo greve de fome no meu Estado. Sabe por quê? Enquanto o Governo Federal concede aumentos, cria cargos, cria despesa pública para o Brasil, mil e poucas famílias, no Rio Grande do Norte, que tiveram ganhos judiciais referentes a vitórias no campo da justiça, com relação ao Plano Collor e PCCS, há mais ou menos quinze anos, em 1992 e em 2001,

respectivamente, e, ao longo desses quinze, dezenesseis anos, percebem essas vantagens conquistadas na Justiça, de repente, não mais do que de repente, têm isso subtraído, parado, tornado sem efeito, por uma ação da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria do INSS, que, além de mandar parar a concessão do benefício ganho na Justiça quinze anos antes – produzindo ganhos para essas famílias, que se habituaram àquele ganho, a comprar o iogurte, a comprar a dúzia de laranja, a comprar a camisa a mais, a comprar alguma coisa a mais com aquele ganho judicial –, além de os fazer perder isso, ainda os obrigou a promover uma devolução por recebimentos de boa-fé que teriam auferido. Queda e coice. Além de perderem o ganho que tinham conquistado por decisão judicial em 1992 e 2001, ainda estão sendo obrigados a devolver um ganho.

Fui, porque é minha obrigação, e fui de muito bom gosto, com uma comissão desses funcionários e com o advogado deles ao Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, interceder por eles em uma boa causa, já que a causa está no Supremo Tribunal Federal. Fui pedir que a matéria fosse pautada, para que a última instância da Justiça da República pudesse se manifestar antes que morra gente, antes que quem está fazendo greve de fome faleça.

Por uma injustiça monumental, ganharam na Justiça no passado e, agora, a AGU, contrariando até o pedido que os funcionários fizeram ao Presidente Lula, quando ele esteve em Natal há algum tempo... Estão na rua da amargura, sem receber o que conquistaram na Justiça e sendo obrigados a devolver o que já haviam conquistado, contrariando decisões do STJ, do Tribunal de Contas da União, etc, etc, etc.

É injustiça em cima de injustiça. Fui ao Ministro Gilmar Mendes, que compreendeu a aflição dos meus conterrâneos, vai levar esta matéria à pauta.

Agora, vamos reagir no limite do que possamos fazer. Não dá para ter dois pesos e duas medidas. Não dá para criar despesa pública, concedendo aumentos desmesurados aqui, e subtrair ganhos judiciais de servidores públicos do INSS, que os conquistaram ao amparo da lei e que estão, neste momento, na rua da amargura.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Compreendo, perfeitamente, o problema que V. Ex^a apresenta ao Senado, porque a mesma coisa está ocorrendo no meu Estado do Amapá.

E hoje, pela manhã, tive a oportunidade de receber uma delegação grande de sindicalistas das classes que estão sendo atingidas e da Bancada Federal, e estamos justamente seguindo os passos de V. Ex^a no sentido de defender que seja feita justiça em relação a essa gente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Será de muito bom alvitre, Sr. Presidente, unirmos as forças que pudermos unir em torno de causas como essas, que são boas causas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Perfeitamente.

Senador João Tenório.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Pela ordem.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por uma questão pessoal, ontem não estive no Senado e deixei de presenciar um momento que entendo importante, muito importante, sobretudo para a situação que vive esta Casa, que foi o pronunciamento do Senador Tasso Jereissati.

Acho que o Senador trouxe a este ambiente, conflagrado, é verdade, onde muitas vezes as emoções superam os momentos de razão, de raciocínio e da coisa mais objetiva e descambam para o lado da emoção ou para o lado de procedimentos não civilizados, eu diria.

O Senador Tasso Jereissati, humildemente – e olhem que se trata de um Senador com a marca, com a característica, com o tamanho, com a dimensão política e empresarial que o Senador Tasso Jereissati tem –, veio a esta Casa, a este público, a este público, à sociedade brasileira se desculpar pela sua participação no fato, que não envolveu apenas ele, mas, pelo menos, ele se desculpou pela participação dele em um momento que foi triste para esta Casa.

Então, acho que foi um momento grandioso, foi uma atitude grandiosa do Senador Tasso Jereissati, que ontem, nesta Casa, proferiu aquele pronunciamento, quando já estava muito clara e evidente a sua vontade de pedir perdão para a sociedade como um todo, que é a grande observadora de tudo que acontece nesta Casa.

Eu gostaria de registrar assim, pois estava ausente, não estava aqui em Brasília, mas fiquei realmente bem impressionado. Acho que a atitude de S. Ex^a não foi uma atitude de rendição; a guerra continua, não contra pessoas, mas contra um estado de coisas que, como V. Ex^a tem dito com frequência, não foi criado de um momento para o outro, não foi desenvolvido de um momento para o outro. O Senador Tasso Jereissati não trouxe aqui, digamos assim, o desejo, a manifestação da rendição, de maneira nenhuma. O que ele trouxe foi uma demonstração de civilidade, uma demonstração de que é possível resolver as questões de uma maneira educada, de uma maneira em que a civilidade esteja presente.

Portanto, por não estar presente, eu gostaria de registrar, um pouco atrasado, mas, mesmo assim, fa-

zê-lo, neste momento importante proporcionado pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Sr. Presidente, pelo que ouvi na Casa, no dia de hoje, estou aplaudindo o Senador Tasso Jereissati. Ele chegou aqui e mostrou que, acima de nós todos, está o País, que não suporta mais esse estado de crise que está assolando o Senado.

O que parece é que o Presidente da República, que tem um partido, tomou posição, mas o partido do Presidente não o acompanhou. Está achando que, como o mandato dele está terminando, eles já não obedecem ao Presidente. E V. Ex^a está assistindo a coisa.

Eu dizia a um jornalista, hoje, que V. Ex^a está sendo vítima daqueles que querem ser Tiradentes com o seu pescoço. Na hora em que vi o pronunciamento do Senador Jereissati, eu pensei que havia acabado a guerra e que íamos contribuir para a normalidade, porque o Senado é que está pagando um preço muito alto de uma Casa conciliatória. Então, eu disse e fiz essa inconfidência, dizendo que V. Ex^a está prestes a pagar com o pescoço, porque há os que querem ser Tiradentes com o pescoço de V. Ex^a.

Eu continuo na mesma posição. Acho que precisamos acabar com essa agonia e pensar mais no Brasil. Pensar que nós temos sobre os ombros uma carga muito grande de projetos que precisam ser estudados e votados. Eu quero me congratular com V. Ex^a por ter paciência maior do que a de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Antonio Carlos Valadares, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na forma regimental, peço a V. Ex^a, quando for oportuno, para falar como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda, como Líder do PCdoB. S. Ex^a fala como orador inscrito, ou melhor, pela Liderança, e tem vinte minutos. (Pausa.)

O Senador Flexa Ribeiro é o orador seguinte, pela Liderança. (Pausa.)

Senador Flexa Ribeiro, peço desculpas a V. Ex^a pois vou ter que me ausentar para receber o Presidente deposto de Honduras e manifestar, em nome do Senado e de todos nós, a nossa solidariedade, porque não podemos admitir que, nesta fase da história da América

Latina, nós ainda toleremos golpes que interrompam o processo democrático em qualquer país.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a tem toda a razão...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – De maneira que a minha ausência é bem justificada, e acho que V. Ex^a vai concordar e os colegas também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Quero, também, fazer um convite a todos os presentes: os que quiserem acompanhar o Presidente durante a visita agora, às cinco horas, estejam em meu Gabinete.

Muito obrigado.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, para compensar – Deus é bom –, depois da Ordem do Dia o tempo aumenta. Então, V. Ex^a perdeu a presença do Presidente Sarney, mas ganhou de presente vinte minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente Senador Mão Santa. Sei que a generosidade de V. Ex^a não limitará aos vinte minutos o tempo disponível deste orador.

Quero aqui saudar o Presidente Mão Santa, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Busco, desde a semana passada, quando retomamos o nosso trabalho no Senado Federal, fazer um pronunciamento a respeito de uma viagem que tive oportunidade de fazer no último dia 2, próximo passado, ao Município de Altamira e aos distritos de Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra. Quero dizer, Senador Mão Santa, que para mim foi um momento muito importante poder rever os amigos e participar de encontros importantes nos dois distritos que levaram a discussão da questão da redefinição dos limites da Flona Jamanxim.

Quero aqui lamentar a ausência do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que estava aqui há pouco. Pedi a ele, Senador Moarildo, que permanecesse aqui, porque o Senador Romero Jucá e os amigos lá de Castelo dos Sonhos, lá de Novo Progresso, que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, sabem que ele está empenhado também em encontrar uma solução para essa questão, que é de alta gravidade, de insegurança, eu diria, para aquelas quase mil famílias que estão na área atingida pela Flona Jamanxim. E ele tem um problema igual a esse

no seu Estado, Roraima, em que ele busca também o consenso pela redefinição dos limites.

Para quem não sabe, o Município de Altamira, como diz a sua Prefeita Odileida Sampaio, é o maior Município do mundo em área geográfica; e o Distrito de Castelo dos Sonhos e o Distrito de Cachoeira da Serra, ambos os Distritos, equidistantes 40 quilômetros, estão a 1.100 quilômetros da sede do Município de Altamira. Então, evidentemente, é difícil para a Prefeita Odileida administrar estes Distritos – e ela faz um esforço – e tem conseguido levar a estes Distritos o atendimento de suas necessidades básicas. Mas, os Distritos clamam pela emancipação. O Distrito de Castelo dos Sonhos tem 12 mil habitantes; e o Distrito de Cachoeira da Serra, cinco mil habitantes. Então, eles precisam ser emancipados – e vão ter todo o nosso apoio –, por se enquadrarem na nova legislação, aprovada aqui no Senado Federal, com Parecer do Senador Tasso Jereissati, que se encontra em tramitação na Câmara Federal.

Mas na minha ida até esses Distritos e ao Município de Altamira, tive o prazer da companhia da Prefeita Odileida Sampaio, do Município de Altamira; da Prefeita Madalena Hoffmann, do Município de Novo Progresso; do Deputado Federal Wandenkolk Gonçalves; do Deputado Federal Zequinha Marinho; do Deputado Federal Giovanni Queiroz; do Deputado Federal Asdrubal Bentes – que não esteve lá, mas defende e também apóia a solução da questão Flona Jamanxim, da redefinição dos limites, como também da emancipação dos dois Distritos –; do Deputado Lira Maia, que lá esteve; do Deputado Estadual Alexandre Von. Fomos todos, nessa comitiva, até lá, para que pudéssemos discutir basicamente dois assuntos com a comunidade.

O primeiro, como disse, é a redefinição dos limites da Flona Jamanxim; e o segundo, a emancipação desses Distritos, para que possam ser transformados em Municípios. Isso lhes foi explicado ser necessário, e as lideranças, tanto as do Distrito de Castelo dos Sonhos quanto à de Cachoeira da Serra, estão atentas e organizadas para que assim que a lei seja aprovada na Câmara Municipal e sancionada pelo Presidente da República, transfira-se às respectivas Assembleias Legislativas a autorização para que elas possam fazer o processo de emancipação. Que eles estejam prontos com todos os dados que para eles foram transferidos naquela ocasião.

Tenho a certeza absoluta de que Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra, além de outros Distritos do Estado do Pará – porque o Estado do Pará, que tem 1.284.000 Km², é o segundo maior Estado do Brasil em dimensão territorial, mas tem apenas 143 Municípios. Então, é preciso que, de uma vez por todas, o Congresso Nacional regulamente o processo, transferindo às Assembleias Legislativas para que

estas possam fazer o processo legal de emancipação de novos Municípios –, serão, com certeza absoluta, os novos Municípios do Estado do Pará.

O outro assunto, como disse, é a questão da redefinição da Flona Jamanxim, na qual estamos trabalhando há mais de um ano. Há mais de um ano, Senador Pedro Simon, temos nos reunido aqui em Brasília com lideranças da região da Flona Jamanxim, que se deslocam, com todas essas dificuldades, da região de Santarém-Cuiabá, quase limite com Mato Grosso, para virem até aqui e se reunirem com o Ibama, com o Instituto Chico Mendes, com o apoio – repito – do Senador Romero Jucá, na tentativa de se chegar a uma definição desses novos limites. Até porque a criação da Flona Jamanxim, em 2006, foi por um decreto presidencial, indo de encontro à vontade da população daquela região, porque, em todas as audiências públicas feitas, posicionaram-se contrariamente à criação da Flona. Lamentavelmente, parece-me que essas audiências públicas são apenas um processo de cumprimento da legislação, mas não se respeita a vontade popular. Tanto o é que o decreto foi promulgado, e, portanto, criada a Flona Jamanxim.

Desde então nós temos lutado, dando o apoio, não só o Senador Flexa Ribeiro, mas a todos os Parlamentares e as Prefeitas, tanto a de Altamira quanto a de Novo Progresso, principalmente à de Novo Progresso, já que a Flona Jamanxim atinge diretamente o Município de Novo Progresso, para se tentar, como eu disse, fazer essa redefinição.

Nessas reuniões que tivemos, nessas audiências com o Dr. Rômulo Barreto Melo, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que é paraense; com o Incra; com o Ibama; com associações dessa área de litígio, temos caminhado na procura de um consenso, em busca de um consenso. Lamentavelmente, o que vimos aqui, agora, dia 11, foi a presença do Ministro Minc, lá na área da Flona Jamanxim, fazendo – como sempre faz – pirotecnia. Chegando lá, Senador Flávio Torres, por isso gastando mais recursos da União, em aviões fretados, em helicóptero, com a proteção da Polícia Federal, da Guarda Nacional e, lamentavelmente – quero repetir aqui, Senador César Borges –, com o apoio da Governadora Ana Júlia, que coloca a Polícia Militar e a Polícia Civil contra o povo do Estado do Pará, contra o povo trabalhador, ordeiro, que foi atingido, como eu disse, pela demarcação indevida dessa Flona, dessa região, dessa Floresta Nacional.

Parece-me que o Ministro Carlos Minc, Senador Mozarildo, quer substituir o nosso querido Chacrinha, que já se foi – até peço “desculpas” ao saudoso Chacrinha pela comparação –, porque ele trabalha no sentido de levar à sociedade brasileira – penso eu – o

lazer que o Chacrinha nos levava às tardes de sábado para todo o Brasil. Aí, o Ministro Minc resolveu assumir o personagem, que era interpretado pelo Abelardo, o Chacrinha, e distrair a sociedade brasileira. Só que, lamentavelmente, Senador Mão Santa, o Ministro Minc faz isso com recursos públicos, com recursos da sociedade brasileira. Ele chama de “boi pirata”. Eu acho que pirata é ele, que está se intrometendo em locais em que as famílias já ocupam há mais de 30 anos, 40 anos. E aí ele faz uma apreensão que dá prejuízo: ele apreende os bois e não consegue vendê-los sequer para repor os custos da pirotecnia que ele faz. É lamentável! É lamentável!

Há pouco, no pronunciamento do Senador Jefferson Praia, pedi a S. Ex^a que se ele conseguisse uma audiência com o Ministro me avisasse, porque eu gostaria de pegar uma carona, já que o Ministro, lamentavelmente, não me atende, a mim e, creio, a outros Senadores que buscam um diálogo com ele.

Mas o importante é que o Ministro Minc talvez desconheça, e quero aqui lembrar, que os entendimentos com o Instituto Chico Mendes estão avançados.

Tenho aqui, Ministro Minc – V. Ex^a esteve no Pará no dia 11, lamentavelmente; era bom que nem mais pisasse lá –, a cópia da minuta do termo de ajuste de conduta a ser assinado pelo Instituto Chico Mendes, pelo Incra, com as associações – e com a anuência de todos os pequenos produtores rurais, que são, como eu disse, próximos de mil famílias, que assinarão esse termo. E nesse termo, Ministro Minc, ao logo de mais de um ano em que estamos tentando encontrar o consenso, há por parte do Governo o compromisso, que não é cumprido, que diz o seguinte. Vou ler aqui, Senador Mão Santa, apenas algumas cláusulas que estão no termo de ajuste de conduta. Uma diz:

II – O ICMBio autorizará [veja, Senador Jarbas Vasconcelos] a continuidade de todas as atividades já existentes na Floresta Nacional do Jamanxim durante a vigência deste TAC, com as ressalvas das Cláusulas Segunda, itens III, IV, VI, e Terceira, item I.

Ou seja, há um acordo. As famílias que lá estão aceitam não fazerem mais abertura, terem uma atitude de conservação daquela área, mas poderão continuar as suas atividades conforme o termo de ajuste.

V – Não realizar novas autuações por desmatamento realizado até novembro de 2007, suspendendo-se a contagem de prazo prescricional, pelo período de vigência do presente TAC.

O que faz o Ibama? O Ibama é o braço do ICMBio para fazer a fiscalização e a autuação. Ele o faz por

orientação do ICMBio. O que faz o Ibama? Vai para lá, numa ação policial, para multar, autuar as famílias que estão trabalhando dentro da legalidade – que era, antes da criação da Flona, e que será mantida após a renegociação dos novos limites, que serão redefinidos para a Flona do Jamanxim.

Não queremos mexer na Flona. É importante que... O povo paraense todo sabe disso. O povo de Novo Progresso e de Altamira sabe também, mas é preciso que o Brasil saiba que nós não queremos mexer na área da Floresta Nacional. Queremos apenas redefinir o limite, mantendo a mesma área, apenas alterando a sua posição, e, com isso, dando possibilidade para que essas quase mil famílias que lá estão possam continuar a trabalhar. Como vinham fazendo, com dignidade, para sustentar as suas famílias, ao longo de vinte, trinta, quarenta anos que lá estão.

Então, o Ministro Minc tem que tomar conhecimento disso. E ele sabe, ele sabe. Talvez por saber desse TAC é que ele foi novamente fazer a pirotecnia que fez lá no dia 11, lamentavelmente, como disse, com o apoio da Governadora, da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Mais ainda, o próprio TAC diz:

Compete ao Ibama: (...) [aquilo lá que eu li competia ao ICMBio; agora é a Cláusula Quinta]

I – Apoiar o ICMBio nas ações de monitoramento, controle e fiscalização, dentro de sua respectiva competência, na área de influência da Floresta Nacional do Jamanxim;

II – Orientar sua equipe técnica na forma de atuação quanto às atividades que serão permitidas durante o período de vigência deste Termo.

Atividades que serão permitidas, Deputado Nilson Pinto. V. Ex^a nos honra com sua presença no Senado Federal, para que possa ouvir este pronunciamento. V. Ex^a que é um defensor e um lutador pelos interesses do nosso Estado do Pará.

Mais adiante:

Compete à SEMA/PA [Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará]:

(...)

II – Não realizar novas autuações por desmatamento realizado até novembro de 2007, suspendendo-se a contagem de prazo prescricional, pelo período de vigência do presente TAC;

É lamentável que, com esse TAC já minutado... Está esperando apenas que seja completado, como eu

tenho aqui o documento mandado pelo próprio ICMBio, Dr. Daniel Guimarães Penteado, dizendo quais são as condições que faltam para assinar o TAC – todas elas já cumpridas hoje –, e depois mandando um cronograma para a conclusão da redefinição dos limites da Flona Jamanxim.

E esse cronograma, pasmem, Srs. e Sr^{as} Senadoras, é completado no dia 9 de outubro. Em 9 de outubro está previsto que se possa, então, encaminhar ao Congresso Nacional a nova redefinição da Flona Jamanxim, em que há concordância por parte do ICMBio. Há concordância.

Eu quero novamente lamentar essa posição de descumprimento de acordos e de entendimentos que estão sendo feitos pacificamente. Mas me parece que o Ministro Carlos Minc quer levar a uma situação de conflito na região. Aquelas famílias já declararam que não sairão da área. Não adianta levar Polícia Federal, Guarda Nacional. Então, ele está aterrorizando aquelas famílias, porque elas sabem que vão ter a possibilidade de se adequar, ficando lá, com a assinatura do TAC e, em seguida, com a redefinição dos limites.

E mais, as famílias que lá estão não estão desmatando, não estão descumprindo o compromisso assumido aqui, em Brasília. E o Ibama tem condições de saber se há desmatamento, quem fez o desmatamento. Que puna quem fez o desmatamento! Agora, ele não pode generalizar. Porque há alguém fazendo desmatamento, ele resolve punir, autuar, confiscar o rebanho de todas as 600, 700, 800 famílias que lá estão! Não faz porque quer tumultuar o processo, porque ele sabe pontualmente quem não cumpre aquilo que está sendo acertado.

Senador Mozarildo, é com prazer que ouço o aparte de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Faltam 45 segundos, não é, Mozarildo?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Mais um minuto pelo menos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mais alguns segundos para o orador encerrar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Quero dizer que o pronunciamento que V. Ex^a faz é o retrato real do que acontece na Amazônia. O Governo Federal prioriza, na Amazônia, por último, como última prioridade, o ser humano. Então, quem mora lá, como V. Ex^a está colocando, há muito tempo não tem nenhuma prioridade. A prioridade é justamente a mata; depois, os bichos; e, por último, os seres humanos. Então, lamento muito que a população dessa região que V. Ex^a está abordando, da nossa Amazônia, do seu Estado, esteja passando por uma situação graças à insensatez do Governo, que agora encontrou na figura do Ministro

do Meio Ambiente um perfeito ator para essa paranoia que se faz contra a Amazônia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo. Sei que o Estado de V. Ex^a, o querido Estado de Rondônia, também sofre as consequências e o engessamento por motivações outras para que a Amazônia, Rondônia e o Pará não possam dar aos brasileiros que lá habitam a mesma qualidade de vida que esses que apontam o dedo contra a Amazônia têm nos países já desenvolvidos.

Mas, completando, Senador Mão Santa, quero aqui deixar registrado – e o Senador Romero Jucá tem o compromisso de fazer com que se faça a redefinição da linha de demarcação da Flona Jamanxim – que este Senador Flexa Ribeiro está engajado...

(interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...e vai lutar pela população de Castelo de Sonhos e Cachoeira da Serra e por todo o Estado do Pará, não só por esses dois distritos.

Quero registrar aqui os meus cumprimentos pela coragem, pela forma determinada com que aquelas lideranças dos dois distritos desenvolvem um trabalho pacificamente, mas de forma determinada.

Quero saudar a Edivana; a Nelci Rodrigues, a Preta; o Luiz, da Associação de Produtores Rurais da Gleba Embaúba e Gorotire; o Agamenon Menezes; o Wilson Ketterman, da Comissão de Emancipação de Castelo de Sonhos; a Cristiane, do Conselho Municipal de Saúde; a Eleir Smith, da Associação dos Produtores do Vale do XV; o Subprefeito de Castelo dos Sonhos, o Constante; o Subprefeito de Cachoeira da Serra, o Moraes, enfim, todos aqueles que nos receberam e que estão juntos...

(interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...nessa luta.

Para concluir, quero saudar o nosso Demétrio Ribeiro, que é o Primeiro Suplente do Senador Mário Couto, que nos honra também com a sua presença aqui no plenário, e o nosso Prefeito Edson, de Anajás, que estava há pouco aqui, lá da Ilha sofrida do arquipélago do Marajó, Senador Tuma, que tem um dos IDHs mais baixos do Brasil. Mas ele...

O Sr. Romeu tuma (PTB – SP) – *(Fora do microfone.)* Ele me convidou para ir lá no dia 14.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É, vamos todos lá para ajudá-lo nessa luta. A Ilha do Marajó é onde nasceu o Senador Mário Couto, só que ele nasceu em Soure, e não no Anajás, mas que também tem o apoio do Senador Flexa Ribeiro,

do Senador Mário Couto e do Senador Nery, com certeza absoluta.

Quero também saudar o Pró-Reitor da Universidade Federal do Pará, Flávio Nassar, que também está aqui nos aguardando para que possamos conversar a respeito...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para concluir, quero apenas que V. Ex^a me permita ler o trecho de um e-mail que recebi lá de Castelo dos Sonhos, depois da ida do Ministro Minc. Esse e-mail foi passado para a Sr^a Raquel Monti Henkin, Relações Públicas do Ministério do Meio Ambiente, por Nelci Rodrigues, que é uma liderança, como já disse, lá de Castelo de Sonhos. E diz:

Estamos passando por uma grande transformação aqui na BR-163. O exc. ministro esteve na região dia 11 do corrente mês, e está generalizando tudo aqui.

Eu preciso que ele me atenda urgente. Estarei em BRASÍLIA segunda-feira próxima. (...)

Ela pede, pasmem Sr^{as} e Srs Senadores... Há um apelo dramático para que o Ministro a atenda. Ele vai lá ao Município e não fala com a população. Ele vai lá só como uma ação policial...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quem vai clamar agora é a Presidência para ter fim o discurso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...para ser atendida, Senador Mão Santa, pelo Ministro.

Espero que a Sr^a Raquel, das Relações Públicas, possa conseguir que o Ministro receba as lideranças de Castelo de Sonhos e da Flona do Jamanxim, na próxima segunda-feira.

Quanto ao Senador Flexa Ribeiro, continuo aguardando que o Ministro Minc respeite o Senado Federal. Respeite o Senado Federal e dê a resposta. Apenas diga que não quer receber, mas dê a resposta, porque me sinto até feliz de não ter o contato que preciso ter com ele.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Amanhã, às 10 horas, a Mesa Diretora se reúne: o Presidente José Sarney, Marconi Perillo, Serlys Slhessarenko e os Secretários Heráclito Fortes, João Vicente Claudino, Mão Santa e César Borges.

Estende-se o convite aos Suplentes Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.003, DE 2009**Requerimento de Voto de Congratulações e Louvor pelos 40 anos da Fundação Universidade Guarulhos.**

Requeiro, com fulcro no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a inserção em ata de Voto de Congratulações e Louvor à Fundação Universidade Guarulhos pelos seus 40 anos de existência. Requeiro que a homenagem seja levada ao conhecimento do magno Chanceler – Prof. Antônio Veronezi e a magnífica Reitora da Universidade Guarulhos – Profª Dumara C. T. Sameshima, pelo exemplo de Educação de Alto Nível de Qualidade e Responsabilidade Socioambiental.

Justificação

“O futuro, para ser alcançado, sempre precisa de um passo, e nós estamos sempre prontos para dá-lo”, este é o lema sempre reafirmado pelo Prof. Antônio Veronezi, um dos fundadores e atual chanceler da Universidade Guarulhos. Atuando sempre com fidelidade à sua missão e à luz dos propósitos de seus instituidores primeiros, a Universidade busca incessantemente traduzir em iniciativas e atos concretos a sua missão de proporcionar um ensino superior de qualidade, que tem como compromisso a formação de cidadãos dotados das competências necessárias à inserção no mercado de trabalho e em condições de nele atuar com alto nível de desempenho.

Comprometida, desde o momento de sua fundação, com a população da região que a acolhe, a Universidade Guarulhos, valendo-se de seus recursos humanos e materiais e das competências que adquiriu ao longo de sua história, desenvolve uma ampla política de responsabilidade socioambiental. Com suas clínicas e suas unidades de serviço especializadas atende às camadas mais desvalidas da população local e regional, oferecendo serviços de apoio à saúde, de lazer e de assistência na área jurídica. Com seus laboratórios e seus especialistas, serve à comunidade desenvolvendo, por si e em parcerias com os poderes públicos e com empresas, uma ampla gama de projetos voltados à recuperação e à preservação do meio ambiente.

É pelo exemplo de dedicação, amor e superação dos obstáculos enfrentados, que requeiro aos meus ilustres e eminentes membros do Senado da República que aprovem o presente requerimento como uma singela homenagem à Universidade Guarulhos, pela comemoração dos seus 40 anos.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para encaminhar, o Senador Romeu Tuma, do PTB do Estado de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a e ao Senador Papaléo pela leitura tão tranquila e suave sobre as homenagens à Universidade Guarulhos.

“O futuro, para ser alcançado, sempre precisa de um passo, e nós estamos sempre prontos para dá-lo”, esse é o lema sempre reafirmado pelo Prof. Antônio Veronezi, um dos fundadores e atual chanceler da Universidade Guarulhos. Atuando sempre com fidelidade à sua missão e à luz dos propósitos de seus instrutores primeiros, a Universidade busca incessantemente traduzir em iniciativas e atos concretos a sua missão de proporcionar um ensino superior de qualidade, que tem como compromisso a formação de cidadãos dotados das competências necessárias à inserção no mercado de trabalho e em condições de nele atuar com alto nível de desempenho.

Comprometida, desde o momento de sua fundação, com a população da região que a acolhe, a Universidade Guarulhos, valendo-se de seus recursos humanos e materiais e das competências que adquiriu ao longo de sua história, desenvolve uma ampla política de responsabilidade socioambiental. Com suas clínicas e suas unidades de serviço especializadas, atende as camadas mais desvalidas da população local e regional, oferecendo serviços de apoio à saúde, de lazer e de assistência na área jurídica. Com seus laboratórios e seus especialistas, serve à comunidade desenvolvendo, por si e em parceria com os poderes públicos e com empresas, uma ampla gama de projetos voltados à recuperação e à preservação do meio ambiente.

É pelo exemplo de dedicação, amor e superação dos obstáculos que enfrenta que requeiro aos meus ilustres e eminentes membros do Senado Federal que aprovem o presente requerimento como uma singela homenagem à Universidade Guarulhos, pela comemoração dos seus quarenta anos.

Agradeço a V. Ex^a, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência se associa ao voto de aplauso a uma instituição universitária que traz a São Paulo e ao Brasil sabedoria para a nossa juventude.

A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado pelo Senador Romeu Tuma.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

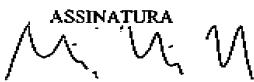
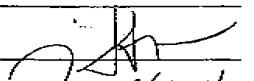
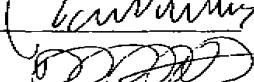
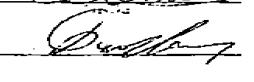
REQUERIMENTO N° 1.004, DE 2009

Nos termos do art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 15 de outubro do corrente ano, destinada a homenagear os Idosos, em comemoração ao Dia Nacional e Internacional do Idoso.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009.



SENADOR PAULO PAIM

ASSINATURA	SENADOR
	MÁRIO COVAS
	MARCONI PERILLO
	AUGUSTO DE OLIVEIRA
	PEDRO SIMON

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido será publicado e apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.005, DE 2009

Requeiro voto de aplauso ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, pela criação do programa “Nota Legal”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso ao Governo do Distrito Federal, pela criação do programa “Nota Legal”, que vai conceder descontos no IPTU e no IPVA para o consumidor que exigir a nota fiscal na compra de mercadorias ou contratação de serviços em que incidam o ICMS e o ISS.

Requeiro, mais, que este voto de aplauso seja encaminhado ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

Justificação

Ao lançar o programa “Nota Legal”, o Governo do Distrito Federal combate um dos principais entraves à economia, a sonegação fiscal e proporciona ao consumidor um gasto menor com IPTU e IPVA, com os descontos previstos pelo programa já para 2010.

O “Nota Legal” merece destaque também pela simplicidade do programa, já que basta o consumidor

exigir que o estabelecimento comercial inclua o CPF ou o CNPJ na nota fiscal no ato da compra. Os dados seguem para a Secretaria de Fazenda, gerando um histórico de abatimentos.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.006, DE 2009

Requeiro voto de aplauso aos os da Comissão Provisória para a Constituição do Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás, Região Catalão, Região Iporá e Região Goiânia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso aos membros da Comissão Provisória para a Constituição do Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás, Região Catalão, Região Iporá e Região Goiânia.

Requeiro, mais, que este voto de aplauso seja encaminhado aos membros das comissões conforme relação anexa.

Justificação

Em reunião no dia 14 de março de 2009 na cidade de Catalão – GO, os membros das comissões responsáveis pelo Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás se uniram com o objetivo de promover a união e a comunicação entre os diversos grupos, possibilitando o conhecimento mútuo e o acesso à informação, capacitação para ações junto ao Estado e à sociedade, com a finalidade de alcançar os recursos necessários para o fortalecimento da cultura tradicional no Estado de Goiás.

Essas comissões representam embaixadores de Folia de Reis, guias de Folia do Divino, capitães e generais da Congada, promotores, presidentes de associações, pesquisadores e colaboradores.

Dessa forma apresentamos voto de aplauso, como forma de apoio a iniciativa, reforçando a importância da valorosa tradição cultural de nosso Estado de Goiás.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

Carta nº 01 Comissões Provisórias do Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás

Catalão, 14 de março de 2009.

CARTA PELA VALORIZAÇÃO DA CULTURA TRADICIONAL DO ESTADO DE GOIÁS

Catalão 14 de março de 2009

Reunidos em Catalão, nós, embaixadores de Folia de Reis, guias de Folia do Divino, capitães e generais da Congada, além de promotores de expressões culturais tradicionais, presidentes de associações, pesquisadores e colaboradores – comunicamos a toda a sociedade nossa disposição de traçar estratégias conjuntas em prol da valorização da cultura tradicional do Estado de Goiás.

Durante o processo de construção da democracia brasileira estivemos à margem das políticas públicas de Estado na área de cultura, mas agora estamos aqui e queremos participar tanto das discussões para formulação das políticas públicas, quanto do apoio financeiro necessário para melhoria e ampliação das nossas manifestações.

Nossas festas são fonte de alegria, união e fé para comunidades as quais pertencemos, mas também podem gerar trabalho e renda quando articuladas em planos estratégicos de turismo e comércio cultural; podem ser referência de valores morais e éticos para nossa juventude quando articuladas a propostas pedagógicas alternativas voltadas ao desenvolvimento local. Nossas festas são fontes de educação e cidadania para nossas comunidades e devem servir como referência para atuação do Estado, potencializando ações visando a melhoria da qualidade de vida de nossa população.

Ainda convivemos com diversos problemas, especialmente como a falta de reconhecimento do governo e da sociedade, além da falta de união e comunicação entre os grupos de cultura tradicional. Visando dar encaminhamento para solucionar esses problemas estamos propondo a criação de uma organização da sociedade que possa representar os interesses dos mestres de cultura tradicional do Estado de Goiás – que denominamos **FÓRUM DE CULTURAS TRADICIONAIS DO ESTADO DE GOIÁS**.

Nossa proposta tem como objetivo promover a união e a comunicação entre os diversos grupos, possibilitando o conhecimento mútuo e o acesso à informação, capacitação para a ação junto ao Estado e à sociedade, com finalidade de alcançar os recursos necessários para o fortalecimento da cultura tradicional no Estado de Goiás.

Estamos discutindo nossa organização junto aos mestres das regiões de Goiânia, Iporá e Catalão e nossa intenção é levar essa proposta para todas as regiões do Estado de Goiás e participar ativamente das políticas de cultura de Estado, sejam elas dos municípios, do Estado de Goiás e da União. Já foram constituídas comissões provisórias do FÓRUM nas três regiões citadas e planejamos o lançamento oficial de nossa organização durante as atividades da II Conferência Nacional de Cultura prevista para o segundo semestre de 2009.

O **FÓRUM DE CULTURAS TRADICIONAIS DO ESTADO DE GOIÁS** é nossa principal estratégia para sair da atual condição de ostracismo em que se encontram os mestres de cultura tradicional do Estado de Goiás e para isso solicitamos de imediato o apoio do Ministério da Cultura, do Ministério do Turismo, da Agepél e da Goiás Turismo para as ações que já estão sendo desenvolvidas junto aos mestres de cultura tradicional no Estado de Goiás para que nossa organização possa congregar mestres de todo o estado.

Solicitamos apoio da 14ª Superintendência do IPHAN e do Conselho Estadual de Cultura de Goiás para desenvolvermos em conjunto as ações que permitam o registro de nossas tradições como bens culturais pertencentes ao patrimônio imaterial brasileiro.

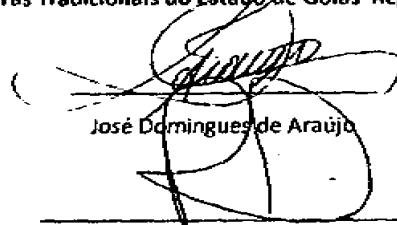
Por fim, solicitamos a continuidade das parcerias com o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, Comissão Goiana de Folclore e SEBRAE visando o fortalecimento das nossas manifestações.

Imbuidos deste espírito de realização, conclamamos a todos ao reconhecimento do Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás como entidade representativa de nossos anseios e proposições, para que possamos, cada vez mais, fortalecer a cultura tradicional de nosso estado. **Comissão Provisória para a Constituição do Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás - Região Catalão**

Leonardo Bueno

Leonardo Bueno

Comissão Provisória para a Constituição do Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás - Região Iporá



José Domingues de Araújo

Francisco de Paula Rodrigues

Antônio Pereira Neto

Antônio Pereira Neto

Simão Marques de Araújo

Simão Marques de Araújo

Silésio Teixeira da Silva

Silésio Teixeira da Silva

Pedro Siqueira dos Santos

Pedro Siqueira dos Santos

Fátima Paraguassu

Fátima Paraguassu

Adeli Divino de Melo

Adeli Divino de Melo

Comissão Provisória para a Constituição do Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás - Região Goiânia

Sebastião Ferreira da Costa Sobrinho

Sebastião Ferreira da Costa Sobrinho

Nilda Sâmone O. de Siqueira

Nilda Sâmone O. de Siqueira

Genésio Rodrigues de Souza

Genésio Rodrigues de Souza

Nazareth Cândida de Freitas

Nazareth Cândida de Freitas

Tiago Chagas de Melo

Tiago Chagas de Melo

REQUERIMENTO N° 1.007, DE 2009

Requer voto de aplauso ao Campeão Mundial de Jiu-Jitsu Saulo Ribeiro, pelo lançamento do livro Jiu-Jitsu University, editado nos Estados Unidos da América.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao Campeão Mundial de Jiu-Jitsu Saulo Ribeiro, pelo recente lançamento, nos Estados Unidos da América, do livro **Jiu-Jitsu University**, escrito com a colaboração de Kevin Howell.

Requeiro, também, que, este voto de aplauso seja levado ao conhecimento do seu irmão Alexandre Ribeiro (Xande) e do co-autor da obra, Kevin Howell.

Justificação

Notável Campeão Mundial de Jiu-Jitsu, Saulo Ribeiro, um dos grandes propagadores desse esporte na Califórnia, Estados Unidos da América, acaba de dar mais um impulso nesse sentido, com o lançamento, naquele país, do livro **Jiu-Jitsu University**, escrito com a colaboração de Kevin Howell. É uma publicação didática, de excelente qualidade, e fartamente ilustrada, para mostrar, detalhadamente, como se deve praticar o esporte. Por mais essa contribuição para a difusão do jiu-jitsu brasileiro nos Estados Unidos da América, ele faz jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 1.008, DE 2009

Requer voto de aplauso aos velejadores Ronald Seifert e Lars Grael, pela conquista da Medalha de Bronze no Mundial Classe Star em Varberg, Suécia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso aos velejadores Ronald Seifert e Lars Grael, pela conquista da Medalha de Bronze no Mundial Classe Star, em Varberg, Suécia.

Requeiro, também, que deste voto de aplauso, sejam cientificados os velejadores.

Justificação

Ronald Seifert e Lars Grael conquistaram a Medalha de Bronze no Mundial Classe Star, em Varberg, Suécia, no dia 8 de agosto de 2009. Os dois juntos, Lars superando deficiência física decorrente da perda de uma das pernas, e Seifert, deram mais uma demonstração de tenacidade e vontade.

A homenagem que ora formulo, justifica-se. Trata-se de feito extraordinário, resultando na conquista de mais uma Medalha de Bronze para o Brasil.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 1.009, DE 2009

Requer voto de aplauso à jovem cineasta Mariana Fortes, pela produção de documentário sobre a notável obra do ceramista pernambucano Francisco Brenand.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à jovem cineasta Mariana Fortes, pela produção de documentário sobre a notável obra do ceramista pernambucano Francisco Brenand, a ser lançado em 2010.

Requeiro, também, que deste voto de aplauso sejam cientificados a cineasta e também seu pai, o Senador Heráclito Fortes.

Justificação

É digno de registro e, portanto, de manifestação de aplauso do Senado da República a produção de documentário sobre a obra de um dos mais notáveis nomes da arte brasileira, o ceramista pernambucano Francisco Brenand. Quem se dedica a esse trabalho é Mariana Fortes, que se esmera no filme que vai retratar aspectos desse brasileiro ilustre, que é seu tio-avô.

Quem conhece o local onde hoje Brenand se ocupa na produção de arte em cerâmica pode avaliar com precisão a importância do filme de Mariana. Ali, em área remanescente da Mata Atlântica, onde, no século XVII, funcionava o antigo Engenho São João da Várzea, a velha olaria foi retomada pelo artista em 1971. Nela, Francisco Brenand produz notáveis peças, que hoje atraem numerosos visitantes.

Era, pois, preciso que alguém aparecesse para mostrar, em filme, a vida do fantástico ceramista. Ninguém melhor do que Mariana Fortes. Ela, que é filha do Senador Heráclito Fortes, resolveu mostrar a trajetória do tio-avô, hoje com 83 anos de idade, suas telas, suas cerâmicas e as figuras que ornamentam o exterior da antiga olaria. Atualmente, ali há 1.717 esculturas e o aspecto, para o visitante, é algo que surpreende. Aparenta ser um cenário do irreal, ao mesmo tempo recheado de perfeição e significado.

Mariana Fortes pensou muito no título que daria ao documentário e, recentemente, escolheu o que lhe pareceu mais adequado para retratar a expressiva figura: "Brenand", na singeleza das coisas simples. Ela é, pois, merecedora do voto de aplauso que ora requeiro ao Senado Federal.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Consultando a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra o Senador Renato Casagrande. Ele representa o Estado do Espírito Santo e o PSB, grandioso partido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Após o Senador Renato Casagrande, quem é o próximo líder que está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O próximo líder inscrito é o Senador Inácio Arruda, que não está aqui no plenário; Osmar Dias, que não está no plenário – quando ele vem é para reclamar que não é chamado, mas está aqui a palavra –, e Antonio Carlos Valadares, que também é do PSB...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...esse grandioso partido do Brasil, fundado por um dos líderes mais importantes da nossa história política, Miguel Arraes, e que, no Piauí, é comandado por Wilson Martins, extraordinário Vice-Governador do Estado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Vice-Governador é do PSB, lá no seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi líder do meu Governo no Estado do Piauí, e é um extraordinário neurocirurgião.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, senhoras e senhores que estão participando desta sessão, senhoras e senhores que estão nos acompanhando através da TV Senado e da Rádio Senado, quero cumprimentar a todos e dizer que, hoje, tivemos uma excelente audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e também na Comissão de Ciência e Tecnologia, tratando da reforma eleitoral.

Foi aprovada uma reforma eleitoral na Câmara dos Deputados, de procedimentos eleitorais. Agora, a matéria está aqui, para ser apreciada pelo Senado da República. Não é a reforma política, naturalmente. Nós estamos querendo a reforma política, e sabemos que reforma política é difícil de ser votada porque cada Senador, cada Partido tem a sua posição, e cada cidadão, cada cidadã também tem uma posição com relação a temas polêmicos como, por exemplo, voto em lista e financiamento público de campanha.

São temas polêmicos junto à sociedade, e essa polêmica se transfere para cá. Mas há um tema que

foi hoje debatido e que é fundamental, importante: vivenciamos uma situação, neste momento, na atual conjuntura, de alguns anos para cá, que se está aprofundando, que é a fragilidade dos partidos políticos. Os partidos políticos são frágeis, fracos, não dão a direção e a linha programática e ideológica necessária, da qual precisamos. Essa fragilidade dos partidos políticos tem causado uma fragilidade na representação.

O nosso sistema é representativo, a população elege o seu prefeito, o seu vereador, o seu governador, o seu deputado estadual, federal, o seu senador, o seu presidente da República, mas vivenciamos uma crise de representatividade que frequentemente se torna visível no Poder Executivo, mas, com mais recorrência, no Poder Legislativo. Muito mais vezes acontecem escândalos, problemas, crises no Poder Legislativo. É crise de representatividade muitas vezes causada pela fragilidade dos partidos políticos. Então, o debate hoje com diversas autoridades que conhecem o assunto, inclusive com o Ministro Nelson Jobim, foi na direção da necessidade de fortalecermos os partidos políticos. E aí trazemos essa crise de representatividade para cá, para o Senado da República. Isso mostra claramente aquilo que temos de fazer, que é muito mais do que só o debate de se afastar ou não o Presidente do Senado, um ou outro Senador. É muito mais do que isso. As lições e as decisões que temos de tomar nesta Casa são fundamentais, importantes, para que possamos reestruturar o Senado, para que possamos mudar a legislação política, a legislação partidária eleitoral, e que isso se transfira aqui para dentro do Senado na representação da população.

Já tenho discutido aqui, nos últimos dias, nessas últimas semanas, a importância do Senado. A crise que vivenciamos não é uma crise da instituição: é uma crise da conjuntura que estamos vivendo, dessa representação, dos desvios causados aqui dentro do Senado, da prática política equivocada que tivemos e da gestão opaca, com pouca transparência, aqui no Senado da República, porque o Senado da República tem um papel. O Senado da República é uma Casa revisora da legislação, e o debate sobre a reforma eleitoral é um exemplo claro disso.

A Câmara votou essa matéria. A Câmara tomou a iniciativa, votou, mas essa passagem aqui pelo Senado faz com que possamos aperfeiçoar um projeto, como o da reforma eleitoral. Então, o papel revisor do Senado é fundamental e importante, e o papel do Senado é o da representação federativa. O Brasil é uma Federação. Nós temos 27 Unidades Federativas. Nós temos que ter essa Federação representada no Congresso Nacional, e quem a representa é o Senado da República. Ele é o ponto de equilíbrio, nos interesses

legítimos que segmentos da sociedade vêm buscar aqui no Congresso Nacional. Muitas vezes, se esses interesses legítimos forem de um Estado grande que tem muita representação na Câmara, há uma dificuldade de barrá-los ou de equilibrá-los naquela Casa. Mas há uma maior facilidade de equilibrar esses interesses aqui no Senado, porque a representação é igualitária.

Aqui, nós temos três Senadores de cada Estado, isso promove esse equilíbrio. Então, a representação da Federação, o equilíbrio federativo, o debate sobre investimentos da União nas diversas regiões deste País, nos diversos Estados deste País. Então, o Senado cumpre um papel fundamental, e acho que precisamos ter clareza sobre essa função. O que se tem de mudar aqui, efetivamente? O que se tem de mudar na gestão – e algumas coisas começaram a acontecer efetivamente – é a questão da transparência, e a aprovação e a colocação em prática do Portal Transparência foi uma medida importante.

Eu apresentei um projeto de resolução, e a Comissão de Constituição e Justiça o aprovou. Esse projeto está agora na Mesa Diretora do Senado. Espero que seja aprovado lá e, depois, aqui no plenário do Senado, para que possamos institucionalizar isso que já foi tomado como iniciativa e como decisão da Mesa Diretora, como fruto dessa crise que estamos vivenciando aqui no Senado da República. Então, dar transparência à gestão no Senado é fundamental, porque vivenciamos, há muito tempo, uma instituição muito opaca. Precisamos dar transparência à parte de execução orçamentária, dos contratos vigentes no Senado, dos servidores efetivos e comissionados do Senado. Isso é fundamental para que a sociedade ajude a controlar esta instituição.

A outra questão que pessoalmente acho importante, assim como muitos Senadores e, com certeza, a sociedade, é estabelecer, institucionalizar um controle interno, para que esse controle tenha independência e autonomia e preste conta do trabalho na Comissão de Fiscalização e Controle.

Eu apresentei um projeto, institucionalizando o controle interno aqui do Senado. Acho que os Senadores ficaram muito tempo sem acompanhar a gestão administrativa do Senado. Foi esse o argumento que muitos usaram. Mesmo quem está aqui há muito tempo argumentou a tese de que não tinha conhecimento dos fatos. Daqui para frente, essa tese não pode ser argumentada mais. Temos de ter clareza e acompanhamento das questões que estão sendo executadas aqui no Senado. Então, estruturar um controle é fundamental, para que possamos dar garantia de que o recurso do Senado será bem utilizado e de que a prá-

tica do Senado seja uma prática que fortaleça a democracia. Temos muito que fazer, independentemente do desfecho da crise.

Mas a crise não pode ser desconsiderada, porque há um debate na sociedade sobre esse assunto, sobre a crise que estamos vivenciando. A crise só terá um desfecho definitivo e as questões levantadas não serão jogadas para debaixo do tapete, se os procedimentos levantados, se as representações impetradas, se as denúncias impetradas tiverem uma tramitação efetiva no Conselho de Ética.

Naturalmente, não gostamos daquilo que o Presidente do Conselho de Ética fez e praticou, que foi o arquivamento de todas as denúncias, mas, a partir dessa decisão do Presidente, já houve, por parte dos representantes do Conselho de Ética, recursos, para que haja a avaliação.

Espero que, na semana que vem, tenhamos reunião do Conselho de Ética para avaliar esses recursos, a fim de que tenhamos condição de apurar efetivamente as denúncias no Conselho de Ética. Se houver uma posição de não aceitar os recursos no Conselho de Ética, devemos fazer o recurso ao Plenário do Senado, porque esse desfecho só terá uma saída, nós só encontraremos um caminho, Senador Alvaro Dias, se trouxermos esse debate para o Plenário e tivermos uma posição aqui dentro do plenário. Caso esses procedimentos não sejam adotados com relação a essas representações e parte delas, ficaremos com um assunto mal resolvido, com um machucado mal cicatrizado, com uma sujeira debaixo do tapete. Não teremos a resposta que a sociedade precisa. Este Plenário, de forma soberana, decidirá qual caminho vai querer seguir com relação a essas representações e a este momento que estamos vivendo.

Aquilo com que concordo, o que acho que é natural e adequado para uma instituição como o Senado é que possamos ter aqui um debate de alto nível, de respeito a quem debate, respeitando-se a posição de cada um com relação a esse assunto, fazendo-se um debate de alto nível. Passando-se disso, não há mais nenhum entendimento. O entendimento é de fazermos, de fato, um processo de investigação, para darmos respostas às questões colocadas e que estão hoje não só dentro do Senado, mas também fora dele, nas comunidades, entre a população, que tem debatido junto conosco. Cada um de nós sabe disso. Na hora em que vamos a uma reunião, a um encontro, a população quer saber o desfecho da crise que estamos vivenciando. Então, podemos adotar um procedimento adequado no comportamento interno do Plenário, do Conselho de Ética, mas sem abrirmos mão desse processo de investigação, que é necessário neste momento.

O Senador Alvaro Dias está com a palavra para um aparte.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Casagrande, primeiramente meus cumprimentos a V. Ex^a, que tem sido bastante atuante nesse episódio, que tem contribuído com a sua inteligência e com a sua coragem, para que possamos enfrentar essa realidade com o mínimo de eficiência e oferecer a resposta adequada à população. O meu aparte tem um único objetivo: como sou do PSDB, eu devo descartar, de forma peremptória, a hipótese de acordo. Propalou-se, hoje, que há a hipótese de um acordo. Aliás, colocam no superlativo, inclusive, “acordão”. Eu quero repudiar qualquer tentativa de acordo que possa existir. Não há, não há essa hipótese. O Presidente Sérgio Guerra, do PSDB, hoje, já comunicou a jornalistas que essa hipótese está absolutamente descartada. Não há como considerá-la. Aliás, essa palavra acordo deve ser excluída do dicionário da crise. Não há espaço para ela no dicionário da crise. O que há espaço é para julgamento. Não há como não julgar. Ninguém quer se arvorar em juiz, precipitadamente. Julgamento prévio não se faz aqui. Mas o que se deseja é oportunidade de julgar no Plenário do Senado Federal. Todos os Senadores devem ser convocados a essa responsabilidade do julgamento. Portanto, a hipótese de acordo excluiria essa caminhada até o Plenário do Senado. É evidente – V. Ex^a tem dito isto sempre, e concordo com V. Ex^a – que o Conselho de Ética foi constituído em meio à crise, orientado por ela e contaminado por ela. Então, há um pessimismo em relação a resultados no Conselho de Ética. Se a causa do julgamento for derrotada, há que se recorrer ao Plenário. Já há aqueles que defendem a impossibilidade, sustentam a impossibilidade. Há aqueles que alegam impossibilidade regimental. Não creio. O Regimento, neste caso, é omissivo e, como é omissivo, devem prevalecer as similitudes. Se há a possibilidade de recorrer ao Plenário do Senado, quando há rejeição em comissões da Casa, certamente esse projeto que propõe quebra de decoro parlamentar, rejeitado no Conselho de Ética, deve motivar, sim, um recurso ao Plenário do Senado Federal, bastando para tal a assinatura de nove Senadores. Portanto, nós estamos certos de que a maioria da Casa permitirá isso. Em primeiro lugar, o que se pede é a oportunidade de julgar, porque há uma exigência da sociedade. Em segundo lugar – é claro, cada um com a sua convicção pessoal – o que se pede é rigor para que a instituição não seja comprometida em razão da complacência, da convivência e da cumplicidade. Portanto, agradeço o aparte de V. Ex^a, mas quero apenas aduzir mais um fato. Nesses dois dias, pelo menos, não sentimos aquele clima

de ameaça dos outros dias, e nós esperamos que prevaleça o bom senso de não se admitir ameaça, porque elas têm um efeito contrário. Aqueles que não admitem ameaças se tornam ainda mais encorajados quando elas acontecem, porque a liberdade de não ter medo é um direito que todos nós devemos defender. Eu agradeço V. Ex^a pelo aparte.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, pelo seu aparte. Acho que é nesse caminho que a gente tem que seguir, de aprofundar e usar todos os instrumentos regimentais para que a gente possa fazer valer a decisão de seguir em frente com o processo de investigação, para ficar claro para a sociedade a posição do Senado com relação à crise.

Senador Jarbas Vasconcelos, para um aparte.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Senador Renato Casagrande, a sua presença mais uma vez na tribuna do Senado Federal é um ato e um gesto da coerência que V. Ex^a tem mantido desde que aqui chegou. V. Ex^a, sempre com coerência e elegância, tem ido à tribuna em defesa da reforma da Casa. Não é a primeira vez. Eu já o vi inúmeras vezes aqui, nas Comissões, com a apresentação de proposituras no sentido de melhorar comissões, de melhorar o Conselho de Ética, inclusive na sua representatividade. Talvez V. Ex^a tenha sido um dos poucos Senadores que, em recebendo aquele ofício da Mesa Diretora pedindo sugestões para a reforma da Casa, enviaram inúmeras sugestões. Então V. Ex^a sempre tem autoridade para ir, com sua elegância, à tribuna, para colocar o dedo na ferida, sem agressões, sem radicalismos. Esse episódio, guardadas as proporções, é um episódio de dois anos atrás, porque envolve a figura do Presidente da Casa. E aqui se criou um vezo, uma coisa ruim de que, quando se questiona o Presidente da Casa, em função de uma ou mais denúncias, vai para o campo pessoal. É como se V. Ex^a, eu ou o Senador Cristovam estivesse com picuinha, com coisas pequenas, querendo aparecer ou querendo tirar o Presidente do seu cargo, o que não é o caso. O que é que nós queremos? Nós queremos, primeiro, que se restaure, de imediato, a dignidade do Conselho de Ética desta Casa. O que fizeram com o Conselho de Ética está arrepiando o sentimento da opinião pública do País. Trata-se de um Conselho de Ética que nem sequer admite receber denúncias para ter tramitação, até para que o grupo, que é majoritário nesta Casa, possa discutir e derrotar, se for o caso, e a gente ter o direito de apelar, de recorrer ao Plenário da Casa. É isso que nós estamos insistindo para ser feito. Como já disse aqui um Senador, não me lembro qual, essa não é uma questão aritmética, é uma questão política. E como questão

política ela deve ser tratada, deve ser enfrentada. Por isso, eu quero, mais uma vez, me incorporar ao seu pensamento, à sua conduta, à sua ação. Tenho ouvido falar hoje e não acredito, de forma alguma, em acordo, em entendimento. Qual o entendimento possível? O entendimento possível é apurar. Não existe uma outra coisa para se fazer que não seja a apuração dos fatos. Isso tem que ser feito. Não podem ser feito acordos de partidos, acordos de cúpulas, porque vai, definitivamente, desmoralizar o Senado da República, que já se encontra numa situação de profundo desrespeito junto a todo o País. De forma que o que queremos é isso. Não queremos nada de exagero, não queremos radicalizar. A radicalização nossa é em função de que se apure. Se há uma denúncia contra A, B ou C que essa denúncia seja apurada, e seja apurada com isenção, seja apurada com cuidado, seja apurada dentro do Regimento, dentro das normas do direito. É isso que nós queremos. De forma que esse zunzunzum que ocupa hoje os corredores e esta Casa, de entendimento, eu, de minha parte – não posso falar em nome de partido nem de grupos –, rejeito esse entendimento. Acho que o entendimento tem que ser a apuração dos fatos, e entendo que esta é a sua posição, a posição de quem quer modernizar a Casa, quer resgatar a Casa, quer melhorar o funcionamento da Casa, sem nenhuma preocupação de ser o dono da verdade, sem querer capitanejar as coisas. Mas V. Ex^a é um daqueles que têm, com justiça – é de se reconhecer isso de público – ocupado esta tribuna para isso, para a reforma política, para a reforma eleitoral e, neste caso, o seu comportamento é um comportamento que merece o respeito de todos os seus pares.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos. De fato, se enfrentarmos uma crise como essa que estamos enfrentando e não chegarmos ali na frente, independente do desfecho da crise – enfrentar a crise faz parte do processo de modernização da Casa – se não sairmos na frente com outra instituição, dando continuidade às medidas, e algumas delas já estão sendo tomadas, de reformulação profunda da Casa, nós viveremos crises semelhantes. Já vivenciamos crises semelhantes no passado, com outros Presidentes sendo afastados, e o Senado continuou a mesma coisa. Então, este tem que ser um momento de oportunidade também para nós aqui na instituição. Nós temos que enfrentar com muita coerência este momento e responder com muita coerência o momento atual, este momento agora da crise, mas temos de apontar mudanças para a instituição no futuro para que ela possa ser reconhecida pela sociedade.

(Interrupção do som.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Peço a V. Ex^a só para dar um aparte ao Senador Cristovam Buarque e fazer o encerramento do meu pronunciamento.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Renato Casagrande, mais uma vez o senhor traz um discurso oportuno a esta Casa, como tem sido regra, independentemente da dramaticidade do momento. Fico contente que a sua posição seja parecida com a do Senador Jarbas, com a minha e com a de outros. Nós temos que procurar uma convivência, mas sem acobertar nada. Nós temos que fazer entendimento de como a gente fala, mas não o que é que a gente fala. Nós temos que acordar que nenhum Senador vai mandar o outro engolir, mas pior do que mandar engolir é engolir. Nós não podemos em absoluto ficar passando à opinião pública – e a opinião pública está olhando e está sabendo – que houve qualquer acordo para impedir...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço que sejam breves porque o orador inscrito é o Osmar Dias, do PDT, como Líder do Partido.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Vou procurar, Senador, ser mais sucinto. Nós podemos chegar a um acordo sobre como falar, mas não sobre o que falar; nós podemos, sim, fazer até uma paz entre nós, mas não antes de fazermos um paz com o povo lá fora. E hoje o Senado não está em paz com o povo nem com a opinião pública. E fazer um acordo que impeça investigações, neste momento, é acirrar a guerra do Senado com o povo, mesmo que venha a parar a guerra entre os Senadores. Isto tem de ficar muito claro: primeiro, a paz com o povo; depois, a paz entre os Senadores. E a paz com o povo só tem um caminho: as investigações de todas as denúncias que aparecerem, na ordem como elas aparecem. E, ao mesmo tempo, a garantia de que esta Casa vai fazer essas investigações de uma maneira imparcial e por um Conselho de Ética ético. E, hoje, está sob suspeição qualquer investigação e está sob suspeição o Conselho de Ética. Eu não sou do Conselho de Ética. Então, para ficar mais claro, estão sob suspeição todos nós Senadores, todos nós. Agora, a Conselho de Ética, ainda mais, porque ela é a comissão para julgar os Senadores. Ou a gente – como diz o Senador Jarbas – tem uma Conselho de Ética de confiança da opinião pública e que leve adiante todas as investigações sem acobertar nada ou, então, não vejo como fazer uma paz decente aqui dentro. Nesse sentido, quero passar, através do seu discurso, a minha fala, com este aparte, que é um apoio ao que o senhor fala, mas, talvez,

trazendo alguns dados adicionais: a paz interna passa pela paz com o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Casagrande, eu pediria permissão para lembrá-lo de que o Senador Osmar Dias está inscrito, e S. Ex^a obedece a Rui Barbosa, que disse: “O homem que não luta pelos seus direitos não merece viver”. Diz S. Ex^a que está inscrito e que é a vez dele.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Vou encerrar, Sr. Presidente, e não podia deixar de dar o aparte aos colegas. Mas quero concluir dizendo que o Conselho de Ética foi formado em um momento de crise e que foi um Conselho, por isso, contaminado. Segundo, nós podemos fazer qualquer entendimento, mas é de comportamento aqui dentro do Plenário; nunca um entendimento que vá contrariamente à posição daquilo que a sociedade deseja neste momento, que é um desfecho adequado e institucional para esta crise. Só a respeito disso pode haver entendimento na Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Osmar Dias. Eu queria, com esse gesto, que V. Ex^a visse que jamais tentei tirar o direito de V. Ex^a. Foram as circunstâncias.

Então, tem V. Ex^a a palavra, regimentalmente, como Líder do PDT, e, sendo depois da Ordem do Dia, tem direito a vinte minutos.

Ele está na frente de V. Ex^a. V. Ex^a está resguardado e tem razão. Rui Barbosa disse: “O homem que não luta pelos seus direitos não merece viver”. Foi assim que eu derrubei a candidatura do PT, porque o direito era do PMDB. Foi com essa tese que eu forcei o PMDB a ter candidato. Então, V. Ex^a e eu somos iguais na bandeira de Rui Barbosa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sairei um pouco do tema que toma conta dos debates do Senado nos últimos meses. Esse tema precisa, sim, ser debatido, mas há horas que a gente precisa lembrar que o País continua funcionando, apesar de o Senado estar nessa complicação que se encontra aqui.

E quero comentar aqui, Sr. Presidente, e continuar aquilo que comecei falando ontem com relação ao relatório que foi feito sobre as metas do milênio estabelecidas pelas Nações Unidas, e que, no Paraná, nós tivemos um avanço em algumas das áreas escolhidas pelas Nações Unidas.

No entanto, eu acredito que onze metas estabelecidas, colocando ali: redução da pobreza e da miséria, 50% – era uma meta até 2015. Acho que qualquer ho-

mem público que assume a sua função, o seu mandato, ele não tem que ter como meta reduzir a pobreza em 50%. É uma coisa até esquisita dizer isso. Acho que deve ser a continuação de projetos importantes para chegar a um ponto em que não exista ninguém no Estado – num Estado como o Paraná, por exemplo – que não haja escola e o Ensino Fundamental concluído; que não haja, no Estado do Paraná, uma escola de educação integral para frequentar; que não haja, no Paraná, um bom emprego, para sair de manhã, trabalhar e voltar para casa com o sustento da sua família garantido pelo esforço do seu trabalho; que não haja garantia de um atendimento adequado, humano, digno, na saúde pública, que hoje deixa muito a desejar; e, sobretudo, neste momento, discutir – e ali não está estabelecida nenhuma meta, até estranhamente –, o porquê de estarmos vivendo um momento em que a insegurança toma conta da população.

Presidente, no último final de semana, somente em Curitiba, 26 assassinatos. É muita coisa! Estão falando da gripe suína... Essa tem sido uma causa ainda mais grave do que a gripe suína. Os assassinatos ocorrem, e aí as autoridades brigam, discutindo estatísticas. Os jornais publicaram que era 42 o número de assassinatos – 42! As autoridades desmentiram e disseram: “Só 26...”. Ora, mas 26 é muita gente, ora baleada, ora morta a facadas. E a causa principal desse desastre que vem ocorrendo... E isso não é apenas em Curitiba: é em Curitiba, no interior do Paraná, onde propriedades rurais são assaltadas; é no Brasil inteiro. Eu acredito que falta uma base para formar as pessoas para que elas entendam bem quais são seus direitos e quais são as responsabilidades do cidadão.

Então, eu penso – e não porque é uma bandeira do PDT, mas porque é uma bandeira de todo homem público que enxerga, no futuro, uma situação muito melhor do que a que vivemos hoje – que a educação em tempo integral deveria ser um compromisso e uma meta a ser estabelecida pelas Nações Unidas para os Estados cumprirem. Lá não está essa meta. Lá está saneamento: água tratada – é bom que esteja; lá está que, até 2015, tenhamos pelo menos 95% dos jovens no Ensino Fundamental – tem que ser 100%; lá está que temos que reduzir a mortalidade infantil – e isso não acontece; lá está que temos que reduzir a mortalidade materna – e isso acontece de forma muito vagarosa. Nós temos que acelerar esse processo.

Mas tudo isso pode ser melhorado se investirmos em um único ponto que, permeando todos esses assuntos, melhorará os índices de todas essas metas que foram estabelecidas: a educação em tempo integral. Porque quando a criança entra em uma escola em tempo integral, com quatro anos de idade, permanece

nela por dois anos, fazendo a escola infantil, e damos condição de, em um convênio, em um consórcio, em uma associação ou em uma cooperação entre Estado e Municípios, prosseguir com a educação em tempo integral, na escola básica, ajudando os Municípios a permitir que esses estudantes lá continuem, vamos criar um ambiente, primeiro, em que a educação na escola será a extensão da educação recebida na família. Segundo, vamos atrair as famílias para participarem da educação da criança na escola. As escolas, com estruturas adequadas, com profissionais especializados, poderão receber as famílias desses jovens, dessas crianças, nos finais de semana, para não só promoverem a integração entre a família, os professores e os profissionais em educação, mas, sobretudo, permitir que as crianças sintam que a escola é a continuação da sua casa e sintam prazer em frequentar a escola.

Uma das maiores causas da evasão escolar, que no meu Estado chega a 54% no Ensino Médio... Vejam: 54% daqueles que ingressam no Ensino Médio não o concluem! É claro que vão dizer que as pessoas precisam sair da escola para trabalhar e ajudar no sustento da família. Bom, mas se elas continuarem na escola, terminarem o curso que estão fazendo, tiverem a oportunidade de fazer um curso de especialização, de capacitação, um bom estágio, aí sim estarão preparadas para ajudar no sustento da família. E não é esse o maior motivo pelo qual os jovens estão deixando a escola de Ensino Médio. Por incrível que pareça, uma pesquisa demonstrou – e essa pesquisa é da Unesco – que mais de 70% dos jovens no meu Estado deixam a escola de Ensino Médio por falta de estímulo de continuarem fazendo o Ensino Médio, porque os jovens acham que terminando ou não aquela escola a vida deles não vai melhorar.

E é aí que chamo a atenção novamente para a escola em tempo integral. Na escola em tempo integral, aquela criança será preparada não para os desafios do mercado de trabalho, como se costuma dizer, mas para os desafios da vida. Ela receberá os primeiros ensinamentos do que é ser cidadão, ter responsabilidade e, sobretudo, saber os seus direitos. Ao sair daquela escola, ela vai estar tão ambientada com uma escola em tempo integral que terá dificuldades em permanecer numa escola convencional. É o que acontece nas cidades onde temos a escola em tempo integral como programa de Governo.

Depois, se continuarmos com essa possibilidade no Ensino Básico Fundamental, vamos para o Ensino Médio com estágio, conforme a lei que aprovamos aqui, de minha autoria.

Senador Flávio Torres, V. Ex^a chegou substituindo a Senadora Patrícia Saboya. A Senadora Patrícia

Saboya me ajudou muito a aprovar essa lei do estágio, porque penso que o estágio deve ser também uma complementação dos ensinamentos recebidos na escola de ensino médio ou na faculdade e não apenas uma preparação para o emprego.

Se não dermos a oportunidade daquele jovem, ao sair da escola de ensino médio, fazer um bom estágio, talvez, quando sair da escola de ensino médio, não terá esse jovem uma profissão definida e, sem profissão definida, não vai ter facilidade de encontrar um bom emprego.

Então, quanto a essa lei de estágio que eu consegui aprovar aqui – e quero inclusive chamar a atenção dos sindicatos que estão aqui pedindo para votarmos a contribuição assistencial, e, inclusive, já votei favoravelmente na Comissão de Assuntos Econômicos, como também votarei a favor aqui no plenário –, quero dizer que é preciso que os sindicatos analisem essa nova lei, porque ela traz muitos benefícios aos estagiários.

O grande benefício que traz, acredito, é o de vincular a área de conhecimento que aquele estagiário está cursando na escola com o estágio que está fazendo. Isso porque, muitas vezes, a escola ensina um curso com uma especialidade e ele está fazendo um estágio que não tem nada a ver com aquela especialidade, ou seja, de pouco servirá esse estágio. Mas, na nova lei, consegui aprovar exatamente esta exigência: que àquela especialidade que ele está cursando corresponda a especialidade no estágio. E a empresa cadastrada será obrigada a fazer um relatório de acompanhamento do estágio daquele estudante, que também terá que ser feito por um docente, por um professor da escola que ele está cursando. Para quê? Para assegurar exatamente que essa exigência seja cumprida: estágio na mesma especialidade do curso. Isso vai formar, capacitar e profissionalizar. E ele vai sair da escola de Ensino Médio com uma profissão escolhida e definida.

Em segundo lugar, nesta nova lei de estágio nós aprovamos também algo muito importante. Diziam os sindicatos e as entidades que representam os estagiários no País: o estágio não pode ser uma mão-de-obra de segunda categoria, um subemprego com baixo salário, porque fica barato para a empresa, o estagiário recebe pouco ou não recebe nada e não se especializa em nada.

Cumprida a primeira exigência de calibrar o curso com o estágio, partimos para outro direito, que pelo menos um salário-mínimo seja a bolsa-auxílio de quem faz estágio por oito horas. Se não fizer oito horas, que o seu ganho seja proporcional, mas que seja pelo menos um salário-mínimo. Isso vai ajudar aquele estudante, estimulá-lo a fazer o estágio e, ao mesmo tempo, esse

jovem, quando estimulado, encontrará uma porta aberta para o emprego na mesma empresa em que estagiou. Uma pesquisa que foi feita pelo Ipea chega à seguinte conclusão: 65% dos jovens que fazem estágio em uma determinada empresa permanecem empregados naquela mesma empresa.

Outro benefício, Senador Cristovam Buarque, para quem passarei a palavra: tivemos aqui um debate grande sobre isso. Foi aprovado que esse estagiário, ao completar um ano, terá direito a férias. Não são férias? Está bom; é recesso remunerado de um mês, como o trabalhador tem normalmente. Ninguém colocou um mês na legislação trabalhista apenas por colocar 30 dias. Não. São necessários 30 dias para que haja recuperação física e psicológica do trabalhador. Por isso, as férias são de 30 dias e por isso também as férias remuneradas do estagiário, e o empregador ou aquele que está mantendo o estágio terá de manter a remuneração.

Vale-transporte; antes não era garantido, mas agora é, bem como o vale-refeição. Com esses ganhos, os estagiários do País passaram a ter praticamente o seu primeiro emprego, o emprego de aprendiz, porque a idade não permite que seja registrada em carteira. Mas como o estágio pode ser dos 16 aos 24 anos, há muita gente com idade que pode ser registrado em carteira. Assim, o estágio poderá servir para contar tempo de aposentadoria.

Então, se juntarmos lá de trás a educação em tempo integral, se permitirmos um consórcio, um convênio ou um acordo com as prefeituras no sentido de o Estado a bancar a educação em tempo integral também nas escolas básicas e partirmos firmes para acompanhar esses estágios nas escolas de ensino médio, tenho certeza de que vamos criar um novo ambiente para os jovens, que fugirão das drogas e procurarão, na escola e no trabalho, uma nova vida, inclusive uma vida em família.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a, que é um mestre nisso, poderia nos dar um pouco do seu ensinamento.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a está propondo uma revolução possível; está propondo transformar a rede de proteção social existente hoje, a chamada Bolsa Família, em uma escada de ascensão social. V. Ex^a está propondo que a gente não apenas proteja os pobres de cair em miséria, mas que demos a eles uma escada para que subam além da pobreza. Esse é o caminho. Se pegarmos, com qualquer economista sério, uma análise de quanto custa isso e compararmos com os benefícios que virão disso, veremos que é um investimento muito rentável. Lamentavelmente, toda vez que se propõe

uma idéia como a sua as pessoas perguntam de onde vem o dinheiro. Não perguntam quanto isso vai render. Se perguntassem quanto isso vai render, primeiro, e depois dissessem que temos o dinheiro, iam ver como temos esse dinheiro. Como seria positivo, em poucos anos, tirarmos esses jovens da droga, tirarmos esses jovens do desespero, tirarmos esses jovens da ineficiência e colocá-los para produzir; e, inclusive, tirar esses jovens da necessidade da rede de proteção. A gente deu a escada, e eles subirão essa escada. Essa sua idéia tem de ser o mais rapidamente apresentada. Acredito até que V. Ex^a já a tenha apresentado, não sei, mas que seja aprovada o mais rapidamente possível. Se a primeira comissão em que ela for analisada for a de Educação, estarei lá para ver se nós aprovamos no menor tempo possível. Parabéns pela proposta de criarmos uma escada de ascensão social e de não ficarmos condenados à rede de proteção social.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu estou apresentando, ainda, na forma de discurso, aqui no plenário, mas estou preparando a proposta tanto para apresentar aqui, quanto para apresentar à população do Paraná, no ano que vem, em 2010. Esse é um programa de governo. Tem que ser um programa de governo – e será; se Deus, quiser será. Eu tenho muita fé que este se tornará um grande programa de governo no Estado do Paraná.

E quero dizer ainda mais: quando se fala, lá no Paraná, sobre o combate às drogas, as famílias querem saber também como é que nós vamos recuperar aqueles que já entraram no vício. E nós queremos receber sugestões, Senador Cristovam, Senador Expedito, de como nós vamos fazer – Deputado Abelardo Lupion, que me acompanha pelo Estado, debatendo o projeto Paraná – para dar às famílias que têm esse problema na sua casa um conforto de saber que vai haver um local para que aquele filho ou aquele ente da família seja devidamente atendido, recuperado e devolvido à sociedade como um cidadão livre desse vício, dessa desgraça, que é a droga. Nós haveremos de, juntos, montarmos uma boa proposta em relação a isso.

Mas eu quero dizer a toda a população brasileira: enquanto, aqui no Senado, a gente debate essa crise imensa, o País não parou, o País continua andando, apesar do Senado. E nós, Senadores, dobrarmos aqui a nossa responsabilidade de criarmos leis que possam aumentar, ampliar, aproveitar a rede de proteção social que existe, no sentido de oferecer mais segurança às famílias. E, sobretudo, nós, como homens públicos, temos agora uma responsabilidade redobrada no sentido de mostrarmos serviço à população brasileira. Não dá mais para continuar por duas semanas sem votarmos nada, duas semanas só remoendo essa crise que se

abate sobre o Senado. Essa crise precisa ser debelada, precisa ser resolvida; nós precisamos passar tudo a limpo, mas não podemos nos esquecer que nos assistindo, com olhos muito críticos, está toda a população que espera dos Senadores da República um trabalho que possa melhorar a qualidade de vida e as condições de vida da família brasileira.

V. Ex^a deseja um aparte?

Senador Expedito.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Osmar Dias, eu ia falar sobre o assunto que V. Ex^a estava tratando no seu pronunciamento, que é a recuperação das pessoas que certamente enveredam por um caminho que não é o correto. Sabemos que falta uma estrutura do Governo, falta uma estrutura do Estado. E – pura coincidência – um jornalista e radialista do meu Estado encaminhou-me um projeto agora, o qual acabei de dar entrada, que propõe que todos os bens apreendidos com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas sejam utilizados para devolver aquele cidadão recuperado à sociedade brasileira. Acabei de apresentar esse projeto, que é do jornalista e radialista Eudes Lustosa, do Estado de Rondônia. E, aproveitando este aparte, quanto à crise, eu concordo totalmente com V. Ex^a. Eu acho que é o momento de nós fazermos aqui uma pauta positiva e votarmos matérias de interesse da sociedade. Nós temos vários projetos parados na mesa, dormindo na mesa, para serem discutidos e para serem aprovados. Quero aqui manifestar nesse sentido o meu apoio ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Expedito. Senador Mão Santa, vou encerrar, dizendo o seguinte que, quando vim à tribuna, eu desejava até abordar outro assunto que não era esse, mas vendo aqui o Senador Cristovam Buarque e V. Ex^a presidindo a Mesa, fazendo referência à minha reclamação de ontem, eu resolvi falar de um assunto que eu acho que é de interesse de toda a população brasileira: a gente fazer um projeto que possa realmente melhorar as condições de vida, principalmente para os jovens da nossa população, dando-lhes esperança. Eu vim aqui para dizer que eu vou trabalhar muito para apresentar uma proposta no Senado e uma boa proposta para os paranaenses, se Deus quiser.

Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a me permite, depois de Rui Barbosa que me inspirou, Confúcio: um quadro vale por dez mil palavras.

Atentai bem, Presidente Cristovam Buarque, este é o quadro do Senado da República: homens de vir-

tude, homens que fazem uma política de ideal. Ele é um profundo conhecedor, talvez o mais profundo conhecedor dos problemas do campo e da produção do Brasil. Mas é um Senado completo. Daí eu estar orgulhoso de ocupar a Presidência, porque o Senado somos nós, e V. Ex^a representa as virtudes e a grandeza do Senado da República.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, gostaria de fazer aqui uma consulta, não sei se uma reclamação. V. Ex^a defende os pobres e os oprimidos e é da Mesa, assim como o Senador Heráclito Fortes. Eu gostaria de fazer um apelo, de repente, ao 1º Secretário. Trago ao conhecimento do 1º Secretário – e acredito que S. Ex^a até já saiba – um problema administrativo. Apelo, para que S. Ex^a verifique isso com os Diretores da Casa e para que se tomem providências.

Fui informado de que a empresa Adservis, uma empresa terceirizada que presta serviço a esta Casa, que administra o serviço terceirizado de copeiros e de contínuos do Senado Federal, até este exato momento, não efetuou o pagamento do salário deste mês dos servidores que prestam serviços nesta Casa, Sr. Presidente. Eles estão sem salário, sem vale-transporte, sem auxílio-alimentação e sem informações sobre a data do pagamento, mas continuam, mesmo no sacrifício, cooperando com nossos trabalhos nesta Casa, continuam prestando seus serviços nesta Casa.

Tenho certeza de que o Senado – acredito – cumpriu sua parte do contrato, efetuando o pagamento à empresa Adservis. Por isso, apelo, então, ao 1º Secretário que verifique isso com os Diretores da Casa, para que as medidas administrativas sejam adotadas e para que o pagamento seja realizado. Não podemos permitir que uma empresa, mesmo terceirizada, que presta serviços a esta Casa, que recebe o mês trabalhado, não faça o devido repasse aos seus servidores, deixando-os passar por dificuldades. Não podemos permitir, Senador Mão Santa, que isso aconteça nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Heráclito Fortes já está presente aqui, é o 1º Secretário e vai responder o questionamento do Senador Expedito Júnior.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos à Casa, aos terceiriza-

dos e ao Senador Expedito Júnior, que traz o assunto a esta tribuna.

A empresa Adservis encontra-se com algum problema na Diretoria-Geral da Casa. Por falta de entrega de certidões exigidas, os pagamentos foram suspensos, até para preservar o salário dos servidores. Evidentemente, a Diretoria-Geral está encontrando uma solução, para que os funcionários terceirizados não paguem pelos problemas que acontecem com a empresa.

Essa empresa presta serviço aqui, na Câmara e em vários órgãos da administração pública de Brasília. A informação que recebi do Diretor-Geral é a de que a solução já foi encontrada e de que esse pagamento poderá ser feito entre hoje e amanhã.

Dessa forma, com essa notícia, Senador Expedito, por intermédio de V. Ex^a, tenho a oportunidade de tranquilizar todos os servidores e de dizer que estamos tendo um cuidado absolutamente rígido com relação a esses contratos, quer pela transparência, quer pela sua execução.

As providências tomadas com relação à empresa, em primeiro lugar, foram de ordem legal. Em segundo lugar, elas foram tomadas para preservar exatamente o direito dos servidores terceirizados, que não podem pagar por eventuais problemas enfrentados pela empresa.

De qualquer maneira, quero, por dever de justiça, dizer que a empresa está dialogando com a Diretoria-Geral no sentido de que essa solução encontrada possa ser executada entre hoje e amanhã.

Eram esses os esclarecimentos que eu queria prestar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Informo ao Plenário, ao Senado todo, ao Congresso e ao Brasil que amanhã, às 10 horas, a Mesa Diretora do Senado da República se reunirá, com a presença do Senador José Sarney, acompanhado dos Senadores Marconi Perillo, Serys Ikhessarenko, Heráclito Fortes, João Vicente Claudino e Mão Santa. Patrícia Saboya foi substituída pelo Senador César Borges. Amanhã, a Mesa Diretora terá reunião e avançará na moralização do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação o **Requerimento nº 1.000, de 2009**, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, para participação de S. Ex^a, como representante do Senado Federal, no 1º Fórum Legislativo das Cidades Sede da Copa 2014, na cidade de Manaus, conforme Requerimento nº 14, de 2009, aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada pelo Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando. Agora é um orador inscrito.

O Professor Cristovam, Senador, cede ao nosso querido Senador Garibaldi Alves, que é do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte, cuja trajetória política é uma das mais belas do País. Também foi um extraordinário Presidente do Senado da República.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^as e Srs. Senadores, agradeço ao Senador, Ministro Cristovam Buarque, esse gesto de me possibilitar falar antes de S. Ex^a, já que o nobre Senador estava inscrito antes de mim.

Eu vou fazer aqui um pronunciamento a respeito da reforma, do projeto de lei que a Câmara dos Deputados está enviando ao Senado, tratando de alterações na Lei dos Partidos Políticos, na Lei das Eleições e no Código Eleitoral.

Apresso-me em fazer essas reflexões com o propósito de chamar a atenção dos Senadores e Senadoras para a necessidade de todos nós aprofundarmos o estudo desta matéria, já que, mesmo que o projeto tenha de retornar à Câmara, deverá estar sancionado e promulgado até o início de outubro, sob pena de não poder ser aplicado, Sr. Presidente, já nas eleições do próximo ano, em obediência ao art. 16 da Constituição.

Nós estamos vivendo essa crise do Senado e estamos deixando de lado a discussão dessa matéria, e o projeto da Câmara traz alterações significativas, embora, como já foi observado, não possa ser visto como uma reforma política, há muito prometida pelo Congresso.

Mas, na falta do consenso sobre pontos básicos e relevantes, a reforma realmente malogrou, e o que nós temos é essa proposta que, eu diria, é emergencial, da Câmara dos Deputados, propondo algumas medidas de grande alcance, embora, a meu ver, especialmente no trato da questão partidária, trilhe caminhos que certamente levarão a retrocessos.

Numa visão de conjunto, Sr^as e Srs. Senadores, o projeto disciplina alguns pontos da atividade dos partidos políticos, especialmente quanto ao relacionamento entre os órgãos de direção partidária e suas relações de hierarquia e subordinação, bem como de financiamento das ações dos partidos e prestação de contas desse recurso.

Já no que se refere às normas das eleições, o projeto traz profundas alterações, não só quanto à es-

colha e registro de candidatos, arrecadação de fundos, gastos eleitorais e propaganda, mas, também, sobre a atuação da Justiça Eleitoral.

São temas, Sr. Presidente Mão Santa, extremamente relevantes, todos eles, e certamente acredito que, mesmo diante dessa crise, os Senadores não deverão deixar de se debruçar sobre eles. Vamos fazer uma abordagem geral da questão. Vamos, então, Sr. Presidente, dizer o que já tive oportunidade de afirmar nesse Plenário: a meu ver, toda a reforma política e eleitoral de que o Brasil carece deve ter como alicerce uma nova disciplina partidária, de forma a efetivamente sanear a ação dos partidos e fazê-los o primeiro e basilar instrumento da prática democrática. Lamentavelmente, temos percorrido o caminho inverso da afirmação democrática na vida partidária com a constante perda de poder de decisão das bases em benefício do mandonismo das cúpulas, as mais das vezes, verdadeiras instituições feudais, como sussernos onipotentes que têm o partido como seu domínio a título privado, posto que não submetidos à censura do voto popular.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a liberdade de organização e governo dos partidos, como posta na Constituição, tem sido paradoxal estímulo à ditadura partidária, com siglas artificiais que abrigam não cidadãos que se afinam por propósitos de interesse político e convicção ideológica, mas por facilidades para a obtenção de legenda, mandado para dominar as bases nos Estados e Municípios, se não mesmo por interesses menos dignos.

O projeto da Câmara, no trato da questão partidária, aprofunda essa distorção na medida em que dá mais um passo para submeter todas as instâncias partidárias, inclusive a massa dos filiados, à deliberação e vontade única da Direção Nacional. Isso impede o arejamento da agremiação e a sua renovação. Isso leva a grandes males, inclusive à dificuldade de se formarem maiorias parlamentares estáveis, aglutinadas em torno de propósitos que não sejam o do fisiologismo e interesses subalternos.

Nesse sentido, para chamar a atenção do Senado para alguns exemplos concretos, o projeto da Câmara trata os órgãos partidários com dois pesos e duas medidas. Se, por um lado, isenta a Direção Nacional de responsabilidade sobre dívidas e encargos assumidos pelas instâncias inferiores, nega a estas acesso ao Cadastro Nacional dos Eleitores, com dados dos seus filiados, concedendo, contudo, tal direito exclusivamente ao órgão de Direção Nacional.

Como informação é poder, Sr. Presidente, fica clara a intenção de por à disposição da Direção Nacional informações que testemunhem o trabalho e a ação

das direções locais quanto a filiações e incremento do raio de ação do partido para, eventualmente, impedir e tolhê-los.

Nessa mesma linha, o projeto inova no tocante às coligações nas eleições estaduais e municipais. Segundo a atual regra, escrita na Lei nº 9.504, de 1997, as convenções locais não podem contrariar as diretrizes fixadas pela convenção nacional quanto às coligações que possam e devam ser celebradas, estando sujeitas tais deliberações à anulação pelos órgãos partidários superiores.

Pelo projeto da Câmara, nem mesmo haverá necessidade de decisão da convenção nacional, bastando deliberação de órgão não especificado da Direção Nacional e ficando este com o monopólio de declarar a nulidade, mesmo à revelia da Direção Estadual.

Nesse tema, portanto, nada poderá ser feito nos Municípios e nos Estados que contrarie as ordens da Direção Nacional, prática explícita de caciquismo, que sufoca e anula a manifestação livre das bases partidárias. E mais grave: a anulação pode ser comunicada à Justiça Eleitoral até trinta dias depois do fim do prazo para pedido de registro, em plena campanha portanto, com graves consequências para a normalidade da eleição.

Esses pontos que achei oportuno destacar dão bem a idéia de como o projeto parece aprofundar...

Vou interromper meu pronunciamento para conceder, ou melhor – quem concede é o Presidente –, para ouvir a palavra do Presidente José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, eu queria apenas registrar que está visitando o nosso plenário...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, pela ordem, com o consentimento do orador da tribuna, Garibaldi Alves, o nosso Senador Sarney, que é o Presidente da Casa, ex-Presidente da República e um estadista do nosso País.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Está visitando o nosso plenário o Presidente de Honduras, que foi vítima de um golpe de Estado. Todos nós estamos solidários com ele, o Brasil e todas as nações da América Latina, porque jamais poderemos admitir qualquer interrupção no processo democrático em qualquer país sem o nosso protesto, sem a nossa solidariedade e a nossa luta, para que realmente esses fatos possam ser superados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sr. Presidente, nós aprendemos, na história do Brasil, depois de uma ditadura, com um líder militar, Brigadeiro Eduardo Gomes – ele ensinou isso ao País –, que o preço das liberdades democráticas é a eterna vigilância.

cia, e esta Casa garante a liberdade democrática no nosso País e é um exemplo para o mundo.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Mão Santa, eu pediria a palavra pela ordem, em nome do Bloco de sustentação do Governo, não apenas para saudar a presença do Presidente de Honduras, Zelaya, aqui no nosso plenário, nesta Casa democrática, Presidente Sarney, mas para dizer a ele que nós aprovamos, na Comissão de Representação do Brasil no Mercosul, e estaremos levando agora, na próxima segunda-feira, uma moção de repúdio ao golpe de Estado, em defesa do Estado democrático de direito em Honduras, do reconhecimento da vontade popular e do cumprimento da cláusula democrática da OEA, que afasta do âmbito da convivência dos países da América e da Organização dos Estados Americanos qualquer país que não respeite a democracia, a vontade popular e o Estado democrático de direito.

Quero dizer também que propusemos uma moção nesta Casa para suspender todos os acordos bilaterais com Honduras, comerciais ou de qualquer natureza diplomática, até que se restabeleça plenamente a democracia e se restitua a vontade popular manifesta na eleição do Presidente.

Finalmente, digo que este Senado também terá que se posicionar no sentido do não reconhecimento de qualquer eleição que se faça antes que o mandato do presidente seja restabelecido plenamente no cenário desse país amigo, desse país irmão. E tenho certeza de que esse sentimento, que hoje é da ONU, da OEA, do Parlasul e de todas as instituições democráticas, fará chamar à responsabilidade aqueles que, violando a Constituição hondurenha, desrespeitando a vontade do povo, tentam restituir um golpe que a América Latina não deseja mais aceitar.

Portanto, a nossa atitude de total solidariedade da nossa Bancada, do Bloco de sustentação do Governo, do Partido dos Trabalhadores e do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Presidente Zelaya, faço minhas as palavras do patrono do Congresso, Rui Barbosa. Ele disse que só há um caminho e uma salvação: a lei e a Justiça. Assim é o comportamento do Senado da República do Brasil.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Arruda, do PCdoB.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-

te, já tivemos a oportunidade, na sala do Presidente Sarney, Presidente do Senado Federal, de anunciar o apoio do Partido Comunista do Brasil à luta que o senhor empreende, e que é muito significativa para toda a América Latina. Nós, no Brasil, conhecemos essa história, sabemos o que significam os golpes de Estado. Normalmente, eles suprimem a democracia e abrem espaço, no caso da América Latina, para subordinar os interesses das nossas Nações a interesses alienígenas, de fora, que não podemos aceitar.

Então, V. Ex^a tem o apoio do Senado, já anunciado pelo Presidente Sarney, tem o apoio dos Senadores partidariamente, porque vários partidos já estão solicitando a palavra para prestar-lhe apoio.

Quero anunciar que entreguei a V. Ex^a uma moção de apoio do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, que, recentemente, realizou Assembléia Geral no Brasil e tirou essa moção de solidariedade a V. Ex^a e ao povo hondurenho, subscrita pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas e pela União Nacional dos Estudantes do nosso País, prestando total apoio ao povo hondurenho. Porque não se trata apenas de apoiar o Presidente eleito, o que já seria suficiente, mas é ao povo de Honduras que estamos prestando solidariedade, porque sabemos do significado de uma ditadura, de um golpe militar e de não deixar que esse golpe militar se perpetue, porque é isso que eles desejam. Essa extrema direita que está em curso em Honduras, se o exemplo dela pega, fica muito mal para todos os países da América Latina, para a nossa diplomacia, que é pela paz.

A diplomacia da paz permite o progresso dos nossos países, das nossas nações, o que alguns poucos não desejam, não querem. V. Ex^a é o símbolo dessa luta dos povos da América Latina, que querem a paz, que desejam a paz e que sabem que ela permite nosso progresso e nosso desenvolvimento.

Por isso, queremos subscrever as palavras do Presidente Sarney, tanto as que foram proferidas na sala de S. Ex^a, quanto as que aqui foram ditas, a exemplo do nosso colega, Senador Aloisio Mercadante, que acabou de falar.

Vamos levar esse nosso protesto ao Parlamento do Mercosul, na próxima semana, para que estendamos o espaço de apoio às necessidades do povo hondurenho, para que haja ampla solidariedade de toda a América Latina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Nery,

que representa o PSOL, talvez o mais novo Partido do Brasil.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sr. Presidente Manuel Zelaya, em nome de Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), queremos manifestar na sua presença – e já o fizemos desde o primeiro momento quando ocorreu o golpe – nossa mais irrestrita solidariedade ao Governo democraticamente eleito em Honduras, liderado por V. Ex^a, bem como nossa solidariedade ao povo hondurenho, que rechaça e condena esse golpe de Estado, golpe que coloca em risco o processo democrático que estamos instaurando e vivenciando na América Latina, depois de longa experiência de convivência com um golpe de Estado, com a violação de direitos.

Portanto, conclamamos não só o Governo brasileiro, mas os governos democráticos da América Latina e de todo o mundo a adotarem medidas mais fortes e contundentes, para que a pressão legítima da comunidade internacional leve ao pleno restabelecimento da ordem democrática em seu país, em respeito à vontade soberana de seu povo.

Também queremos, nesta oportunidade, dizer que o Senado Federal, como há pouco expressou o Líder Senador Aloizio Mercadante, aqui aprovará moção de apoio ao seu retorno ao governo de Honduras, e idêntica iniciativa será feita no Parlasiul. O povo hondurenho, V. Ex^a e seu Governo contam com a solidariedade dos democratas, que querem, efetivamente, um continente em que as relações de paz e de justiça e a normalidade democrática prevaleçam. Os regimes de exceção não podem voltar a ter vez.

Ainda quero dizer que o golpe em Honduras e a instalação de bases militares dos Estados Unidos na Colômbia, esses dois fatos recentes da conjuntura regional da América Latina devem colocar todos os democratas, todos os Parlamentos e os governos populares em estado de alerta, para reagirem contra golpes, sejam eles de intervenção política ou militar, como é o caso das bases militares dos Estados Unidos na Colômbia. Tenho a certeza de que, à frente do Governo de Honduras, o senhor se somará na condenação de qualquer intervenção externa no nosso continente.

Força, luta e vitória para o povo hondurenho! Nossa solidariedade a V. Ex^a e ao seu Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pede a palavra o Senador Cristovam Buarque, Senador pelo PDT.

Sr. Presidente Manuel Zelaya, S. Ex^a foi Governador do Distrito Federal, que comprehende esta cidade,

Brasília, e, recentemente, foi Ministro da Educação do nosso País.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo em nome do meu Partido, por indicação do nosso Líder, Senador Osmar Dias, para manifestar nossa solidariedade nessa luta e a disposição nossa de lutar para que, o mais rapidamente possível, o senhor volte a ocupar o mandato que o senhor ganhou nas urnas.

Mas quero dar um toque pessoal: quero agradecer ao senhor, como representante do povo de Honduras, pelos dois anos em que lá morei. Quando aqui houve um golpe militar que depôs o presidente eleito de então, muitos de nós tivemos de sair daqui.

O SR. MANUEL ZELAYA (*Fala fora do microfone.*) – En quel año?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – De 1973 a 1975. *Hace mucho!* Aqui, muitos tivemos de sair do País e de fazer uma peregrinação. Como a que o senhor faz agora como líder do seu povo, nós a fizemos, cada um de nós, na juventude, sem ser líder.

Morei dois anos em Tegucigalpa, onde trabalhei e de onde trouxe um carinho muito grande, junto com minha esposa e com uma filha que quase nasceu lá – ela é quase hondurenha.

Por isso, ao mesmo tempo em que manifesto minha solidariedade e a do meu partido, agradeço a solidariedade que eu, jovem estudante, recebi daquele pequeno, mas belo país de que o senhor é Presidente.

Muito obrigado, Presidente Zelaya.

Conte com nossa solidariedade!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pede a palavra, pela ordem, o Senador Heráclito Fortes, 1º Secretário do Senado da República, que representa o Partido Democrata e o grandioso Estado do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo em meu nome pessoal, mas também falo em nome do meu Partido, para louvar a presença, neste plenário, do Sr. Presidente Manuel Zelaya, e para fazer votos para que a paz e a democracia se restabeleçam, o mais rapidamente possível, em Honduras.

Faço minhas as palavras do Senador José Nery – e isso nos ensinou a inspiração da criação do Mercosul, de iniciativa de três Presidentes, Sarney, Alfonso e Sanguinetti, restabelecedores da democracia em nosso continente –, porque temos de protestar, Senador José Nery, contra a base americana na Colômbia, mas também contra acordos feitos entre a Rússia e países latino-americanos no sentido da proliferação armamentista. Temos de protestar contra qualquer ameaça à ordem e à paz, contra o cerceamento da

liberdade de imprensa. Temos de lutar, Sr. Presidente, para que nosso continente seja marcado por paz e por democracia, democracia aberta, democracia plena. Não podemos permitir, de maneira alguma, sistemas camuflados. E temos de louvar a luta que V. Ex^a está travando neste momento aos olhos do mundo, para restabelecer um mandato que lhe foi dado pelo povo, e somente o povo terá direito a definir, no momento oportuno, o destino de V. Ex^a.

Portanto, congratulo-me com sua presença aqui. O Brasil, pela importância que ocupa no cenário das nações deste continente, tem o dever e a obrigação de apoá-lo nessa cruzada, como também de repudiar qualquer tentativa que atente contra a democracia no nosso continente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Heráclito, traduzindo, repete em seus pensamentos o vitorioso Rui Barbosa, que, na Holanda, em Haia, disse que a lei, o Direito, estaria acima de todas as forças militares do mundo.

Pela ordem, solicita a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, representante do PSB, um dos maiores Partidos do nosso País, criado por Miguel Arraes, que combatia a ditadura militar.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a devida vénia do Senador Garibaldi, que pacientemente aguarda a sua hora de dar continuidade ao seu pronunciamento, em nome do Partido Socialista Brasileiro, como líder deste Partido, ao lado do Senador Casagrande, manifestamos ao Presidente Zelaya a nossa mais irrestrita e inteira solidariedade diante do golpe violento sofrido na democracia da América Latina, quando forças que querem o retrocesso das liberdades constitucionais depõem um governo eleito legitimamente pelo povo.

Portanto, a minha solidariedade e o nosso abraço ao povo hondurenho, para que possa prosseguir na sua luta em favor da democracia e do aperfeiçoamento das liberdades constituídas naquele país.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E o nosso orgulho de pertencermos ao Senado da República do Brasil, presidido pelo Presidente Sarney.

Como afirmou o Senador, companheiro do Piauí, Alfonsín, Sanguinetti e o Presidente Sarney lideraram o renascer da democracia na nossa região.

Então, os nossos cumprimentos a V. Ex^a, Presidente Manuel Zelaya, e a confiança do Senado da República no fortalecimento da democracia no mundo. Neste gesto, o Presidente Sarney, que redemocratizou

o nosso País, contribui para a expansão da democracia no mundo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria solicitar a V. Ex^a que, abrindo mão de um preceito regimental, pudesse permitir uma breve palavra do Presidente Manuel Zelaya ao Senado e ao povo brasileiro, numa rápida manifestação, pela benevolência de V. Ex^a e, tenho certeza, com a aquiescência de todos os membros do Senado que se encontram presentes na Casa.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O nosso espírito da democracia, aquela nascida na França – liberdade, igualdade e fraternidade. Montesquieu, que criou a divisão do poder, escreveu **O Espírito das Leis**. Imbuídos disso, franqueamos a palavra ao Presidente.

Presidente Sarney, V. Ex^a ocupa a Presidência?

Convido o Presidente do Senado da República do Brasil e do Congresso Nacional a prestar esta solidariedade à democracia do mundo.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Temos a honra de ouvir o Presidente Zelaya.

O SR. PRESIDENTE DE HONDURAS MANOEL ZELAYA –

PRONUNCIAMENTO EM ESPANHOL DO SR. PRESIDENTE MANUEL ZELAYA. AGUARDANDO TRADUÇÃO PARA POSTERIOR PUBLICAÇÃO NA INTEGRA.

Durante o discurso do Sr. Presidente de Honduras, Sr. Manoel Zelaya, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

O Senado da República é a vanguarda que mantém as liberdades democráticas neste País e no mundo.

Com as nossas desculpas, chamamos o nosso extraordinário Senador do Rio Grande do Norte e do meu Partido, ex-Presidente desta Casa e atual Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos Senado, para que continue com a sua oração.

Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Quero também dizer da minha solidariedade ao Presidente deposto em Honduras.

Visto por outro ângulo, o projeto da Câmara, como eu dizia, sobre reforma eleitoral tem pontos positivos que poderão ser melhorados pelo Senado.

Aqui e ali, o projeto acolhe jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, contribuindo, assim, para a segurança jurídica de que vem mais e mais carecendo o processo eleitoral brasileiro, mas em outras questões investe diretamente contra essa jurisprudência.

É possível, Sr^{as} e Srs. Senadores, concordar com algumas dessas inovações, nomeadamente a que dá efeito suspensivo a todos os recursos que versem prestação de contas ou a que disciplina e restringe o conceito de quitação eleitoral para efeito de registro de candidatura, evitando danoso arbítrio judicial.

O projeto deixa claro, por outro lado, que as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento do pedido de registro, e este deve ser deferido, mesmo depois de indeferimento inicial, se posteriormente houver sido afastada a causa de inelegibilidade.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Garibaldi, V. Ex^a, com a experiência de muitos anos de mandato, seja no Executivo, seja no Legislativo, é pessoa abalizada para tratar de assunto tão candente, tão importante, que diz respeito à minirreforma político-eleitoral que está tramitando no Senado Federal. Hoje mesmo, já tivemos uma audiência pública com a presença de várias autoridades, vários especialistas, inclusive do Ministro Jobim e também do ex-Ministro Fernando Neves, que discorreram sobre vários temas. Temas que, para nós, constituem uma certa novidade como, por exemplo, a regulamentação do uso da Internet – e acho que V. Ex^a, ao final, iria se referir sobre isso –, a utilização da Internet como meio, como instrumento de publicidade. Naturalmente, fixando limites para o uso desse mecanismo que, sem dúvida alguma, revoluciona a era das comunicações no Brasil e em todo o mundo. Inclusive, nas últimas eleições nos Estados Unidos, o candidato Obama utilizou muito esse meio e se beneficiou, comunicando-se com o eleitorado e recebendo doações de pequeno porte. Enfim, um instrumento indispensável, hoje, à campanha eleitoral. No que diz respeito às suas limitações, elas são concebidas dentro de uma visão parecida com aquela que é estabelecida para os canais de televisão, porque se trata de imagem, e a imagem do candidato não pode ser distorcida. Um simples internauta não pode se utilizar de um *spam*, de um *e-mail*, para desmoralizar um candidato, sem a devida prova. Isso pode acarretar prejuízos incomensuráveis a um candidato. É por isso que existe essa proposta de re-

gulamentação da Internet. De outro modo, eu acho que o Brasil poderia ter tido uma maior celeridade na apresentação de outras propostas como, por exemplo, o financiamento público de campanha, que foi objeto de apreciação pelo Senado Federal e que, infelizmente, nós não chegamos a um denominador comum na Câmara dos Deputados, e tenho certeza de que não haverá mais tempo. Entretanto, eu acho que, de modo geral, essa nova proposta inova em muitos pontos e fala da questão da urna eletrônica com urna à parte para a apresentação do voto expresso, como o eleitor se conduziu na hora de votar, ou seja, a contraprova do voto. E a idéia do Ministro Jobim é no sentido de que essa parte pudesse ser objeto de um projeto paralelo, e não para se resolver agora. No entanto, a proposta do Deputado Federal Flávio Dino, do Estado do Ceará, é no sentido de que essa contraprova seja objeto de apreciação ou de vigência no ano de 2014. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a e agradecer pelo oportuno discurso que faz agora, tecendo considerações mais aprofundadas que, hoje, devido ao tempo, não foram objeto de apreciação pela própria Comissão de Justiça. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço a V. Ex^a. Inclusive não fui à Comissão de Justiça porque, na mesma hora, havia uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, não pude ir à Comissão de Justiça para ouvir os juristas e também fazer minhas perguntas e observações.

Também é de grande alcance – continuando a análise do projeto – a regra segundo a qual a Justiça Eleitoral deve notificar diretamente o partido para que substitua candidato julgado inelegível, o que, evidentemente, só se pode dar antes da eleição, bem como aquela outra que determina devam estar julgados, em todas as instâncias, os pedidos de registro e impugnações, até 45 dias antes do pleito. Esta regra evitará a incerteza, que, repetidas vezes, tem levado o eleitorado a ver frustrado o seu voto, graças às tardias decisões da Justiça Eleitoral. Isso vem acontecendo agora, no momento, com decisões com relação a Governadores eleitos em 2006 e Prefeitos eleitos agora, em 2008. É preciso, todavia, explicitar no projeto quais as consequências de não ser obedecido esse prazo pelo Judiciário.

Outro ponto positivo no projeto trata de pacificar duas questões tormentosas nos tribunais eleitorais e tem levado a decisões até mesmo contraditórias e divergentes, ora beneficiando, ora prejudicando candidatos eleitos. Por um lado, o projeto estabelece ser sempre de três dias o prazo de recurso na generalidade dos casos em que se discute cassação de registro ou diploma,

afastando de vez a incerteza de prazos extremamente exíguos, contados em horas e minutos; por outro lado, o projeto determina que as representações por infrações às normas eleitorais podem ser ajuizadas até o dia da diplomação, pondo fim, assim, à grande e prejudicial perplexidade na jurisprudência eleitoral.

Não se pode, porém, concordar com um viés que permeia o projeto, de restringir a atuação da Justiça Eleitoral, especialmente do TSE. Não há instruções normativas do TSE que contrariem texto legal, mas, sim, há nelas normas que suprem as lacunas da lei. O projeto da Câmara dos Deputados, por esse aspecto, tem a grande vantagem de suprir, por via legislativa, essas lacunas, explicitando, assim, a vontade do legislador sobre diversos e importantes temas da legislação eleitoral. Certamente, à nova lei haverá de curvar-se a Justiça Eleitoral, sendo despropositado o excesso, porém, de impedir o Tribunal Superior Eleitoral de expedir instruções que restrinjam direitos, pois tais restrições são inerentes ao poder regulamentar das leis; igualmente, não parece prudente, Sr. Presidente, impedir o TSE de baixar instruções após 5 de março do ano eleitoral, pois fatos e situações supervenientes podem impor a atuação pronta da Corte.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não é oportuno agora detalhar mais ainda o projeto da Câmara, que tem, como disse o Senador Antonio Carlos Valadares, avanços importantes, notadamente na disciplina da arrecadação de fundos para as campanhas, inclusive pela Internet, e com garantias de total transparência. Também no trato da propaganda eleitoral o projeto avança, inclusive afastando, em boa hora, alguns excessos de formalismo da Justiça Eleitoral.

Quanto às regras que visam a garantir a lisura das eleições, o projeto não apadrinha qualquer leniência, bastando lembrar que pune com cassação de registro ou diploma o candidato beneficiado por toda e qualquer conduta vedada aos agentes públicos, aumentando significativamente o rol dessas condutas que levam à cassação.

Não é verdade que o projeto autorize a candidatura de quem seja inelegível. Quanto a isso o projeto chega a ser mais duro que a atual legislação. Enquanto hoje, nas eleições proporcionais, os votos dados a candidatos inelegíveis, assim declarados depois da eleição, são contados para o partido, pelo projeto essa possibilidade de aproveitamento de tais votos é eliminada.

Esse é um ponto para o qual peço a atenção do Senado com o maior cuidado e desvelo. São aspectos positivos, como já fiz notar, mas ainda muito pontuais, embora não se devam negar os méritos da Câmara dos Deputados pelo projeto que produziu.

Sr. Presidente, creio no debate que se vai travar logo no início do segundo semestre, como se está travando agora, pois a Comissão de Justiça acaba de fazer, como informou o Senador Antonio Carlos Valadares, uma audiência pública. Creio que também se deva suscitar o debate quanto à necessidade de ser convocada a Assembléia Constituinte, para tratar, com a soberania e a amplidão necessárias, de autêntica reforma política para o Brasil.

Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, somente para informar ao nobre Senador...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a é o orador...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – É somente para dar uma informação última sobre a audiência que houve hoje na Comissão. Falei na contraprova. Realmente é a contraprova. Mas a expressão técnica que é utilizada pelos especialistas é “sistema de impressão do voto”. Isto é, o eleitor vota, mas tem uma impressão que, na mesma hora, é feita em uma outra urna, em separado. Isso já aconteceu, mas, segundo o próprio Ministro Nelson Jobim, prejudicou o processo de votação pela demora e também pelo emperramento das máquinas impressoras, que frequentemente apresentavam defeitos e atrasavam a votação. Essa é uma das razões por que o Ministro é contra a impressão do voto. A ideia do Deputado Federal Flávio Dino, que foi o Relator da matéria na Câmara dos Deputados, é a de que, em cada eleição, pelo menos 2% dos votos fossem objeto de auditoria por parte do Tribunal Regional Eleitoral. Essa é uma questão que ainda vai ser objeto de discussão, de debate; inclusive, nós todos podemos alterar substancialmente essa matéria, se for o caso. Agradeço a V. Ex^a

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Também agradeço a V. Ex^a. E agradeço a tolerância do Presidente Mão Santa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Antes, porém, cumprimento o Senador Garibaldi pelas suas preocupações pela falta de uma reforma eleitoral e passo a ler um expediente.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.010, DE 2009

Requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 13 a 15 de agosto de 2009, em missão da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal ao Haiti.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país no mesmo período.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – **Eduardo Azeredo.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação o requerimento do Senador Eduardo Azeredo, para ausentar-se do País.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.011, DE 2009

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 72, 102, 497 e 595 de 2007, e 19, de 2009 – Complementares, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – **Kátia Abreu.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

O requerimento lido será publicado e encaminhado à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.012, DE 2009

Nos termos do inciso I, do art. 279, combinado com incisos I e II, alínea **d**, do art. 101, todos do Regimento Interno do Senado Federal requerem que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2007, – Complementar, com o fim de regulamentar a cobrança de tarifas por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e dá outras providências, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, atualmente tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – **Kátia Abreu.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.013, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal emita voto de aplauso à Federação Espírita do Paraná (FEP), que em agosto completa cento e sete anos de existência. Fundada em 24 de agosto de 1902 por pessoas empenhadas na construção de uma sociedade baseada em valores de Solidariedades Cristã, a entidade tem lidado com as dificuldades humanas e sociais, buscando atendê-las com a máxima dedicação, o que é reconhecido por todos aqueles que conhecem o trabalho realizado. Baseada nos ensinamentos da Doutrina Espírita, a Federação Espírita do Paraná congrega os núcleos doutrinários da Religião em todo o Estado, representando um foco de benemerência, com expressiva atuação no apoio à pessoa humana necessitada. Indo além da mobilização material de suas atividades assistenciais, a FEP preconiza a reforma interior do homem como condição necessária à construção de uma sociedade justa, plena de direitos e de respeito às individualidades, à qual chegaremos quando os valores de fraternidade social, defendidos e praticados pela Entidade, forem predominantes no País.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Flávio Arns.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Pela ordem, com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um requerimento que diz o seguinte:

“Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal emita voto de aplauso à Federação Espírita do Paraná, que em agosto completa 107 anos de existência. Fundada, em 24 de agosto de 1902, por pessoas empenhadas na construção de uma sociedade baseada em valores de solidariedade cristã, a entidade, Federação Espírita do Paraná, tem lidado com dificuldades humanas e sociais, buscando atendê-las com a máxima dedicação, o que é reconhecido por todos aqueles que conhecem o trabalho realizado.

Baseada nos ensinamentos da Doutrina Espírita, a Federação Espírita do Paraná congrega os núcleos doutrinários da religião em todo o Estado, representando um foco de benemerência com expressiva atuação no apoio à pessoa humana necessitada. Indo além da mobilização material de suas atividades assis-

tenciais, a FEP preconiza a reforma interior do homem como condição necessária à construção de uma sociedade justa, plena de direitos e de respeito às individualidades, à qual chegaremos, quando os valores de fraternidade social, defendidos e praticados pela Entidade, forem predominantes no País.”

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

Só desejo dizer a V. Ex^a que eu já o havia feito na semana passada, mas que ontem entreguei expediente ao Senador Heráclito Fortes, 1º Secretário do Senado Federal, para termos aqui, no Senado, um plano para ser aplicado, de atendimento, de combate, de convivência com as questões relacionadas à gripe A, a chamada gripe suína.

V. Ex^a, inclusive, na semana passada – eu estava aqui presente –, determinou que isso fosse feito. Pôrém, até o dia de hoje, Sr. Presidente, não recebemos qualquer planejamento relacionado às atitudes que o Senado Federal pode tomar aqui dentro, considerando as milhares de pessoas que o visitam, as pessoas que trabalham aqui, a segurança dos funcionários, as orientações necessárias – álcool, cartazes, álcool gel.

Não é uma atitude de pânico, mas é uma atitude de que, até eu mencionava, se isso acontecer dentro desta Casa, será uma referência para as assembléias, para as câmaras municipais, porque todos nós temos que tomar todas as atitudes necessárias para fazer a nossa parte em termos de prevenção.

Já mudou o protocolo. Já foi um avanço. O Brasil inteiro já tem outro protocolo; os medicamentos, o laboratório já disse que tem medicamentos para vender. Então, basta o Brasil comprar.

Agora, em termos de iniciativas aqui dentro, Sr. Presidente, e V. Ex^a é médico também, todos nós sabemos... Eu não consigo perceber um plano que tenha sido elaborado dentro do Senado Federal para dar conta do que devia ser feito, de acordo com as autoridades sanitárias, para o enfrentamento da gripe A.

Então, eu peço providências, Sr. Presidente, mas não só providências. Eu gostaria, como Senador, membro desta Casa, de ver, de ler, de ter na mão o plano que o setor médico desta Casa tem que fazer. Imagino que tenha feito ou que esteja fazendo. Não é só a suspensão de visitas aqui, que é uma medida importante, sem dúvida, porque a aglomeração de pessoas deve ser evitada nessa época. Então, eu pediria a V. Ex^a que até isso fosse submetido para o plenário aqui do Senado, para todos nós tomarmos conhecimento do que... Já que vai haver a reunião... V. Ex^a mencionou: amanhã cedo haverá a reunião da Mesa Diretora do Senado Federal. Que esse seja um assunto dessa pauta, para

que a gente possa, na sequência, então, tomar conhecimento do que a Mesa Diretora deliberou.

Se V. Ex^a permitir, amanhã, no período da tarde, eu volto ao assunto também, para que a gente possa ter conhecimento do que vai ser feito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Dr. José Roberto, nós chamamos atenção para que sejam tomadas as providências no sentido de que as preocupações do Senador Flávio Arns sejam levadas, amanhã, para a reunião da Mesa Diretora, às 10 horas da manhã.

Com a palavra, como Líder, Antonio Carlos Valadares. Depois – nós estamos alternando –, um orador inscrito, Senador Cristovam Buarque. Depois, o Líder Arthur Virgílio e, como orador inscrito, Paulo Paim.

Com a palavra Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF)

– Presidente, eu aceito... eu quero fazer a troca, passando a minha vez para o Senador Arthur Virgílio. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Que é possível é, mas depois não tem mais reclamação, porque nós estamos alternando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu cedo o lugar. Está bom!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Agora é um líder, do PSB, depois seria um orador inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu cedo a minha inscrição de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a hoje está com um coração... Acho que foi aquela pregação do Tasso Jereissati. Ele já tinha cedido para o Garibaldi; agora, já cede de novo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com o Garibaldi, eu tinha trocado a posição. Agora, eu cedo ao Arthur Virgílio. E, amanhã, se o senhor permitir, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Tasso irradiou aí essa paz, esse amor. “Onde tiver discordia, que eu seja a união” – São Francisco do Canindé.

Com a palavra Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/

PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por designação do Senador Demóstenes Torres, eminent Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, estou relatando uma matéria que tem um grande significado para a cidadania brasileira, principalmente para as populações mais pobres

deste Brasil, que é o projeto de lei complementar que trata da reforma da estrutura da Defensoria Pública para fortalecer os seus vínculos com a sociedade e ampliar suas funções, dando maior abrangência à defesa dos direitos das pessoas carentes.

É o PLC nº 137, de 2009, já aprovado na Câmara e que faz parte da “Reforma Infraconstitucional do Judiciário”, prevista no “Pacto Republicano”, assinado pelos chefes dos três Poderes e decorre da necessidade de se adequar a legislação à Emenda Constitucional nº 45, de 2004, conhecida como da “Reforma do Judiciário”.

Os principais pontos da proposta são: a explicitação dos objetivos e a ampliação das funções institucionais; a regulamentação das autonomias administrativa e orçamentária; a modernização e democratização da estrutura da instituição; e o detalhamento dos direitos dos destinatários dos serviços e a criação de mecanismos de participação da sociedade civil na gestão e fiscalização, como a ouvidoria externa.

A regulamentação das autonomias administrativa e orçamentária permitirá que a Defensoria Pública organize a sua estrutura, abra concursos, nomeie defensores e funcionários muito mais rapidamente, saindo um dos problemas mais significativos em todo o Brasil, que é a falta de defensores em cerca de 60% das cidades brasileiras.

A modernização e a democratização da estrutura administrativa (forma de eleição do defensor público-geral e do Conselho Superior, por exemplo) estão atreladas a um norte e a um foco bem claros: a descentralização dos serviços, priorizando “as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional” e o respeito aos “direitos dos assistidos”, como o direito à informação, à qualidade e à eficiência dos serviços prestados. É a primeira vez que, ao organizar uma instituição do sistema de Justiça, uma legislação volta seu foco para o cidadão destinatário dos serviços e não para o próprio órgão ou seus integrantes.

O projeto cria a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública dos Estados, exercida por pessoa de fora dos quadros da carreira.

Essa nova estrutura, mais moderna e participativa, vai permitir que a Defensoria Pública possa cumprir, efetivamente, seu papel constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita às pessoas mais pobres, pessoas que, de outra forma, não teriam acesso à justiça, contribuindo, assim também, para a efetivação do princípio constitucional da igualdade e da não-discriminação.

Para tanto, o projeto explicita quais são os objetivos institucionais da Defensoria Pública: a primazia da dignidade da pessoa humana; a redução das desigualdades sociais; a afirmação do Estado Democráti-

co de Direito; a prevalência e efetividade dos direitos humanos; e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Na ampliação das funções institucionais destaca-se a promoção, prioritária, da solução extrajudicial dos litígios, por meio de técnicas interdisciplinares como a mediação, a conciliação e a arbitragem. Essa prioridade já reflete as mais modernas e eficientes experiências realizadas por diversas Defensorias Públicas e também por outros órgãos da Justiça, comprovando que as soluções de conflitos que são construídas pelas próprias partes, com a mediação de profissionais necessariamente capacitados para isso, são muito mais eficazes para a pacificação dos conflitos, contribuindo ainda para desafogar o Poder Judiciário.

Também se destaca, Sr. Presidente, a previsão de a Defensoria Pública ter que promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, comumente chamadas de “educação em direitos”, já reconhecidas como o mecanismo mais eficaz de fortalecimento da cidadania e de prevenção de conflitos, na medida em que pessoas mais bem informadas têm menor probabilidade de terem seus direitos violados.

A questão da tutela coletiva é bem pontuada, seguindo a tendência legislativa recente, pela qual foi reconhecida a legitimidade da Defensoria Pública para a propositura de ação civil pública e de mandado de segurança coletivo (Lei nº 11.448, de 2007, e parecer aprovado na PEC nº 74/07, no mês passado, pela CCJ do Senado).

As funções institucionais também são ampliadas para a inclusão expressa junto a estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes e do acompanhamento de inquérito policial, com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado.

Há também a previsão da ampla promoção e defesa dos direitos fundamentais – individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais – das pessoas carentes, notadamente de grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado, como as crianças e adolescentes, as pessoas com deficiência e as mulheres vítimas de violência doméstica.

Portanto, Sr. Presidente, o referido projeto, cuja relatoria me foi designada com muita honra pelo Senador Demóstenes Torres, é da maior importância, pois a Defensoria Pública é, atualmente, ainda a instituição menos estruturada do sistema de Justiça. É nosso dever corrigir essa distorção, pois, por ser o órgão mais próximo da população pobre, ainda maioria no Brasil, não há como se falar em cidadania sem a Defensoria.

Esperamos, Sr. Presidente, que a Comissão de Justiça, que se debruça sobre esse assunto na próxima semana, possa votar inteiramente esse projeto com o apoio de todos os seus membros. E o plenário desta Casa, fortificado com a resolução dessa crise que se abateu sobre nós possa definitivamente retribuir ao Brasil aquilo que nós recebemos, o voto do eleitorado, para decidirmos as questões legislativas mais próximas da cidadania, como é a defesa que estamos fazendo desse projeto em favor da Defensoria Pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a mostrou grande sensibilidade, que a justiça é o pão de que mais a humanidade necessita. Quem disse isso foi Montaigne, mas quero informar a V. Ex^a que, quando governei o Piauí, fiz o palácio da Defensoria Pública.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos, do DEM de Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um breve comunicado. Hoje, estivemos com o Ministro da Saúde, Temporão – toda a bancada federal de Mato Grosso –, acompanhando o Vice-Governador, e Governador em exercício, Silval Barbosa, para solicitar a liberação dos recursos para o Hospital Universitário de Mato Grosso.

Lamentavelmente, acho que é um dos poucos Estados da Federação – acho que é o único – que ainda não tem um hospital universitário à altura do que merece o nosso Estado e a nossa região.

Para minha grata surpresa, comunico aqui – naturalmente, através do canal de televisão TV Senado – ao povo mato-grossense que o Ministro nos assegurou que os R\$14,7 milhões, uma emenda de bancada de todos nós, parlamentares de Mato Grosso, serão liberados este ano. Assim, podemos já iniciar as obras do hospital universitário, que é um hospital que terá um custo da ordem de R\$130 milhões e, além de atender naturalmente à Faculdade de Medicina de Mato Grosso da nossa Universidade, vai atender à população do Estado, sobretudo os mais carentes, como também do Estado de Rondônia e do Estado do Pará.

É obra importante, Sr. Presidente, na medida em que Mato Grosso, sobretudo a Grande Cuiabá, ainda tem deficiência no que diz respeito a leitos hospitalares. Por incrível que pareça, a rede pública funciona de forma precária – não em Mato Grosso, mas em todo o Brasil –, e a rede privada também não atende ainda, naturalmente, à demanda, sobretudo neste momento de crise atual no setor de saúde: a gripe suína.

Nós temos, realmente, essa preocupação. E ela é muito importante, porque faz parte de um conjunto de obras, preparadas para sermos a subsede da Copa do Mundo, em 2014, não só na questão do hospital, que será fundamental, mas na questão também da infra-estrutura. Nós temos de providenciar, urgentemente, os investimentos, principalmente no sistema viário da grande cidade de Cuiabá, como também no de Várzea Grande. São duas cidades. V. Ex^a teve a oportunidade de ir a Mato Grosso há poucos dias. Onde o senhor desceu é Várzea Grande; na outra parte do rio, atravessando a ponte, o senhor está no Município de Cuiabá, ou seja, a capital do Estado.

Então, nós estamos muito preocupados. Está envolvida toda a Bancada Federal, junto com o Governo do Estado, a Prefeitura de Cuiabá, a Prefeitura de Várzea Grande, no sentido de viabilizarmos o investimento, para que a subsede da Copa do Mundo de 2014 seja concretizada realmente da melhor forma possível e, acima de tudo, recebendo os investimentos para melhorarmos a logística, a questão de hospedaria, ou seja, dos hotéis, da rede hospitalar etc etc.

Portanto, aqui, eu quero, nesta oportunidade, dizer ao povo mato-grossense que estão assegurados os primeiros recursos para o início das obras do Hospital Universitário de Cuiabá, ou seja, de Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agora, convidamos para usar da palavra, como Líder, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O Senador Jayme Campos acabou de demonstrar suas preocupações e ações em benefício do desenvolvimento e da melhoria da saúde em Cuiabá e em Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, que representa o grandioso Estado do Amazonas.

V. Ex^a é do tamanho do Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o Presidente do Conselho de Ética desta Casa, Senador Paulo Duque, houve por bem fazer aquilo que a lógica e o bom senso ordenavam: mandou arquivar a representação que o PMDB havia feito contra mim naquele mesmo Conselho.

Em primeiro lugar, voltemos ao passado bem recente. Diferentemente das denúncias e das representações – denúncias de minha lavra e representações do meu Partido – envolvendo o Presidente desta Casa, o Senador José Sarney, o PMDB deixou bem claro que representaria contra mim, autor da denúncia – e eu pas-

saria de denunciante a réu, numa manobra artificial que não engrandece, de forma alguma, quem possa trilhar esse caminho –, mas representaria se o meu Partido endossasse, em forma de representação, as denúncias que eu havia feito. E eu fui muito claro: interferi junto ao meu Partido para que o meu Partido não recuasse. Interferi junto ao meu Partido, para que o meu Partido se mantivesse firme. Intervim junto ao meu Partido, para que o meu Partido pensasse na opinião pública, pensasse na sociedade brasileira, pensasse no decoro do Senado e não na minha questão individual.

Então, a peça nasceu do rancor, a peça nasceu da revanche, nasceu da vindita. Não foi nada motivado por indignação; foi um cálculo. Isso, obviamente, deve ter sido observado pelo Presidente do Conselho de Ética.

Havia um outro ponto lógico: S. Ex^a havia recusado onze representações densas, bem formuladas; recusou onze representações contra o Presidente da Casa. Seria um tanto estranho se resolvesse abrir um processo para eventual punição a mim por quebra de decoro depois dessa atitude que tomou, tendo sido eu... Se estamos aqui falando novamente... E as pessoas me dizem para não falar mais nisso, mas eu falo nisso a vida inteira, não tenho do que me envergonhar: um funcionário meu ficou no exterior com autorização minha. A imprensa denuncia – é bom que faça isso mesmo –, eu vou à tribuna e assumo o meu gesto, como faço com todos os fatos da minha vida, mando o Senado calcular o que havia sido gasto com os salários pagos a esse jovem e reponho aos cofres do Senado Federal.

Eu espero até, Sr. Presidente, que isso vire jurisprudência, que todos passem a agir assim daqui para frente. Nós sabemos que não é o único caso, não foi o único caso. Peço à Mesa – e ontem pedi energicamente ao Presidente – que me desse a lista daqueles que saíram legalmente daqui, estatutários ou comissionados, que saíram daqui legalmente, com despesas pagas pelo Senado, para nós vermos o tamanho da lista. E S. Ex^a me disse que estava compilando a lista. Eu até disse que deveria ser um calhamaço pela demora em me darem as respostas.

Mas muito bem. O fato é que eu arquei com as minhas responsabilidades e me sentia muito à vontade para enfrentar qualquer tormenta, qualquer momento de dificuldades.

Eu lembro a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati, que ontem fez um belo pronunciamento, um pronunciamento que não pode ser confundido com ninguém com bandeira arriada, com acordão ou quaisquer denominações que primariamente possam supor, nós temos uma luta a travar e vamos travar essa luta, mas quero lembrar a V. Ex^a, que é filho de um colega de meu pai

de Senado, que à altura dos sete anos de mandato do meu pai, Senador Arthur Virgílio Filho, desabou sobre o seu mandato e sobre os seus direitos políticos também a ira do AI-5 e dos generais ditadores da época que manipulavam os cordéis da Nação.

Eu estava vendo uma coincidência muito estranha, porque, à altura dos sete anos do meu mandato de Senado, em plena democracia, desabaria contra mim, porventura, no mais absurdo e kafkiano dos processos, desabaria sobre minha cabeça a ameaça de cassação de meu mandato por denunciar desmandos, por denunciar corrupção, por denunciar o quadro de mazorca que se havia instalado aqui no Senado da República. Eu só teria orgulho; eu não teria medo em nenhum momento.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de dizer que recebi com tranquilidade a decisão. Disse, nas minhas declarações à imprensa, que o bode foi retirado da sala, ou seja, era um bode e foi retirado da sala, e que a nossa luta continua. Argumentei algo simples, porque eu dizia a amigos, já falando mais informalmente: quer dizer que, se eu sou denunciado injustamente, réu sem crime, se eu sou denunciado injustamente, levando-se em conta que o Presidente havia liberado das acusações o Presidente Sarney... Se eu sou denunciado, eu viraria herói, alguém admirável, enfim. Se eu não sou – e se faz justiça no meu caso –, então se fez um acordão; então houve alguma coisa bastarda, houve alguma coisa ilegítima, alguma coisa espúria.

Creio que é hora de muita maturidade por parte de todos que analisam e fazem política de dentro ou de fora, mas fazem política neste País. Em primeiro lugar, eu fui alvejado, não pelo equívoco que cometí, que não é capitulável em nenhum artigo do Código Penal – e que por ele paguei, vamos ser bem claros –, mas fui alvejado porque fui o primeiro a chamar a atenção para o quadro, hoje, que é de extrema gravidade, por que passa o Senado Federal. Fui alvejado por isso. Fui alvejado por ter sido enérgico do começo até o fim dessa luta. E ninguém confunda o tom, que é um tom muito nítido pelo qual optamos, nós do PSDB e, acredito, nós que estamos nessa luta irmanados, Senador Cristovam Buarque, tantos de nós, que é o de não deixarmos de dizer as coisas que temos que dizer, mas num tom que não tem que ser nenhum tom exasperado, não, tem que ser o tom da fala de V. Ex^a ontem, Senador Tasso Jereissati.

V. Ex^a, ontem, num gesto de humildade, digno de elogio, pediu desculpas à Nação brasileira pelo incidente de dias atrás, e só age assim quem tem nobreza no coração, só age assim quem tem decência no cérebro e na alma. Só age assim quem tem alma.

V. Ex^a foi muito claro: o PSDB e seus aliados se mantêm nessa luta com firmeza até o final. Não hou-

ve e não haverá barganha, não houve e não haverá concessão. Houve e há compromisso com o decoro desta Casa. Houve e há o compromisso com tirarmos o impasse em que ela está, e vamos lutar para tirar esta Casa do impasse em que ela está. Portanto, se alguém me pergunta o que me esperava, digo que esperava mais ou menos isso, que fosse feita justiça. Teria de enfrentar uma atitude arbitrária se, porventura, ela tivesse sido adotada contra mim.

Jamais deixei de confiar no conjunto do Conselho de Ética, jamais coloquei em dúvida o Presidente Paulo Duque. Não tenho porque pré-julgar ninguém; não pré-julgo ninguém. E jamais deixaria de confiar no Plenário desta Casa, jamais deixaria de confiar no bom-senso do Plenário, na dignidade de um Senador como o Senador Flávio Arns, que tem sido enfático, na dignidade de tantas pessoas que sabem que o que está jogo é a honra da instituição Senado Federal.

Portanto, é hora de posições incisivas e claras. Não é hora de bazófias, não é hora de baderna. É hora de posições incisivas e muito claras, e essas posições serão mantidas e adotadas por mim, pelos meus companheiros, pelos meus liderados tucanos, na esteira da convicção que formamos. E que fique bem claro: acordo nenhum; acordão nenhum. Nada! Tenho a impressão de que esse raciocínio rebaixa quem o formule, porque eu não teria de ter o meu mandato injustamente cassado, repito, réu sem crime, para provar que não houve acordão. Seria algo descabido, algo despropositado.

Por outro lado, registre-se que, ao longo de todo esse tempo, procurei, de maneira serena, constante e firme, Presidente Marconi Perillo, manter a mesma linha e muita linha, acima de provocações, acima de jogo rasteiro e, ao mesmo tempo, assumindo um compromisso, que é desagradável, de não deixar, no que toca modestamente a mim, esta Casa se apartar, como se tem apartado, da opinião pública.

Ouço o Senador Cristovam Buarque. Em seguida, o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio, não esperava de V. Ex^a outra coisa a não ser dizer, enfaticamente como está dizendo, que não há nenhum acordo, nenhum acobertamento. Fizeram porque fizeram. E, de fato, fizeram porque não havia a menor possibilidade, a meu ver, de arquivarem 11 processos, com a gravidade que cada um deles tinha, contra o Presidente Sarney e deixarem ir adiante esse processo contra um ato seu, reconhecido, do qual fez *mea culpa*, e por conta do qual está reembolsando o Senado. Então, não tinha a menor dúvida de que poderiam fazê-lo. O que me alegra é a percepção – e nunca tive dúvida disso – de que isso não é nenhum acordo, até porque o discurso de ontem do Senador Tasso Je-

reissati foi muito importante ao falar da paz. Mas não vai haver paz entre Senadores enquanto não houver paz dos Senadores com o povo e a opinião pública. E essa segunda paz, que é a mais importante, não está ocorrendo neste momento, haja vista o que aconteceu, há pouco, aqui em cima, quando estudantes foram maltratados pela polícia para impedir que fizessem uma manifestação. Em que lugar está escrito que uma faixa que diga “Fora Fulano de Tal” é proibida lá fora do prédio do Senado? Se houver manifestações aqui dentro, que interrompam o nosso trabalho, estou de acordo, pois é preciso por ordem. Não se pode deixar que a desordem seja feita em nome de protesto. Mas lá fora, mesmo que em cima do prédio, lá fora sem prejudicar nada do serviço, sem prejudicar passagem de ninguém? Essa é uma prova de que o Senado, talvez, esteja descobrindo o despotismo no lugar do nepotismo. Isso é muito perigoso. Precisamos fazer as pazes com o povo. E essa paz exige continuar, aqui dentro, a disputa que vimos fazendo. Claro que podemos fazer um acordo no sentido de que palavras usar, que não se pode ficar dizendo que obra na cabeça de jornalista; que não pode ficar se chamando um ao outro disso ou daquilo. Mas acordo do ponto de vista de esconder qualquer coisa, de impedir a investigação, esse acordo eu fico feliz de escutar V. Ex^a dizendo que não vai tolerar. O que aconteceu foi algo, claro, benéfico para todos nós, inclusive, seus amigos, mas não é parte de uma barganha. Fico feliz de ouvir isso.

Não tenho a menor dúvida de que é assim que o senhor pensa e de que vamos continuar lutando aqui para fazer a paz com o povo e, aqui dentro, a paz entre nós. Mas não podemos fazer a paz entre nós antes de fazer a paz com o povo, até porque o povo não vai deixar. Manifestações estão arrebentando por todas as partes deste País. Amanhã, às 10 horas, na sede nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), aqui, em Brasília, haverá uma manifestação pela ética no Senado. Isso está acontecendo em muitos lugares. Há cidades em que o comércio está fechando suas portas durante algumas horas e em que estudantes estão parando as aulas para falarem do que acontece no Senado. Essa é a paz de que a gente vai precisar. Para isso, é preciso muita sabedoria, muita compreensão, mas, sobretudo, muita firmeza. E fico feliz de ver que o senhor faz parte daqueles que não abrem mão da firmeza, na luta por um Senado melhor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Cristovam.

A propósito dessa história de acordão, de acordinho, o que seja, dessa mistificação, desse fetiche em torno disso, relatei ao Senador Jereissati, ainda há pouco, no gabinete da Liderança do nosso Partido, a

conversa que tive com meu filho de dezessete anos, que é um futuro engenheiro, que vai fazer vestibular. Ele tem cabeça de engenheiro e disse – a cabeça dele funciona mais ou menos assim: “Vou fazer vestibular para UnB e vou passar, mas não vou cursar. Vou fazer vestibular para o IME, talvez passe, talvez não passe, mas não vou cursar. Vou fazer vestibular para o ITA, não vou passar este ano, com certeza, mas vou me preparar para, no outro ano, passar. Preciso fazer cursinho específico para o ITA”. Essa é a cabeça lógica dele. Ontem, conversando comigo sobre isso, ele me disse: “Olha, pai, não vejo, matematicamente, nenhuma possibilidade de prosperar isso contra você. O Presidente do Conselho não deixará, porque ficaria estranho liberar o Presidente Sarney de onze acusações e fazer isso contra você, gerando três reações, e uma delas é a de transformar você numa vítima brutal perante o País, transformando você numa bandeira”. Isso ele disse em outras palavras, porque, politicamente, ele não é ainda uma figura tão sofisticada assim. Mas disse: “Segundo, acirrando os ânimos, seu Partido, seus companheiros, seus amigos se levantarão. Terceiro, as coisas se tornarão imprevisíveis até para aqueles que possam ter tomado essa iniciativa contra você”.

Estou falando nas minhas palavras aquilo que, com palavras mais simples, meu filho, de dezessete anos, disse-me ontem. Eu disse: “Olha, filho, estou absolutamente tranquilo em relação a isso. Tive a opção. A opção fui eu que fiz. Ninguém me empurrou para essa opção”. Há essa história de...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a V. Ex^a um pouco mais de tempo, Sr. Presidente.

Há essa história de destinos entrelaçados. Não tenho destino entrelaçado com ninguém. Sou casado pela segunda vez, e meu destino não ficou eternamente entrelaçado com o da minha primeira esposa. Tomara que seja meu último casamento! Mas não tenho destino entrelaçado com ninguém. Tenho destino entrelaçado com minha própria honra, com minha própria coerência, com minha própria vida.

Portanto, repito, retiraram o bode da sala. Havia um bode na sala, e o bode saiu da sala. Era algo que não deveria ter existido, que não precisaria ter existido e que, se existiu, foi porque meu Partido insistiu em não se afastar da solidariedade a mim e da luta, fazendo as representações. Portanto, voltou-se à normalidade. Entendo dessa forma, com a mesma tranquilidade com que tenho aqui manifestado.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Cristovam, a solidariedade, a firmeza com que se porta, o equilíbrio que não o abandona; esse equilíbrio é fundamental. Nós temos

de mostrar que é possível se travar uma luta dura, mas uma luta em que haja espaço para se ter o respeito pela opinião dos outros, o respeito pela divergência, o respeito pela diversidade, o respeito pela diferença. E V. Ex^a sabe, como ninguém, como fazer isso.

Portanto, aqui vai minha homenagem e o agradecimento pela manifestação de fraternidade que sempre dedicou a este seu companheiro, ao longo de todo esse processo, e que, simplesmente, encaro de maneira muito natural, muito normal. Agradeço a V. Ex^a.

Concedo aparte ao Senador Tasso Jereissati. Em seguida, eu o concederei ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, confesso a V. Ex^a que eu não tinha a menor preocupação em relação ao andamento da representação que foi feita contra V. Ex^a, até porque não era propriamente uma representação em função de um comportamento de V. Ex^a que viesse a ferir o decoro ou a ferir a ética nesta Casa, mas era, claramente, uma retaliação política. E o Conselho de Ética, Senador Cristovam, evidentemente, não é um fórum político. É um fórum que trata de questões específicas, acima dos partidos políticos, e que defende a instituição, não um partido ou outro. Defende o padrão mínimo que uma instituição como o Senado Federal precisa ter. Eu não tinha preocupação em relação a isso, porque isso não cabia ao Presidente do Conselho de Ética, não haveria justificativa que o pudesse levar adiante nessa atitude. Por outro lado, sei que isso é incômodo para qualquer um de nós. Por mais limpa que seja a sua vida, por mais transparência que se tenha tido em toda a vida política, pessoal, privada, não é cômodo se ver na situação de, todos os dias, ter de se explicar diante das câmeras de televisão no País inteiro, dizendo que nada fez de errado. Isso é incômodo principalmente para aqueles que têm brio, amor próprio e nome a zelar e que, nesse nome, têm seu maior patrimônio. Ninguém gosta disso, nunca ouvi alguém dizer que gostaria de ir para o Conselho, por mais tranquilo que estivesse em relação à sua vitória, à sua inocência. Diz o Senador Jarbas Vasconcelos que, em política – não é só em política, até no casamento –, se você tem de se explicar toda a vida, a situação não é boa, não é cômoda. E é isto que se tentou fazer: obrigar quem estava evidentemente na ofensiva – V. Ex^a estava à frente de uma ofensiva muito grande – a sair da ofensiva e a passar a se explicar. E tem se tentado fazer isso aqui com vários outros Senadores, para que eles venham aqui se explicar, igualando todo mundo nesse jogo. Diante de tudo isso, vi que V. Ex^a, em nenhum momento, deixou-se intimidar, mudou sua conduta, mudou sua atitude em relação aos problemas que existem aqui hoje no Senado, nem titubeou na perspectiva de que, para que tivesse alguma tranquilidade pessoal, viesse

a mudar de postura e viesse a mudar de atitude. Sou seu companheiro de Partido, e V. Ex^a nunca me deu uma palavra no sentido de “maneirar um pouco, para que as coisas se acomodem melhor”. Está aqui o Senador Cristovam, aliado nosso constante nessas causas. Com certeza, S. Ex^a é testemunha de que nunca também foi procurado nesse sentido. Nunca isso ocorreu. Sempre manteve sua coerência, sua coerência política, sua coerência pessoal, sua postura muito firme. Isso faz com que, quaisquer que sejam as ameaças que voltem a acontecer, V. Ex^a se torne uma figura cada vez mais impermeável a esse tipo de ameaça. Por isso, de qualquer maneira, apesar de, como eu disse, em nenhum momento ter me preocupado quanto ao destino dessa representação, eu queria parabenizá-lo. Esse fato libera sua pessoa para continuar na luta do cotidiano, na luta que vinha mantendo, sem ter de carregar esse incômodo e essa perspectiva sempre desagradável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Agradeço a V. Ex^a também pela amizade, nunca esquecendo aquele incidente que levou alguns a criticarem V. Ex^a. V. Ex^a nele se envolveu em minha defesa, por lealdade, por absoluta devoção fraterna a este seu companheiro.

Mas temos visto uma certa luta que se trava na escuridão contra muitos de nós. É uma luta sibilina, traiçoeira, de certa forma covarde, porque vem de pessoas que dominam dados tolos e sem relevância, na maior parte dos casos, da vida dos Senadores, sem que nós outros detenhamos esses dados, ou seja, é o velho vício de termos um poder tão longo quanto aquele que foi exercido pela Diretoria-Geral passada nesta Casa. É uma luta sibilina, repito, uma luta traiçoeira.

Por outro lado, se isso a mim tem causado algum tipo de aborrecimento – e não fujo deles, senão teria escolhido outra carreira –, percebo que mexeram com mais um – foi o Senador Sérgio Guerra, foi V. Ex^a um dia, foi o Senador Cristovam outra vez, foi não sei mais quem –, e a própria tática foi se desmoralizando, a própria tática foi não pegando mais. A maldade que intentaram contra o Senador Sérgio Guerra foi desmontada em segundos. Fico feliz de, com algum sacrifício pessoal, ter contribuído para isso, porque a tática se desmontou na medida em que obraram contra mim essa atitude, trabalharam contra mim essa atitude, que não foi a correta, que não foi a mais ética, a mais justa.

Vamos, portanto, deixar bem nítido que há uma certa força que não quer permitir a transição desta Casa para os tempos que ela vai viver. Eu sempre disse que, se tivéssemos vencido nós as eleições, nós faríamos, sob a liderança do Senador Tião Viana, alguma mudança. Não faríamos toda a mudança ou não faríamos quase toda a mudança; faríamos algu-

ma mudança, porque haveria limitações e injunções. O Senador Tião Viana concorda comigo, já fizemos essa análise juntos, de maneira muito fraterna, muito querida, muito amiga. Como, na verdade, havia forças que não queriam as mudanças, estas estão saindo, as mudanças estão sendo operadas.

Aquele projeto que foi de iniciativa sua, proposto à bancada, em que tive a honra de ser o segundo signatário – o primeiro foi o Presidente Sarney –, naquele primeiro momento da crise, precisa ser votado. O projeto estabelece mandato para o Diretor-Geral, dois anos de mandato, mais um termo, no máximo, com obrigação de referendo pelo plenário e com o direito de um voto de desconfiança de 41 Senadores ou de metade mais um dos Senadores. O plenário poderá demitir também. Não é só o Presidente quem demite a partir da aprovação desse projeto aprovado; quem demite também é o plenário da Casa.

Há outra mudança que julgo significativa. Hoje, há aqui um funcionário público que considero bastante correto, o Dr. Haroldo Tajra. Ele é bastante correto. Ele me disse algo que me chamou a atenção, e já tive ocasião de abordar aqui da tribuna isso. Ele disse que eles, funcionários públicos, devem se portar como se fossem ser auditados daqui a dois meses, daqui a dois anos ou daqui a um ano e meio, ou seja, devem estar sempre prontos para a auditagem. Devem estar sempre prontos e sempre atentos à ideia da auditagem. Não se auditava esta Casa há quinze anos! Esta Casa precisava ser auditada, está sendo auditada. Logo, as mudanças virão, as mudanças surgirão, as mudanças se imporão, até porque é uma dívida que a Casa tem para com a Nação lá fora. Temos de começar a analisar esta Casa de maneira mais profunda, mais ampla, mais lúcida. Esta Casa tem de se casar com o que dela espera nas ruas, lá fora.

Tampouco tive qualquer receio em relação a essa coisa de Conselho de Ética. Recebi manifestações que não me surpreenderam, como a do Senador Inácio Arruda, do PCdoB, pelos jornais. Ninguém procurei, não procurei o Senador Inácio Arruda. Houve manifestações muito claras, em bloco, da Bancada do PT, reafirmadas pelo Líder Mercadante, reafirmadas pelo nosso candidato à Presidência do Senado, Senador Tião Viana. Houve a unidade do bloco de Oposição. Não sei se mesmo o Partido que fez a representação votaria inteiro contra mim numa eventualidade dessas. Tenho até a impressão de que não seria assim. O fato é que não era uma manobra fadada a chegar a bom termo. Ela apenas ampliaria o desgaste de quem a propôs, não tenho dúvida disso.

Mas V. Ex^a tem muita razão quando reafirma nosso compromisso com essa luta, que é inarredável, absolutamente inarredável. Vamos cumprir com esse com-

promisso, vamos cumprir com esse desígnio. E vamos cumprir com esse desígnio, Senadora Lúcia Vânia, de maneira muito firme, muito honrada, com postura, com compostura, com seriedade, com respeito pela Casa, com respeito pelo decoro da Casa, com respeito pelo comportamento dentro da Casa, mas, ao mesmo tempo, exercitando, à exaustão, nosso direito de dizermos aquilo que venha ao nosso cérebro e ao nosso coração.

E momentos muito duros... Nós tivemos oportunidade de enfrentar o regime autoritário. Não haveria como – quem quer que seja, qualquer força – tolher nossa voz, tolher nossa manifestação ou impedir que, livremente, nos postássemos ou nos colocássemos diante dos desafios que estão postos perante a Casa.

Senador Flexa Ribeiro, com muita honra.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem o reconhecimento de toda a Nação brasileira pela forma destemida e competente com que V. Ex^a se coloca sempre em defesa da moralidade, da honradez, dos interesses nacionais, acima de qualquer questão. Como disse, V. Ex^a tem serviços prestados à Nação brasileira no Congresso Nacional, no Executivo, quando foi Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso, no seu Estado, e é um aguerrido defensor da moralidade. V. Ex^a nunca tergiversou sobre essa questão. V. Ex^a tem se portado de forma a não deixar dúvidas a nenhum brasileiro sobre sua postura. E, aqui, por outros companheiros seus, já foi mencionado que, em nenhuma hipótese, V. Ex^a faria acordo de qualquer tipo para que não prosperasse a representação no Conselho de Ética. V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...já colocou que nada e coisa nenhuma vai mudar a sua postura na tribuna, de denunciar os malfeitos, de cobrar as ações que coloquem, como V. Ex^a bem citou, o Senado Federal em sintonia com a sociedade. É difícil, Senador Arthur Virgílio! V. Ex^a anda no seu Estado, como os outros Senadores também – eu, no Estado do Pará – e é difícil conviver com a situação em que nos encontramos aqui! Mas V. Ex^a e todos aqueles que clamam para que o Senado possa voltar à normalidade, fazendo as reformas que aqui foram citadas – e é necessário que elas possam vir o mais rápido possível –, têm o apoio da sociedade brasileira. V. Ex^a tem o apoio, evidentemente, do seu Estado, mas também do Brasil como um todo. Eu quero parabenizá-lo e dizer que V. Ex^a conta com a solidariedade e o apoio de todos os seus companheiros: companheiros de partido, que temos a honra de sermos liderados por V. Ex^a, mas, como V. Ex^a bem colocou, de outros partidos, não só da oposição, como da própria base do Governo, que estão solidários à forma como V. Ex^a tem se portado nesta tri-

buna. É uma honra, para mim, ser seu liderado. E tenha certeza absoluta de que V. Ex^a tem o respeito não só dos amazonenses. V. Ex^a tem uma ligação muito forte com o meu Estado, o Estado do Pará. V. Ex^a é muito querido no Estado do Pará e também é muito querido por onde anda, em todo o território brasileiro. Parabéns pela forma destemida da sua representação honrosa do Estado do Amazonas no Senado Federal!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa. Na verdade, eu registrava hoje, no programa de televisão de que participei – gravação que vai ao ar logo mais –, que não me preocupam os e-mails que recebo que dizem que estão fartos de crise, ora na Câmara, desta vez no Senado, e que refletem saudades dos tempos da ditadura militar, porque sinto que isso é um desabafo, é um saudosismo que não cabe. A democracia é o caminho que o Brasil tem de seguir. Mas me preocupam uns poucos e-mails que já recebo dizendo que o Brasil deveria adotar o sistema unicameral. Sou completamente contra. Entendo que a tradição republicana brasileira é sábia...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... ao estabelecer o bicameralismo. Mas hoje, neste momento, há quem diga que o Senado é expletivo, que o Senado é desnecessário. E o nosso dever é mostrar que não, que a Casa que sempre primou pela sabedoria, à altura dos seus 183 anos de idade, à altura dos seus 183 anos de história, mais do que sesquicentenária, tem o dever de saber superar, a quaisquer custos, todas as suas crises, porque esta Casa representa um dos pilares nos quais se sustenta a democracia brasileira.

Senador Edison Lobão Filho, por favor.

O Sr. Lobão Filho (PMDB – MA) – Senador Arthur Virgílio, ontem assisti, com muita atenção, ao pronunciamento do Senador Tasso Jereissati nesta tribuna e ouvi, atentamente, o aparte do Senador Marconi Perillo – por coincidência, os dois estão ali, na Mesa Diretora –, quando ele afirmava que, no início da sua vida pública, se inspirou na carreira política do então Governador Tasso Jereissati. E eu senti uma pequena relação com a minha própria vida. Poucos sabem, mas, há mais de 20, 25 anos, eu, muito jovem, empresário, abri um escritório em Manaus, sua terra natal. V. Ex^a era Prefeito, nessa época, de lá, e foi quando nos conhecemos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade.

O Sr. Lobão Filho (PMDB – MA) – Desde essa época, além dos meus familiares, é claro – meu pai e minha mãe, meus genitores, que são políticos –, eu coloquei a imagem de V. Ex^a como também um dos meus ídolos, tal qual o Senador Marconi fez com o Senador

Tasso Jereissati, que, por coincidência, também era um dos meus ídolos, o Senador Tasso Jereissati, pela revolução que fez em seu Estado, o Ceará. Como somos vizinhos, Estados vizinhos, todos os maranhenses têm uma admiração grande pelo ex-Governador Tasso Jereissati. Mas especificamente V. Ex^a, pela alma combativa, pelo porte do político que V. Ex^a é, sempre me inspirou, pela coragem que V. Ex^a sempre teve. E eu confesso que, nesses últimos tempos aqui, no Senado, tenho ficado muito triste em ver que V. Ex^a teve que passar parte do seu tempo fazendo uma defesa que acho inteiramente desnecessária, tirando o tempo que V. Ex^a tem para defender as verdadeiras causas do seu Estado – as quais tem defendido, ao longo dos últimos anos, com tanto vigor e tanta competência –, um Estado que precisa de defesa. O Amazonas precisa de defesa, e V. Ex^a tem cumprido muito bem esse papel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

O Sr. Lobão Filho (PMDB – MA) – Entristeceu-me que V. Ex^a tivesse essa perda de tempo, podendo se concentrar em outras coisas. Mas, hoje, confesso que meu coração está alegre, porque permite a V. Ex^a, de novo, poder se centrar nos grandes temas, nos temas importantes. Quando eu entrei no Senado, há um ano e tanto, não imaginei que ia perder o meu tempo ouvindo debates como os que eu ouvi aqui, nesta Casa. Eu imaginei que estava adentrando a Casa que todos diziam que era o paraíso. Eu quero confessar a V. Ex^a que considero isto aqui não o paraíso, mas o purgatório, aproximando-se do inferno. Mas acho que, por estarmos no purgatório, ainda temos chance de voltar ao paraíso. E o paraíso, no meu entender, é a oportunidade de nós estarmos aqui discutindo temas construtivos, com debates progressistas para o nosso País, e não discutindo coisas menores. É nisso que eu acho que V. Ex^a se encaixa perfeitamente, contribuindo para o crescimento do nosso País, mormente para o crescimento do seu Estado. E é essa figura que eu quero levar daqui do Senado sempre, que é a figura que eu tenho da minha infância, da minha adolescência: a do Senador combativo, que luta pelos seus ideais de vida e que acredita; luta porque acredita e luta com coragem. Essa é a imagem que eu tenho de V. Ex^a e é a imagem que o Brasil todo, eu tenho certeza, também tem. Quero confessar, para finalizar, que hoje estou alegre pelo fato de o Conselho de Ética ter perpetrado um ato de justiça em direção a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Lobão Filho.

Faço dois registros. Primeiro, que me recordo plenamente do tempo em que conheci V. Ex^a. E mais: no meu primeiro mandato de Deputado Federal, eu era

do MDB, que virou PMDB, e seu pai, do PDS. Seu pai é um excelente orador, e nós tivemos momentos que considero inesquecíveis de debates. Aliás, o líder do seu pai era o Nelson Marchezan, que morreu filiado ao meu partido. E havia um grupo de vice-líderes de peso intelectual: Edison Lobão, Jorge Arbage, Amaral Neto – 1º vice-líder, homem combativo, corajoso, desabrido, enfim. Nelson Marchezan era, ele próprio, a imagem da palavra que empenhava e que cumpria quando a empenhava. Havia alguns outros, como Siqueira Campos, valente como ele só. E havia outros, era um grupo. Havia um do Piauí de cujo nome não me lembro – o Senador Mão Santa talvez se lembre –, um professor universitário. Era um grupo. O nosso grupo de vice-líderes era, modéstia à parte, bom, mas o grupo de vice-líderes do PDS era muito bom. Os debates eram muito intensos, muito intensos. Chegavam às raias – da agressão, jamais – da hipérbole, enfim. E eu travava debates com o seu pai, que, depois, adotou uma postura mais de bastidores, mas debates muito fortes, muito expressivos, dos quais eu me lembro com saudade.

Obviamente, as contingências da vida nos levam a... Se tive coisas a explicar, passei a explicá-las, mas fique absolutamente seguro V. Ex^a de que, ao longo de toda a minha trajetória, procurei agir sempre com sinceridade, muitas vezes agradando, outras desagradando; muitas vezes errando, outras acertando, mas acertando, errando, agradando ou desagradando, de boa-fé.

E o aparte de V. Ex^a vem no tom amigo, no tom fraterno, que me faz também ter por V. Ex^a e por sua família muita estima, inclusive por sua mãe, Deputada Nice Lobão, minha amiga, que foi uma boa companheira de base de apoio ao Presidente Fernando Henrique, inclusive.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, de coração.
Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Arthur, acredito que o resultado do Conselho de Ética hoje era o esperado por todo o povo brasileiro. V. Ex^a, durante todo esse período, foi transparente, não escondeu absolutamente nada da sua vida. E, ao mesmo tempo, continuou sendo um crítico daqueles que se escondem debaixo do silêncio para enfrentar as situações. V. Ex^a, mais uma vez, deu uma demonstração de coragem. E sua trajetória é conhecida no Brasil inteiro. O Senador Flexa Ribeiro falava do seu prestígio no Estado do Pará. Pois saiba que, no Estado de Goiás, V. Ex^a é referência. Quando V. Ex^a sobe à tribuna aqui, no Senado da República, o Estado de Goiás para ouvi-lo. Todos conhecem a sua lealdade, a sua determinação e a sua coragem. Portanto, o que aconteceu hoje era mais do que previsível. V. Ex^a vai continuar sendo aquele brador impertinente, que se faz todo dia presente na

tribuna, e nada vai levá-lo a afastar-se do seu papel de líder da oposição. E tenha a certeza, Senador Arthur, que todos nós, seus companheiros e amigos, estamos orgulhosos. Orgulhosos da forma corajosa, da forma transparente, da forma leal que V. Ex^a abriu sua vida durante esse período todo na sua defesa legítima, o que resultou no desfecho que hoje aconteceu no Conselho de Ética. Leve a solidariedade de seus companheiros, especialmente a minha, que o conhece, que o admira, que o tem como um Líder extremamente competente e que o respeita profundamente! Tenho a certeza de que o meu Estado e o povo brasileiro, hoje, sabem que o que aconteceu aqui, ao contrário do que querem colocar, jamais será, ou foi, fruto de acordo, conhecendo V. Ex^a como todos nós conhecemos. A transparência e a coragem são atributos, sem dúvida nenhuma, inquestionáveis da personalidade e do comportamento de V. Ex^a. Muito obrigada. Felicidade para V. Ex^a!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. V. Ex^a tem sido também para mim a imagem da lealdade, da decência, da dedicação como companheira. E, nas horas difíceis por que passa um líder de bancada, V. Ex^a sempre tem sido aquela voz corajosa, firme, que a sua aparência frágil... Aparentemente frágil, mas sua aparência feminina, excessivamente marcante... V. Ex^a sabe desse contrate entre a sua feminilidade e a sua fortaleza. Nessa hora, V. Ex^a se manifesta. Manifesta-se sempre com muita força. Nas nossas reuniões, sua voz é sempre uma das vozes mais firmes a indicar caminhos. Esse meus seis anos, indo para sete anos, de liderança no PSDB, tempo muito longo, dá para se conhecer muito bem as pessoas. E V. Ex^a é alguém que eu conheço muito bem. De maneira muito clara, nós temos que continuar trilhando os nossos caminhos: de maneira respeitosa em relação ao País, de maneira respeitosa em relação ao Senado, mas de maneira exigente, cobranta em relação ao Senado, em relação a quem tenha pecados a purgar aqui no Senado, porque – nós vamos dizer algo que é lugar comum, mas, mais do que nunca se impõe –, tenha havido o que tenha havido e haja o que houver, para nós, a luta continua, Senadora Lúcia Vânia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao orador inscrito, Marconi Perillo, que é do PSDB e é o 1º Vice-Presidente desta Casa.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, minhas congratulações ao Líder Arthur Virgílio pelo pronunciamento duro, altivo, porém sensato e equilibrado, descartando quaisquer hipóteses, quaisquer entendimentos ou acordos relativos aos processos que ora tramitam no Conselho de Ética.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado definitivamente não é uma Corte de Justiça e, assim, não tem ritos processuais tão estanques e rigorosos como vemos nos processos que correm nas diversas instâncias e tribunais.

Mas o fato de ser uma Casa onde o debate se trava no campo da ideologia política e partidária, onde o poder se exerce num equilíbrio entre a força da maioria e a capacidade de articulação da minoria, não pode fazer este Parlamento se afastar de princípios caros à República e à democracia.

O embate das forças políticas não pode se dar em prejuízo do devido rito processual, nem para se acusar, nem para se defender, e vice-versa.

Feitas as representações no âmbito do Conselho de Ética, é de bom alvitre garantir a apreciação da matéria e assegurar, sem pestanejar ou hesitar, o legítimo direito de ampla defesa e do contraditório aos respectivos representados.

Angustia-nos, portanto, não só como Senador, mas particularmente como 1º Vice-Presidente da Casa, o esforço de determinados grupos em tentar encerrar por meio de ritos sumários, na pressão às vezes, processos que, em última instância, colocam em questão a prevalência da ética, da moral e da razoabilidade no exame das matérias no âmbito do Conselho de Ética desta Casa.

Não se trata, aqui, de tornarmos partido em favor das denúncias contra o Senador José Sarney, por quem nutrimos respeito pela sua história, especialmente no processo de transição da ditadura para a democracia e também em relação a muitas mudanças que foram feitas aqui ao longo de suas três gestões, ou em defesa de Arthur Virgílio, a quem inegavelmente respeitamos e apoiamos como amigo, Líder e companheiro de partido.

O que queremos é ressaltar a necessidade de se fazer predominar na Casa o respeito ao Regimento Interno e ao processo legislativo, sem manobras oportunistas ou casuísticas. Procedermos de forma contrária aos limites da razoabilidade é o mesmo que virar as costas ao clamor da opinião pública, é colocar em risco a credibilidade e o papel do Senado no contexto da República.

Quando uma Casa, que tem como patrono maior Rui Barbosa, se afasta do devido rito processual, aproxima-se necessariamente da exceção e da excepcionalidade, marcas características de regimes contrários à República e à democracia, nódoas de sistemas que julgam ao sabor da conveniência e do oportunismo.

Se não encontrarmos um caminho para examinarmos devidamente todas as denúncias que são apresentadas no Conselho de Ética, isso servindo de parâmetro para todas, sem exceção, ainda que em instância recursiva, será difícil trazer o Senado à normalidade tão necessária para que apreciemos os projetos que tramitam na Casa e que são de tão grande relevância para o País.

Sem dúvida, precisamos de uma agenda positiva, de uma agenda afirmativa em favor da apreciação de projetos de extrema relevância para a sociedade brasileira. Mas essa agenda positiva não pode ser a bandeira para nos eximirmos da devida tarefa de julgar nossos Pares quando necessário, condená-los ou absolvê-los, conforme os autos do processo.

A questão que se coloca, portanto, não pode se restringir à prevalência do poder avassalador da maioria, tampouco da intransigência da minoria. A questão que se coloca não pode se limitar a um equivocado desejo de ignorar a realidade dos fatos em favor ou em prejuízo de quem quer que seja.

Somos, portanto, pela devida apreciação de todas as representações protocoladas no Conselho de Ética, assegurada a isenção no exame de cada uma delas, bem como, repito, o amplo direito à defesa e o princípio do contraditório.

Esse é – sem qualquer dúvida – o caminho para resgatarmos os limites da urbanidade e da convivência entre as diversas correntes políticas e partidárias existentes nesta Casa. Esse é – sem qualquer hesitação – o percurso para reafirmarmos o papel do Senado Federal no contexto da República e da vida democrática brasileira.

Portanto, nos atenhamos ao devido processo legislativo. Não vamos conspurcar o processo, que deve ser levado aqui como um rito a ser observado como se fosse algo absolutamente necessário para manutenção do equilíbrio e da credibilidade do Senado.

Mas, Senador Mão Santa, ainda em tempo, gostaria de dizer a todas as Sr's e aos Srs. Senadores que, há alguns dias, o Presidente da República, numa entrevista intempestiva dada no exterior, disse que o problema relativo às denúncias feitas ao Presidente da Casa, Senador José Sarney, servia de interesse ao PSDB e ao Senador Marconi Perillo, a mim, que, como 1º Vice-Presidente do Senado, gostaria de ganhar a Presidência da Casa, no tapetão, ou gostaria de ser

Presidente sem o voto dos colegas. Ou seja, que todas essas denúncias, que todo esse debate travado aqui no Senado teria como objetivo levar-me à Presidência da Casa, como se fosse uma espécie de golpe planejado pelos parlamentares da oposição.

Isso seria cômico, Senador Arthur Virgílio, queridos Senadores Wellington e Lobão Filho aqui presentes, se não fosse trágico, se não fosse ridículo. Isso só pode partir de quem partiu. Em momento algum procurei atuar, como 1º Vice-Presidente da Casa, de forma golpista ou procurando atacar a quem quer que seja, quer na Mesa, quer aqui no Plenário, objetivando a minha ascensão nesta Casa. Eu estou satisfeito onde estou, muito reconhecido aos meus pares, aos companheiros do PSDB, que me indicaram para compor a Mesa da Casa, a 1ª Vice-Presidência da Casa.

Estou absolutamente satisfeito com a função que exerço hoje de 1º Vice-Presidente da Casa e por estar colaborando, ao lado do Senador Mão Santa, do Senador Claudino e de outros colegas, nesse processo de mudanças que está acontecendo aqui, no Senado Federal.

Nesses últimos seis meses, muitas foram as mudanças administrativas aprovadas pela atual Mesa Diretora. Nenhum ato secreto foi editado nesse período em que sou o 1º Vice-Presidente da Casa. As verbas indenizatórias todas estão agora na Internet. A questão das passagens foi regulamentada. A discussão em torno dos cargos, quase duzentas diretorias, foi colocada pela oposição, e este assunto está sendo debatido. E eu espero que seja resolvido rapidamente.

Na minha opinião, nós não deveríamos ter mais do que oito diretorias aqui no Senado, Senador Arthur Virgílio, e acho que nós deveríamos avançar ainda mais, deveríamos reduzir cargos comissionados, reduzir o número de comissões de onze para oito, quem sabe, reduzir todas as despesas em todas as áreas aqui da Casa.

Acho que nós deveríamos, enfim, continuar todas essas mudanças que estão sendo feitas e dar um grande choque no sentido de que não houvesse mais nada na Casa que não fosse absolutamente transparente aos olhos da opinião pública. Digo isso porque, na qualidade de 1º Vice-Presidente, participei e cobrei muitas dessas mudanças.

Ainda existem muitas mudanças a serem feitas e, principalmente, acho que ainda falta aqui no Senado Federal a volta da credibilidade em relação a todos os Senadores e Senadoras.

Enquanto houver, em relação a quem quer que seja, algum tipo de suspeita, certamente a população brasileira não dará credibilidade a nós Senadores e Senadoras.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me, Senador Marconi?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, antes de conceder o aparte – vou conceder ao Senador Wellington, depois a V. Ex^a –, gostaria de dizer que, na qualidade de 1º Vice-Presidente do Senado, defendo aqui que os ritos processuais sejam rigorosos, que os ritos processuais sejam cumpridos, que o Regimento Interno da Casa seja cumprido, para que não pare a dúvida diante da opinião pública em relação à nossa lisura, à nossa seriedade, e que a nossa credibilidade possa voltar junto a todos aqueles que precisam de uma instituição como esta: serena, forte, equilibrada e, sobretudo, cumpridora dos seus deveres no sentido de aprimorar a legislação, garantindo melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Concedo a palavra, com prazer, ao Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Marconi Perillo, V. Ex^a sabe que, nas questões discutidas aqui, eu tenho lutado ao lado do meu partido, muitas vezes tomando posições partidárias e posições, também, em relação à tranquilidade da minha consciência depois que eu passar pelo Senado. É muito importante que eu esteja aqui no pronunciamento de V. Ex^a, porque, em momento algum... E aí eu quero falar daqui. Tenho sido colocado como um dos integrantes desta grande discussão que está acontecendo no Senado, muitas vezes até fugindo ao nível devido, mas eu até queria colocar para V. Ex^a e para os telespectadores da TV Senado o comportamento de V. Ex^a como Vice-Presidente desta Casa. V. Ex^a tem conduzido todo o processo dentro do Regimento, tendo inclusive o Partido de V. Ex^a tomado outra posição. Mas V. Ex^a nunca fugiu da posição de Vice-Presidente sem tomar um partido quando está exercendo a sua condição de Vice-Presidente. Eu queria deixar bem claro para V. Ex^a, para os telespectadores da TV Senado, para aqueles que estão ouvindo a Rádio Senado, a lisura com que V. Ex^a tem conduzido este momento difícil para o Senado Federal. Trata-se de um momento trágico e triste para 60 Senadores, porque, se V. Ex^a notar – e eu quero me incluir no grupo que não é o dos 60 Senadores –, cria-se um conflito, discute-se, e 60 Senadores que não estão tomando posição em discussão alguma acabam sendo sacrificados pela exposição que este grupo de 10 ou 15 Senadores, do qual eu participo, faz do Senado Federal. A discussão pode seguir os critérios regimentais que a Casa tem. Não tem por que Senadores ficarem se atacando da tribuna. Não acredito que um Senador possa ser mais forte do que a própria Casa. Historicamente, está demonstrado que não pode, não acontece, é impossível acontecer. Mas esses demais Senadores, os 65 ou 68 Senadores que não estão participando desse confronto, muitas vezes até partidário, estão sendo mui-

to prejudicados. Mas, voltando ao assunto, V. Ex^a tem se conduzido perfeitamente, eticamente, corretamente, como Vice-Presidente desta Casa. V. Ex^a sabe que eu apoio este Governo, tenho um carinho especial pelo Presidente Lula, acho que é muito bom o governo que ele está fazendo. Porém, neste ponto, se o Presidente declarou isso, na posição que V. Ex^a tem tomado, não é verdadeiro. Não é verdadeiro! E é bom que os telespectadores da TV Senado saibam o seguinte: não vai acontecer, mas, se houvesse licença, V. Ex^a assumiria; se houvesse renúncia, em cinco dias teria que haver nova eleição. Então, V. Ex^a não teria aí grandes vantagens. E V. Ex^a, como bem diz, está conduzindo muito bem seu trabalho como Vice-Presidente. Conheço V. Ex^a desde a primeira caminhada, lá em Goiás, quando ganhou aquela eleição saindo de 1%, fez um governo reeleito, revolucionou o Estado de Goiás. Embora estando em posição partidária contrária, não posso deixar de ter o respeito pela sua história, pelo trabalho que fez junto a Goiás e pelo carinho, como amigo, que tenho por V. Ex^a. Então, não poderia deixar este momento passar e aceitar, como membro de apoio ao Governo, a colocação feita pelo meu Presidente querido, Presidente Lula, quanto a V. Ex^a. Acho que alguém não passou corretamente a ele a informação de como V. Ex^a tem se comportado dentro desse processo todo. Então, queria colocar aqui esse meu depoimento com relação à condução do processo por V. Ex^a como Vice-Presidente dessa Casa.

O SR. MARCONI PERILLO (PMDB – MG) – Senador Wellington Salgado, agradeço muito o aparte corajoso e extremamente correto de V. Ex^a e também o seu depoimento. V. Ex^a me conhece há muito anos, sabe como é minha conduta na vida pública, sabe que tenho espírito público, sou um democrata, sou um republicano.

Não quis comentar essas afirmações do Presidente da República, que já se deram há quinze, vinte dias, até porque não dei muita importância a elas.

Mas, como fui cobrado em alguns *e-mails*, cobrado por telefone por algumas pessoas, no sentido de que eu pudesse falar um pouco sobre esse assunto, já que as pessoas que me conhecem sabem que eu jamais seria capaz de um gesto ardiloso, buscando ascender, pisando em alguém ou de maneira inescrupulosa. Na minha vida, sempre procurei crescer, subir as muitas escadas, trabalhando duro, trabalhando de forma séria.

Mas o aparte e o depoimento de V. Ex^a me tranquilizam muito a alma, o espírito, e só demonstram o respeito mútuo que temos um pelo outro e sua seriedade na relação que sempre manteve comigo. Agradeço, de coração. Muito obrigado.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Marconi, acho que eu posso, de cadeira, dar um depoimento sobre V. Ex^a. Eu conheci V. Ex^a um jovem Deputado que se afirmou, certa vez, da tribuna de apartes da Câmara, logo na sua estreia, defendendo uma posição, não me lembro qual, mas uma posição impopular. Eu percebi que ali estava um valor. V. Ex^a, depois, em um gesto de enorme desprendimento, de enorme generosidade, enfrentou uma luta que parecia impossível, enfrentou um político com uma densidade eleitoral e com a experiência de um Iris Rezende, senador, ministro, governador, uma popularidade muito consolidada até aquela altura e, hoje, me parece, ainda um nome forte em Goiás. V. Ex^a, baseado na sua crença e contra a expectativa dos seus amigos de verdade, que queriam preservar seu mandato, sua carreira pública, V. Ex^a enfrentou aquela luta e venceu. Depois, no desdobramento, se reelege Governador, realiza uma obra de transformação econômica e social em Goiás, que, aliás, é um precursor do que hoje é o Bolsa Família e do que foram os programas sociais do Governo passado, do Governo do Presidente Fernando Henrique. V. Ex^a iniciou tudo isso lá no Estado de Goiás. V. Ex^a faz um Governo bom e se elege Senador, com votação expressiva. É um homem maduro e tem demonstrando essa maturidade, seja na lealdade ao seu Partido, seja na postura impecável como 1º vice-Presidente da Casa. V. Ex^a faz exatamente o papel que lhe cabe, de modo que não haja queixas – e não há – por parte de nenhum membro da Mesa em relação a V. Ex^a, sem que V. Ex^a perca o que é algo muito forte entre os seus companheiros: o respeito e a benquerença dos seus companheiros, que veem em V. Ex^a sempre uma figura leal e presente em cada momento, sobretudo nos momentos mais duros. V. Ex^a não faz falta, não se faz ausente nessa hora. Portanto, eu me sinto muito feliz e confortável em poder lhe dar este aparte e dizer que o PSDB tem orgulho de ter entre os seus quadros alguém do seu calibre, alguém do seu valor. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, o Presidente da República, às vezes, faz alguns comentários nos bastidores ou deixa vazar que tem restrições à minha pessoa. E é engraçado, neste País, que as virtudes de um homem público muitas vezes se transformam em defeitos. Quais são os meus defeitos aos olhos dos poderosos deste País? Ter dito ao Presidente ou ter alertado o Presidente de que havia mensalão?

Hoje, existem quarenta pessoas processadas, denunciadas junto ao Supremo Tribunal Federal. Ter votado contra a CPMF, colaborando, com isso, com a redução da carga tributária que inibe a competitividade no País? Ou ter lido aqui, exercendo a minha função de vice-Presidente, de Presidente em exercício, a CPI da Petrobras, Senador Arthur Virgílio, Senador Tasso Jereissati? Será que esses são pecados, são crimes? Atuei sempre com espírito público e na defesa dos interesses maiores da sociedade brasileira. Ou será que o problema é que eu seja um político que tenha lado? Eu não sou cooptável, Senador Arthur Virgílio, Senador Tasso Jereissati, Senador Wellington – o senhor me conhece. Eu tenho um lado. Conceitualmente, ideologicamente, filosoficamente, eu me afino com muito prazer e honra aos ideais do PSDB, da social democracia brasileira. Tenho orgulho de ser liderado por pessoas como V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati, e por estar num partido de homens que honram este País, que honraram este País, que honraram as melhores tradições da vida democrática, republicana, da vida pública, como Mário Covas, José Richa, Franco Montoro, Sérgio Motta, ou de homens que ainda estão vivos, como José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Almir Gabriel. Orgulha-me estar em um partido composto de estrelas do mais alto valor moral, do mais alto conteúdo intelectual e conceitual, como é o caso do PSDB.

Agora, repito, eu tenho um lado, eu tenho uma banda na política brasileira, eu acredito no meu partido, acredito nessa base que se desenha aí, nessa aliança que se desenha aí, com vistas a apresentar um bom projeto de futuro para o País. E não sou cooptável. Repito: eu sou independente. Sou independente para presidir com altivez, muitas vezes, a sessão, para ser um vice-Presidente equilibrado, respeitoso a todos os meus colegas e, por consequência, respeitado por eles, mas, definitivamente, Senador Arthur Virgílio, não esperem de mim qualquer atitude de subserviência, qualquer atitude menor que possa macular a minha honra, que possa macular a minha biografia. Definitivamente, Senador Tasso, isso jamais vai acontecer. Eu jamais aceitei ser cooptado por quem quer que fosse.

Combatí o atual Prefeito de Goiânia, o Senador Iris Rezende Machado, como Deputado Estadual, indo, todos os dias, várias vezes, à tribuna da Assembléia Legislativa, estando no seu Partido, o PMDB, na dissidência. Recebi muitas ofertas. Jamais, desde a adolescência, desde a minha idade tenra, aceitei qualquer

tipo de proposta que não fosse honesta, que não fosse republicana, que não fosse dentro dos limites daquilo que eu imagino ser um homem público razoável, coerente, dedicado às suas causas.

Por isso que, às vezes, as pessoas dizem que não gostam de mim ou que temem, eventualmente, a minha ascensão. Bobagem. O Senador Wellington já disse: se porventura acontecesse de o Presidente Sarney se licenciar, eu assumiria, na interinidade. No caso de renúncia, eu seria Presidente por cinco dias e convocaria, imediatamente, eleições.

Agora, eu nunca fui golpista e nem tenho vocação para isso. Uma coisa é defender os legítimos interesses da Casa de Rui Barbosa, ter uma atitude aqui republicana, ter altivez, ter espírito público; outra coisa é exercer a política de forma rasteira ou de forma menor.

Eu concedo, com muito prazer, a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Marconi Perillo, eu me lembro muito bem quando V. Ex^a alertou o Presidente Lula que estava acontecendo o mensalão na Câmara dos Deputados deste País. Naquela época, eu me lembro que V. Ex^a tinha um excelente relacionamento como Governador que era do Estado de Goiás, e até deveria ter mesmo, porque, como Governador do Estado de Goiás, sua relação com o Presidente tinha um aspecto administrativo muito importante, que não poderia ser rompido em função de diferenças partidárias. Mas, naturalmente, essa convivência traz também uma convivência pessoal que se fortifica. E V. Ex^a, acreditando que essa convivência pessoal lhe permitia fazer um alerta ao Presidente Lula, acreditando nas boas intenções do Presidente Lula, tornou-se, dali por diante, *persona non grata* ao Governo, em função desse alerta. Na melhor das intenções. Eu me lembro que estive com V. Ex^a, que me contou que fez esse alerta na melhor das intenções, acreditando que, como o Presidente não sabia, ele ficaria chocado diante do aviso e tomaria as providências necessárias. Se essas providências tivessem sido tomadas, com certeza, não teria ocorrido toda a crise do mensalão, dos Correios, e não estaria acontecendo a crise de hoje. Porque a crise de hoje não deixa de ser uma consequência da crise dos Correios. À medida em que houve uma certa liberalização dos costumes, já que a maioria das pessoas envolvidas naquele grande escândalo não foi punida; pelo contrário, está aí ainda, tranquilamente, na vida

pública, e alguns até em importantes cargos políticos, fez com que houvesse uma sensação de impunidade total neste País...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – De banalização.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – De banalização do escândalo. Banalização do escândalo é a palavra exata. E V. Ex^a, por sua correção, por sua boa intenção, passou a ser considerado **persona non grata**. Hoje mesmo, vi nos jornais que estaria sendo montado um esquema, com o patrocínio do Governo Federal, com o patrocínio do Lula, com o intuito, unicamente, não de derrotar V. Ex^a, mas de novamente fazer uma vingança pessoal por causa da sua boa intenção e do alerta que V. Ex^a fez ao Presidente da República. Homens com a carreira de V. Ex^a – e acompanhei a sua primeira candidatura ao governo –, que começou lá de baixo, nas pesquisas tinha quase nada, enfrentando todo o poder tradicional do Estado de Goiás, não vai se amedrontar agora, diante dessas forças que dizem que estão se organizando simplesmente por uma vingança pessoal. Até porque seu trabalho como Governador do Estado de Goiás por duas vezes é muito mais forte do que essas ameaças, e sua postura aqui também. E como seu companheiro dentro deste Senado, em nenhum momento eu vi um movimento seu, um movimento seu sequer, que tivesse o intuito de aproveitamento pessoal das circunstâncias para chegar à Presidência do Senado, para ser Presidente do Senado. Pelo contrário, foi sempre a mais eqüidistante e equilibrada possível, apesar de manter a lealdade ao Partido e às posições do Partido, mas mantendo-se, o máximo possível, longe das discussões em função da sua posição de Vice-Presidente. Então, só posso encorajá-lo. Não preciso encorajá-lo, mas quero dizer que a postura de V. Ex^a não está em dúvida para ninguém que conheça minimamente a sua história.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço muito as palavras do querido amigo Tasso Jereissati, ex-Presidente Nacional do meu Partido, uma das grandes referências na área da gestão pública e também como líder e político ético.

Tive a oportunidade ontem de falar um pouco a respeito das suas muitas e boas características e atributos, Senador Tasso. Tive a oportunidade também de fazer um discurso, na semana passada, defendendo veementemente e colocando a minha opinião a respeito do Líder Arthur Virgílio. Quero reiterar o que disse a respeito do Senador Tasso Jereissati, a respeito do

Senador Arthur Virgílio. Quero incorporar o que disse aos senhores à figura querida e impoluta do Senador Sérgio Guerra, que também foi alvo de tramas aqui, no sentido de tentarem conspurcar a sua honra. De resto, agradeço a todo o nosso Partido.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Wellington Salgado seu depoimento, sua isenção, sua correção, sua amizade. Quero agradecer ao Senador Mão Santa a tolerância, no sentido de que eu pudesse fazer livremente este pronunciamento sem a marcação do tempo. Quero agradecer aos que me ouvem e, mais uma vez, reafirmar o meu compromisso de colaborar, Senador Mão Santa, para a volta à tranquilidade, à paz, para que o Senado Federal possa ter, apresentar e aprovar uma agenda afirmativa, que tenha como principal norte os interesses maiores da sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador do Piauí João Vicente Claudino. Depois, vou falar também.

Convidamos o Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá, para presidir a Mesa dos trabalhos, porque sou o próximo orador inscrito.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Gilvam Borges, Senador Mão Santa, Senador Wellington Salgado, hoje, ocupo a tribuna novamente, para dar entrada em um projeto de lei, neste ano de 2009, em que tem sido discutida exaustivamente a situação financeira dos Municípios brasileiros.

Hoje, Senador Mão Santa, começa em Teresina mais uma Feira dos Municípios – deve estar acontecendo, neste momento, a abertura –, e quero parabenizar o Presidente da entidade, o Prefeito Francisco Macedo, de Bocaina, todos as Prefeituras que estão expondo, mostrando a riqueza cultural de grupos de artesano e a capacidade turística e produtiva do Estado do Piauí, como também todos os órgãos presentes, as empresas fornecedoras, que estão fazendo daquela Feira um grande evento que marca o calendário do Estado do Piauí.

Estou trazendo à apreciação desta Casa proposta que julgo da maior relevância. É uma proposta que, seguramente, trará enormes benefícios a milhões de brasileiros espalhados pelas mais diversas regiões de nosso País. Trata-se, Sr. Presidente, de um projeto de lei que introduz pequena modificação na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a nossa nunca suficientemente exaltada Lei de Responsabilidade Fiscal. A modificação é pequena, mas seus resultados, repito, serão formidáveis.

Minha proposta, Srs. Senadores, é a de que se acrescente ao art. 25 da referida Lei – aquele artigo que cuida das transferências voluntárias entre os entes da Federação – um parágrafo 4º, com a seguinte redação:

“A demonstração, por parte do Estado, Distrito Federal e Municípios, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária deverá ser feita, quando da assinatura do convênio ou instrumento congênere e da liberação da primeira parcela dos recursos ou da parcela única, por meio de apresentação ao órgão concedente, de documentação comprobatória de regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido pelo subsistema Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios – CAUC do Siafi.”

Todos sabemos, Sr. Presidente, como são importantes para nossos Estados e Municípios as chamadas transferências voluntárias: aqueles recursos correntes ou de capital que, mesmo não decorrendo de imposição constitucional ou legal, são repassados a título de cooperação, de auxílio ou de assistência financeira.

Neste País, em que a arrecadação de recursos se concentra na União; neste País, em que os Estados e os Municípios, especialmente os mais pobres, têm de fazer milagres com orçamentos reduzidíssimos, as transferências voluntárias representam, quase sempre, uma ajuda essencial, que permite levar um pouco mais de conforto aos cidadãos.

É evidente, Srs. Senadores, que a União deve estar atenta à maneira como esses recursos são geridos. São recursos públicos – dinheiro do contribuinte –, e, exatamente por isso, deve-se ter certeza de que serão aplicados com critério e responsabilidade.

Foi por conta dessa preocupação que se implantou o Cadastro Único de Convênio, o famoso Cauc.

Criado pela Instrução Normativa nº 1, de 4 de maio de 2001, sucedida pela Instrução Normativa nº 1, de 17 de outubro de 2005, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional, o Cauc é um subsistema desenvolvido dentro do Siafi, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Ao consultá-lo, o gestor público do órgão ou entidade concedente pode verificar se os beneficiários de transferências voluntárias de recursos da União estão cumprindo as exigências estabelecidas na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos demais diplomas legais aplicáveis.

O Cauc está disponível no *site* do Tesouro Nacional e pode ser acessado em rede por todas as unidades do Governo Federal. Configura-se, portanto, valiosa ferramenta de gestão, na medida em que reduz o trabalho burocrático de conferência documental e, consequentemente, imprime à ação governamental mais agilidade, mais transparência e mais efetividade.

O problema, Sr. Presidente, é que uma pequena discrepância de informação em determinado convênio, que muitas vezes não caracteriza irregularidade, mas tão-somente uma desatenção ou mal-entendido perfeitamente contornável, acaba comprometendo todas as demais transferências a que tem direito aquele ente da Federação. É uma penalização que não se mostra apenas injusta, mas também irracional e ineficiente.

Economista por formação e já tendo ocupado cargos como o de Secretário Estadual da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Turismo, no Governo do nosso Senador Mão Santa, no meu Piauí, conheço muito bem os transtornos que sofrem nossos Estados e Municípios – e, repito, principalmente os mais necessitados –, quando veem suspensos os repasses.

Foram anos de preparação até a assinatura do convênio, em que houve a discussão com a comunidade e com seus representantes, o planejamento das ações, a execução de estudos de viabilidade, a elaboração de projetos, a difícil e demorada negociação com órgãos da União. E, de repente, todo esse esforço é jogado no lixo.

E há o agravante, vejam bem, de que, na maioria dos casos, a obra já foi iniciada. Ora, todos sabemos que, nessas circunstâncias, a paralisação dos trabalhos significa desperdício de dinheiro público e acarreta prejuízos ainda maiores à população.

A sistemática atual chega a provocar acontecimentos estranhos. Há situações em que uma pequena falha na prestação de contas de um convênio que

atende a determinado bairro inviabiliza a transferência de recursos para uma obra de valor dez vezes maior, que traria benefícios a todos os moradores do Estado ou do Município.

Desse modo, Sr. Presidente, esse cenário deve ser mudado.

Daí minha proposta, que permite a liberação de todos os recursos relativos à execução do convênio assinado, desde que o convenente esteja cumprindo integralmente seu plano de execução e tenha aprovadas todas as prestações de contas a ele referentes, independentemente de ter surgido, após a liberação da primeira parcela, algum questionamento em outro convênio firmado por aquele ente da Federação.

Afinal, não se podem misturar alhos com bugalhos. Se a execução de um convênio vem sendo feita com toda a correção, com toda a transparência, com total senso de responsabilidade, com total observância à legislação, por que paralisá-la? Por que penalizar gestores que se mostraram sérios e diligentes? Por que, em última instância, prejudicar a população beneficiária do projeto?

A bem da verdade, devo dizer que minha proposta já está contemplada no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhado ao Congresso Nacional no último mês de abril. O *caput* do art. 40 do referido Projeto de Lei tem conteúdo exatamente igual ao que proponho, nenhuma vírgula a mais ou a menos. Ocorre, porém, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem vigência limitada. Aplica-se, tão-somente, ao período para o qual foi elaborada.

Pois não, Senador Mão Santa, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu queria dar um testemunho para Brasília, para o Brasil; o Piauí já o conhece. Tive a inspiração divina de convidar V. Ex^a para ser Secretário de Indústria e Comércio do Piauí. O que tenho a dizer é que V. Ex^a vem de uma família de empresários vitoriosos: o pai, o tio. Todos os seus negócios são cobertos de êxito não só no Piauí, na Paraíba, de origem, no Nordeste, como em São Paulo. O que me entusiasma é sua visão de futuro. Eu me lembro de Paulo Skaf, o maior empresário deste País hoje. Conheci Paulo Skaf. Foi V. Ex^a que despertou nele esse apetite empresarial. Ele era da indústria têxtil, mas era um simples empresário. Fui apresentado a ele, jantei com ele e com V. Ex^a. Em São Paulo, eu me lembro das dezenas de empresários que queriam conhecer o cerrado. Não se conhecia o cerrado. E me

lembro da revolução industrial que V. Ex^a fez com seu programa de incentivos fiscais. Para trazer uma indústria do Sul ou do Nordeste, dos mais ricos, tinha de haver incentivos fiscais. E V. Ex^a fez aquela lei. Isso foi muito pujante. No Piauí, em quinhentos anos, não havia uma fábrica de castanha. Saía toda a castanha para o Ceará. De repente, criaram-se 27 fábricas de castanha. Era uma multinacional, a Europa. Lembro-me de que, com seu prestígio, fomos lá e trouxemos justamente um grupo, os dois grandes curtumes, Codina e Europa, do Manuel Arrey. Um se ampliou, já existia, mas o salto de qualidade que eles deram foi extraordinário. O Codina está em Parnaíba. E há o do Manuel Arrey, com o Bila, com o industrial Bila. Falo da visão de V. Ex^a, com essa amplitude. Dessa maneira, eram umas duzentas indústrias pequenas e médias. Só de castanha foram 27. Só havia uma fábrica de cerveja lá, a que o Lucídio colocou, a Antarctica. Conseguimos a Brahma, a Skol e o guaraná champagne enlatado e indústrias de guaraná, tipo a Quero e aquela da cidade de São Pedro...

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – A Tubarel.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A Tubarel, a Quero, a Relva, uma dezena de indústrias, bem como indústrias de pesca, com navios pesqueiros. Mas eram três as grandes indústrias do Piauí. Essa é a visão que tivemos, visão de coisas concretas. A fábrica de cimento é uma das mais modernas da Nação. Outro dia, aconteceu o seguinte: entrei em um teatro com a Adalgisa, no Rio de Janeiro, e sei como é...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, apelo a V. Ex^a para retornar à Mesa para dirigir os trabalhos e peço a conclusão imediata do aparte de V. Ex^a. Esta cadeira está sentindo sua ausência.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas V. Ex^a fica muito bem aí. V. Ex^a é o que mais se aproxima do Presidente José Sarney. É Senador pelo Amapá, inteligência privilegiada. Peço-lhe para ter paciência. Mas, Senador João Vicente, há três grandes fábricas que hoje orgulham o Piauí. A Bunge nós que a buscamos, antecedendo a energia que colocamos lá, de 230 quilowatts. Não havia energia; São João, Canto do Buriti, Eliseu que a irradiaram. Possibilitou-se a implantação da Bunge, com a soja. Essa invasão de pessoas do Sul foi consequência disso. Há também a fabrica de cimento e a da própria empresa do grupo do seu pai, que é vitoriosa. Cito também seu irmão João Claudino

Júnior. Desci da Presidência para dizer isto: eu estava em Campo Maior, e aquele extraordinário Deputado Antonio Félix disse que fez uma homenagem aos industriais, com uma medalha, cujo patrono é meu tio e padrinho Zeca Corrêa. As primeiras medalhas que a Assembleia Legislativa outorgou foram a João Claudino, a seu pai e ao irmão dele, o empresário João Félix. Ele me pediu uma sugestão, e eu disse: pegue esse João Claudino Júnior. É uma das mais modernas fábricas de bicicletas do Brasil, o que nos orgulha. Então, olha que, no Piauí, está tudo se acabando, mas ficou a esperança. É como disse Ernest Hemingway, no seu livro *O Velho e o Mar*: “A maior estupidez é perder a esperança”. O povo do Piauí tem ainda a esperança numa alternância de poder, e V. Ex^a representa essa visão de futuro, essa capacidade de fazer as coisas acontecerem, de aumentar a produção e os empreendimentos do Piauí. O que vivemos mais foi aquele negócio de esmola, que não dá uma visão... Acreditamos em Deus, acreditamos no amor que constrói para a eternidade e que alicerça a família no estudo e no trabalho. E acreditamos em V. Ex^a, que é capaz de levar o Piauí ao trabalho, à riqueza e à felicidade.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Quero lhe agradecer as palavras, Senador Mão Santa, e dizer que tentamos criar esse ambiente de investimento e de desenvolvimento, mas temos a missão de levar o Senador Wellington Salgado, que é grande proprietário de terras no Piauí, a implantar também um empreendimento, a investir no Estado, a gerar empregos, renda, pela história de sua família, como grande empresário.

Concedo um aparte ao Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador João Claudino, inclusive, vou marcar amanhã um encontro com V. Ex^a. Meu irmão está aqui, e é ele que realmente toca essas empresas. Há uma área em Floriano, como já tornei público aqui.

Ele está com uma idéia de plantar alguma coisa lá, e eu queria consultar V. Ex^a e o Senador Mão Santa, que são pessoas que entendem bem do Piauí e daquela região. Então, ele veio e eu vou marcar para amanhã nós conversarmos. Se V. Ex^a ficar na parte da manhã, caso não tenha compromisso junto aos Ministérios para conseguir recursos para o Piauí – V. Ex^a e Mão Santa sempre circulam pedindo recursos para o seu Estado –, para ver como está evoluindo aquela região e em que eu posso ajudar para gerar emprego. Meu irmão

quer investir naquela região. Nós gostamos muito lá de Floriano. Gostamos de ficar naquele hotelzinho, comer um peixinho na balsa – ali é característico...

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Flutuante.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Isso! Então, ele veio e pediu para marcar essa conversa com V. Ex^a. Aproveito já este momento; depois, vou entrar em contato com sua assessoria para marcar esse encontro para ver se V. Ex^a pode lhe dar uns conselhos, orientá-lo como investir naquela região. E o Senador Mão Santa, também. Então, foi ótimo...

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Fico feliz, Senador. É uma boa notícia para o Estado do Piauí.

Então, Presidente Gilvam Borges, com o meu projeto de lei, tento dar um passo adiante. Busco fazer com que a regra já prevista no PLDO 2.010 se torne perene em nosso ordenamento jurídico, sem a necessidade de que seja renovada periodicamente, a cada Lei de Diretrizes Orçamentárias que viermos a discutir.

Essa, Sr. Presidente, é a proposta que trago à consideração desta Casa. Estou plenamente convencido de que o meu projeto de lei atende aos legítimos interesses da população brasileira, tão necessitada de projetos que melhorem suas condições de vida. Por isso, espero contar com o apoio desta Casa, para que ele seja rapidamente analisado, votado e aprovado.

Eu queria aproveitar a oportunidade e a paciência, Presidente, para registrar visita a dois Municípios do Piauí, falando de obras. Primeiro, o Município de Palmeira do Piauí. Acho que o Senador Mão Santa recorda que, ainda no seu Governo, foi construída uma ponte sobre o Rio Gurgueia. E, com o volume de tráfego, pela capacidade de produção daquela região, hoje é a obra mais cobrada: que essa ponte seja ampliada ou que seja construída uma nova ponte. E nós estamos viabilizando, com recursos, com parcerias com o Governo Estadual e com todos que querem se envolver e participar na resolução desse problema.

Então, Senador Mão Santa, nós estivemos lá, com o Prefeito João da Cruz, com os Vereadores Pedro Guedes, Pedro Soares, Rômulo, Ney, e tem um filósofo, José Américo, que disse: “Não adianta fazer lista de prioridade, Senador. Aqui, o importante é resolver o problema da ponte”.

Ela tem cumprido o seu papel, foi construída ainda em 1996 – estivemos lá, numa manhã, ainda quando era prefeito o ex-Prefeito Antônio Miguel, quando foi

inaugurada aquela ponte. Hoje, o povo é grato pela ponte e cobra que possamos ampliá-la para atender à demanda.

E uma segunda obra tão importante é na cidade de Canto do Buriti. Estivemos visitando a cidade com a Presidenta da Câmara, a Vereadora Socorrinho Chaves, do PTB. E já foi cobrada pelo Prefeito Nilmor Valente uma obra imprescindível para o desenvolvimento, porque Canto do Buriti tem um entroncamento rodoviário importante: é a construção do anel viário de Canto do Buriti. Tem um volume de tráfego muito grande que liga uma PI à BR-135.

Então, a Bancada do Piauí tem que trabalhar para que nós possamos realizar essa obra tão importante em Canto do Buriti.

Quero agradecer, Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, a paciência, mas é um projeto que julgo de suma importância para os Municípios brasileiros.

Esses eram os registros que tínhamos de fazer do nosso tão querido Piauí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Wellington Salgado, consulto V. Ex^a se manifesta o desejo de usar da tribuna, ou V. Ex^a declina para que a Mesa possa se manifestar?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu queria dizer a V. Ex^a que nas últimas semanas falei demais. Estou agora no momento de escutar um pouco mais. V. Ex^a pode conduzir o processo da Presidência como bem convier ao Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Portanto, declaro encerrada a sessão, após os 10 minutos que concederemos ao Senador Mão Santa, sem nenhum segundo a mais.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gilvam Borges, dez eu não sei se vai ser o tempo, mas é a nota que todos nós damos a V. Ex^a, Senador do Amapá.

Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, eu não poderia deixar de vir aqui porque essa modernidade na comunicação, Wellington Salgado... Está ali o livro que V. Ex^a tem aí, **A Terceira Onda**. É justamente isso. Na primeira onda, o mundo viveu da agricultura. Na segunda, 400 anos da indústria, e a terceira onda é a eletrônica de comunicação,

a desmassificação, porque são tantos meios de comunicação...

E isso faz com que eu venha aqui, no final. Desde que cheguei às 14 horas para abrir a sessão, eu recebi esses *e-mails* todos. Você vê como o mundo mudou, não é? Isso é previsto no livro de Alvin Toffler, **A Terceira Onda**, a que vivemos. Isso aqui foi o que eu recebi do Piauí. Infelizmente, nós só temos a esperança de uma alternância de poder.

Primeiro, vou ler aqui rapidamente alguns *e-mails* que recebi, só durante o período que estou aí, desde 14 horas.

“Sr. Senador, vimos por meio desta demonstrar a nossa preocupação atual pela qual passa o Iapep (Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí), que ao longo dos últimos anos vem sendo liquidado, com o fim de diversos tipos de atendimento aos usuários do instituto, isto sem a menor discussão com os servidores públicos.

Desde o final do ano passado a clínica odontológica do Instituto, que funciona à rua 7 de Setembro foi desativada, se fala em uma reforma, mas até o momento não há nem sinal para início de obra.

Em 2008 a Colônia de férias [que isso foi criado lá no início dos anos 70, e eu ampliei, ela, pela Emgerpi, uma supersecretaria cheia de falcatrua], inexplicavelmente e o que se comenta é lá apesar de já ter 21 funcionários, [dobrou e privatizou].“

Aquilo que era simbólico, o preço para o servidor do Estado. Hoje está um hotel comum; quer dizer, tirou a possibilidade do servidor.

“O último golpe contra os servidores está sendo (...) é o fechamento do laboratório do Iapep, que funciona há 29 anos à rua Félix Pacheco, prestando relevantes serviços de análises clínicas a milhares de servidores. O laboratório existe desde a década de 70...“

Então, eles mandam, os servidores, um *e-mail* que diz assim:

“Esperamos que essa situação sensibilize V. Exº e aguardamos contatos para prestar maiores informações.

Albetisa Moreira

Fechar o laboratório do Iapep é crime contra os servidores públicos.”

“Prefeito do PT é acusado de espancar delegado na região sul do Piauí.” É, o Piauí não teve vulcão, maremoto, terremoto, ciclone, mas entrou esse diabo do PT lá.

Famintos, outro *e-mail* que eu recebi agora.

“A denúncia é do Deputado Marden Menezes (...), e foi feita da tribuna da Assembléia nesta terça-feira. Foi um pronunciamento dramático. Diz o deputado que 1.500 famílias vítimas da tragédia da Barragem Algodões, em Cocal, estão em estado de miséria.”

Aí, é longo. Não quero importunar V. Exª, mas é longo. E o pior é que o PT lá em São Paulo mente, rouba e mata. No Piauí, ele mente, mente, mente até mais do que tudo, rouba mais do que tudo e já tem até tentativa de matar agora.

Mas, está aqui o *e-mail* chegado agorinha. Audiência pública pela Assembléia Legislativa do Deputado Marden Menezes. Foi hoje, chegou agorinha, 19h. Aquele açude que arrombou, enganaram todos. E, o pior, é mentira. Ele disse que morreram nove pessoas. Eu tenho um médico, Dr. Valdir Aragão, que deveria ter ido para essa audiência pública.

É médico; formou-se comigo. É lá de Cocal, conhece aquilo. É menino de lá e homem honrado e honesto. Ele disse que, só em uma casa, morreram nove pessoas. Dr. Valdir Aragão para o Menezes chamar. Desconhecem. Eu fui lá na calamidade, mas ligeiramente, como o Senador João Vicente Claudino foi e o Senador Heráclito Fortes. Mas o Dr. Valdir Aragão disse que, só em uma família, morreram nove. Isso quer dizer que eles mentem para não atender.

Outra: “Procurador Kelston Pinheiro Lages mandou apurar a denúncia”. Polícia Federal. Por isso é que me afastei. Não tenho nada contra o Luiz Inácio; eu tenho é contra os aloprados do Piauí. Olha aí: Procurador Kelston Lages mandou apurar denúncia.

O Procurador da República no Piauí, Kelston Pinheiro Lages, determinou, no último dia 25, que a Superintendência da Polícia Federal no Piauí instaure inquérito para apurar denúncias contra o Governador do Estado, Wellington Dias.

Através do ofício (...)"

Mas vamos simplificar as denúncias dele.

Segundo o ofício de Kelston Lages deverão ser apurados:

- desvio de recursos federais destinados a obras públicas da barragem do Poço do Maruá, no valor de R\$22,8 milhões;
- irregularidades para a contratação da Finatec;
- licitação irregular e grilagem de terra com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- esquema de corrupção com tráfico de influência e lavagem de dinheiro, com a utilização de empresas públicas e propagandas semelhantes ao esquema usado por Marcos Valério, Duda Mendonça, Delúbio Soares (...).

Consta ainda no ofício que a Polícia Federal investigue:

- corrupção no Detran, envolvendo licitações fraudulentas, folha secreta e pagamentos realizados sem o prévio empenho;
- falsificação de documentos;
- corrupção no Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), envolvendo desvios de R\$2 milhões;
- desvio de R\$7 milhões do Fundep;
- corrupção e superfaturamento nas obras do metrô de Teresina;
- pagamento feito pelo Diretor-Presidente da Agespisa no valor de R\$2,2 milhões, sem a devida comprovação da execução dos serviços;
- pagamento de pesquisas com recursos públicos;
- prática de corrupção eleitoral e caixa dois nas eleições passadas.

Tudo isso aqui foi publicado no portal *180graus.com*.

Há outro enviado por Ricardo Noblat, em seu grande **blog**. O Piauí só sai porque ele leva. “Jovem de 21 anos, petista, denunciou repasses irregulares a pessoas ligadas ao PT, partido do Governador”.

A matéria é de Efrém Ribeiro.

Filiado ao PT, filho de militante petista e estudante de Direito de 21 anos, ex-funcionário da Emgerpi (Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí), Jaylles Ribeiro Fenelon, transformou-se na primeira pedra no sapato (...)

É muita roubalheira. O pior é que o rapaz, de repente, teve medo em relação à sua segurança. Então, recebeu proteção da Polícia Federal, que interceptou um policial, que vivia no Karnak, com uma moto sem placa e com um revólver ilegal, sem porte. Quer dizer, evitou o assassinato do rapaz do PT que denunciou o próprio PT. Isso está no *blog* de Ricardo Noblat, do Rio de Janeiro.

Portal GP1: “Tribunal determina que contratos firmados pelo Pág-Contas não sejam renovados e que haja licitação”. Portal de João Carvalho, Portal GP1. E não vou ler tudo em respeito a sua paciência.

E a corrupção é grande. Isso só foi de agora.

Mas para dizer que nem tudo é desgraça no Piauí, há a Feira dos Municípios, a que o Senador já se referiu, de 2009:

A Feira dos Municípios 2009 tem início nesta quarta-feira (12), com a abertura oficial do evento, às 20h, e segue até domingo, dia 16 de agosto. A feira será realizada no espaço ao lado do Teresina Shopping. [E, ali, no João Vicente...Aí esse João Vicente é poderoso]. Durante todos os dias do evento, os estandes estarão abertos para visitação do público a partir das 18h.

Queremos, então, prestar homenagem ao grande Presidente da Associação dos Prefeitos, que é médico, o Dr. Francisco de Macedo Neto, que...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, nem tudo é desgraça. Veio um *e-mail* que prova o esforço e a capacidade dos prefeitos piauienses em fazer esse evento importante.

Então, essas são as nossas palavras. Mas eu digo a frase mais bonita de Juscelino Kubitschek, Senador João Vicente Claudino: “É melhor sermos otimistas, porque o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado”. Então, vamos ser otimistas e acreditar na beleza da democracia que oferece alternância de poder. E aí está um nome que é a esperança para o Piauí: o Senador João Vicente Claudino. Essas são as nossas palavras. E o agradecimento a V. Ex^a que revive a presença do nosso líder José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Considerando o apelo do eminente Senador Paulo Paim, aqui presente, que solicitou cinco minutos, a Mesa fará a concessão e, em cinco minutos, haverá de encerrar a sessão.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, pedi esta tolerância a V. Ex^a porque o Brasil todo está acompanhando, Senador Wellington Salgado de Oliveira, talvez mais do que a dita crise no Senado, a questão dos aposentados e pensionistas.

Há uma expectativa muito grande. Houve já duas ou três reuniões; saí agora de uma reunião da Cobap, no meu gabinete, onde eles me informaram o resultado da negociação que houve hoje à tarde, envolvendo as centrais, a Cobap e os representantes do Governo.

A informação, Sr. Presidente, é de que só é possível continuar na mesa de negociação se a Cobap se comprometer a aceitar a discussão de um pacote; enfim, a Cobap teria que aceitar, em um pacote, a questão do fator, da recuperação das perdas, como é o PL 58 – o mesmo reajuste dado ao mínimo – e a derrubada do veto, que seria aquele PL de 2006, que é o dos 16,65.

Se a Cobap abrir mão desses quatro projetos, o Governo apresentaria, pela informação que recebi, uma contraproposta na questão do fim do fator e também do reajuste real a partir de 1º de janeiro.

Mediante o fato, Senador Gilvam Borges, e como recebo em torno de seis mil correspondências, pode ter certeza que, neste momento, eu poderia dizer, e não quero exagerar, milhões de pessoas estão na expectativa do que eu vou falar agora. A Cobap veio conversar comigo, e, nessa conversa com a Cobap, eles resolveram fazer uma consulta. Eles vão consultar as federações estaduais no sentido de se devem ou não abrir mão desses projetos para ouvir a proposta do Executivo quanto ao fator e quanto ao reajuste real. Para tanto, pediram que os Senadores e Deputados façam uma enquete, uma pesquisa nos seus sites. Eu disse que faria a pesquisa para ouvir também a opinião da população via site. A Cobap, por sua vez, vai consultar as federações em cada Estado.

Então, o que eu posso dizer neste momento? Quero muito que se construa um entendimento. Se não houver acordo, pelo entendimento feito ainda no mês de junho, início de julho, antes do recesso, as matérias irão para voto.

Por isso eu peço que a população brasileira nos ajude nessa tomada de decisão.

Para votar, diga se você concorda com que a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap) deve negociar um pacote, onde o Governo apontaria a sua proposta em relação ao fator e do reajuste real. Diga “sim” ou “não”. Para essa votação, você deverá entrar no meu site: www.senado.gov.br/paulopaim.

Eu sei que a Cobap também vai fazer essa mesma votação, assim como Deputados Federais. Enfim, o que nós queremos é ouvir a opinião pública sobre esse processo de negociação. Eu vou torcer muito para que se construa um entendimento, mas queremos que a população dê também a sua opinião.

Eu tenho recebido, Senador Gilvam e Senador Salgado, muita correspondência de todo o País. Eu acho que, neste momento, há que se dividir a responsabilidade entre a Cobap, as centrais, a população e os Deputados Federais, porque nós aqui, no Senado, já aprovamos quatro projetos, por unanimidade.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou repetir, quando as pessoas entrarem já vai estar no site. Aprovamos, por unanimidade, o fim do fator. Aprovamos, por unanimidade, a recuperação das perdas para que o aposentado volte a receber o número de salários-mínimos. Aprovamos, por unanimidade, o mesmo reajuste aos aposentados, como o dado ao mínimo. E aprovamos também o 16.5, que se transformou no voto no PLS em 18.6.

Assim, você, ao votar, vai dizer se concorda ou não com essa posição apresentada hoje na mesa de negociação.

Enfim, não estou fazendo nem juízo aqui sobre o que foi apresentado; eu só quero que você dê a sua opinião: se a Cobap deve ou não fazer uma discussão de um pacote para receber proposta sobre fator e reajuste dos aposentados acompanhando o salário-mínimo, ou seja, qual a proposta que o Governo deve apresentar.

Enfim, termino, Sr. Presidente, já passei, foram seis minutos, para votar – é importante, eu preciso da sua opinião –, o senhor e a senhora que estão em casa, por favor, vote. Repito: www.senado.gov.br/paulopaim.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Senador Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.284, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2009 (nº 5.471/2005, na Casa de origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos de juiz de trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo.

RELATOR: Senador ALOIZIO MERCADANTE

I – RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame, originário do Tribunal Superior do Trabalho, tem por objetivo criar, no TRT da 2ª Região, 141 cargos de Juiz do Trabalho Substituto (art. 1º).

O art. 2º ressalta que as despesas decorrentes da Lei que se quer aprovar correrão à conta de recursos orçamentários consignados ao referido Tribunal.

O art. 3º pontifica que a implementação das disposições previstas observará o art. 169 da Constituição, segundo o qual as despesas com pessoal ativo e inativo de todas as pessoas da Federação não excederá os limites estabelecidos em Lei Complementar, e também observará as normas pertinentes à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que *estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados mediante Substitutivo oferecido na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, excluindo o seu art. 5º, por conter cláusula genérica de revogação, já em desuso.

A justificação da iniciativa relata que o Tribunal atualmente conta com 163 Varas do Trabalho, das quais 21 ainda não se encontram instaladas. A Instituição, sediada em São Paulo, registra a maior demanda processual da Justiça Trabalhista no que se refere aos processos recebidos em 2ª Instância, com crescente volume de ações ajuizadas.

A seguir, a Justificação reproduz demonstrativo do movimento das Varas de São Paulo, maior do que o movimento judiciário de doze Estados da Federação somados. Assim, cada juiz naquele Estado recebe uma média de 2.250 processos por ano, número significativamente maior do que em outros países e outros Estados da Federação brasileira, resultando em insuficiente proporção na equação juiz/população.

Menciona, ainda, que atualmente a Justiça do Trabalho de São Paulo possui Juízes Titulares e Substitutos, mas o que se pretende é a criação do cargo de Juiz Auxiliar com lotação permanente na Vara. A criação de tal cargo representa custo pequeno frente ao orçamento geral da Justiça do Trabalho. Dobrando-se, porém, a força de trabalho atual, estima-se dobrar também a arrecadação de imposto de renda, contribuição previdenciária, custas e emolumentos resultantes da maior atividade jurisdicional.

Com a criação dos cargos objeto da proposição, incrementar-se-á a celeridade dos processos, com consequente aumento da arrecadação federal, cujo resultado será um grande benefício para os jurisdicionados, especialmente para os trabalhadores.

II – ANÁLISE

O Projeto mostra-se em consonância com as normas constitucionais e jurídicas, em especial em relação àquelas referentes à organização e estrutura do Poder Judiciário. Com efeito, dispõe o art. 96 da Constituição, na letra 'b' de seu inciso II, que compete privativamente ao Supremo Tribunal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

Documento enviado a este gabinete pela Presidência do Tribunal relata razões que justificam plenamente a criação dos cargos propostos pelo projeto sob estudo. Lembra que a última alteração na estrutura dos Órgãos que compõem o TRT da 2ª Região se deu com a aprovação da Lei nº 10.770, de 2003, fruto de negociações iniciadas dez anos antes, e que atendia necessidades projetadas para o mesmo ano. Porém, o crescimento econômico e populacional ocorrido durante esse tempo na Região, juntamente com as novas competências advindas da edição da Emenda Constitucional nº 45, obrigam urgentemente a novas adequações.

Assim, demonstra o quanto imperioso se faz o fortalecimento da estrutura organizacional do Tribunal, para que se verifique maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional, considerando-se que o número de magistrados e servidores da 2ª Região está muito aquém da média nacional.

Conclui a Nota asseverando que já existe previsão orçamentária para a efetivação da criação dos novos cargos, contida no item 2.5.17 do Anexo V da Lei Orçamentária Anual.

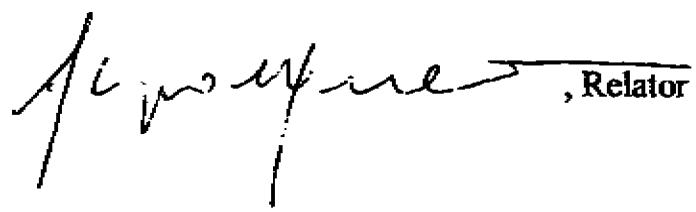
A medida é, portanto, repleta de méritos, por sua intenção de dotar o Tribunal de quantidade de juízes capaz de proporcionar a devida rapidez no andamento dos processos, imprescindível para o alcance da verdadeira justiça.

III – VOTO

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2009, dada a sua constitucionalidade e juridicidade, além de ser ele oportuno e conveniente quanto ao mérito.

Sala da Comissão, 15 de julho de 2009.

SENADOR DEMÓSTHENES TORRES, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 8.9 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/07/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR DEMÓSTENES TORRESRELATOR: SENADOR ALOIZIO MERCADANTE

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PODEB, PRB)

MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. IMÁCIO ARRUDA
IDEI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SHHESSARENKO

MAIORIA (PMDB, PP)

PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEONARDO QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)

KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELIMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPIINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO

PTB

ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
------------	----------------

PDT

OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA
------------	--------------------

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PL C N° 89 , DE 2009

TITULARES - BLOCO DE APUIO AO GOVERNO (PT, PR, PSL, PCdoB e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APUIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINA SILVA	X				1 - RENATO CASAGRANDE	X			
ALOIZIO MERCADANTE / RELATÓRIO	X				2 - ALQUÍSTIO BOTELHO				
EDUARDO SUPlicY					3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INÁCIO ARRUDA				
IDELEI SALVATTI					5 - CÉSAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR	X				6 - SERGIO SLEBESARENKO				
TITULARES - PMDB e PP	SIM				SUPLENTES - PMDB e PP	SIM			
PEDRO SIMON					1 - ROMERO JUCA				
ALMEIDA LIMA					2 - LEONMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR	X			
FRANCISCO DORNELLES					4 - LOBAO FILHO				
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					6 - NEUZO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PPSB)	SIM				SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PPSB)	SIM			
KATIA ABREU	X				1 - EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (PES)					2 - ADELMIRO SANTANA				
JAYMÉ CAMPOS					3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL	X				4 - JOSE AGRIANO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 - EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA					7 - MARCONI PEREIRO				
LÚCIA VÁNIA					8 - ARTHUR VIRGILIO				
TASSO JEREISSATI					9 - FLEXA RIBEIRO				
TITULAR - PTB	SIM				SUPLENTE - PTB	SIM			
ROMEO TUMA	X				1 - GILMARCIELLO				
TITULAR - PDI	SIM				SUPLENTE - PDI	SIM			
OSMAR DIAS	X				1 - PATRÍCIA SABOYA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NAO: 1 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / 07 / 2009

Senador DEMÓSTHENES TORRES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE VOTRUM (art. 132, § 8º, do RISF)
UnCCJ/2009/ReuniaoVotação nominal.doc (enalizado em 19/03/2009)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº210/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de julho de 2009.

**Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
Assunto: decisão terminativa.**

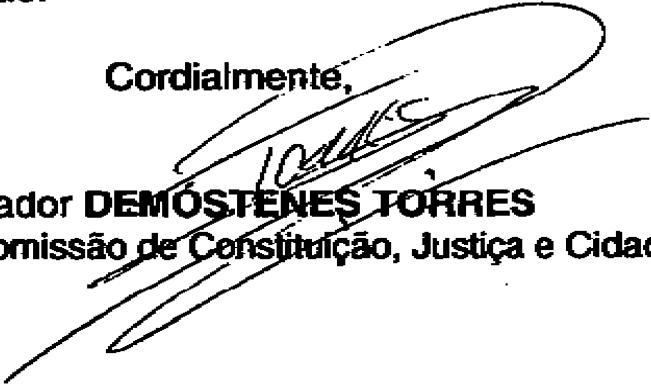
Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2009, que "cria cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região", de autoria do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

**Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição da República Federativa do Brasil 1988

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Declarado o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - exoneração dos servidores não estáveis. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI N° 10.770, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003.

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências.

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

PARECER Nº 1.285, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS sobre o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que acresce dispositivo à Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA

I – RELATÓRIO

Composto de apenas dois artigos, dos quais o segundo é a cláusula de vigência, prevista para ocorrer na data de sua publicação, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 109, de 2007, de autoria da Senadora KÁTIA ABREU, inclui, por meio de seu art. 1º, um inciso VI no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 (Lei do Planejamento Familiar).

A proposição foi apresentada em 14 de março de 2007 e distribuída, para decisão em caráter terminativo, à Comissão de Assuntos Sociais.

No dia 4 de novembro de 2008, o projeto recebeu uma sugestão de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, razão pela qual ele retornou a nossa apreciação.

II – ANÁLISE

O objetivo do PLS nº 109, de 2007, é incluir o *aconselhamento genético* no rol de atividades básicas obrigatórias de *planejamento familiar* que integram o programa de atenção à saúde do homem, da mulher ou do casal a ser oferecido em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), que hoje são as seguintes:

1. a assistência à concepção e contracepção (inciso I);
2. o atendimento pré-natal (inciso II);

3. a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato (inciso III);
4. o controle das doenças sexualmente transmissíveis (inciso IV);
5. e o controle e a prevenção do câncer cérvico-uterino, do câncer de mama e do câncer de pênis (inciso V).

Em nossa análise, não vislumbramos quaisquer óbices constitucionais ou jurídicos à aprovação do projeto.

No que tange ao seu mérito, contudo, cabe assinalar o caráter restrito do aconselhamento genético, o que o difere do perfil generalista do planejamento familiar. Ou seja, enquanto o primeiro é indicado em casos específicos – situações em que ele constitui a ferramenta necessária para um bom planejamento familiar –, o segundo deve ser estendido a todas as pessoas em idade reprodutiva, como já o faz a lei que se pretende alterar.

As situações em que há indicação para o aconselhamento genético pré-natal são bem específicas:

- idade materna acima de trinta e cinco anos;
- resultados anormais em um dos exames de ultra-som fetal ou de avaliação bioquímica do risco fetal;
- história pessoal ou familiar de doenças genéticas, de defeitos congênitos ou de retardo mental sem causa definida;
- gestante com condição médica conhecida ou suspeita que possa afetar o desenvolvimento fetal ou existência de doença nela ou em seu parceiro que possa ser transmitida para sua prole;
- parentesco entre a mãe e o pai do nascituro;
- predisposição étnica para doenças genéticas;
- casais expostos a agentes causadores de malformações fetais;
- ingestão de álcool, drogas ou medicamentos pela gestante;

- história de filho natimorto ou neomorto sem explicação;
- casais inférteis ou que pretendem se submeter a técnicas de reprodução assistida; e
- história de abortamentos espontâneos.

Assim, o aconselhamento genético não deve ser considerado uma atividade básica de planejamento familiar, o qual, como determina o *caput* do parágrafo único da lei, precisa estar disponível em todos os níveis e toda a rede de serviços do SUS. Ademais, por ser uma ação de alcance limitado, o aconselhamento genético não deve ser incluído na lista explicitada no dispositivo, que enumera atividades indicadas para todas as pessoas em idade reprodutiva.

Na verdade, o aconselhamento genético já é realizado no âmbito do SUS e permeia as atividades previstas nos três primeiros incisos do dispositivo em análise, quais sejam: a assistência à concepção (aplicável aos casais com problemas de infertilidade), o atendimento pré-natal (sempre que detectada alguma das situações anteriormente mencionadas que constituam indicações para o aconselhamento) e a assistência ao neonato (nos casos de recém-nascidos que apresentam doenças ou malformações congênitas).

Embora o País possua poucas ações no campo da genética em saúde pública, elas podem ser encontradas em hospitais universitários, em alguns hospitais públicos dos grandes centros urbanos e nos centros de referência para a doação de sangue.

No mais, a questão ética deve ser sempre ponderada, especialmente quando se discute o aconselhamento genético prestado em caráter público, além de se mostrar necessário sopesar a flagrante limitação de profissionais habilitados para essa atividade nos serviços de saúde.

Em vista disso, optamos por alterar a redação do *caput* do art. 4º da Lei nº 9.263, de 1996, para explicitar que o aconselhamento genético será oferecido nos casos em que haja indicação clínica, em vez de incluí-lo como atividade básica de planejamento familiar.

Ainda sobre o mérito, consideramos adequado estabelecer um prazo de trezentos e sessenta e cinco dias para que a lei entre em vigor, de forma a possibilitar que o SUS se adapte a essa nova exigência.

Ademais, promovemos algumas modificações na redação legislativa, que vão ao encontro da proposta que ora apresentamos na forma de substitutivo.

Por fim, quanto à sugestão apresentada ao projeto pelo Senador Antônio Carlos Valadares, explicitamos que seu propósito é alterar a redação do inciso V, do parágrafo único, do art. 3º da Lei Planejamento Familiar, para incluir o câncer de próstata na lista de doenças cujo controle e prevenção devem integrar as atividades básicas de atenção à saúde da mulher, do homem e do casal, a serem oferecidas no âmbito do SUS. A redação do dispositivo hoje em vigor especifica apenas os cânceres de útero, de mama e de pênis.

Ainda que essa sugestão não esteja diretamente relacionada ao tema da proposição em análise – aconselhamento genético –, concordamos com o seu autor quanto à propriedade de inserir o câncer de próstata no dispositivo legal cuja alteração se propõe, pelo significado nosológico da doença e sua repercussão na assistência pública à saúde masculina, antes tão negligenciada. Dessa forma, contemplamos o conteúdo da sugestão no substitutivo que apresentamos.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, e da sugestão a ele apresentada, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 109, DE 2007

Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para incluir o câncer de próstata entre as doenças cujo controle e prevenção devem integrar o programa de atenção integral à saúde masculina no âmbito do Sistema Único de Saúde e assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso V do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo único.

.....
V – o controle e a prevenção do câncer cérvico-uterino, do câncer de mama, do câncer de pênis e do câncer de próstata. (NR)”

Art. 2º O *caput* do art. 4º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade, assegurado o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.

.....(NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, 17 de junho de 2009.

, Presidente

José Januário, Relatora

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada em 17 de junho de 2009, aprova o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu e, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF, em reunião realizada no dia 05 de agosto de 2009.

EMENDA N° 1 – CAS (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 109, DE 2007

Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para incluir o câncer de próstata entre as doenças cujo controle e prevenção devem integrar o programa de atenção integral à saúde masculina no âmbito do Sistema Único de Saúde e assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso V do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 3º
Parágrafo único.
.....*

V – o controle e a prevenção do câncer cérvico-uterino, do câncer de mama, do câncer de pênis e do câncer de próstata. (NR)"

Art. 2º O *caput* do art. 4º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade, assegurado o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.(NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.


Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 109 DE 2007 (SUBSTITUTIVO)

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/06/2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI *Rosalba Ciarlini*RELATORA: SENADORA LÚCIA VÂNIA *Lúcia Vânia*

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
FLÁVIO ARNS (PT) <i>Flávio Arns</i>	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT) <i>Augusto Botelho</i>	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT) <i>Paulo Paim</i>	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>Marcelo Crivella</i>	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
“PEDRITO JÚNIOR (PR) <i>Pedrito Júnior</i>	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB) <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB) <i>Renato Casagrande</i>	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP) <i>Majoria</i>	MAIORIA (PMDB E PP)
(vago) <i>vago</i>	1- LORÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB) <i>Gilvam Borges</i>	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB) <i>Paulo Duque</i>	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB) <i>Garibaldi Alves Filho</i>	4- LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
MÃO SANTA (PMDB) <i>Mão Santa</i>	5- WELLINGTON SALCADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) <i>Bloco da Minoria</i>	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM) <i>Ade米尔 Santana</i>	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>Rosalba Ciarlini</i>	2- JAYME CAMPOS (DEM)
RAIM MORAIS (DEM) <i>Raim Moraes</i>	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM) <i>Raimundo Colombo</i>	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>Lúcia Vânia</i>	5- MARISA SERRANO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Eduardo Azeredo</i>	6- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PAPALEO PAES (PSDB) <i>Papaleo Paes</i>	7- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT TITULARES <i>PDT Titulares</i>	PDT SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	1- GIL ARGELLO
PDT TITULARES <i>PDT Titulares</i>	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL <i>João Durval</i>	1- CRISTOVAM BUARQUE

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO - PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169 DE 2007
(SUBSTITUTIVO)**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, P do B)		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, P do B)			SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES						1- FÁTIMA CLERIDE (PT)						
FLÁVIO ARNS (PT)	X					2- CESAR BORGES (PR)						
AUGUSTO BOELHO (PT)	X					3- EDUARDO SÉPLICI (PT)						
PAULO PAIM (PT)	X					4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)						
MARCELO CRIVELLA (PRB)						5- IDELI SALVATTI (PT)						
EXPEDITO JÚNIOR (PN)						6- (voto)						
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	X					7- JOSE NERY (PSOL)						
RENATO CASAGRANDE (PSB)						MAIORIA (PMDB e PP)						
MAIORIA (PMDB e PP)						1- LOBAO FILHO (PMDB)						
TITULARES						2- ROMERO JUCA (PMDB)						
(voto)						3- VALDIR RAUPP (PMDB)	X					
GILVAN BORGES (PMDB)						4- LEONMAR QUINTANILHA (PMDB)						
PAULO DUQUE (PMDB)						5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						
GARIBOLDI ALVES FILHO (PMDB)	X					(PMDB)						
MÁO SANTA	X											
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		Bloco da Minoria (DEM e PSDB)						
TITULARES						MAIORIA						
ADELMIR SANTANA (DEM)						1- HERACILIO FORTES (DEM)						
ROSALBA Ciarlini (DEM)						2- JAYMÉ CAMPOS (DEM)						
Efraim Morais (DEM)						3- MARIANO CARMO ALVES (DEM)						
RAIMUNDO COLÔMBO (DEM)						4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)						
LÚCIA VÁNIA (PSDB)	X					5- MARISA SERRANO (PSDB)						
EDUARDO AZEREDO (PSDB)						6- JOÃO TENÓRIO (PSDB)						
PAPALEO PAES (PSDB)	X					7- SÉRGIO GUERRA (PSDB)						
PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO								
TITULARES												
MOZARILDO CAVALCANTI	X					1- GIM ARGELLO						
IPI	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		2- (voto)						
TITULAR						3- SÉRGIO GUERRA (PSDB)						
JOÃO DURVAL	X					4- (voto)						
						5- MARISA SERRANO (PSDB)						
						6- JOÃO TENÓRIO (PSDB)						
						7- SÉRGIO GUERRA (PSDB)						
						8- (voto)						
						9- (voto)						
						10- (voto)						
						11- (voto)						
						12- (voto)						
						13- (voto)						
						14- (voto)						
						15- (voto)						
						16- (voto)						
						17- (voto)						
						18- (voto)						
						19- (voto)						
						20- (voto)						
						21- (voto)						
						22- (voto)						
						23- (voto)						
						24- (voto)						
						25- (voto)						
						26- (voto)						
						27- (voto)						
						28- (voto)						
						29- (voto)						
						30- (voto)						
						31- (voto)						
						32- (voto)						
						33- (voto)						
						34- (voto)						
						35- (voto)						
						36- (voto)						
						37- (voto)						
						38- (voto)						
						39- (voto)						
						40- (voto)						
						41- (voto)						
						42- (voto)						
						43- (voto)						
						44- (voto)						
						45- (voto)						
						46- (voto)						
						47- (voto)						
						48- (voto)						
						49- (voto)						
						50- (voto)						
						51- (voto)						
						52- (voto)						
						53- (voto)						
						54- (voto)						
						55- (voto)						
						56- (voto)						
						57- (voto)						
						58- (voto)						
						59- (voto)						
						60- (voto)						
						61- (voto)						
						62- (voto)						
						63- (voto)						
						64- (voto)						
						65- (voto)						
						66- (voto)						
						67- (voto)						
						68- (voto)						
						69- (voto)						
						70- (voto)						
						71- (voto)						
						72- (voto)						
						73- (voto)						
						74- (voto)						
						75- (voto)						
						76- (voto)						
						77- (voto)						
						78- (voto)						
						79- (voto)						
						80- (voto)						
						81- (voto)						
						82- (voto)						
						83- (voto)						
						84- (voto)						
						85- (voto)						
						86- (voto)						
						87- (voto)						
						88- (voto)						
						89- (voto)						
						90- (voto)						
						91- (voto)						
						92- (voto)						
						93- (voto)						
						94- (voto)						
						95- (voto)						
						96- (voto)						
						97- (voto)						
						98- (voto)						
						99- (voto)						
						100- (voto)						

TOTAL: 10 SIM: 10 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 SALA DAS REUNIÕES, EM 16/08/2009.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSTA NÃO FICA COMPUTADO, CONSIDERANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 134 § 6º - RISF).

Senadora ROSALBA CIANINI

Presidente

Senadora Rosalba Cianini

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2007
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109 (SUBSTITUTIVO), DE 2007

Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para incluir o câncer de próstata entre as doenças cujo controle e prevenção devem integrar o programa de atenção integral à saúde masculina no âmbito do Sistema Único de Saúde e assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso V do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo único.

V – o controle e a prevenção do câncer cérvico-uterino, do câncer de mama, do câncer de pênis e do câncer de próstata. (NR)”

Art. 2º O *caput* do art. 4º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade, assegurado o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.

.....(NR)¹²

Art. 3º Esta Lei entra em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relatora

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**CAPÍTULO VII
DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO**

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

LEI N° 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996.

Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

Art. 3º O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.

Parágrafo único - As instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todos os seus níveis, na prestação das ações previstas no caput, obrigam-se a garantir, em toda a sua rede de serviços, no que respeita a atenção à mulher, ao homem ou ao casal, programa de atenção integral à saúde, em todos os seus ciclos vitais, que inclua, como atividades básicas, entre outras:

I - a assistência à concepção e contracepção;

II - o atendimento pré-natal;

III - a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato;

IV - o controle das doenças sexualmente transmissíveis;

V - o controle e prevenção do câncer cérvico-uterino, do câncer de mama e do câncer de pênis.

Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade.

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OF. N° 220/2009 – CAS

Brasília, 05 de agosto de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 17 de junho de 2009, em turno único, o Substitutivo ao PLS 109 de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e no dia 05 de agosto de 2009, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,



Senadora ROSALBA CIARLINI

Presidente

Excellentíssimo Senhor

Senador JOSÉ SARNEY

DD. Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250. PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

I – RELATÓRIO

Composto de apenas dois artigos, dos quais o segundo é a cláusula de vigência, prevista para ocorrer na data de sua publicação, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 109, de 2007, de autoria da Senadora KÁTIA ABREU, inclui, por meio de seu art. 1º, um inciso VI no parágrafo único do art. 3º da Lei n° 9.263, de 12 de janeiro de 1996 (Lei do Planejamento Familiar).

A proposição foi apresentada em 14 de março de 2007 e distribuída, para decisão em caráter terminativo, à Comissão de Assuntos Sociais, onde não lhe foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

O objetivo do PLS n° 109, de 2007, é incluir o *aconselhamento genético* no rol de atividades básicas obrigatórias de *planejamento familiar* que integram o programa de atenção à saúde do homem, da mulher ou do casal a ser oferecido em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), que hoje são as seguintes:

1. a assistência à concepção e contracepção (inciso I);
2. o atendimento pré-natal (inciso II);
3. a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato (inciso II-D);

4. o controle das doenças sexualmente transmissíveis (inciso IV);
5. e o controle e prevenção do câncer cérvico-uterino, do câncer de mama e do câncer de pênis (inciso V).

Em nossa análise, não vislumbramos quaisquer óbices constitucionais ou jurídicos à aprovação do projeto.

No que tange ao seu mérito, contudo, cabe assinalar o caráter restrito do aconselhamento genético, o que o difere do perfil generalista do planejamento familiar. Ou seja, enquanto o primeiro é indicado em casos específicos – situações em que ele constitui a ferramenta necessária para um bom planejamento familiar –, o segundo deve ser estendido a todas as pessoas em idade reprodutiva, como já o faz a lei que se pretende alterar.

As situações em que há indicação para o aconselhamento genético pré-natal são bem específicas:

- idade materna acima de trinta e cinco anos;
- resultados anormais em um dos exames de ultra-som fetal ou de avaliação bioquímica do risco fetal;
- história pessoal ou familiar de doenças genéticas, de defeitos congênitos ou de retardo mental sem causa definida;
- gestante com condição médica conhecida ou suspeita que possa afetar o desenvolvimento fetal ou existência de doença nela ou em seu parceiro que possa ser transmitida para sua prole;
- parentesco entre a mãe e o pai do nascituro;
- predisposição étnica para doenças genéticas;
- casais expostos a agentes causadores de malformações fetais;
- ingestão de álcool, drogas ou medicamentos pela gestante;
- história de filho natimorto ou neomorto sem explicação;
- casais inférteis ou que pretendem se submeter a técnicas de reprodução assistida; e
- história de abortamentos espontâneos.

Assim, o aconselhamento genético não se afigura a solução mais adequada para ser considerado uma atividade básica de planejamento familiar,

pois, para tanto, seria necessário estar disponível em todos os níveis e toda a rede de serviços do SUS, como determina o *caput* do parágrafo único do art. 3º da lei. Ademais, por ser uma ação de alcance limitado, ela não deve ser incluída na lista explicitada no dispositivo, que enumera atividades indicadas para todas as pessoas em idade reprodutiva.

Na verdade, o aconselhamento genético já é realizado no âmbito do SUS e permeia as atividades previstas nos três primeiros incisos do dispositivo em análise, quais sejam: a assistência à concepção (aplicável aos casais com problemas de infertilidade), o atendimento pré-natal (sempre que detectada alguma das situações anteriormente mencionadas que constituam indicações para o aconselhamento) e a assistência ao neonato (nos casos de recém-nascidos que apresentam doenças ou malformações congênitas).

Embora o País possua poucas ações no campo da genética em saúde pública, elas podem ser encontradas em hospitais universitários, em alguns hospitais públicos dos grandes centros urbanos e nos centros de referência para a doação de sangue.

No mais, a questão ética deve ser sempre ponderada, especialmente quando se discute o aconselhamento genético prestado em caráter público, além de se mostrar necessário sopesar a flagrante limitação de profissionais habilitados para a atividade nos serviços de saúde.

Em vista disso, optamos por alterar a redação do *caput* do art. 4º da Lei nº 9.263, de 1996, para explicitar que o aconselhamento genético será oferecido nos casos em que haja indicação clínica, em vez de incluí-lo como atividade básica de planejamento familiar.

Ainda sobre o mérito, consideramos adequado estabelecer um prazo de trezentos e sessenta e cinco dias para que a lei entre em vigor, de forma a possibilitar que o SUS se adapte a essa nova exigência.

Por fim, promovemos algumas modificações na redação legislativa, que vão ao encontro da proposta que ora apresentamos na forma de substitutivo. Ao final, acrescentamos uma tabela anexa que aponta as diferenças entre o texto em exame e aquele resultante de nossas alterações.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 109 (SUBSTITUTIVO), DE 2007

Altera o art. 4º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que *regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 4º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade, assegurado o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.

.....
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

José Vane

, Relatora

ANEXO

PLS 109, DE 2007	SUBSTITUTIVO
<i>Acresce dispositivo à Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.</i>	<i>Altera o art. 4º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.</i>
O Congresso Nacional decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º <i>O parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte inciso VI:</i>	Art. 1º <i>O caput do art. 4º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:</i>
<i>“Art. 3º.....</i> <i>Parágrafo único.....</i> <i>VI - Aconselhamento genético.”(NR)</i>	<i>“Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade, assegurado o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.</i> ” (NR)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 2º Esta Lei entra em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

PARECER Nº 1.286, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “acrescenta parágrafo ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil e modifica o art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para assegurar o direito de visita dos avós aos netos”.

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

Submete-se a exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 692, de 2007, de autoria da insigne Senadora Kátia Abreu, que tem por objetivo a alteração de dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (CC), e da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), para garantir aos avós o direito de visita aos netos.

A proposição compõe-se de três artigos, descritos a seguir.

O art. 1º sugere a alteração do art. 1.589 do Código Civil, de forma que o direito de visita, previsto, no caput do dispositivo, para o pai ou a mãe em cuja guarda não estejam os filhos, seja estendido aos avós dos menores.

Em consonância com a disposição anterior, o art. 2º alvítra alterar o art. 888 do Código de Processo Civil, a fim de que ao juiz seja facultado, na pendência da ação principal ou anteriormente à sua propositura, regular o direito de visita não

apenas do genitor que não detém a guarda do menor, como também o dos avós.

Do art. 3º consta a cláusula de vigência, segundo a qual a lei eventualmente resultante da proposição entrará em vigor na data da publicação.

Por força do Requerimento nº 512, de 2008, a proposição tornou a tramitar autonomamente.

Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, mais especialmente, sobre direito civil e direito processual.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 692, de 2007, tendo em vista que *i*) compete privativamente à União legislar sobre direito civil e direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF); *ii*) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, *art. 48, caput*); bem assim que *iii*) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea. Ademais, não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii*) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; *iii*) possui o atributo da generalidade; *iv*) é consentâneo com os princípios

gerais do Direito; e v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

No mérito, o PLS nº 692, de 2007, é digno de nota, pois visa à inclusão, no ordenamento jurídico, de previsão legal que contempla os avós de menores, os quais, a despeito dos fortes laços afetivos que costumeiramente os unem a seus netos, são lembrados pelo legislador com uma raridade desconcertante.

Consoante explica a proponente na justificação do projeto, "[é] usual ao término de um relacionamento conjugal surgir desavenças e ressentimentos entre o casal e não raras vezes a tendência à vingança e represália. (...) Nesse cenário, os avós são impedidos, por oposição injustificada, do relacionamento afetivo com os netos".

Assim, entende a Senadora Kátia Abreu, de forma muito conscienciosa, que o direito de visita aos menores cuja guarda caiba a apenas um dos pais "deve assistir [também aos avós, que são os] consangüíneos em linha reta no grau de parentesco mais próximo após o dos próprios genitores".

A despeito dessas incontestáveis virtudes, proporemos singela alteração na redação da ementa do PLS nº 692, de 2007, de modo a eliminar atuais dúvidas que sua forma atual pode suscitar.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA N° 1 – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 692, de 2007, a seguinte redação:

Acrescenta parágrafo ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e modifica o art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para assegurar aos avós o direito de visita aos netos.

Sala da Comissão, 15 de julho de 2007.

Senador Demóstenes Torres, Presidente

Senador **MARCO MACIEL**, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 692 DE 2007ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/07/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Demóstenes Torres</i>	
RELATOR: <i>Senador Marco Maciel</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA <i>Marina Silva</i>	1. RENATO CASAGRANDE <i>Renato Casagrande</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	2. AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>
EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>	3. MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>	4. INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5. CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
EXPEDITO JÚNIOR <i>Expedito Júnior</i>	6. SERYS SLHESSARENKO <i>Serlys Slhessarenko</i>
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUÇÁ <i>Romero Juçá</i>
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i>
GILMAR BORGES <i>Gilmar Borges</i>	3. GERALDO NEQUITA JÚNIOR <i>Geraldo Nequita Júnior</i>
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO <i>Lobão Filho</i>
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO <i>Neuto de Conto</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU (AUTORA) <i>Kátia Abreu</i>	1. EFRAIM MORAIS <i>Efraim Moraes</i>
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	2. ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>
JAYME CAMPOS <i>Jayme Campos</i>	3. RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo Colombo</i>
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	4. JOSÉ AGripino <i>José Agripino</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Antônio Carlos Júnior</i>	5. ELISEU RESENDE <i>Eliseu Resende</i>
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO <i>Marconi Perillo</i>
LÚCIA VÂNIA <i>Lúcia Vânia</i>	8. ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. PLEXA RIBEIRO <i>Plexa Ribeiro</i>
PTB	
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	1. GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>
PDT	
OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>	1. PATRÍCIA SABOYA <i>Patrícia Saboya</i>

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 692, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSTA DE LEI N.º 692, DE 2007, DE AUTOR		VOTO		ABSTENÇÃO		NÚMERO DE VOTOS		PRESIDENTE DA COMISSÃO	
1 - RENATO CASAGRANDE	X								
2 - AUGUSTO BOTELHO									
3 - MARCELO CRIVELLA									
4 - INÁCIO ARRUDA									
5 - CÉSAR BORGES									
6 - SERYS SLHESSARENKO									
PEDRO SIMON									
ALMEIDA LIMA									
GILVAM BORGES									
FRANCISCO DORNELLES									
VALTER PEREIRA									
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA									
KÁTIA ABREU	X								
DEMÓSTENES TORRES (PLS. 1)									
JAYMÉ CAMPOS	/								
MARCO MACIEL (PLS. 1)	X								
ANTONIO CARLOS JUNIOR	/								
ALVARO DIAS									
SÉRGIO GUERRA									
LÚCIA VÁNIA									
TASSO JEREISSATI	X								
RÔMEO TUMA	Y								
OSMAR DIAS	X								

TOTAL: 16 SIM: 14 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 - PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / 07 / 2009

Senador DEMÓSTENES TORRES

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS N° 692 , DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINA SILVA	X				1 - RENATO CASAGRANDE	X			
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPlicY					3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INÁCIO ARRUDA				
IDEI SALVATTI					5 - CESAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR	X				6 - SERYS SHLESSARENKO				
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB e PP	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON					1 - ROMERO JUCA				
ALMEIDA LIMA					2 - LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR	X			
FRANCISCO DORNELLES					4 - LOBÃO FILHO				
VALTER PEREIRA					5 - VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU	X				1 - EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (PRES.)					2 - ADELMIRO SANTANA				
JAYME CAMPOS					3 - RAIMUNDO COLOMBO	X			
MARCO MACIEL (RELATOR)	X				4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 - EDUARDO AZEREDO				
SÉRGIO GUERRA					7 - MARCONI PERILLO	X			
LÚCIA VANIA					8 - ANTHONY VIRGÍLIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - FLEXA RIBEIRO				
TITULAR - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	X				1 - GIL MARCELLO				
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1 - PATRÍCIA SABOYA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE —

SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / 07 / 2009

Sedador

Presidente

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

TEXTO FINAL

De PROJETO DE LEI DO SENADO N° 692, DE 2007

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Acrescenta parágrafo ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e modifica o art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para assegurar aos avós o direito de visita aos netos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.589.....

Parágrafo único. O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou adolescente. (NR)”

Art. 2º O art. 888 da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

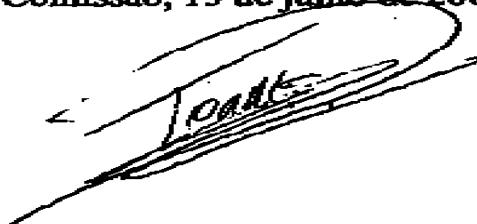
“Art. 888.....

VII – a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visitas ao genitor que não detém a guarda, e a cada um dos avós, relativamente aos próprios netos. (NR)

Parágrafo único. Quando qualquer dos genitores se opuser às visitas dos avós aos próprios netos, o juiz decidirá sobre a conveniência e oportunidade dessas visitas, assegurando-as, se no melhor interesse da criança ou adolescente.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de julho de 2009.


, Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

OFÍCIO N° 209/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Sala da Comissão, 15 de julho de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

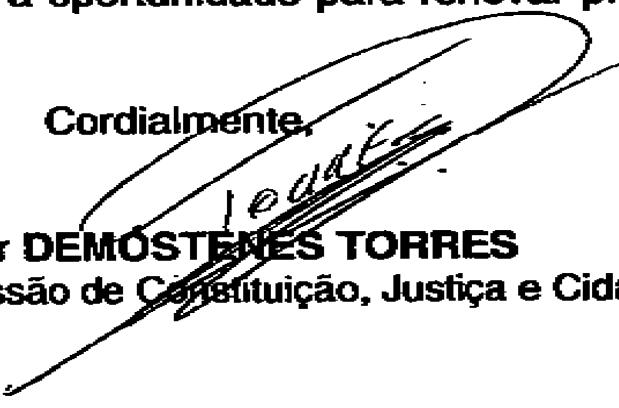
Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação com a Emenda nº 1-CCJ**, do Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2007, que "Acrescenta parágrafo ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e modifica o art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para assegurar o direito de visita dos avós aos netos", de autoria da Senadora Kátia Abreu.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador DEMOSTENES TORRES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Seção II DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e comissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Pùblico e da Defensoria Pùblica da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Pùblico e da Defensoria Pùblica do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções pùblicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pùblica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003).

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados do projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

LEI N° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

Art. 1.589. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e le-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.

.....

LEI N° 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 888. O juiz poderá ordenar ou autorizar, na pendência da ação principal ou antes de sua propositura:

I - obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida;

II - a entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos;

III - a posse provisória dos filhos, nos casos de separação judicial ou anulação de casamento;

IV - o afastamento do menor autorizado a contrair casamento contra a vontade dos pais;

V - o depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente por seus pais, tutores ou curadores, ou por eles induzidos à prática de atos contrários à lei ou à moral;

VI - o afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal;

VII - a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visita;

VIII - a interdição ou a demolição de prédio para resguardar a saúde, a segurança ou outro interesse público.

Art. 889. Na aplicação das medidas enumeradas no artigo antecedente observar-se-á o procedimento estabelecido nos arts. 801 a 803.

Parágrafo único. Em caso de urgência, o juiz poderá autorizar ou ordenar as medidas, sem audiência do requerido.

.....

**DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO
DO REGIMENTO INTERNO.**

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR

RELATÓRIO

I – RELATÓRIO

Submete-se à exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 692, de 2007, de autoria da Insígne Senadora Kátia Abreu, que tem por objetivo a alteração de dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (CC), e da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (CPC), para garantir aos avós o direito de visita aos netos.

A proposição compõe-se de três artigos, descritos a seguir.

O art. 1º sugere a alteração do art. 1.589 do Código Civil, de forma que o direito de visita, previsto, no *caput* do dispositivo, para o pai ou a mãe em cuja guarda não estejam os filhos, seja estendido aos avós dos menores.

Em consonância com a disposição anterior, o art. 2º alvitra alterar o art. 888 do Código de Processo Civil, a fim de que ao juiz seja facultado, na pendência da ação principal ou anteriormente à sua propositura, regular o direito de visita não apenas do genitor que não detém a guarda do menor, como também o dos avós.

Do art. 3º consta a cláusula de vigência, segundo a qual a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea d, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, mais especialmente, sobre direito civil e direito processual.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 692, de 2007, tendo em vista que i) compete privativamente à União legislar sobre direito civil e direito processual, a teor

do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); bem assim que iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea. Ademais, não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

No mérito, o PLS nº 692, de 2007, é digno de nota, pois visa à inclusão, no ordenamento jurídico, de previsão legal que contempla os avós de menores, os quais, a despeito dos fortes laços afetivos que costumeiramente os unem a seus netos, são lembrados pelo legislador com uma raridade desconcertante.

Consoante explica a proponente na justificação do projeto, "[é] usual ao término de um relacionamento conjugal surgir desavenças e ressentimentos entre o casal e não raras vezes a tendência à vingança e represália. (...) Nesse cenário, os avós são impedidos, por oposição injustificada, do relacionamento afetivo com os netos".

Assim, entende a Senadora Kátia Abreu, de forma muito conscientiosa, que o direito de visita aos menores ~~ou já guarda caiba a apenas~~ um dos pais "deve assistir [também aos avós, que são os] consangüíneos em linha reta no grau de parentesco mais próximo após o dos próprios genitores".

A despeito dessas incontestáveis virtudes, proporemos singela alteração na redação da ementa do PLS nº 692, de 2007, de modo a eliminar atuais dúvidas que sua forma atual pode suscitar.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, concluímos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA N° 1 - CCJ

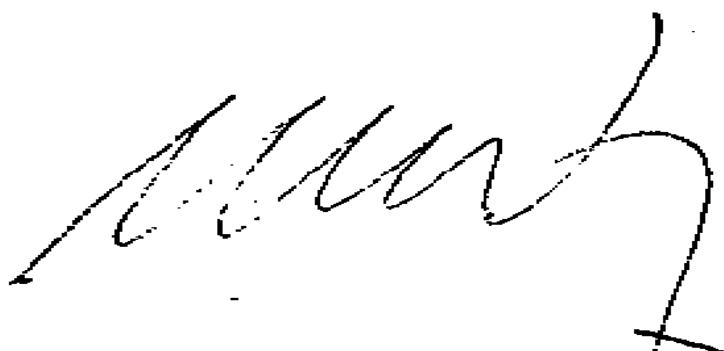
Dê-se à ementa do PLS nº 692, de 2007, a seguinte redação:

Acrescenta parágrafo ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código de Processo Civil, e modifica o art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para assegurar aos avós o direito de visita aos netos.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PARECER

Nº 1.287, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 51 de 2009, do Presidente da República (nº 210/2009, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009.

RELATOR: Senador ROMERO JUCÁ

I – RELATÓRIO

O Presidente da República encaminha ao Senado Federal, mediante a Mensagem nº 51, de 8 de abril de 2009 (nº 210, de 2009, na origem), a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispôs sobre o Plano Real.

A Programação Monetária, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 26 de março de 2009, explicita as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e estipula metas indicativas de sua evolução para o 2º trimestre de 2009. Acompanha a programação sucinta descrição do comportamento previsto para a economia nacional nesse período e as justificativas pertinentes.

Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre a Programação Monetária aprovada, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 6º da supracitada lei. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in toto* da matéria pelo Congresso Nacional, vedada a introdução de qualquer alteração, conforme determina o § 3º do artigo acima citado.

II – ANÁLISE

A Lei nº 9.069, de 1995, dispôs sobre o Plano Real e o Sistema Monetário Nacional, entre outras matérias correlatas. Em especial, tratou do processo de formulação e operacionalização da política monetária, atribuindo ao Congresso Nacional participação e co-responsabilidade quanto à definição dos parâmetros e das metas relativas à evolução da oferta de moeda na economia.

Como se sabe, com a adoção do regime de metas de inflação a partir de 1999, a política monetária deixou de visar metas de expansão de agregados monetários. Passou-se a visar metas de inflação, com um intervalo de tolerância, mediante a utilização da taxa de juros como instrumento para a obtenção do desejado nível de preços na economia. Com efeito, a programação monetária e o controle quantitativo da expansão da oferta de moeda na economia passaram a ter importância secundária.

Entretanto, persiste a determinação legal acima referida, assim como a pertinência dos mecanismos institucionais de controle dos agregados monetários. Portanto, há a necessidade de apreciação da matéria por esta Comissão. E, de fato, o Poder Executivo vem dando consequência à citada norma em prazos adequados e compatíveis com a possibilidade de participação do Congresso Nacional na apreciação da programação monetária trimestral.

A Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009 indica taxas de expansão nominal dos principais agregados, que consideram o cenário provável para o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), da inflação, das taxas de juros e de câmbio.

O documento foi elaborado no contexto do cenário econômico mundial dos últimos meses, que se caracterizou pela intensificação dos impactos do agravamento da crise financeira internacional. De acordo com o diagnóstico do Banco Central, nesse ambiente as trajetórias de desaceleração ou de contração do nível de atividade econômica registradas nas principais economias, evidenciadas na redução do PIB da economia mundial no quarto trimestre de 2008, deverão persistir em 2009.

Na Programação Monetária sob exame, as autoridades monetárias assim interpretam o cenário macroeconômico, no tocante à economia brasileira:

A economia brasileira, em linha com os desenvolvimentos assinalados em âmbito global, registrou redução acentuada do PIB no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro, interrompendo um ciclo de doze observações positivas em sequência, no mesmo tipo de comparação. Esse movimento na margem, consistente com o cenário de obstrução dos canais de

crédito nos mercados financeiros internacionais, esteve associado, em grande parte, à perda de dinamismo do setor industrial; à deterioração das expectativas de empresários e consumidores; à redução dos fluxos de comércio externo; e aos desdobramentos, sobre a cadeia produtiva, da adequação do nível de estoques.

Quanto à expansão do crédito, cabe destacar o seguinte entendimento e perspectivas das autoridades monetárias:

Nesse cenário, embora o estoque total de crédito registrasse expansão no trimestre encerrado em janeiro, favorecido pelo crescimento dos financiamentos lastreados em recursos direcionados, que ampliaram sua contribuição para o suprimento das necessidades de capital em projetos de investimento do setor empresarial, os indicadores relacionados ao mercado de crédito passaram a registrar arrefecimento, na margem. Embora as empresas de grande porte tenham aumentado sua procura por recursos no mercado de crédito doméstico, face à retração do mercado de capitais e das fontes externas de financiamento, o crédito livre a pessoas jurídicas declinou em janeiro. Da mesma forma, a expansão das carteiras direcionadas às pessoas físicas apresenta desaceleração, com redução no ritmo de novas contratações. A contração da demanda de crédito, a despeito de fatores sazonais, reflete as incertezas associadas à evolução do nível de atividade e, em particular, do emprego e da renda. O comportamento desses indicadores determinará as condições para a recuperação do mercado de crédito nos próximos meses.

Quanto à condução da política fiscal, em 2009, ressaltam que persistirá a mesma linha adotada nos anos anteriores:

Nesse ambiente, o contingenciamento de despesas indicado na programação orçamentária do ano se revela compatível com o compromisso de austeridade fiscal assumido pelo governo. Ressalte-se que a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 prevê a possibilidade de que os recursos despendidos com o Projeto Piloto de Investimentos, previstos em 0,5% do PIB, possam ser descontados da meta de superávit primário do ano. Embora essa possibilidade existisse em anos anteriores e não tenha sido utilizada, representa um meio eficiente de manter a responsabilidade fiscal em cenário de maior dificuldade econômica, garantindo, ao mesmo tempo, investimentos produtivos para o país.

Julgamos oportuna a apreciação da Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009, ora submetida a esta Comissão, que já incorpora analiticamente os desdobramentos da crise financeira mundial.

Uma vez que ainda permanecem em vigor os comandos legais sobre a apreciação da programação monetária e de sua execução, cabe a esta Comissão dar consequência às formalidades previstas na Lei nº 9.069, de 1995, deliberando sobre a presente Programação Monetária.

Cabe ainda lembrar que, em 8 de outubro de 2008, foi aprovado Substitutivo ao PLS nº 26, de 2000, de autoria do então Senador Paulo Hartung, tendo sido remetido à Câmara dos Deputados. Essa proposição altera a Lei nº 9.069, de 1995, para que o Presidente do Banco Central compareça, pessoalmente, a esta Comissão e relate a execução da programação monetária.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação da Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 611, DE 2009

Aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009, nos termos da Mensagem nº 51, de 2009, da Presidência da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL N° 51 DE 2009
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/08/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELcíDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALCÍDIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDEI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)
Majoria (PMDB e PPI)	
FRANCISCO DORNELLES (PP)	1-ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2-GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
VAGO	7-VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAYMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIRO SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDIO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2-FERNANDO COLLOR DE MELO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

LEGISLAÇÃO ANEXADA CITADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995.

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências.

CAPÍTULO II Da Autoridade Monetária

Art. 6º O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

§ 1º Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

§ 2º O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o caput deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.

PARECER

Nº 1.288, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 109, de 2009, do Presidente da República (nº 510/2009, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao 3º trimestre de 2009.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal, mediante a Mensagem nº 109, de 2009 (nº 510, de 2009, na origem), a programação monetária relativa ao 3º trimestre de 2009.

A programação monetária, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 30 de junho de 2009, explicita as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e estipula metas indicativas de sua evolução para o 3º trimestre de 2009. Acompanha a programação sucinta descrição do comportamento previsto para a economia nacional nesse período e as justificativas pertinentes.

À Comissão de Assuntos Econômicos, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 6º da referida Lei, cabe emitir parecer sobre a programação monetária. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, vedada a introdução de qualquer alteração, conforme determina o § 3º do dispositivo acima citado.

II – ANÁLISE

A Lei nº 9.069, de 1995, dentre outras matérias correlatas, cuidou do processo de formulação e operacionalização da política monetária, atribuindo ao Congresso Nacional participação e co-responsabilidade quanto à definição dos parâmetros e das metas relativas à evolução da oferta de moeda na economia.

Como se sabe, com a adoção do regime de metas de inflação a partir de 1999, a política monetária passou a basear-se, fundamentalmente, na utilização da taxa de juros como variável estratégica para a manutenção do processo de estabilidade do nível de preços na economia brasileira. Com efeito, a programação monetária e o controle quantitativo da expansão da oferta de moeda na economia assumiram importância secundária.

Entretanto, persiste a determinação legal acima referida, assim como a pertinência dos mecanismos institucionais de controle dos agregados monetários. Daí, a conveniência e a necessidade de apreciação da matéria por esta Comissão.

O Poder Executivo vem dando consequência à citada norma em prazos adequados e compatíveis com a possibilidade de participação do Congresso Nacional no entendimento e na formulação da programação monetária trimestral. Nesse sentido, essa programação ocupa importante função na política monetária, que, em verdade, incorpora um conjunto de variáveis estratégicas e fundamentais para a compreensão e efetivação dos objetivos macroeconômicos buscados e definidos como prioritários.

A programação monetária sob exame indica taxas de expansão nominal estáveis para os principais agregados, tanto para o 3º trimestre de 2009 como para o ano de 2009.

Com efeito, conforme o Quadro 3 da programação, à fl. 11 do processado, as taxas de variação previstas para o final do 3º trimestre e para o final do ano, anualizadas, são de 6,4% e 8,6%, respectivamente, no caso do M1; e de 11,6% e 9,8%, respectivamente, no caso do M4 – conceitos de meios de pagamentos que vão do mais restrito ao mais amplo e abrangente.

Com relação às bases monetárias restrita e ampliada são previstas, para cada um dos períodos acima mencionados, variações de 0,6% e 10,3%, no caso da base restrita, e de 8,1% e 10,1%, no caso da segunda.

Conforme exposto na programação monetária enviada pelo Banco Central do Brasil, constante na Mensagem do Poder Executivo, o PIB recuou 1,8% no primeiro trimestre de 2009, em relação ao mesmo período de 2008. Esse resultado refletiu desempenhos negativos em todos os componentes do PIB, à exceção do setor de serviços, na análise sob a ótica da produção.

Na programação monetária sob exame, as autoridades monetárias interpretam o cenário macroeconômico como produto da trajetória da economia mundial, que embora revele a continuidade do processo de redução severa da produção e do emprego, denota sinais de que a coordenação adequada de medidas anticíclicas de estímulo fiscal e monetário implementada nas principais economias, maduras e emergentes, vem se traduzindo em melhora nos indicadores de confiança de consumidores e empresários, com desdobramentos favoráveis, na margem, sobre a evolução dos indicadores do setor real.

A economia brasileira, de forma consistente com a melhora observada no cenário mundial, apresenta sinais de recuperação em relação à deterioração assinalada após a intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais. A perspectiva de manutenção da trajetória declinante das taxas de juros deverá favorecer o restabelecimento do mercado de crédito, condição indispensável à sustentação da recuperação econômica.

Além disso, cabe destacar da programação o seguinte entendimento das autoridades monetárias:

A retomada sustentada da expansão do nível de atividade econômica nos próximos meses, bem como sua intensidade, estarão condicionados, portanto, à continuidade da recuperação das expectativas nos mercados interno e externo. Esse movimento poderá ser beneficiado pela manutenção da trajetória de retração do estresse nos mercados financeiros internacionais, expressa em redução de restrições no mercado de crédito, no retorno dos fluxos externos de capitais ao país, na perspectiva das empresas voltarem a obter financiamento no mercado de capitais, bem como nos efeitos defasados e cumulativos da distensão monetária promovida desde janeiro. (Cf. o item D da Programação: Perspectivas para o terceiro trimestre e para o ano de 2009.)

Quanto à evolução das contas fiscais, houve tanto o impacto da redução da atividade econômica e o da desoneração tributária sobre as receitas do governo, quanto o impacto, sobre as despesas, relativo à política de investimentos públicos adotada com o objetivo de incentivar a recuperação do estoque de capital e da demanda agregada. Ressalta-se que o impacto das políticas anticíclicas sobre a trajetória da redução da dívida líquida do setor público em relação ao PIB, mesmo no cenário de recuo nas metas de superávit primário, deverá ser neutralizado pelo processo de flexibilização da política monetária, favorecendo a manutenção de sua tendência decrescente no médio prazo.

No *front* externo, as autoridades monetárias avaliam que o desempenho das contas externas do país no decorrer do ano tem-se mostrado mais favorável do que o previsto anteriormente. A estabilidade das reservas internacionais e a redução da participação da dívida externa no total de passivos do país reforçam o argumento da adequação da condução da política econômica interna nos últimos anos e, consequentemente, da resistência do setor externo à crise financeira global.

Por fim, entendem que as perspectivas relacionadas ao comportamento dos preços nos próximos meses incorporam a continuidade da convergência do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) à meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional.

Julgamos, assim, oportuna a programação monetária ora submetida à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, destacando que as faixas de variação programada para os principais agregados monetários indicam uma política monetária compatível com os objetivos de estabilidade monetária e ajustada à manutenção do crescimento econômico equilibrado e sustentado.

Uma vez que ainda permanecem em vigor os comandos legais sobre a apreciação da programação monetária e de sua execução, cabe à CAE dar consequência às formalidades previstas na Lei nº 9.069, de 1995, deliberando sobre a presente programação monetária.

Todavia, cabe lembrar que se encontra na Câmara dos Deputados o PL nº 4.121, de 2008, aprovado pelo Senado Federal como o PLS nº 26, de 2000, de autoria do então Senador Paulo Hartung. Esta proposição visa alterar o §1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, para que o Presidente do Banco Central compareça, pessoalmente, à esta Comissão e relate a execução da programação do trimestre que se finda e entregue a do próximo trimestre.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação da programação monetária relativa ao 3º trimestre de 2009, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 612, DE 2009

Aprova a programação monetária relativa ao 3º trimestre de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária relativa ao 3º trimestre de 2009, com as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e as metas indicativas de sua evolução, nos termos da Mensagem Presidencial nº 510, de 2009.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de agosto de 2009.



A handwritten signature is shown, consisting of a large, flowing oval on the left and a more structured, vertical line on the right. To the right of the signature, the word 'Presidente' is written above the word 'Relator', both in a cursive script.

, Presidente
, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL N° 109 DE 2009
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/08/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Delcídio Amaral* SENADOR DELCÍDIO AMARAL, VICE-PRESIDENTE
RELATOR(A): *Delcídio Amaral* NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)

EDUARDO SUPlicy (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELcíDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDEI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)

Maioria (PMDB e PP)

F. ANICISCO DORNELLES (PP)	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAN BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
VAGO	7-VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
Efraim Moraes (DEM)	3-HRÁCLITO FORTES (DEM)
R. MUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIRO SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGripino (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDIO	1-SÉRGIO ZAMBIAI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELO

PDT

OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>	1-JEFFERSON PRAIA
------------------------------	-------------------

LEGISLAÇÃO ANEXADA CITADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995.

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências.

CAPÍTULO II Da Autoridade Monetária

Art. 6º O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

§ 1º Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

§ 2º O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o caput deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.

PARECER Nº 1.289, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009 (nº 404/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração congressional — mediante a Mensagem nº 349, de 29 de maio de 2007 — o texto do acordo supra-ementado.

Trata-se de singelo acordo bilateral, versado em oito artigos, visando, conforme explica a Exposição de Motivos que segue anexa à Mensagem, da lavra da Chancelaria brasileira, *a ampliação do escopo de cooperação educacional no que tange ao Ensino Superior e Pesquisa, com a finalidade de contribuir para o melhor conhecimento reciproco, fortalecer as relações de amizade e incentivar a concretização de uma relação bilateral privilegiada no âmbito da Educação.*

Nominalmente, visa o referido Fórum: articular as parcerias e os programas de cooperação existentes no campo do ensino superior e da pesquisa e dar-lhes uma maior clareza e visibilidade; analisar a complementaridade dos programas, seguir sua evolução, avaliar regularmente se eles correspondem às prioridades determinadas em comum pelas Partes e se realizam os objetivos ~~definidos~~; incentivar a mobilidade dos estudantes, dos professores e dos pesquisadores; desenvolver canais de difusão da informação a respeito das parcerias e dos programas de cooperação; aproximar os diferentes atores econômicos e sociais; desenvolver parcerias inovadoras; e propor novas ações de cooperação multilateral decorrentes da experiência da cooperação bilateral.

O Artigo 3 do texto constitui um Conselho de Orientação Interministerial, *coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação, pela Parte brasileira, e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministério da Educação Nacional, do Ensino Superior e da Pesquisa, pela Parte francesa*, reunindo representantes dos atores acadêmicos, científicos e tecnológicos dos ministérios envolvidos, das agências nacionais de avaliação, dos conselhos universitários e das instituições de pesquisa. O Conselho se reunirá alternadamente na França e no Brasil a cada dois anos na mesma oportunidade de simpósio franco-brasileiro sobre o ensino superior e a pesquisa. A redação do Artigo 3 não torna claro se o Conselho capitaneia o Fórum ou se lhe incumbe a realização do referido Fórum, embora essas conclusões possam ser dedutíveis da lógica do Acordo.

O Artigo 5 menciona que as *Instituições líderes formarão a Secretaria Executiva do Conselho e têm por responsabilidade colher dos atores acadêmicos, científicos e tecnológicos, todas as informações relevantes à avaliação e à evolução dos diversos programas em andamento ou previstos*.

O Artigo 6 impõe a criação de um sítio eletrônico para abrigar informações sobre o Fórum. Os demais artigos dispõem sobre as minudências dos procedimentos de vigência bilateral do Acordo.

II – ANÁLISE

O mérito do Acordo é inequívoco para a promoção das relações bilaterais, sobretudo no ano corrente de 2009, Ano da França no Brasil. A parceria estratégica entre ambos os países é antiga e a cooperação econômica e cultural de uma importância incontestável. Grande contingente de estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação se beneficiam de intercâmbio com aquele país.

O alinhamento entre os países é de importância incontestável, tributo de anos de relações bilaterais bem conduzidas e equilibradamente forjadas. Recordo que no corrente ano de 2009 o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso foi homenageado pela Câmara de Comércio França-Brasil com o prêmio ~~Personalidade~~ França-Brasil, destinado a profissionais de reconhecimento público, brasileiros ou franceses, que tenham contribuído para as relações entre os dois países.

Ora propõe o Presidente Sarkozy, em parceria com o Brasil e na oportunidade do avizinhamento da Reunião de Cúpula do G8, a realizar-se em Áquila, Itália, uma Aliança para Mudança, visando a empreender, nas várias frentes de desafio mundial, ações conjuntas calcadas em um novo multilateralismo, adaptado ao mundo multipolar e que contemple as necessidades reais dos países em desenvolvimento. Essa nova estratégia de ação multilateral leva em consideração, entre outras frentes, o desenvolvimento econômico e social como pressupostos da paz, da estabilidade e da segurança internacional. Nesse sentido, o melhoramento dos padrões educacionais dos países em desenvolvimento é condição necessária e incontornável para o desenvolvimento econômico e social e a proposta trazida no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo ora em apreço é ainda mais oportuna.

III – VOTO

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 391, DE 2009.
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 08 / 09, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - ALFREDO BONELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLÉS	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMERO JUCÁ (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO CULLER	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER
Nº 1.290, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009 (nº 565/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007.

RELATORA: Senadora ROSALBA CIARLINI

RELATOR "AD HOC": Senador MOZARILDO CAVALCANTI

I – RELATÓRIO

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração congressional — mediante a Mensagem nº 784, de 19 de outubro de 2007 — o texto do acordo supra-ementado.

Trata-se de acordo bilateral, versado em dez artigos, visando a, conforme explica a Exposição de Motivos que segue anexa à Mensagem, da lavra da Chancelaria brasileira:

(...) isentar de vistos para entrar, transitar e sair do território de qualquer uma das Partes, em todos os pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros, os nacionais da República Federativa do Brasil e os nacionais da República de El Salvador, titulares de passaportes comuns válidos, para fins de turismo e negócios (assim entendidas atividades que não ensejam remuneração no País receptor) por um período de até noventa (90) dias, prorrogáveis até um total de cento e oitenta (180) dias por ano, contados a partir da data de entrada.

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi submetido ao crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo recebido pareceres pela aprovação, sem ressalvas. Aprovado no Plenário daquela Casa Parlamentar em 14 de maio de 2009, foi imediatamente encaminhado ao Senado Federal.

II – ANÁLISE

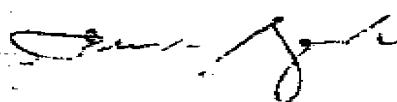
O mérito do Acordo é inequívoco, sobretudo porque não descuida de observar a necessidade de se respeitar a legislação constitucional e infra-constitucional de ambos em relação ao tema da entrada, permanência e saída de estrangeiros em seus territórios. Da maior relevância é a previsão da possibilidade de se revogar total ou parcialmente a vigência do Acordo por razões de segurança, ordem ou saúde públicas.

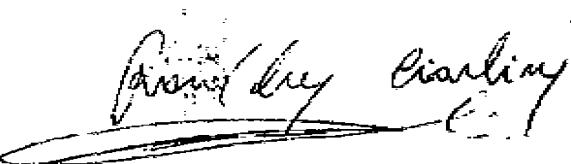
O Acordo, sem deixar de ser importante marco para o avanço das relações bilaterais, facilita a circulação de pessoas para distintos fins como o turismo e a educação, ensejadores de maior estreitamento, no futuro, das relações bilaterais.

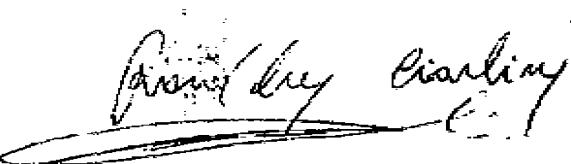
III – VOTO

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009.

Salão da Comissão, 6 de agosto de 2009.


, Presidente


, Relatora


, Relator "ad hoc"

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 392 DE 2009
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/08/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS
 SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR "AD HOC": SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIRO SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLJOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA - GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - receber definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER
Nº 1.291, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEPESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009 (nº 662/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília em 27 de setembro de 2007.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração congressional — mediante a Mensagem nº 955, de 11 de dezembro de 2007 — o texto do acordo supra-mentado.

Trata-se de acordo bilateral, versado em onze artigos, visando a promover conforme explica a Exposição de Motivos que segue anexa à Mensagem, da lavra da Chancelaria brasileira — o comércio bilateral, assegurando às Partes Contratantes o tratamento de nação mais favorecida e do princípio da não-discriminação.

Em larga medida, o Acordo formaliza situação de fato, favorável ao Cazaquistão, garantindo ao Brasil a contraparte. A concessão de tratamento de nação mais favorecida (NMF) para importações provenientes do Cazaquistão já

ocorre, uma vez que o Brasil não discrimina países específicos na aplicação da tarifa externa comum. Com o Acordo, o Cazaquistão estenderá esse benefício, e o princípio da não-discriminação, às importações brasileiras, o que, até o momento, não é obrigatório, porquanto não faz parte da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, com isso, encontra-se alheio às normas do regime internacional de comércio.

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi submetido ao crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio tendo recebido pareceres pela aprovação, sem ressalvas. Aprovado no Plenário daquela Casa parlamentar, em 14 de maio de 2009, foi imediatamente encaminhado ao Senado Federal.

II – ANÁLISE

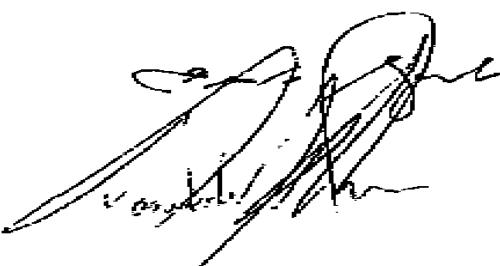
O mérito do Acordo é inequívoco para a promoção das relações bilaterais, ainda rarefeitas, bem como para a concretização do mandamento constitucional afeto às relações internacionais que trata da promoção da cooperação internacional e do desenvolvimento.

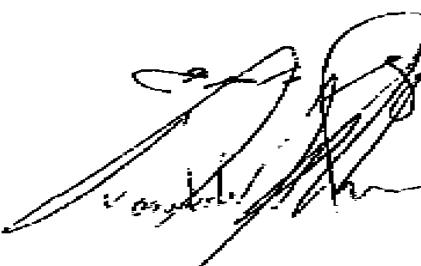
O Acordo rege-se por cláusulas-padrão em documentos de mesma natureza, protege os respectivos governos quanto às obrigações pactuadas pelos particulares, ressalta a importância de se observar mutuamente as legislações pátrias, isenta de tributos e direitos aduaneiros as importações de material de propaganda e amostras gratuitas originárias de ambos os países. À toda evidência, portanto, um acordo que visa unicamente a promoção das relações comerciais bilaterais, tendo-se em conta a especial condição do Cazaquistão como país em desenvolvimento.

III – VOTO

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2009.


, Presidente


, Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS N° 394 DE 2009
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 08 / 09 AS SENHORAS SENADORAS E OS
 SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR FLEXA RIBEIRO	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPlicy (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>AVNap</i>	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT) <i>z Pedro</i>	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT) <i>Tião Viana</i>	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON <i>Biaffino</i>	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES <i>...</i>	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>...</i>	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>...</i>	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE <i>...</i>	5 - GOLVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFFRAIM MORAIS (DEM) <i>...</i>	1 - ADELMIRO SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM) <i>...</i>	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM) <i>...</i>	3 - JOSÉ AGRIPIINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM) <i>...</i>	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB) <i>...</i>	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>...</i>	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>...</i>	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR <i>...</i>	1 - MOZARINI DE CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES <i>...</i>	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

**PARECER
Nº 1.292, DE 2009**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009 (nº 798/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.

RELATOR: Senador ARTHUR VIRGÍLIO

RELATOR "AD HOC": Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009 (PDC 00798, de 2008, na origem), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.*

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 2009, tendo, naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 31, de 2008, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00414 MRE – COCIT/DAI/DAM II – PAJN-BRAS-EQUA, de 21 de dezembro de 2007, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O referido documento insere-se na prioridade que o Brasil tem conferido à cooperação e integração da América do Sul, contribuindo para o desenvolvimento e segurança regionais. Diz respeito, também, aos compromissos de fortalecimento da confiança e transparência mútuas assumidas no âmbito das Américas.

A Exposição de Motivos ressalta, ainda, que o acordo

atribui ênfase à pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços; ao compartilhamento de conhecimentos e experiências; à promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar, e à colaboração em assuntos relativos a equipamentos e sistemas, bem como a outras áreas de interesse comum.

O Tratado compreende nove artigos, estabelecendo regras gerais para cooperação que vão do compartilhamento de conhecimento nas áreas de Ciência e Tecnologia ao intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares, passando ainda por visitas a aeronaves e navios militares, eventos culturais e desportivos, facilitação de iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de defesa, implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, “com a possibilidade de participação de entidades militares e civis de interesse estratégico para as Partes”.

O acordo trata, ademais, de questões relacionadas a responsabilidades financeiras, responsabilidade civil, solução de controvérsias e segurança da informação classificada. Sobre esse último ponto, o artigo 5º do acordo dispõe que “a proteção a assuntos sigilosos que vierem a ser trocados ou gerados no âmbito deste Acordo, será regulada entre as Partes por intermédio de um acordo para a proteção da informação classificada”.

II – ANÁLISE

O ato internacional em apreço mostra-se de relevância ao promover a cooperação entre Brasil e Equador na área de Defesa. A iniciativa dos dois países em cooperar certamente beneficiará as populações e os interesses nacionais de ambos.

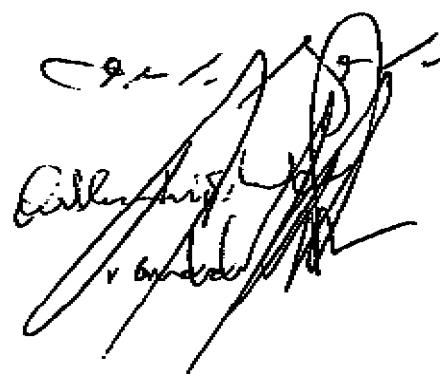
Inegável, portanto, que o presente acordo é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil e que promoverá diretamente o projeto nacional de Defesa.

Registrados, entretanto, nossa preocupação com o fato de que esse importante acordo seja ultimado com o Equador no momento em que aquele grande país se encontra sob governo de índole autoritária, o qual, inclusive, já atuou contra os interesses nacionais na região. Trata-se de preocupação pertinente, mas que não deve constituir empecilho à celebração do referido acordo, mesmo porque temos a esperança de ver aquele país e todo o Hemisfério Ocidental sob a égide de democracias efetivas. É passado o tempo de regimes autoritários, sejam eles de direita ou de esquerda.

III – VOTO

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2009.



, Presidente

, Relator

, Relator "ad hoc"

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS N° 398, DE 2009.
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 08 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS
 SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR "AD HOC": SENADOR FLEXA RIBEIRO	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPlicy (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIRO SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGripino (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) (Presidente)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) (Relator)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVAI PANTI
PRB	
FLÁVIO TORRES	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 210/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de julho de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2009, que “cria cargos de juiz do trabalho substitutivo no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região”, de autoria do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OF. N° 220/2009-CAS

Brasília, 5 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
DD. Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 17 de junho de 2009, em turno único, o Substitutivo ao PLS nº 109 de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e no dia 5 de agosto de 2009, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarini**, Presidente.

Ofício nº 209/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de julho de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2007, que “Acrescenta parágrafo ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil e modifica o art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para assegurar o direito de vista dos avós aos netos”, de autoria da Senadora Kátia Abreu.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Os ofícios lidos serão publicados.

Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei da Câmara nº 89, de 2009; e do Senado nºs 109 e 692, de 2007**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 1.287 e 1.288, de 2009**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Mensagens nºs 51 e 109, de 2009, que concluem, respectivamente, pela apresentação das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009**, que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2009; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2009**, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2009.

As proposições constarão da pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 344, DE 2009

Altera o art. 41-A da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para determinar que a cassação do diploma ou do registro, no caso de captação de sufrágio, somente produzirá efeitos após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 41-A.

Parágrafo único. A cassação do registro ou do diploma surtirá efeitos somente após o trânsito em julgado da decisão judicial que a determinou. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O relevante princípio constitucional da presunção de inocência, pelo qual, nos expressos termos constitucionais, *ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória*, constitui um pilar dos direitos individuais de qualquer ordem jurídico-constitucional de natureza democrática.

A Constituição brasileira de 1988, em face de sua natureza democrática, não poderia deixar de contemplar tal princípio, e o faz expressamente, fazendo-o constar do capítulo em que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que abre o seu Título II, sobre os Direitos e Garantias Fundamentais.

O Supremo Tribunal Federal, em ampla e consistente jurisprudência, tem determinado – como não poderia deixar de fazê-lo – a garantia da aplicação dos direitos individuais que decorrem desse princípio a todos os acusados, em processos judiciais e administrativos, na imensa maioria dos casos.

A Justiça Eleitoral, entretanto, e especialmente o Tribunal Superior Eleitoral, em suas recentes composições, tem tomado uma postura que, além de desacatar o princípio da presunção de inocência, traduz ofensa à separação dos poderes, por inovar o ordenamento jurídico, sem que o Congresso Nacional, que detém a

competência privativa para legislar sobre direito eleitoral, tenha decidido nesse sentido. São por todos conhecidas, também, a timidez e o acanhamento com que o STF aprecia a constitucionalidade das decisões do TSE, órgão integrado por Ministro da Suprema Corte.

Construiu-se, assim, em nome do combate às reais e presumidas irregularidades no processo eleitoral, uma situação jurídico-constitucional que ofende um direito constitucional da maior relevância, e abre um precedente de imensa gravidade, ainda não discutido com o devido cuidado e a responsabilidade que o assunto requer.

Para contribuir a esse debate, submetemos ao exame dos ilustres pares o presente projeto de lei, para o qual solicitamos o apoio imprescindível à sua aprovação, ao tempo em que declaramos nossa abertura a todos as sugestões voltadas ao seu aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, – Senador **Expedito Junior.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

.....

Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinqüenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 345, DE 2009

Altera as Leis nos 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.683, de 28 de maio de 2003, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, para transferir o Fundo Nacional Antidrogas para o Ministério da Saúde e dispor acerca da destinação de seus recursos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cria o Fundo Nacional Antidrogas, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos

com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.”

Art. 2º Os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Saúde, o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), a ser gerido por esse Ministério, cujos recursos deverão ter o seu plano de aplicação e projetos submetidos à apreciação do Conselho Nacional de Saúde. (NR)

Art. 2º Constituirão recursos do Funad:

.....

Parágrafo único. Os saldos verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do Funad. (NR)

Art. 3º As doações em favor do Funad, efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas declarantes do Imposto de Renda nos termos da legislação em vigor, serão dedutíveis da respectiva base de cálculo de incidência do referido imposto, desde que devidamente comprovado o recebimento pelo Ministério da Saúde. (NR)

Art. 4º Todo e qualquer bem de valor econômico, apreendido em decorrência do tráfico de drogas de abuso ou utilizado de qualquer forma em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas abusivas, ou, ainda, que haja sido adquirido com recursos provenientes do referido tráfico e perdido em favor da União, constituirá recurso do Funad, ressalvados os direitos do lesado ou de terceiros de boafé e após decisão judicial ou administrativa tomada em caráter definitivo.

Parágrafo único. As mercadorias a que se refere o art. 30 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que estejam relacionadas com o tráfico de drogas de abuso, sofrerão, após sua regular apreensão as cominações previstas no referido decreto-lei, e as mercadorias ou o produto de sua alienação revertêrão em favor do Funad. (NR)

Art. 5º Os recursos do Funad serão destinados:

I – à capacitação continuada, avaliada e atualizada de todos os setores governamentais e não-governamentais envolvidos com prevenção, tratamento, recuperação, redução de danos e reinserção social e ocupacional

dos usuários de drogas, dependentes e seus familiares;

IV – aos serviços de saúde e às organizações que desenvolvem atividades específicas de tratamento, recuperação, redução de danos e reinserção social e ocupacional de dependentes químicos e de pessoas com problemas decorrentes do uso indevido de drogas;

V – à implementação, divulgação e acompanhamento das iniciativas, estratégias, ações e intervenções de redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de álcool e outras drogas, desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais;

VI – à execução de ações, programas e atividades de prevenção, tratamento, recuperação, redução de danos e reinserção social e ocupacional de usuários, dependentes químicos e de pessoas com problemas decorrentes do uso indevido de drogas;

VIII – a investimentos na implantação de serviços públicos de saúde, unidades especializadas e na integração, em serviços existentes, de ações de prevenção, tratamento, recuperação, redução de danos e reinserção social e ocupacional de usuários, dependentes químicos e de pessoas com problemas decorrentes do uso indevido de drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

IX – aos custos de sua própria gestão.”

(NR)

Art. 3º O §3º do art. 6º da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 3º Fica alterada para Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) a denominação do Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao Abuso de Drogas (FUNCAB), instituído pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pela Lei nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993, e ratificado pela Lei nº 9.240, de 22 de dezembro de 1995, bem como transferida a sua gestão para o âmbito do Ministério da Saúde.

..... ” (NR)

Art. 4º Os arts. 61, 62, 63 e 64 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. Não havendo prejuízo para a produção da prova dos fatos e comprovado o interesse público ou social, ressalvado o disposto no art. 62 desta Lei, mediante autorização do juízo competente, ouvido o Ministério Público e científicos a Senad e o Ministério da Saúde, os bens apreendidos poderão ser utilizados pelos órgãos ou pelas entidades de saúde e assistência social que atuam na prevenção do uso indevido, na atenção e na reinserção social de usuários e dependentes de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

..... (NR)

Art. 62.

§ 4º Após a instauração da competente ação penal, o Ministério Público, mediante petição autônoma, requererá ao juízo competente que, em caráter cautelar, proceda à alienação dos bens apreendidos, excetuados aqueles que a União, por intermédio da Senad, e ouvido o Ministério da Saúde, indicar para serem colocados sob uso e custódia da autoridade de polícia judiciária, de órgãos de inteligência ou militares, envolvidos nas ações de prevenção ao uso indevido de drogas e operações de repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

.....

§ 7º Autuado o requerimento de alienação, os autos serão conclusos ao juiz, que, verificada a presença de nexo de instrumentalidade entre o delito e os objetos utilizados para a sua prática e risco de perda de valor econômico pelo decurso do tempo, determinará a avaliação dos bens relacionados, científica-rá a Senad e o Ministério da Saúde intimará a União, o Ministério Público e o interessado, este, se for o caso, por edital com prazo de 5 (cinco) dias.

..... (NR)

Art. 63.

.....

§ 4º Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz do processo, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, remeterá ao Ministério da Saúde relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União, indicando, quanto aos bens, o

local em que se encontram e a entidade ou o órgão em cujo poder estejam, para os fins de sua destinação nos termos da legislação vigente. (NR)

Art. 64. A União, por intermédio do Ministério da Saúde, poderá firmar convênio com os Estados, com o Distrito Federal e com organismos orientados para a prevenção do uso indevido de drogas, a atenção e a reinserção social de usuários ou dependentes, com vistas na liberação de equipamentos e de recursos por ela arrecadados, para a implantação e execução de programas relacionados à questão das drogas." (NR)

Art. 5º O §2º do art. 6º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º
§ 2º A Secretaria Nacional Antidrogas desempenhará as atividades de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional Antidrogas." (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Art. 7º Ficam revogados o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, e o § 4º do art. 6º da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.

Justificação

Não há dúvida que o problema das drogas é primordialmente uma questão de saúde pública.

Caminha nesse sentido a atual Política Nacional sobre Drogas, ao incluir, entre os seus pressupostos, o "direito de receber tratamento adequado a toda pessoa com problemas decorrentes do uso indevido de drogas", ao "priorizar a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade" e ao pretender "garantir a implantação, efetivação e melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida, respeitando potencialidades e princípios éticos".

No entanto, a concretização desses princípios, na prática, encontra um grande óbice: garantir a destinação dos recursos provenientes da arrecadação do Fundo Nacional Antidrogas – composto por recursos advindos da apropriação de bens e valores apreendi-

dos em decorrência do crime do narcotráfico – para fins de prevenção, tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional de usuários de drogas, dependentes químicos e de pessoas com problemas decorrentes do uso indevido de drogas.

Para tanto, julgamos que a melhor alternativa para assegurar o financiamento dessas ações é mediante a transferência da administração do Fundo Nacional Antidrogas para o âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e dispor, de forma rígida, acerca da aplicação integral desses recursos em ações e serviços públicos de saúde.

Atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas só é possível se os recursos financeiros para o custeio das ações e serviços públicos de saúde, além dos vultosos investimentos necessários para efetivar essa política, estiverem garantidos por lei.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Expedito Júnior**.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, de assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e de Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 346, DE 2009

Altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido dos §§ 3º, 4º e 5º com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....
§ 3º Os empreendimentos industriais dedicados à produção de bens eletroeletrônicos, na área de informática e automação, gozam dos mesmos incentivos e benefícios fiscais e tributários vigentes na Zona Franca de Manaus para apoio a atividades produtivas similares.

§ 4º A entrada de componentes importados utilizados como partes, peças ou insumos em empresa dedicada à produção de bens eletroeletrônicos, na área de informática e automação, far-se-á com suspensão do Imposto sobre a Importação (II), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), que será convertida

em isenção, quando a mercadoria produzida for destinada a:

I – consumo e venda interna na Amazônia Ocidental;

II – exportação para o mercado externo;

III – internação como bagagem acompanhada de viajante residente, observados os limites fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 5º Quando as mercadorias produzidas nos empreendimentos industriais a que se refere o § 3º deste artigo forem destinadas a compradores localizados no território nacional fora da Amazônia Ocidental, em sua internação o Imposto de Importação incidirá apenas sobre o valor dos componentes importados utilizados como partes, peças ou insumos. (NR”)

Art. 2º As isenções e os benefícios da Área de Livre Comércio localizada no Município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, de que trata a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, serão mantidos durante 30 (trinta) anos, a partir da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição que agora coloco à consideração de meus Pares visa promover o desenvolvimento da economia de Rondônia. Mas não almejo a melhoria da renda e do emprego apenas para os brasileiros ali residentes. Pelo contrário, busco o desenvolvimento de toda a faixa de fronteira que será beneficiada com a construção da Rodovia Bioceânica, ligando a Amazônia brasileira ao Oceano Pacífico.

Proponho um regime especial que concede isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) às mercadorias estrangeiras importadas como componentes a serem utilizados como partes, peças ou insumos por empresas habilitadas, em funcionamento na Área de Livre Comércio localizada no Município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Proponho, ainda, que as isenções e os benefícios da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim sejam mantidos durante 30 anos, a partir da publicação desta Lei. O art. 13 da Lei nº 8.210, de 1991, estabelece que as isenções e benefícios serão mantidos durante 25 anos, prazo que se encerraria no ano de 2016. Para um tomador de decisão quanto à implantação de investimentos produtivos o horizonte de tempo até

2016 é demasiado exíguo, o que justifica a ampliação de que trata o art. 2º de minha proposição.

De modo coerente com a prioridade que o Brasil tem concedido à integração com seus vizinhos menos desenvolvidos, a criação deste regime especial de Incentivos e Benefícios Fiscais é iniciativa comvisão de médio prazo, centrada no cenário desejado de que nossa região seja palco de experiência única de integração regional dos diversos países, tendo como foco a implantação do eixo rodoviário de natureza transcontinental.

No entanto, é imperioso que a integração de nossos povos vá além da infraestrutura de transportes e se traduza em desenvolvimento e harmonia, e aconteça mediante a universalização das condições de progresso, justiça e democracia entre os povos da América do Sul.

Ciente dos benefícios desta minha proposição, confio na avaliação favorável de meus Pares e na aprovação desta iniciativa legislativa.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.210, DE 19 DE JULHO DE 1991

Art. 4º A entrada de mercadorias estrangeiras na ALCGM far-se-á com a suspensão do Imposto de

Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção, quando as mercadorias forem destinadas a:

I – consumo e venda interna na ALCGM;

II – beneficiamento, no território da ALCGM, quando se tratar de pescado, recursos minerais e matérias-primas

de origem agrícola ou florestal;

III – agricultura e piscicultura;

IV – instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza;

V – estocagem para comercialização no mercado externo;

VI – atividades de construção e reparos navais; e

VII – quando se tratar de bagagem acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder

Executivo, por intermédio da Secretaria da Receita Federal.

§1º As demais mercadorias estrangeiras, inclusive as utilizadas como partes, peças ou insumo de produtos industrializados na ALCGM, gozarão de suspensão

dos tributos referidos neste artigo, mas estarão sujeitas a tributação no momento de sua internação.

§ 2º Não se aplica o regime fiscal previsto neste artigo a:

- a) armas e munições de qualquer natureza;
- b) automóveis de passageiros;
- c) bens finais de informática;
- d) bebidas alcoólicas;
- e) perfumes;
- f) fumo e seus derivados;

.....
Art. 13 As isenções e benefícios da ALCGM serão mantidos durante vinte e cinco anos.

(*Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 347, DE 2009

Estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A venda de veículos de qualquer natureza para Governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios fica isenta do pagamento de qualquer tributo federal.

Art. 2º O disposto no artigo anterior fica condicionado aos seguintes requisitos:

I – o veículo deverá ser utilizado por órgão da administração direta;

II – o veículo não poderá ser revendido durante o prazo de, no mínimo, cinco anos.

Art. 3º Caberá a Receita Federal atestar a operação prevista na presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os veículos adquiridos pelas administrações diretas dos estados, dos municípios e do Distrito Federal destinam-se essencialmente a prestação de serviços para a comunidade. Dentro desse contexto, é inadmissível que as administrações, as quais já apresentam fortes restrições de disponibilidade de recursos, venham a ter que arcar com aumento de custo decorrente de tributos federais para que possam vir a atingir os seus objetivos junto as suas comunidades. Ora, os impostos federais incidentes sobre a compra de veículos por parte de administrações simplesmente é uma transferência de renda dos diversos entes da federação para a União. É

imprescindível que venhamos a fortalecer os poderes locais e, a proposição por mim apresentada visa a dar maiores condições de que as diversas administrações possam vir a se equipar melhor, podendo, com isto, comprarem mais caminhões, veículos de obras para engenharia, ambulâncias e outros veículos comunitários, de uma forma mais barata e justa. Assim, espero contar com o apoio de meus pares para a tramitação célere de tão relevante proposta que fortalecerá o poder local, dando-lhes mais condições de atender as crescentes demandas sociais.

Senador Raimundo Colombo.

(À *Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 348, DE 2009

Estabelece indenização aos Produtores Rurais que sofrerem ataques em seus rebanhos por felinos de médio e grande porte e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a indenização pecuniária aos produtores rurais brasileiros devidamente estabelecidos e filiados aos respectivos órgãos de classe, que comprovadamente tiverem animais de seus rebanhos abatidos decorrentes de ataques de felinos de médio e grande porte no âmbito do território nacional.

Art. 2º A indenização de que trata esta Lei, corresponderá a um salário mínimo por animal abatido, a ser paga no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a certificação da ocorrência pela autoridade ambiental competente.

Art. 3º Caberá ao IBAMA, e aos órgãos estaduais a ele conveniados, o dever de fiscalização, verificação, apontamento e pagamento das importâncias após transcorrido processo administrativo instaurado com a finalidade de atender aos objetivos desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil não pode punir o homem rude do campo por abater um animal silvestre como os vorazes felinos, sem antes lhe incentivar a preservá-los e indenizá-lo em caso de um ataque destes animais ao seu rebanho. Os grandes e médios felinos, como as jaguatiricas, o leão Baio, a onça parda e a pintada, assim como os demais animais silvestres são tutelados da União e toda vez que eles causarem danos ao patrimônio do cidadão que concorre para a produção de carne, leite, etc, a União deve indenizá-lo de forma justa e sem delongas. Assim estaremos fazendo Justiça com

quem mais pode preservar as espécies ameaçadas de extinção, como a maioria dos felinos que ocorrem no território brasileiro. Estaremos ainda incentivando a permanência do homem no campo, a frente de sua atividade agropastoril produtiva e rentável, evitando o êxodo rural e o aumento desordenado das cidades.

Senador **Raimundo Colombo**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 349, DE 2009

Determina a isenção de taxas por uso de sistema eletrônico para participação em licitações, quando cobradas de licitantes interessados em ofertar bens e serviço para a administração pública e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos, empresas ou entidades subordinados à Lei nº 8.666, de 1993, deverão assumir integralmente os custos por uso de sistema eletrônico contratado para realizar suas licitações de bens e serviços.

Parágrafo único. Não haverá cobrança de quaisquer tipos de taxas dos licitantes, inclusive à título de ressarcimento de custos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os atos de convocação para licitações públicas não podem admitir, prever, incluir ou tolerar, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustram o seu caráter competitivo. A cobrança de taxas por uso de sistema eletrônico de licitações, mesmo à título de ressarcimento de custos, está contribuindo para afugentar potenciais competidores, notadamente os de menor porte.

Em 2002, começou a funcionar o sistema de licitações eletrônicas do Banco do Brasil que, desde então, vem tendo um crescimento vertiginoso, registrando-se 55 mil operações em 2008, com movimentação ao redor de R\$ 12 bilhões, considerando entes públicos e privados, pois o sistema foi feito para atender a ambos os segmentos.

Atualmente, o número de licitantes cadastrados nesse sistema é estimado em 120 mil. Para se cadastrar e participar das licitações, cada um deles paga uma taxa ao redor de 300 reais por ano, que resulta em uma arrecadação de 36 milhões de reais.

Segundo o banco, esta taxa é cobrada à título de ressarcimento de custos, porém o montante arrecadado possivelmente transformou o sistema em um negócio altamente lucrativo para o banco.

No caso de uma licitação pública, a legislação atual faculta cobrança de taxas apenas à título de ressarcimento de custos. No entanto, as taxas cobradas dos licitantes pelo Banco do Brasil não fazem distinção se irão participar de licitação pública ou privada. Assim, o preço do negócio feito para ser lucrativo é o mesmo daquele que deveria ser sem fins lucrativos.

A solução para o problema é a proposta pelo presente projeto, que isenta de toda e qualquer taxa o licitante que manifestar interesse apenas em participar de licitações públicas, seja da esfera federal, estadual ou municipal.

O projeto vai de encontro às reivindicações de pequenos empresários, desejosos de aproveitar oportunidades para participar de licitações públicas, muitas vezes na modalidade “convite”, de baixo valor, na qual, menos ainda, se justifica a cobrança da referida taxa.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **Raimundo Colombo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Texto compilado

Mensagem de veto

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Seção I Dos Princípios

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 350, DE 2009

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para regulamentar a demonstração de exigências na realização de transferências voluntárias a Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 25, da Lei Complementar nº 101/2001, passa a incluir o seguinte parágrafo:

“§ 4º A demonstração, por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária deverá ser feita, quando da assinatura do convênio ou instrumento congênere e da liberação da primeira parcela dos recursos ou da parcela única, por meio de apresentação, ao órgão concedente, de documentação comprobatória da regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido pelo subsistema Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios – CAUC do SIAFI.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposta busca evitar o comprometimento da ação estatal, por conta de pendências verificadas no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios – CAUC, depois de iniciada a execução financeira de um convênio.

Nos moldes atuais, qualquer pendência que surja no CAUC, posteriormente à transferência da primeira parcela de determinado convênio, pode ser suficiente para que as transferências das parcelas remanescentes sejam suspensas. Na maioria das vezes, os atrasos na liberação dos recursos necessários à continuidade das ações objetos de convênios provocam prejuízos à coletividade.

O conteúdo normativo desta proposta figura no **caput** do art. 40, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010 – PLDO/2010 (PLN 07/2009). Ocorre que a lei de diretrizes orçamentárias tem vigência limitada. Pretende-se, portanto, tornar perene no ordenamento jurídico pátrio a regra já apresentada pelo PLDO/2010.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009. – Senador **João Vicente Claudino**.

LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI COMPLEMENTAR N° 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO V
Das Transferências Voluntárias**

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I – existência de dotação específica;

II – (VETADO)

III – observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV – comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Os projetos lidos serão publicados e encaminhados às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

AVISOS**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

- **Aviso nº 34, de 2009-CN** (nº 945-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1571/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao Levantamento de Auditoria realizado na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – MD, que teve por objeto as obras de Construção do novo Aeroporto Internacional de Macapá, no Estado do Amapá (TC 006.349/2009-9).
- **Aviso nº 35, de 2009-CN** (nº 1000 -Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1628/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de restauração da Rodovia BR-174, que interliga as cidades de Manaus/AM e Boa Vista/RR à Venezuela (TC 017.267/2007-3).
- **Aviso nº 36, de 2009-CN** (nº 1007-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1603/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística Nacional, realizadas em Porto Velho, Estado de Rondônia (TC 007.985/2009-2).
- **Aviso nº 37, de 2009-CN** (nº 1009 -Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1604/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras do Hospital Regional de Cacoal no Estado de Rondônia (TC 007.986/2009-0).

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Os Avisos lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 153, DE 2009

(Nº 498/2007, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha)

Estabelece notificação nsousicí dicoa. sos de ten tcaotmipvuais órdiea

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos de saúde da rede pública e privada ficam obrigados a notificar ao órgão público competente, estadual ou municipal, os casos de atendimento a pessoas em que houve o diagnóstico de tentativa de suicídio.

§ 1º O profissional e o estabelecimento de saúde responsáveis pelo atendimento e assistência à pessoa terão o encargo de fazer a notificação ao órgão competente, para a adoção de providências destinadas ao registro, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

§ 2º A notificação compulsória ao órgão público de saúde deverá processar-se num prazo máximo de setenta e duas horas a contar do atendimento.

§ 3º A notificação será processada em cadastro próprio que conterá dados de identificação e epidemiológicos além da especificação dos procedimentos de saúde utilizados no atendimento.

Art. 2º O órgão público de saúde, municipal ou estadual, manterá equipe para o acompanhamento às pessoas com o diagnóstico especificado no art. 1º.

Art. 3º O órgão público de saúde federal manterá estatísticas atualizadas a respeito dos casos envolvendo tentativas de suicídio atendidos nos estabelecimentos de saúde municipais e estaduais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 498, DE 2007**Estabelece a obrigatoriedade de notificação compulsória dos casos em que especifica e dá outras providências:**

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Os estabelecimentos de saúde da rede pública e privada ficam obrigados a notificar ao órgão público competente, estadual ou municipal, os casos de atendimento a pessoas onde houve o diagnóstico de tentativa de suicídio.

§1º O profissional e o estabelecimento de saúde responsáveis pelo atendimento e assistência à pessoa terão o encargo de fazer a notificação ao órgão competente, para a adoção de providências destinadas ao

registro, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

§ 2º A notificação compulsória ao órgão público de saúde deverá processar-se num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do atendimento.

§ 3º A notificação será processada em cadastro próprio que conterá dados de identificação e epidemiológicos além da especificação dos procedimentos de saúde utilizados no atendimento.

Art. 2º O órgão público de saúde, municipal ou estadual, manterá equipe multidisciplinar para o acompanhamento médico, psicológico e de assistência social às pessoas com diagnóstico especificado no art. 1º

Art. 3º O órgão público de saúde federal manterá estatísticas atualizadas a respeito dos casos envolvendo tentativas de suicídio atendidos nos estabelecimentos de saúde municipais e estaduais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto teve como autor em 2002 o nobre Deputado Orlando Fantazzini. A proposição visa estabelecer regras destinadas à notificação compulsória dos casos onde houve o diagnóstico de tentativa de suicídio. Tal procedimento se faz necessário tendo em vista que é crescente o número de pessoas que atentam contra a sua própria vida e não recebem, por parte das instituições de saúde, atendimento específico para este tipo de transtorno mental.

Com a observância obrigatória dos estabelecimentos de saúde será possível manter-se cadastros atualizados, com dados epidemiológicos a respeito do perfil das pessoas, que possibilitem o mapeamento dos estados e municípios onde há maior incidência dessa problemática.

Com esses dados, será possível o planejamento e implantação de políticas públicas de saúde preventivas e curativas destinadas à melhor recuperação das pessoas que tenham apresentado esse transtorno. Para isso, será mister que se institua equipes multidisciplinares na área médica, psicológica e de assistência social para um atendimento mais integrado ao paciente.

O suicídio, tentado ou executado, tem-se constituído hoje numa das formas de manifestação da violência. Por diferentes motivações o indivíduo atenta contra a própria vida na tentativa de dar fim a um trauma ou sofrimento psíquico a que esteja submetido.

No Brasil, apesar de não haver dados oficiais, sabe-se que tem havido um crescimento da população apresentando esse comportamento.

A Organização Mundial de Saúde vem incentivando os países a adotarem protocolos e iniciativas destinadas à prevenção dessa problemática. Nos Estados Unidos, onde há grande incidência de casos envolvendo tentativa ou mesmo de suicídio, há centros de saúde voltados a prestar assistência e atendimento às pessoas que tentaram contra as próprias vidas.

Nossa intenção é criar um sistema onde o órgão público federal estabeleça procedimentos de rotina aos profissionais de saúde que atendem nos estabelecimentos de saúde, seja ele privado ou público. Estas orientações deverão ter como destinatários as secretarias de saúde municipal e estaduais.

Desta forma, tendo em vista o alcance da presente lei, contamos com a colaboração dos nobres pares.

Sala das Sessões, 29 de março de 2007. – Dr. Rosinha.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e nos termos do art. 491, do RISF, à de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso IV, § 1º, do art. 91 do Regimento Interno, o Projeto que acaba de ser lido será apreciado pelas Comissões Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, podendo receber emendas, perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno, cabendo à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação terminativa, nos termos do art. 49, I, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2009

Altera o art. 103 da Constituição Federal para permitir que confederação ou associação de municípios de âmbito nacional, possa propor ação direta de constitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 103 da Constituição Federal passa a ser acrescido do inciso X, com a seguinte redação:

“Art. 103.

X – entidade de representação de municípios de âmbito nacional.
..... ” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 103 da Constituição Federal apresenta um rol de legitimados que podem propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade. Essas ações objetivam proteger a ordem jurídica de toda a sorte de inconstitucionalidades que possam afligir o sistema.

A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal separa em duas categorias esses legitimados, a saber: legitimados universais e especiais. Os legitimados universais podem defender a Constituição em qualquer caso sem precisar demonstrar qualquer adequação temática (Presidente da República, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados, Procurador-Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Partido Político com representação no Congresso). Já os legitimados especiais devem demonstrar

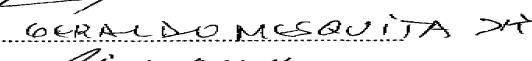
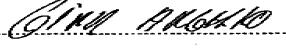
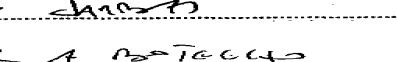
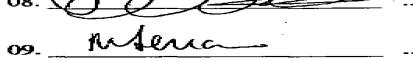
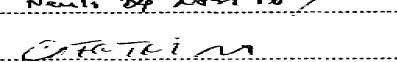
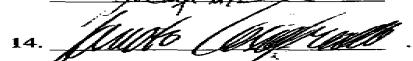
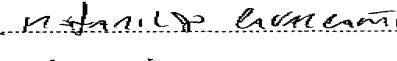
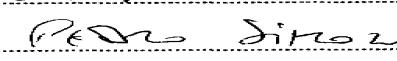
que o ato objeto de controle interfere ou tem pertinência com os interesses dos respectivos filiados ou associados. Nessa última categoria, estão a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa, Governador de Estado ou do Distrito Federal e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Com a presente proposta, pretende-se incluir no rol de legitimados as entidades de representação de municípios de âmbito nacional objetivando, com isso, permitir a plena participação dos entes locais no sistema de controle concentrado de constitucionalidade junto ao STF.

É sabido que foi a atual Constituição que erigiu os municípios à categoria de entes federados autônomos. Contudo, tal **status** veio desacompanhado de prerrogativas essenciais para a consolidação dessa nova posição institucional. A não representação do município no Senado Federal e a falta de legitimidade para a propositura de ADI e ADC são exemplos dessas omissões federativas.

Nesse sentido, busca-se sanar uma dessas omissões possibilitando às entidades de representação de municípios proporem ADI e ADC sobre temas que repercutem na esfera de atuação dos entes locais.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2009.

01. Senador SÉRGIO ZAMBIASTI	
02. 	GERALDO MESQUITA DT
03. 	GIMY ANGUIA
04. 	WELLINGTON SILVEIRA
05. 	JEFFERSON PORTA
06. 	IVAN VALENTE
07. 	JOSÉ SARNEY
08. 	ANTÔNIO IMBASSAHY
09. 	MANOEL SÁ
10. 	ALVARO DIAS
11. 	ALMEIDA LIMA
12. 	ANTÔNIO LACERDA
13. 	CÁSSIO CUNHA
14. 	JOSÉ SERRA
15. 	RENATO LACERDA
16. 	VALDIR RAUPP
17. 	SEN. INÁCIO
18. 	PEDRO SIMON

19. *Waldyr Guimarães*
 20. *Flávio Arns*
 21. *Valéria Belo*
 22. *Decio Sartori - Mauro Feijó*
 23. *João Pedro*
 24. *Conselho*
 25. *João Vaz*
 26. *Edvaldo Góes*
 27. *Chico Alves*
 28. *Waldemar*
 29. *Henrique Pena*

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO III Do Poder Judiciário

Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I – o Presidente da República;

II – a Mesa do Senado Federal;

III – a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV – a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V – o Governador de Estado ou do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI – o Procurador-Geral da República;

VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII – partido político com representação no Congresso Nacional;

IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

§ 1º O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

§ 3º Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

§ 4º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

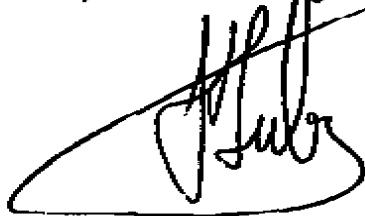
**MENSAGEM
Nº 163, DE 2009
(nº 625/2009, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Os méritos do Senhor Luiz Fernando Gouvea de Athayde que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de agosto de 2009.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Serra", is enclosed within a stylized oval frame.

EM No 00280 MRE/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-APES

Brasília, 29 de julho de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE

CPF.: 06206034704

ID.: 2558/MRE

1945 Filho de Alair Athayde e Maria Elisa Gouvêa de Athayde, nasce em 03 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

1967 CPCD - IRBr

1967 Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ

1968 Terceiro Secretário em 17 de outubro

1968 Divisão de Cooperação Técnica, assistente

1971 Delegação junto à UNESCO, Paris, Terceiro e Segundo Secretário

1972 Segundo Secretário em 11 de maio

1975 Embaixada no México, Segundo Secretário

1976 Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, assessor

1977 Embaixada em Kingston, Encarregado de Negócios, missão transitória

1977 Divisão de Informação Comercial, assistente

1978 XI Feira Internacional de Santa Cruz de la Sierra, Diretor-Geral do Pavilhão

1978 EXPO BRASIL 78, I Exposição Industrial Brasileira na Austrália, Sydney, Diretor-Geral

1979 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral

1979 Primeiro Secretário, por antiguidade, em 2 de março

1981 Embaixada em Quito, Primeiro Secretário

1984 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor

1985 Divisão de Informações Econômicas, Chefe

1985 Embaixada em Kingston, Primeiro Secretário, missão transitória

1986 Embaixada em Praia, Encarregado de Negócios, missão transitória

1986 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro

1987 Departamento Econômico, assessor

1987 Resenha Econômica do Ministério das Relações Exteriores, Editor

1987 Embaixada em Nova Delhi, Conselheiro e Encarregado de Negócios na ausência do titular

1988 Embaixada em Nova Delhi, Encarregado de Negócios

1989 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral adjunto e Chefe, substituto, do SECOM

1990 CAE - IRBr, A Tensão como Fator Determinante das Relações entre a Índia e o Paquistão: Estudo sobre suas causas e consequências. Subsídios para uma Visão Brasileira

1993 Divisão de Formação e Treinamento, Chefe

1993 Medalha Mérito Santos-Dumont, Ministério da Aeronáutica, Brasil

1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 24 de junho

1994 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral

2000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Assuntos Internacionais, Chefe

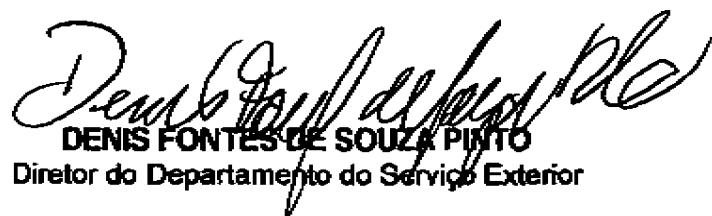
2001 Reunião do Grupo Revisor da Implementação do Mandato da Cúpula das Américas sobre Agricultura e Vida Rural, São José da Costa Rica, Chefe de delegação

2003 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Assuntos Internacionais, Chefe

2004 Secretaria de Estado das Relações Exteriores

2005 Embaixada em Port of Spain, Embaixador

2007 Representante junto ao Governo da Comunidade de Dominica, Embaixador, cumulativo
2007 IX Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Cooperação em Matéria de Drogas América Latina e Caribe e União Européia, Port of Spain, Chefe de delegação
2009 III Reunião de Plenipotenciários do Grupo de Revisão e Implementação de Cúpulas, Chefe de Delegação
2009 Membro da Delegação Presidencial à V Cúpula das Américas



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA - II**

CROÁCIA

INFORMAÇÃO AO SENADO

Julho de 2009

PERFIL DO PAÍS

NOME OFICIAL:	República da Croácia (<i>Republika Hrvatska</i>)
CAPITAL:	Zagreb
ÁREA:	56.542 km ²
POPULAÇÃO:	4,49 milhões (2009 est.)
IDIOMAS:	croata (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	católicos (87,3%), ortodoxos (4,4%), muçulmanos (1,3%), outros cristãos (0,4%), outros e não-especificados (0,9%), nenhuma (5,2%) - (censo 2001)
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Stjepan Mesic
CHEFE DE GOVERNO:	Primeira-Ministra Jadranka Kosor
CHANCELER:	Gordan Jandrokovic
PIB (2008):	Nominal: US\$ 63,95 bilhões; PPP: US\$ 73,36 bilhões.
PIB PER CAPITA (2008):	PPP: US\$ 16.900.
UNIDADE MONETÁRIA:	Kuna (HRK)

PANORAMA DA POLÍTICA INTERNA

A atual Chefe de Governo croata é a Primeira-Ministra Jadranka Kosor (União Democrática Croata - HDZ), que assumiu o cargo no dia 06 de julho de 2009, após a surpreendente renúncia de Ivo Sanader. Sanader havia sido reeleito na sequência das eleições gerais de novembro de 2007, assumindo suas funções, pela segunda vez, em 12 de janeiro de 2008 (seu primeiro mandato iniciou-se em 23 de dezembro de 2003). Jadranka Kosor lidera uma coalizão formada pelo seu partido, mais o Partido Camponês Croata (HSS), o Partido Social Liberal Croata (HSLS), e o Partido Croata dos Aposentados (HSU), aos quais se agregam representantes das minorias nacionais, com realce para o Partido Independente Democrata Sérvio (SDSS). A coalizão governista conta com 83 cadeiras no Parlamento, contra 70 da oposição.

O atual Presidente da República da Croácia, Stjepan Mesic, foi eleito pela primeira vez em 2000, logrando a reeleição no ano de 2005. Mesic deixou o Partido Popular da Croácia (HNS) após assumir a Presidência. No segundo turno das eleições de 2005, Stjepan Mesic derrotou a atual Primeira-Ministra Jadranka Kosor.

O HDZ tem-se constituído na força política dominante na Croácia no período pós-independência. Desde 1990, o partido esteve na oposição apenas no breve período de 2000

a 2003. Sob a liderança de Ivo Sanader, o HDZ gradualmente abandonou sua raízes nacionalistas a fim de obter apoio dos eleitores do centro. Desde que voltou ao poder, em 2003, o HDZ transformou a adesão da Croácia à União Européia como seu maior objetivo de política externa.

O Partido Social Democrata (SDP), maior partido de oposição, foi o arquiteto da decisão croata de buscar a integração do país à UE, no período de 2000 a 2003. Uma vez no Governo, o SDP empreendeu esforços significativos para transformar o país numa democracia liberal e superar o isolamento internacional da Croácia após os anos de exacerbado nacionalismo sob Franjo Tuđman. A eficácia do Governo do SDP foi minada por disputas internas, o que levou à derrota de 2003.

A coligação HSS-HSLS fez campanha conjunta nas eleições de novembro de 2007, o que permitiu criar uma terceira força política na Croácia, abaixo dos dois grandes partidos, o HDZ e o SDP.

A Assembléia Democrata Croata da Eslavônia e Baranja (HDSSB), de centro-direita, foi fundada por ex-membros do HDZ e trabalha para lograr maior descentralização e desenvolvimento da região da Eslavônia. É conduzida por político controvertido, Branimir Glavas, ex-membro do HDZ, que se encarregava da Eslavônia Oriental, na fronteira com a Sérvia, durante o conflito servo-croata de 1991-95. Foi julgado em 2007 por crimes de guerra, inclusive por envolvimento com assassinato de sérvios em 1991.

O HNS tem lutado para recolher votos do centro desde que seu ex-líder, o atual Presidente Stjepan Mesic, deixou o partido para assumir a Chefia de Estado em 2000. Fez aliança com os sociais-democratas no Governo de coalizão de centro-esquerda de 2000 a 2003.

O Partido Croata dos Direitos ganha apoio do eleitorado de direita que deixou de apoiar o HDZ com guinada desse último para o centro. Teve bom desempenho nas eleições de 2003, mas declinou em 2007 devido à capacidade do HDZ de recuperar parte dos seus eleitores e também pela projeção do HDSSB na Eslavônia.

PANORAMA ECONÔMICO

A Croácia possui uma estrutura econômica pós-industrial, em que o setor de serviços representa pouco mais de 60% do PIB; a indústria corresponde a 31,7% e a agricultura a 7,2% do PIB. O setor de serviços tem crescido em importância não somente porque o país atingiu um estágio mais avançado de desenvolvimento do que a maior parte dos países balcânicos, mas em função do colapso da indústria na esteira da guerra de 1991 a 1995. A agricultura é mais importante como fonte de agregação do PIB (7%) que na maior parte dos países da UE (2%).

As exportações de bens e serviços cresceram rapidamente a partir do final dos anos 90 como percentual do PIB, de 39,8% em 1998, para 48% em 2007. Com base em dados do ano de 2007, 60% das exportações croatas direcionaram-se para a UE e 22% para outros países europeus orientais não-membros da União.

O desmantelamento da ex-Iugoslávia e a consequente reestruturação dos mercados interno e externo produziu profundas mudanças no setor produtivo e levou a sensível redução do nível de emprego. Em 2003, o desemprego caiu pela primeira vez desde 1994, e, em 2004, a taxa foi inferior a 19%. Em 2007, o desemprego foi o menor desde 1998, com

percentual de 15,1%. No final de 2008, o desemprego situava-se em 13%, mas a desaceleração econômica iniciada no segundo semestre de 2008 não permite expectativa otimista de maior recuperação do nível do emprego.

A administração das finanças públicas tem apresentado problemas nos anos mais recentes. Parte do êxito do HDZ nas eleições de 2003 foi consequência da promessa de recolocar as finanças do país em bases sustentáveis. Uma combinação de pressão do FMI e o acompanhamento da política fiscal pela UE (no contexto das negociações de adesão do país à União) impediram a expansão fiscal. Todavia, o orçamento ainda sustenta número expressivo de empresas estatais deficitárias – sobretudo os estaleiros e as estatais ferroviária e do aço.

O Banco Nacional da Croácia tem mantido uma política de estabilidade da Kuna frente ao Euro dentro de uma faixa estreita de variação, com vistas a lograr uma âncora cambial para minimizar pressões inflacionárias resultantes dos preços de artigos importados e manter a estabilidade do valor de fundos garantidos em Euros e de compromissos indexados na moeda comunitária. Segue, nesse sentido, uma política que visa à estabilidade cambial, sem obedecer a metas inflacionárias. Isso reflete a natureza da economia do país (pequena, aberta e que enfrenta reforma do seu sistema financeiro), com alto grau de vinculação ao Euro pelo setor bancário doméstico. Consistentemente com essa orientação de conter a expansão do crédito e acumular reservas internacionais, a Croácia introduziu controles administrativos sobre empréstimos bancários a partir de janeiro de 2007. O FMI criticou a autoridade monetária por tais medidas, as quais, porém, se mostraram exitosas em vista da crise financeira internacional iniciada do segundo semestre de 2008.

Tendo em conta o objetivo central do Governo de adesão da Croácia à UE, que conta com apoio da grande maioria dos partidos (inclusive da oposição social-democrata), a política econômica tem seguido em seu compromisso de aplicar uma agenda de reformas mandatárias da UE, embora seu passo tenha sido mais lento em algumas áreas sensíveis, como agricultura, pesca e aço. Com essa diretriz, em 2009, o Governo deverá introduzir medidas adicionais para concluir a fase técnica das negociações no correr do ano.

Em razão da diminuição do crescimento global, o Governo será obrigado a ajustar metas econômicas, inclusive a de lograr um orçamento público equilibrado em 2010, completar o processo de privatizações em 2009 e investir em infra-estrutura física, bem como consolidar os sistemas de saúde e previdenciário. Diante do aprofundamento da crise internacional e seus efeitos sobre o país, o Governo Sanader anunciou no início de março um pacote de dez medidas emergenciais e a revisão do orçamento público de 2009.

Em 2009-10, o crescimento econômico croata será fortemente influenciado pela redução da demanda dos seus principais parceiros comerciais na UE e no sudeste europeu, o que terá efeito negativo também sobre o importante setor de turismo. Estima-se, assim, uma contração de 4% do PIB para 2009 e crescimento de 0,2% em 2010. Tendo em conta a queda da demanda doméstica e internacional, e a política de estabilidade da Kuna seguida pelo Banco Nacional, não se verificam maiores pressões inflacionárias. A inflação deverá situar-se na faixa de 2,8%, em 2009, abaixo dos 5% em 2008.

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA

A fundamentação da política externa croata leva em conta a posição geográfica do país no sudeste da Europa, país mediterrâneo, próximo à Europa central e parte da bacia do Danúbio. Nesse contexto, considera sua posição como estratégica dentro do processo de integração europeia, com benefícios importantes para seu desenvolvimento econômico.

Do ponto de vista estratégico, estima desempenhar papel relevante para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento regionais, com base nos princípios de justiça, igualdade e do direito internacional, com respeito aos interesses dos países da área. Nesse sentido, deseja dar sua contribuição para transformar uma região de recente confrontação numa área de colaboração e construtiva parceria.

No plano internacional mais amplo, tem preocupação em adaptar-se e melhor inserir-se em um mundo cada vez mais globalizado, com processos associativos regionais políticos e econômicos, de democratização das relações internacionais mas, também, de grandes desafios, como as questões do terrorismo e da violência.

No entendimento croata, a política externa está essencialmente vinculada ao complexo programa de reformas internas, que visam a promover o desenvolvimento econômico, a reorganização da administração do Estado e a implementação de forma plena de padrões democráticos segundo o modelo europeu, isto é, o respeito à lei, a promoção das liberdades civis e religiosas, a plena igualdade dos cidadãos e o direito individual a tangíveis oportunidades de progresso.

No contexto globalizado, a Croácia considera que, como país pequeno, à semelhança de outros países europeus em processo de transição, a melhor forma de assegurar sua prosperidade e transformar em realidade seus interesses nacionais é a adesão à União Européia. Zagreb avalia que o sistema estabelecido pela UE é o que melhor reflete os interesses de construção da sociedade croata e, com sua adesão à UE, os valores nacionais serão melhor protegidos. Estima que, no longo prazo, as potencialidades econômicas, políticas, científicas, culturais do país serão mais bem aproveitadas e transformadas em realidade com sua participação na UE que fora da União. Em dezembro de 2008, contudo, um sério complicador político surgiu no horizonte das negociações: a Eslovênia, na condição de país-membro da UE, decidiu bloquear a negociações de 10 capítulos em razão da falta de progresso nas tratativas bilaterais com a Croácia sobre os limites fronteiriços, questão espinhosa das relações entre os dois países e que permanece sem solução desde a dissolução da ex-Iugoslávia e da independência eslovena e croata. A UE tem envidado esforços para superar o problema por meio da proposta de mediação de uma comissão ad hoc liderada pelo ex-Presidente finlandês Martti Ahtisaari. A Croácia entende que as negociações com a UE devem ser separadas da questão com a Eslovênia, da mesma forma que a adesão da Eslovênia à UE não envolveu à época o tema bilateral. Sua aceitação à mediação proposta estabelece como condição a elevação final da demarcação da linha de fronteira a decisão de corte internacional (preferencialmente o Tribunal Internacional da Haia) e o desbloqueio imediato das negociações com a UE. Na verdade, a Croácia deseja uma solução jurídica para o problema fronteiriço enquanto que a Eslovênia busca uma solução política, que lhe possa garantir conclusão favorável às suas teses.

No plano estratégico, o Governo de Zagreb considera que a adesão à OTAN dará maior e melhor segurança ao país, como forma de responder a possíveis ameaças externas e manter a soberania nacional. Em abril de 2008, a Croácia, juntamente com a Albânia, foi

convidada a aderir à Aliança Atlântica e, nos três meses subseqüentes, assinou os protocolos de acesso, o que abriu caminho para a ratificação pelos países membros da Organização desses instrumentos, tendo a acessão oficializada durante a cúpula do Tratado em abril de 2009.

Outro objetivo primordial da política externa croata é a permanente estabilização e democratização do sudeste da Europa, de forma a assegurar a paz permanente e o desenvolvimento regional. Nesse sentido, trabalha para estabelecer uma política de boa vizinhança, sustentada nos princípios de igualdade e reciprocidade. Busca fórmulas políticas para solucionar, com base no direito internacional, pendências remanescentes do desmoronamento da ex-Iugoslávia. As relações com a Sérvia são de primordial importância, seguidas dos entendimentos com a Bósnia-Herzegovina, onde aproximadamente 18% da população é de origem croata.

Finalmente, no plano internacional mais vasto, o Governo croata privilegia a construção e o desenvolvimento de relações políticas e econômicas com todos os países democráticos, em especial os EUA.

No plano multilateral, participa com interesse das atividades das organizações internacionais, especialmente do sistema das Nações Unidas e da Organização para Segurança e Cooperação na Europa – OSCE. No primeiro caso, o país foi eleito membro não-permanente do Conselho de Segurança para o biênio 2008 e 2009, o que não deixa de indicar o reconhecimento internacional de sua maturidade política e diplomática.

RELAÇÕES BRASIL-CROÁCIA

O Brasil reconheceu a independência da Croácia (e também da Eslovênia) em 24 de janeiro de 1992, estabelecendo relações diplomáticas em 23 de dezembro de 1992. A Croácia mantém Embaixada residente em Brasília desde 1997. Após sucessivas gestões do Governo croata, o Brasil abriu Embaixada com residência em Zagreb no segundo semestre de 2006. Até então, a Embaixada em Zagreb era cumulativa com a Embaixada do Brasil em Viena (desde julho de 1996). O Embaixador Haroldo Teixeira Valladão Filho apresentou suas credenciais ao Presidente Stjepan Mesic em 23 de novembro de 2006.

O país tem sido um bom parceiro do Brasil no intercâmbio de votos e informações no âmbito dos organismos multilaterais. Os diplomatas croatas sempre se mostraram receptivos às gestões brasileiras no que se refere à reforma da ONU e o país apóia a pretensão do Brasil de contar com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no quadro da ampliação desse órgão.

Topicamente, houve, em fevereiro de 2009, troca de votos entre a Croácia e o Brasil para apoio respectivo à candidatura da Ministra Ellen Gracie Northfleet para o Órgão de Apelação da OMC e à candidatura da Sra. Jasminka Dinic para o Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias das Nações Unidas. Em 2008, a Croácia apoiou a candidatura do Professor Doutor Antônio Augusto Cançado Trindade à Corte Internacional de Justiça.

Em novembro de 1997, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Croácia, Mate Granic, visitou o Brasil, quando esteve em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em outubro de 2003, no contexto de sua participação em Congresso internacional na área cultural em Opatja, costa do Adriático, o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, esteve em Zagreb a convite do Governo croata e foi homenageado com almoço pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi recebido no Palácio Presidencial pelo Presidente Stjepan Mesic.

Em março de 2005, o Embaixador Drazen Margeta, Diretor de Política Bilateral da Chancelaria croata, esteve em Brasília para encontros com a Diretora do Departamento da Europa, com o Diretor do DPR. Foi recebido pelo Senador Cristovam Buarque, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional do Senado, pelo Senador Sérgio Zambiasi e pelos Deputados Francisco Turra, Nelson Marquezelli, Alceste Almeida e Edison Andrino. O Embaixador Margeta estendeu sua viagem ao Rio de Janeiro, para contatos com empresários.

Em novembro de 2007, realizou-se em Zagreb a Primeira Reunião de Consultas Políticas entre o Brasil e a Croácia. A delegação brasileira foi chefiada pela Diretora-Geral do Departamento da Europa, Embaixadora Maria Edileuza Fontenelle Reis, e a parte croata foi liderada pelo Diretor de Relações Bilaterais Extra-Européias e Cooperação, Embaixador Ivica Tomic.

Em maio de 2008, o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Silas Brasileiro, liderou missão parlamentar-comercial à Croácia. A delegação foi recebida pelo Presidente Stjepan Mesic e manteve encontros na Câmara de Economia da Croácia, em Zagreb. Posteriormente, deslocou-se a Rijeka, com vistas a examinar possibilidades de melhor utilização das facilidades oferecidas por esse porto como centro de distribuição de produtos brasileiros no sudeste europeu.

O Presidente Stjepan Mesic chegou a ter visita agendada ao Brasil para o dia 06 de maio de 2009, mas viu-se forçado a cancelar a viagem em razão da crise econômica. O Presidente Mesic pretende realizar a visita ainda durante o ano em curso.

Estão presentemente em vigor quatro acordos bilaterais entre os dois países, a saber:

- * Acordo sobre a Isenção Mútua de Visto para Portadores de Passaportes Diplomático e Oficial (desde 16.06.2000),
- * Acordo de Cooperação na Área do Turismo (desde 07.04.2006),
- * Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns (desde 17.08.2006),
- * Acordo de Cooperação no Campo Veterinário (desde novembro de 2008).

Já foram concluídas as negociações e está pronto para ser assinado o Acordo de Cooperação Cultural.

A Embaixada em Zagreb vem intermediando as tratativas de textos de acordos relativos ao Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais, o Memorando de Entendimento a respeito da Cooperação na Área de Aquicultura e Pesca e o Acordo sobre Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

A Croácia mantém Consulado Honorário em São Paulo, onde está concentrada a colônia croata no Brasil. Embora inexistam estatísticas precisas sobre seu número, estima-se que a população de origem croata atinja 20 mil pessoas. As maiores colônias de croatas e descendentes na América Latina concentram-se na Argentina e no Chile. A comunidade

brasileira na Croácia é reduzida, tendo o Setor Consular da Embaixada em Zagreb registro de 100 de nossos nacionais, podendo o número total chegar a 150.

RELACÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US\$ milhões):

BRASIL⇒ CROÁCIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	06/2009
Exportações	29,2	57,3	69,8	88,3	87,7	137,5	199,3	70,5
Importações	0,7	13,5	1,3	3,3	11,4	6,7	12,6	6,0
Total	29,9	70,8	71,1	91,6	99,1	144,2	211,9	76,5
Saldo	28,5	43,8	68,5	85,0	76,3	130,8	186,7	64,5

Fonte: MDIC

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Croácia tem sido tradicionalmente e substancialmente favorável ao Brasil. As estatísticas de comércio exterior da Croácia relativas a todo o ano de 2008 revelam valores ainda maiores, tanto nas exportações quanto nas importações. A diferença é atribuída à sistemática de registro do comércio exterior nos dois países (o Brasil utilizaria o registro do importador ou exportador intermediário e não o destino final do produto). Em 2007, as exportações brasileiras, de acordo com a sistemática de registro croata, foram de US\$ 225,9 milhões, e as importações de US\$ 8 milhões.

Nossas exportações, em 2008, seguiram concentradas no agronegócio – soja (30%), açúcares (34%), café em grão (12%), carne de frango e bovina (12%). Embora as exportações croatas para o Brasil sejam mais diversificadas em produtos industrializados, o fumo do tipo virginia representou 51% das vendas em 2008 e 24% em 2007. O fumo virginia é um dos tipos misturados pela indústria brasileira de tabaco para a produção de cigarros.

O investimento brasileiro na Croácia está limitado à presença da empresa Marangoni, do Rio Grande do Sul, com a produção, nas cercanias de Zagreb, de radiadores, transformadores e materiais afins.

Em 2003, após diversos anos ausente, o Brasil participou com pavilhão próprio na Feira Internacional de Outono de Zagreb. A participação foi coordenada pela FIEMG, cuja delegação, acompanhada por representante da Embaixada do Brasil em Viena e pelo então Cônsul Honorário do Brasil em Zagreb, foi recebida no Parlamento croata e pelo Presidente Stjepan Mesic. Na oportunidade, foi assinado um Protocolo de Cooperação entre a FIEMG e a Câmara de Economia da Croácia.

Em junho de 2004, delegação de empresários croatas, coordenada pela Câmara de Economia da Croácia, esteve em visita a Belo Horizonte e São Paulo para dar continuidade ao processo de aproximação entre entidades e empresas e ampliar o intercâmbio comercial entre os dois países.

Nos dias 27 e 28 de agosto de 2007, Leonardo Picciani, Presidente da Comissão de Justiça da Câmara e Humberto Mota, Presidente do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro, realizaram missão comercial à Croácia. Os integrantes da missão trataram de questões relacionadas às exportações de carnes brasileiras e visitaram o porto de Rijeka. Durante a missão, foram mantidas reuniões de trabalho com representantes da Agência de Promoção de Investimentos da Câmara de Comércio da Croácia.

Em setembro de 2008, decorridos cinco anos de sua última participação, voltou o Brasil a estar presente com pavilhão oficial na Feira Internacional de Outono de Zagreb, numa iniciativa resultante do esforço e coordenação da Embaixada do Brasil na capital croata. Participaram do pavilhão nacional empresas da área do agronegócio (café e frutas frescas), vestuário e turismo, além da aludida companhia Marangoni.

Em novembro de 2009, de modo a melhor apoiar nossas exportações para o mercado croata, foi inserida na "Braziltradenet" o estudo "Como Exportar para a Croácia", elaborado em coordenação entre a Embaixada e a Divisão de Informação Comercial..

Aviso nº 555 - C. Civil.

Em 6 de agosto de 2009.

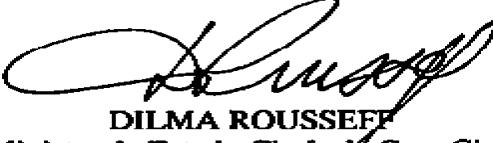
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ FERNANDO GOUVEA DE ATHAYDE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A mensagem lida vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 136/09-GLPSDB

Brasília, 12 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **Arthur Virgílio** para integrar como titular a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em substituição ao Senador Mário Couto, que passará a integrar a Comissão como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 137/09-GLPSDB

Brasília, 12 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Arthur Virgílio, para integrar como titular, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência designa o Senador Arthur Virgílio para integrar, como titular, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do expediente encaminhado pela Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 138/09-GLPSDB

Brasília, 12 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **Flexa Ribeiro** para integrar como titular a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em substituição ao Senador **Márcio Couto**, que passará a integrar a Comissão como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que encaminhou mensagem ao Senhor Presidente da República solicitando retificação da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, que “Estima a receita e fixa despesa da União para o exercício de 2009”, Lei Orçamentária para 2009, nos termos do disposto no Ofício Pres. N° 267/2009/CMO, datado de 5 de agosto do corrente, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Gerson Camata e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.

Serão Ex's serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, sou um antigo admirador do ex-presidente americano Bill Clinton, não só por seu charisma e simpatia inegáveis, como também pela competência e talento que demonstrou nos 8 anos de seu governo – não é à toa que foi um dos períodos mais prósperos dos Estados Unidos. Mas não posso deixar de discordar dos termos da palestra que proferiu há uma semana, em São Paulo, sobre os desafios do etanol brasileiro.

Ao discorrer sobre o futuro do etanol de cana, o ex-presidente afirmou que o Brasil precisa provar para o mundo que pode produzir combustível proveniente de fontes renováveis sem prejudicar o meio ambien-

te. Ou seja, que conseguirá reduzir as emissões de gás carbônico do mundo sem afetar sua própria sustentabilidade. "O Brasil", disse ele, "terá de resolver este problema interno, para depois tentar resolver o problema global".

Ora, a questão da sustentabilidade é justamente uma das razões que levaram nosso País a optar por uma política de estímulo à produção de etanol, e ao desenvolvimento de pesquisas que tornem mais eficiente a obtenção do combustível.

Para citar apenas um exemplo, está em desenvolvimento uma técnica que permitirá extrair etanol da biomassa da cana-de-açúcar, o bagaço e a palha, permitindo aumentar a produtividade das usinas em cerca de 37 por cento. Apesar de ainda em caráter experimental, ela provavelmente será utilizada em escala industrial num prazo relativamente curto, de 3 anos.

Com o aproveitamento das sobras, pode-se fazer com que o rendimento por tonelada de cana cresça de 80 litros para 110 litros de etanol. Como não há país algum produzindo etanol extraído de biomassa em escala industrial, o avanço dos estudos realizados no Brasil coloca-nos em posição de vanguarda, já que teremos condições de atingir o objetivo com maior rapidez.

É uma tecnologia complexa, e devemos o seu desenvolvimento a pesquisadores brasileiros, que trabalham em 15 laboratórios universitários e centros de pesquisa, integrantes da Rede Bioetanol, financiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

A coordenadora científica da Rede Bioetanol, Elba Bon, ressaltou recentemente 2 aspectos importantes da extração do etanol de biomassa. O primeiro é que ele possibilitará a geração de empregos para pessoas melhor qualificadas, e também estimulará a qualificação de técnicos que trabalham atualmente na cadeia do etanol. O segundo é que a capacidade de produção aumentará mais, sem que seja preciso expandir as áreas de cultivo, preservando o ecossistema e os mananciais de água do País.

Não custa lembrar que, há pouco mais de 2 meses, a Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, divulgou um estudo comprovando que a produção de etanol pode reduzir de forma expressiva as emissões de gases causadores do efeito estufa.

O estudo demonstrou que, incluindo todas as etapas do processo de produção, do plantio da cana-de-açúcar à comercialização do combustível, o etanol brasileiro reduz em 73 por cento a emissão total de dióxido de carbono, do óxido nitroso presente no nitrogênio de fertilizantes, e do gás metano liberado pela queima da palha na atmosfera.

O que nos credencia a dar lições ao mundo a respeito do etanol, além da continuidade das pesquisas destinadas a aprimorar os métodos de produção, é o nosso pioneirismo, já que a tecnologia do etanol começou a ser desenvolvida aqui no início da década de 1970, pouco tempo depois da crise que fez os preços do petróleo subirem à estratosfera.

Quando, anos depois, ele se tornou novamente um combustível economicamente viável, não só devido à preocupação com a preservação do meio ambiente, mas também diante da perspectiva do esgotamento das fontes tradicionais de energia, já estávamos na dianteira. E continuamos na frente, tanto em volume de produção quanto em tecnologia, como demonstra o surgimento dos carros com motor flex, capazes de funcionar com álcool ou gasolina.

A primeira das mentiras a ser propagada quando o etanol se tornou alvo das atenções do mundo foi a de que éramos responsáveis, em parte, pela crise mundial de alimentos, já que, ao plantar cana-de-açúcar, estávamos roubando espaço ao cultivo de grãos.

De pouco adiantou comprovar que a superfície ocupada pelas lavouras de cana corresponde a apenas 2 por cento dos quase 3 milhões de quilômetros usados pela agropecuária, nem argumentar que a expansão da área canavieira acontece normalmente pela conversão de pastagens.

Não faz muito tempo que assistimos a uma ofensiva de grandes proporções contra o etanol, como se fosse ele, e não a composição da matriz energética mundial, dependente em sua quase totalidade dos combustíveis fósseis, o responsável pelos males do mundo. O então relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, o suíço Jean Ziegler, chegou ao cúmulo de classificar a produção de biocombustíveis de "crime contra a humanidade". Na época, o presidente Lula, com razão, apontou a causa do encarecimento dos alimentos: os subsídios agrícolas de norte-americanos e europeus, "uma droga que entorpece e vicia seus próprios produtores".

Faltou dizer que a expansão canavieira, ao contrário do que alegou o ex-relator da ONU, não reduz a produção de alimentos, mas até faz com que cresça. Ele com certeza desconhece que, para plantar cana-de-açúcar, é necessária a rotatividade de culturas. Calcula-se que 15 por cento das áreas de canaviais são renovadas com outras lavouras, como a de feijão e a de soja. Ou seja, a tendência é de que a cultura de cana aumente a oferta de alimentos, e não o contrário.

O físico José Goldemberg, autoridade mundial em fontes alternativas de energia, é um dos especialistas que lutam contra a persistência dos mitos a respeito

do etanol de cana-de-açúcar. O ponto nevrálgico da questão, que o ex-presidente Clinton não abordou em sua palestra, é o protecionismo do mercado americano em relação ao nosso etanol.

Nos Estados Unidos, a fonte do etanol é o milho. Ele produz, de acordo com Goldemberg, apenas uma e meia unidade de energia renovável para cada unidade de energia fóssil. Já o etanol de cana rende 8 unidades. Ou seja, é 5 vezes mais eficiente para substituir os combustíveis que agravam o aquecimento global.

Americanos e europeus têm visões catastróficas da Floresta Amazônia sendo devastada para dar lugar a imensos canaviais. É esta a visão que parece ter contaminado o ex-presidente Clinton. Ele deveria atentar para o fato de que o cultivo do milho, além de consumir muito mais água que a cana, necessita de grandes quantidades de fertilizante, mais especificamente o nitrogênio, que tem potencial para contaminar fontes de água. Por último, o custo de produção só torna viável a existência dessa indústria de etanol de milho graças a um subsídio do governo que atinge uma quantia astronômica, 4 bilhões e 100 milhões de dólares por ano.

Não são, portanto, os brasileiros que devem provar a sustentabilidade do etanol de cana. São os europeus, que produzem o combustível principalmente a partir de beterraba e trigo, e os americanos, que optaram pelo milho – é o mundo desenvolvido que precisa provar que, com seus programas de desenvolvimento de etanol, não está tirando alimento da boca de um ser humano. O Brasil optou pelo caminho certo, mas está pagando o preço que pagam todos aqueles que assumem a liderança.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “Governo de SP vai distribuir verba contra desemprego”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição do dia 25 de julho de 2009.

A matéria revela que o estado de São Paulo “reserva R\$ 100 milhões para dar auxílio à cerca de 40 mil desempregados”. Revela também que “o programa dará prioridade aos trabalhadores com idade entre 30 e 59 anos que não mais recebem seguro-desemprego”.

Essa é mais uma ação concreta do governador José Serra, que vem demonstrando extraordinária capacidade de reação à crise econômica mundial.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro do editorial “Preconceito – Que a escola forme, e não deforme”, do **Jornal do Brasil**, em sua edição do dia 25 de julho de 2009.

O editorial analisa um “estudo inédito da USP realizado em 501 escolas com 18.599 estudantes, pais e mães, professores e funcionários da rede pública de todos os estados do país. A principal conclusão do trabalho foi que 99,3% dos entrevistados têm algum tipo de preconceito”. O texto destaca também um comportamento sorrateiro e abominável, definido pela expressão “bullying”, que humilha as pessoas com “apelidos inconvenientes, amplificando ‘problemas’ estéticos, amedrontando chegando à extorsão de bens pessoais ou imposição física para obter vantagens”.

É de crucial importância o envolvimento de toda a sociedade no combate deste tipo de prática. O preconceito não pode e não deve ser a regra e a importância da escola cresce na medida em que é ali mesmo que o debate deve começar. Afinal, como diz o título do editorial, “escola é para formar, e não para deformar”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que as matérias citadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SÁBADO, 25 DE JULHO DE 2009

brasil **AI**

Governo de SP vai distribuir verba contra desemprego

Estado reserva R\$ 100 milhões para dar auxílio de R\$ 210 a 40 mil desempregados

Programa dará prioridade aos trabalhadores de 30 e 59 anos que não mais recebem seguro-desemprego; ajuda pode ser reeditada em 2010

DIREPOTAGEM LOCAL

O governo José Serra lança na semana que vem programa de concessão de auxílio mensal de R\$ 210 a 40 mil desempregados em São Paulo. Para dobrar o número de beneficiários, o Estado reduziu em 34,37% o valor originalmente previsto para o seu bolsa-qualificação.

O programa terá vigência de três meses, mas poderá ser reeditado no ano eleitoral de 2010.

Pelo projeto original, anunciado em abril, seriam concedidas 20 mil bolsas de R\$ 320 mensais, contemplando a metade dos inscritos em cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Estado.

Mas o governo decidiu estender o auxílio aos 40 mil alunos do programa. A concessão da bolsa exigiu um aporte extra de R\$ 20 milhões. O programa deverá consumir R\$ 100 milhões.

Para sua implantação, o governo descongelou R\$ 23,3 milhões do orçamento da Secreta-

ria de Emprego e Trabalho. "É o dobro [de beneficiários], não pela metade [do benefício]", disse o secretário Guilherme Afif Domingos. Segundo Afif, a intenção é mitigar os efeitos da crise, porque "hoje, há maior dificuldade de recolocação".

Na seleção, terão prioridade os trabalhadores com idade entre 30 e 59 anos, que já estejam sem receber o seguro-desemprego e não tenham concluído o ensino fundamental.

Os interessados poderão se inscrever no site do Emprega São Paulo —que reúne cadastro de vagas— e nos postos de atendimento ao trabalhador.

Creditado num cartão de saque único, o pagamento será condicionado à frequência nos cursos, que somarão 200 horas, 120 em aulas de reforço do ensino fundamental.

As matrículas estarão abertas na primeira semana de agosto e os cursos —de baixa complexidade, como construção civil— serão iniciados no dia 10. O programa faz parte de um pacote anunciado pelo governador paulista José Serra —potencial candidato do PSDB à Presidência em 2010— em um esforço para mostrar capacidade de reação à crise mundial.

Senador Papaléo Paes

AS|JB | Jornal do Brasil
Sábado, 25 de julho de 2009

Sociedade aberta

Editorial

PRECONCEITO

Que a escola forme, e não deforme

ESTUDO INÉDITO DA USP realizado em 501 escolas com 18.599 estudantes, pais e mães, professores e funcionários da rede pública de todos os estados do país mostram dados estrecedores. A principal conclusão foi que 99,3% dos entrevistados têm algum tipo de preconceito. Mais assustador: mais de 80% gostariam de manter algum nível de distanciamento social de portadores de necessidades especiais, homossexuais, pobres e negros. De total, 96,5% têm preconceito em relação a pessoas com deficiência e 94,2% quanto à questão racial.

A pesquisa mostra também que pelo menos 10% dos alunos relataram ter conhecimento de situações em que colegas, professores ou funcionários foram humilhados, agredidos ou acusados injustamente apenas por fazer parte de algum grupo social discriminado. Essa ação dá visibilidade a um termo, o bullying, abominável, que precisa ser combatido firmemente e eliminado de todo e qualquer ambiente escolar. Muitas vezes é um comportamento sorrateiro, que humilha com apelidos inconvenientes, amplificando "problemas" estéticos, amedrontado, chegando à extorsão de bens pessoais ou imposição física para obter vantagens, sendo "culpa" dos alvos das agressões, geralmente, o simples fato de serem diferentes, fugiram das pedradas comuns à turma - o gordinho, o calado, o mais estúdio, o mais pobre.

CBM

Conselho de Al.
Presidente: M.
Vice-Presidente:

Dir. Geral:

Mas há outras graves discriminações. A maior parte dos que já ouviram falar em bullying ou dele participaram (19%) foi motivada pelo fato de o aluno ser negro. Em segundo lugar (18,2%) aparecem os pobres

e, depois, a condição de homossexual (17,4%). No caso dos professores, o bullying é primordialmente associado ao fato de o profissional ser idoso (8,9%). Entre funcionários, o maior fator para ser vítima de algum tipo de violência - verbal ou física - é a condição de pobreza (7,9%).

A reação ao bullying já começa a pipocar aqui e ali. A entidade Iniciativa por um Ambiente Escolar Justo e Solidário (Iaejs) criou o programa Diga Não ao Bullying, com profissionais de ensino que viajam pelo país para denunciar os problemas e tentar solucioná-los.

Mas a guerra é árdua, até porque não começa na escola. Há estudos - e talvez nem eles fossem precisos, bastaria a experiência de vida - que comprovam: o preconceito de crianças e adolescentes é mera reprodução de comportamentos semelhantes com os quais eles convivem em casa, com os pais e outros familiares. Isso é mais um caso que depende do empenho dos governos em aumentar o nível geral de informação entre a sociedade. A mesma pesquisa da USP mostra que o acesso à mídia (jornais, televisão, livros) contribui para que o preconceito diminua. Em geral, estudantes bem informados se mostraram menos preconceituosos.

Uma política pública específica de combate a bullyings e congêneres deve ser desenvolvida para ontem. Até porque quem sofre a discriminação precisa entender que está protegido pela escola. E esta não pode passar a essas vítimas a postura da omissão - incentivando-as assim a, agora ou mais tarde, buscarem meios próprios de fazer justiça. Nem deixa ser necessário lembrar, mas é melhor pecar pelo excesso: escola é para formatar, não para deformar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, agradecendo a Deus e aos servidores desta Casa, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 611, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.287, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2009.*

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 612, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.288, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2009.*

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).*

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 187, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko.

9

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 255, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004 (nº 4.852/2005, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, que *altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congênere que reiteradamente hospede criança ou adolescente desacompanhados ou sem autorização).*

Pareceres sob nºs 479 e 480, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com adequações, que apresenta; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide, favorável, acatando as adequações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consolidadas em texto final que encaminha.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 41, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121/99, na Casa de origem, do Deputado Cunha Bueno), que *estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.*

Parecer sob nº 1.089, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-Cl, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000,

na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003 (nº 1.550/96, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.*

Parecer favorável, sob nº 1.055, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 110, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).*

Parecer nº 1.085, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Lobão Filho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 74, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre*

a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro).

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.*

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e
- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.*

Parecer nº 1.087, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de resarcimento).*

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Neuto de Conto.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 136, de 2008 – Complementar (no 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nos 953 e 954, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Shessenko; e

- de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(*Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 382, DE 2003

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal*.

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 23 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 11 DE AGOSTO DE 2009, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exmº Senhor, nobre Senador Mão Santa, membro da Mesa que preside esta sessão, Srs. Senadores Roberto Cavalcanti, João Pedro, Almeida Lima, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, que tanto enobrecem com suas presenças neste plenário.

Como já anunciado, Sr. Presidente, hoje se comemora o dia da criação dos cursos jurídicos no Brasil, através de uma lei de 1827, de iniciativa do Visconde de São Leopoldo. Foram as primeiras faculdades de Direito estabelecidas no País, uma no Norte, como à época se chamava, com sede em Olinda, capital da província de Pernambuco, e não no Recife, que só posteriormente passou a ser capital; e a outra, situada no Sul do País, em São Paulo, intencionalmente criada no Largo de São Francisco, onde até hoje funciona. Eram os primeiros Centros de Estudos Jurídicos e Sociais, preparadores de sucessivas gerações dos primeiros líderes e administradores do Império e da Primeira República.

“Ao tempo deste meu Ministério pertence o ato que reputo mais glorioso de minha carreira política e que me penetrou no mais íntimo júbilo que pode sentir o homem público no exercício de suas funções. Refiro-me à instalação de dois cursos jurídicos, em São Paulo e Olinda, consagração definitiva da ideia que eu aventara na Assembleia Constituinte [leia-se Assembleia Constituinte de 1823], em sessão de 14 de junho.”

Essas palavras são de autoria do Visconde de São Leopoldo e constam de suas memórias. Na verdade, José Feliciano Fernandes Pinheiro, como se chamava o Visconde de São Leopoldo – na época, nós vivíamos no Império –, Ministro referendário, da lei de 11 de agosto de 1827, o nosso São João Batista, isto é, o primeiro que intuiu a necessidade de criar a Faculdades de Direito em nosso País. Formado em Ciências Jurídicas pela Universidade de Coimbra, o Visconde de São Leopoldo foi escritor, magistrado, político, conselheiro do Império e Senador.

O êxito de seus esforços e a participação de tantos outros parlamentares se constitui em algo fundamental para a institucionalização de país ainda ca-

rente de instrumentos indispensáveis à formação do Estado Nacional.

Embora o Padre António Vieira haja dito em sermão que “o futuro não se prevê, se constrói coletivamente”, a verdade é que o futuro tem um coração antigo a inspirar o porvir “, isto é, inspirar o que certamente virá a ocorrer.

Daí a necessidade que temos de celebrar as efemérides, palavra grega de poucos sinônimos, mas de muitos significados, que tanto pode se referir aos movimentos dos astros ou a eventos magnos alusivos a vultos ilustres ou relevantes episódios nacionais, como assim o compreendeu o Barão do Rio Branco, autor de obra sobre o tema imprescindível à compreensão da evolução de nossa Pátria.

De fato, o livro **Efemérides Brasileiras**, de Rio Branco, é, de alguma maneira, uma forma de lembrar nosso passado, destacando, sobretudo, os eventos que mais gloriosamente marcaram nossa evolução política, econômica e social.

Na faculdade pernambucana – leia-se em Olinda – formaram-se, entre outros, o Barão de Rio Branco. Façamos um parêntese para render-lhe justa homenagem: o Barão de Rio Branco foi Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912, se não estou equivocado, ou seja, durante, portanto, dez anos, e faleceu inclusive no exercício das funções. Foi uma pessoa que se dedicou integralmente à formulação da política externa brasileira. Sem nenhum elogio fácil, ele é, sem dúvida alguma, aquele que vertebrou a política externa brasileira. E mais do que isto: ao longo do seu exercício como Ministro das Relações Exteriores, deixou, praticamente, todas as nossas fronteiras definidas. Temos dez países lindos e, com eles, fronteiras definidas, graças ao talento, engenho e arte de Rio Branco.

Na faculdade paulista – que ainda hoje se encontra instalada no Largo São Francisco, onde funcionava um convento franciscano –, muitos futuros Presidentes da República ali se formaram. .

Por ambas as escolas – em Olinda e, posteriormente, em Recife e em São Paulo – passaram desde estadistas do porte de Joaquim Nabuco a poetas como Álvares de Azevedo e Castro Alves.

O Senado também muito deve às duas pioneiras faculdades. Até hoje, delas provêm vários dos seus maiores nomes: Clóvis Bevilacqua e Spencer Vampré, por exemplo, reputados juristas, tornaram-se,

respectivamente, os maiores historiadores da Faculdade de Olinda, transferida para o Recife em 1854; e a de São Paulo, sempre no tradicional Largo de São Francisco.

Nasceram as escolas à sombra do Estado e da Igreja, numa época de união constitucional entre eles. A de Olinda, no Mosteiro de São Bento, que, depois, foi transferido, como já tive ocasião de dizer, para a cidade de Recife, em 1854; e a de São Paulo, no Convento de São Francisco.

Ainda hoje vem do Recife a romaria anual de professores e estudantes no dia 11 de agosto para as comemorações, junto com os beneditinos e as Arcadas recordam o antigo claustro franciscano.

“A inteligência do legislador do século XIX, ao implantar os cursos de Direito, é captada de pronto. A par da construção do Império, queriam a preservação da unidade nacional”, destaca, com propriedade, o Professor Cláudio Lembo, ex-Governador de São Paulo. Na verdade, somente após a Revolução Praieira, em 1848, é que cessaram os conflitos insurrecionais em diferentes partes do Império. A grande preocupação, sobretudo na primeira metade do século XIX, era manter a unidade nacional, algo que se obteve. O Brasil se manteve íntegro, e suas fronteiras, como disse há pouco, totalmente delimitadas e demarcadas. Mas não podemos deixar de reconhecer que tudo isso exigia um grande esforço para que se mantivesse unido o nosso país. Podemos festejar o grande fato de termos um País que se conservou unido, apesar das vicissitudes que atravessou ao longo da sua evolução histórica.

Se compararmos o império português com o império hispânico, vamos verificar que isso não aconteceu com os países dominados pela Espanha, porque os países hispânicos se dividiram em muitos países – não vamos lembrar todos aqui e agora –, o que demonstra que os portugueses – e, por que não dizer, posteriormente, com os brasileiros – muito contribuíram para que tivéssemos a unidade nacional que possuímos. Consequentemente, conseguimos avançar para vertebrar um País cujo sonho começa a se converter em realidade.

Da Faculdade de Direito paulista brotou a Universidade de São Paulo, a USP, assim denominada, e a pernambucana, a Universidade do Recife, hoje denominada Universidade Federal de Pernambuco, que foi semente de outras tantas que surgiram no Brasil.

Gerações de juristas, políticos e administradores se formaram naquelas faculdades e continuam nelas se preparando, ao lado de tantas outras empenhadas nessa nobre tarefa.

Sr. Presidente, San Tiago Dantas, ilustre jurista e Primeiro-Ministro do Governo parlamentarista na década de 1960, anteviu que *“pela educação jurídica é que uma sociedade assegura o predomínio dos valores éticos perenes na conduta dos indivíduos e sobretudo dos órgãos do poder público. Pela educação jurídica [acrescenta mais uma vez San Tiago Dantas] é que a vida social consegue ordenar-se segundo uma hierarquia de valores, em que a posição suprema compete àqueles que dão à vida humana sentido e finalidade. Pela educação jurídica é que se imprimem no comportamento social os hábitos, as reações espontâneas, os elementos coativos, que orientam as atividades de todas para as grandes aspirações comuns”*.

Essa preocupação de San Tiago Dantas fora antes expressa por Pedro Lessa em palestra que proferiu no Congresso Jurídico Brasileiro, que se realizou em 1908, no começo do século XX:

“Se há Academia, em que não se justifique, nem se compreenda o estudo com caráter exclusivamente prático ou profissional, é a de direito.

Para bem aplicar as leis, é necessário penetrar-lhes bem o sentido. E, para aprofundar o conhecimento das leis, faz-se indispensável remontar os princípios de que elas procedem, e que as animam e espiritualizam.

Já não quero aludir a uma carreira muito comumente abraçada pelos bacharéis em ciências jurídicas e sociais, [antigamente, nós nos formávamos em bacharéis de ciências jurídicas e sociais; meu diploma, ainda, assim ostenta esse título] e para a qual são imprescindíveis os princípios dessas ciências – a carreira política, o trabalho de legislar. Necessário para o exercício da advocacia e da magistratura, o estudo dos princípios fundamentais do Direito é indispensável ao legislador e ao estadista”.

Anote-se que, após a instalação dos cursos jurídicos, os brasileiros não mais precisaram recorrer a Coimbra ou a Sorbonne, muito menos a universidades inglesas, alemães ou nos Estados Unidos, embora estas continuem paradigmáticas – ninguém pode desconhecer –, contudo somente acessíveis às pessoas afortunadas.

Nas Faculdades de Direito de Olinda/Recife e de São Paulo foi preparada a maioria dos estadistas no Império que serviram tanto aos Poderes Executivo e Legislativo, quanto, igualmente, ao Poder Judiciário [é bom lembrar que também muitos Ministros de Estado,

e também Ministros dos Supremo Tribunal de Justiça, como antigamente era denominado o hoje Supremo Tribunal Federal].

Devo dizer mais que os cursos jurídicos permitiram o desabrochar de novas profissões – jornalistas, pesquisadores sociais, sociólogos, etnólogos –, enfim, fazendo com que os cursos jurídicos começassem a surgir novas gerações de homens públicos que iriam ajudar o travejamento do nosso processo de desenvolvimento.

Os mentores da Escola do Recife, também chamada de Escola Alemã, posto que foi fundada sob a influência de Tobias Barreto, ilustre sergipano, ao lado de Sílvio Romero e de Urbano Santos propiciaram um grande *aggiornamento* à cultura jurídica e filosófica da época.

Tobias Barreto, sentenciou Graça Aranha em sua autobiografia: “*Abria uma nova época na inteligência brasileira e nós recolhíamos a nova semente sem saber como ela frutificaria em nossos espíritos, mais seguros, porém, de que por ela nos transformávamos*”.

Enfim, eram os albores de afirmação da nacionalidade brasileira.

Joaquim Nabuco, no consagrado livro *Um Estadista do Império* – é oportuno lembrar que no próximo ano, em 2010, vamos celebrar o centenário da morte de Joaquim Nabuco – anota: “*Já então as faculdades de Direito eram então ante-salas da Câmara. Na Inglaterra, as associações de estudantes discutiam as grandes questões políticas, votam moções de confiança, desistem administrações, como faz o parlamento*”.

De alguma forma era o início de uma prática que ia permitir a formação de magistrados, procuradores, consultores, jornalistas, enfim, uma série de profissões indispensáveis ao processo de crescimento do País.

Grandes poetas, escritores, pensadores, muitos dos quais saíram dessas Faculdades de Direito, como Álvares de Azevedo, Castro Alves, Fagundes Varela e Deolindo Tavares, acadêmicos dos cursos jurídicos que, por sinal, surgiram em pleno desabrochar do romantismo do Brasil.

Ainda hoje está afixado na parede da Faculdade de Direito do Recife, onde tive honra de estudar e me formar, o retrato de Deolindo Tavares com seus versos antológicos: “*Sou mais pobre do que Jó; sou mais rico que Salomão, enfim, sou um poeta*”.

Malgrado a distância territorial entre a Faculdade de Direito de Pernambuco e a Faculdade de Direito de São Paulo, em virtude da inexistência de estradas à época e a carência dos meios de transportes, havia algo muito proveitoso: um grande intercâmbio não ape-

nas intelectual, mas também de interação de alunos. Muitos iniciaram o curso numa escola e o concluía em outra. O Barão de Rio Branco concluiu, por exemplo, na Faculdade de Direito do Recife. E começou o seu curso em São Paulo.

Sr. Presidente, já vou encerrar, lembrando a passagem hoje dos 182 anos do estabelecimento dos cursos jurídicos em nosso País. E esta data tão significativa para um País jovem, como é o nosso, não pode deixar de ser celebrada, sobretudo pelas instituições devotadas ao Direito.

É, portanto, ocasião para cultuar o passado que fica do que passou; é celebrar o presente enquanto construção do futuro. O Senado, Casa da República e da Federação, não pode, portanto, como aqui ficou expresso, ficar indiferente a tão insigne efeméride.

E, já que falamos aqui na Casa da República e Casa da Federação, não podemos deixar de homenagear Rui Barbosa, posto que hoje é o Dia do Advogado, e Rui Barbosa foi, por excelência, o advogado.

É bom ter sempre presente que Rui Barbosa nos permitiu que o Brasil assumisse um papel destacado na vida internacional, via a II Conferência de Haia, em que ele tanto se destacou. Rui Barbosa foi alguém que deu, em toda a sua vida, um exemplo de grande cívismo. Mesmo nas dificuldades, quando inclusive exilado, quer como candidato à Presidência da República, que nunca obteve alcançar, sempre foi o advogado, aquele que estava disposto a impetrar algum mandado de segurança contra qualquer opressão política, enfim, um político que se notabilizou pela formação da consciência cívica do nosso País.

A consciência cívica, Sr. Presidente, é a base dos direitos humanos e liberdades públicas. Desde as lutas democráticas dos diretórios de estudantes que a juventude vem aprendendo o bom combate em defesa da cidadania. Eu mesmo sou dos que, na presidência do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, iniciaram a carreira política.

Por tantos motivos, o dia de hoje está dedicado ao Advogado. Mais do que apenas a data da efeméride, é o próprio espírito da consciência jurídica democrática do Brasil que o consagra, em memória da fundação dos primeiros cursos jurídicos entre nós.

Sr. Presidente, o advogado tem desempenhado um dos papéis mais importantes na defesa da democracia no Brasil e no mundo. O seu maior paradigma, entre nós prossegue sendo Rui Barbosa, que exerceu toda a vida essa profissão e fez dela a base de outras suas atividades de político, tanto honrando o Senado

brasileiro, em cujas sessões está sempre presente no busto que aqui pária em lugar proeminente.

Assim, hoje é também o Dia do Advogado e o é, significativamente, o dia de Rui Barbosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

APARTE PROFERIDO PELO SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS AO PRONUNCIAMENTO DO SENADOR TASSO JEREISATI, NA SESSÃO DO DIA 11 DE AGOSTO DE 2009, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO APARTEANTE, ORA SE PÚBLICA.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE. Com revisão do aparteante.) – Senador Tasso, V. Ex^a é reconhecidamente, aqui na Casa, um extraordinário homem público. E dá, mais uma vez, uma demonstração de toda a sua grandeza quando vem a essa tribuna para falar sobre os lamentáveis incidentes da última quinta-feira. V. Ex^a, sem nenhuma tergiversação, sem nenhuma escamoteação, sem nenhum fingimento, pede, inclusive, desculpas aos seus amigos, aos seus eleitores, por ter sido envolvido naquele episódio. É importante relembrar a V. Ex^a que hoje faz uma semana, que o Senador Pedro Simon, daquela tribuna, também foi agredido como V. Ex^a foi agredido na quinta-feira; agredido pelo Líder do PMDB e agredido por um ex-Presidente da República, aqui, neste plenário. Um tentou humilhá-lo de todas as maneiras; um outro mandou que engolisse. Engolir, V. Ex^a é do Nordeste, como eu, de Pernambuco, e V. Ex^a do Ceará, sabe o que é engolir lá. Aqueles velhos coronéis do interior, porque ainda há reminiscência deles no sertão de Pernambuco, é comum dizerem para um estudante, para um jovem: “Não escreva isso”, ou “Tire daqui esse panfleto, senão você vai engolir”. É a velha prepotência, embora pequena, mas ainda existente no Nordeste. É bom lembrar também que o discurso do Senador Pedro Simon foi proondo entendimento. Imagine só, ali daquela tribuna, proondo um entendimento da Casa, que passasse este mal-estar, e recebeu a agressão que recebeu.

Em suma, além da minha solidariedade e de reiterar a minha admiração por V. Ex^a, eu quero lhe dizer que V. Ex^a também foi agredido aqui, na última quinta-feira. Eu não estava aqui. Aquilo tudo foi uma armação, a começar daquela palhaçada na tribuna de honra, de pessoas ligadas à Presidência da Casa, que tentaram não lhe humilhar nem ofender, mas ofender o Senador Arthur Virgílio. E V. Ex^a, com o espírito que todos nós conhecemos, de independência, de não permitir esses abusos, esses insultos, começou a se irritar naquele instante. Então, Senador, eu não acredito nessa coisa

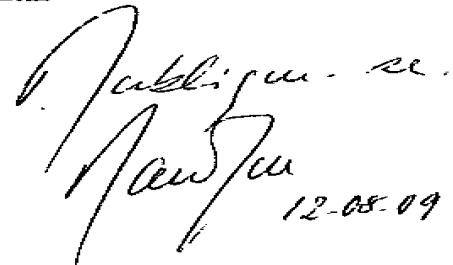
de entendimento aqui, infelizmente. Não acredito nisso. Uma Casa que tem uma tropa de choque que transforma o Conselho de Ética no que está transformado. Eu nunca vi na minha vida política, na minha vida pessoal, nada igual ao que a maioria nesta Casa está fazendo com o Conselho de Ética. Nada, nada igual. Que entendimento é esse? Entendimento para V. Ex^a ser agredido? Para vir com uma história daquelas, sem pé nem cabeça, com o Senador Sérgio Guerra? Para agredir uma das principais figuras desta Legislatura e desta Casa em toda a sua história, que é o Senador Pedro Simon? Ou nós partimos para paralisar os trabalhos nesta Casa, não se votar nada, absolutamente nada, como não está se votando, ou nós não vamos chegar aqui a coisa nenhuma. Ao contrário, pode se agravar: gente levar tiro aqui dentro ou nos corredores; na tribuna ou fora da tribuna, ou nos corredores. Se já se mandou, por exemplo, um Senador da República: “Manda ele para aquele lugar”, no vídeo, e todas as televisões do Brasil divulgaram.

Um Senador o chama de “coronel de merda”. No que vai dar isso? Claro que não é em boa coisa, não é? Depois vêm aquelas mesmas ladainhas, aquelas mesmas histórias de que a culpa é da Casa; a culpa não é a direção da Casa. De forma que quero incorporar-me ao discurso de V. Ex^a. A minha palavra é só a minha palavra, eu não tenho o partido. Essa é uma decisão a ser tomada pelos líderes. Voto, de forma antecipada e pública, para paralisar os trabalhos da Casa. O meu aparte foi para isso, mas, sobretudo, para lhe dar um abraço. Eu estava em São Paulo; não pude estar aqui na última quinta-feira. Lamentei muito não ter estado aqui, mas, ao mesmo tempo, fui poupadão de ver uma degradação daquela e de ver V. Ex^a ser agredido do jeito em que foi. Então, trago a minha solidariedade. Vamos permanecer atentos, como tem permanecido V. Ex^a, o nosso amigo Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, o nosso Cristovam Buarque, Renato Casagrande, enfim, todas aquelas pessoas que agem sem querer dar outro caráter, como faz o presidente Lula. Ele é um dos responsáveis por tudo que está acontecendo nesta Casa - o Presidente Lula -, porque quer continuar na soberba dele e levar esta Casa não mais ao fundo do poço, mas aos porões da desgraça, da indecência, de tudo que é de ruim. Então, deixo a minha solidariedade a V. Ex^a. Sei que V. Ex^a vai continuar de cabeça erguida, como sempre o foi em sua vida. Parabenizo-o pelo gesto de absoluta grandeza, que V. Ex^a teve hoje, apresentando suas escusas, suas desculpas, pelo seu envolvimento naqueles lamentáveis fatos da provocação feita contra V. Ex^a na última quinta-feira.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

DESPACHO



12-08-09

Foi oferecida neste Conselho a presente representação contra o Senador Arthur Virgílio, movida pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Ampara-se a presente representação no art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), tendo como substrato fático (a) a autorização irregular dada pelo representado para que servidor ocupante de cargo em comissão em seu gabinete fizesse curso de pós-graduação no exterior; (b) o pagamento pelo Senado Federal do tratamento da genitora de Sua Excelência, em valores supostamente superiores aos limites estabelecidos para a espécie; e (c) o empréstimo feito ao representado pelo então Diretor-Geral da Casa, Agaciel da Silva Maia.

Os três fatos foram reconhecidos pelo representado em pronunciamento feito no Plenário do Senado Federal no dia 29 de junho de 2009, cuja transcrição taquigráfica está anexada ao pedido.

O procedimento disciplinar é, por excelência, atado às normas que o regem. Considerando tratar-se do Poder Legislativo, afigura-se-nos correto afirmar que talvez em nenhuma outra espécie de processo isso seja tão verdadeiro, uma vez que se busca, aqui, o julgamento de um parlamentar por seus Pares, parlamentar esse que foi ungido pela vontade popular e que, por isso mesmo, deve ter asseguradas todas as garantias formais e materiais, a fim de evitar a perseguição arbitrária ao exercício de suas atividades.

Não pode este Conselho ser nem instrumento de ação político-partidária, nem substituir o eleitor em sua decisão soberana como titular do poder, do qual o Congresso Nacional nada mais é do que delegado.



12-08-09
Claudia Lapa Presidente
Secretaria-Geral da Mesa
SL/col.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Não é por outro motivo que o nosso Código de Ética e Decoro Parlamentar faz clara menção à admissão da representação, ato formal que é requisito essencial ao seu seguimento. Estabelece o § 1º do art. 14 do ato:

Art. 14.....

§ 1º Apresentada a representação, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao exame preliminar de sua admissão no prazo de cinco dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:

- I – se faltar legitimidade ao seu autor;
- II – se a denúncia não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;
- III – se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.

.....

A esse dispositivo, conforme prevê o próprio CEDP, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições pertinentes dos Códigos de Processo Penal (CPP) e Civil (CPC). Estabelece o art. 395 da lei processual penal:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- I – for manifestamente inepta;

.....

- III – faltar justa causa para o exercício da ação penal.

.....

Determina, de sua parte, o art. 295 do CPC:

Art. 295. A petição inicial será indeferida:

- I – quando for inepta;

.....



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando:

- I – lhe faltar pedido ou causa de pedir;
- II – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;
- III – o pedido for juridicamente impossível;
- IV – contiver pedidos incompatíveis entre si.

Assim, o aspecto formal inclui, essencialmente, o exame da legitimidade ativa do representante – se se trata de partido político devidamente registrado e com representação no Congresso Nacional e se o signatário do documento tem competência para tal – e do conteúdo da representação, para verificar se não se trata de peça inepta – se contém, de forma adequada, a descrição dos fatos contrários à ética e ao decoro imputados ao parlamentar; a fundamentação jurídica que justifica tanto a abertura do processo disciplinar quanto a aplicação da pena; e o pedido de que o órgão judicante, após constatar a existência dos fatos e a incidência ao caso do fundamento jurídico, aplique a sanção prevista na lei.

Aqui, é importante registrar, em primeiro lugar, que não foi anexado nenhum documento à representação comprovando a legitimidade da signatária para firmar o documento em nome do partido político representante. Trata-se de falha que, nesse momento, relevo, considerando tratar-se de informação que pode ser considerada notória.

No tocante aos demais aspectos referentes ao exame preliminar do pedido, cabe observar que, com relação aos dois últimos fatos citados, a representação não pode ser acolhida pela simples razão de eles não configurarem infração de competência deste Conselho.

No que diz respeito às despesas do tratamento médico da genitora do representado, não era ele o ordenador de despesas nem tinha o poder de autorizar o pagamento, restando-lhe, no máximo, o papel de petionário, no caso. Ora, não há ilicitude em formular um pedido.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Quanto ao empréstimo, não há, igualmente, em princípio, no fato, nenhuma irregularidade ou problema que desborde da relação pessoal. Não há, tampouco, ilicitude em pedir empréstimo a um amigo em uma situação emergencial como a descrita. O caso pode, quando muito, se derivar em procedimento de cobrança, de natureza civil.

Finalmente, no que se refere à liberação irregular do servidor, é preciso registrar, em primeiro lugar, que o fato é inconteste, reconhecido pelo próprio representado em diversos pronunciamentos no Plenário da Casa.

Ocorre que o representado não se limitou a reconhecer a existência do fato e a sua ilicitude. Sua Excelência se dispôs e tomou as providências devidas para ressarcir as despesas respectivas ao Erário.

Ora, já é pacífico, na legislação, na doutrina e na jurisprudência, que, nos casos de crimes tributários, o pagamento do tributo devido extingue a punibilidade. Veja-se, a esse respeito, por exemplo, a decisão do Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* nº 81.929, cujo relator para o acórdão foi o Ministro CEZAR PELUSO:

AÇÃO PENAL. Crime tributário. Tributo. Pagamento após o recebimento da denúncia. Extinção da punibilidade. Decretação. HC concedido de ofício para tal efeito. Aplicação retroativa do art. 9º da Lei federal nº 10.684/03, cc. art. 5º, XL, da CF, e art. 61 do CPP. O pagamento do tributo, a qualquer tempo, ainda que após o recebimento da denúncia, extingue a punibilidade do crime tributário.

Essa interpretação tem sido ampliada pelo Superior Tribunal de Justiça, para também abranger ilícitos que, ainda que não estritamente tributários, tem similaridade e conexão com esses. Vejam-se as seguintes decisões daquela elevada Corte:

HABEAS CORPUS PROCESSUAL PENAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. PAGAMENTO DE PARCELAS DO DÉBITO EFETUADO ANTERIORMENTE À APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL. ORDEM CONCEDIDA.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

1. Esta Corte tem entendimento firme no sentido de que, nos crimes de apropriação indébita previdenciária, o pagamento ou o parcelamento do débito fiscal, antes do recebimento da denúncia, gera a extinção da punibilidade e consequente falta de justa causa para a ação penal.

2. Ordem concedida. (*Habeas Corpus* nº 51.769/GO, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA. DJ de 12/03/2007)

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ESTELIONATO. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL EM CURSO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RESSARCIMENTO DO DANO ANTES DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

1. O trancamento da ação penal pela via de *habeas corpus* justifica-se somente quando verificadas, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria e prova da materialidade.

2. Embora a acusação se amolde, em tese, à descrição contida no art. 171 do CP, não se justifica a continuidade da ação penal, pois além de afastado o dolo, não subsiste a tipicidade material, sem se olvidar, ainda, da jurisprudência do STF, relativa ao crime de descaminho, a qual vem reconhecendo a incidência do art. 20 da Lei nº 10.522/02. Peculiaridade do caso.

3. A diversidade de espécie tributária é irrelevante para o reconhecimento da extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo, desde que realizado antes de recebida a denúncia.

4. Ordem concedida para trancar a ação penal nº 2007.045.000317-9. (*Habeas Corpus* nº 85.524/RJ Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 22/06/2009).

Impõe-se aplicar, por analogia, o mesmo princípio ao caso sob exame, porque desse contexto resulta, quando menos, uma situação que sugere dúvidas, e é preceito universal, de natureza penal, que o magistrado, nesses casos, deve decidir em favor do acusado.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Dessa forma, não é possível a admissão da presente representação no âmbito deste Conselho, uma vez que os fatos nela relatados ou não configuram ilícito ou já têm extinta a sua punibilidade.

Não fazer isso significaria obrigar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a desbordar de seus limites, substituindo o próprio eleitor, a soberania popular, princípio basilar da democracia brasileira, no julgamento político do detentor do mandato eletivo.

Assim, do exposto, inadmito a presente representação, determinando o seu arquivamento por inépcia, nos termos do art. 14, § 1º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, combinado com o art. 395, I e III, do Código de Processo Penal e o art. 295, I e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Sala das Sessões,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Paulo Duque".
Senador PAULO DUQUE
Presidente

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)

PDT/PSOL (9)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Moarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PT-PR)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽¹⁾
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
2. Eleito em 14.07.2009.
3. Designado em 14.07.2009.

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 31/08/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 104/09-GLDEM).

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
3.	
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PT)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP) designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽²⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

*. Incluido o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles**Instalação:** 03/03/2009**MEMBROS**

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Shhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Shhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Shhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres (1,2)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 13.08.2009 (art. 374, V)
PARECER FINAL: 14 a 27.07.2009 (art. 374, VI)

¹Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 177, de 2009, em 24.06.2009.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (38)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
Delcídio Amaral (PT) (36)	2. Renato Casagrande (PSB) (33)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (41)	4. Ideli Salvatti (PT) (39)
Marcelo Crivella (PRB) (40)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Expedito Júnior (PR) (4,28)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (60,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (59,64)	2. Gilvam Borges (PMDB) (58,61)
Gerson Camata (PMDB) (67,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (55)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,54,56)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,53,70)
Pedro Simon (PMDB) (57,69)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
VAGO (68)	7. VAGO (68)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,42)
Efraim Moraes (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (49)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) (45)
Jayme Campos (DEM) (13,47)	6. José Agripino (DEM) (5,51)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (26)
João Tenório (PSDB) (24)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (25,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

PDT

Osmar Dias (20)	1. Jefferson Praia (10,21)
-----------------	----------------------------

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.

34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.

41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.

45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).

53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).

55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).

59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).

64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).

65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).

66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).

68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).

69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).

71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).

72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).

73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).

74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).

75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (33)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (34)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (31)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (28,59,61)	6. VAGO (28)
Renato Casagrande (PSB) (28,60,64)	7. José Nery (PSOL) (28,63,65)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (56,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (52)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (50)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (41)	1. Heráclito Fortes (DEM) (37)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (40)
Efraim Morais (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (20,67)
Eduardo Azeredo (PSDB) (23,66)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (18,69)

Notas:

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.

14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).

15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).

17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.

18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.

20. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).

22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).

27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

28. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).

29. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).

33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

37. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.

45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).

48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).

49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

50. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).

51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).

53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).

55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).

57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).

58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).

59. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).

60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).

61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).

62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).

63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).

64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).

65. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).

66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).

67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).

68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁶⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹¹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁵⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa ⁽⁸⁾	1. Paulo Duque ⁽³⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (39,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,31)
Aloizio Mercadante (PT) (10,33)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (39)	3. Marcelo Crivella (PRB) (30)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,72)
Ideli Salvatti (PT) (39)	5. César Borges (PR) (35,52)
Expedito Júnior (PR) (37,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,32,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (62,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (57,66)
Almeida Lima (PMDB) (59,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (54,64)
Gilvam Borges (PMDB) (60,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,68,78)
Francisco Dornelles (PP) (55,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,65,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,58,69)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,67)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (27,70)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Sérgio Guerra (PSDB) (26,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (29,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,74)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (11,13,22)	1. Flávio Torres (12,23,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).

11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).

12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.

13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).

14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).

16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).

17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).

18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).

20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).

23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.

26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).

28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

29. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

31. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

35. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.

36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.

48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.

49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.

51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.

53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).

54. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).

55. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).

56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).

57. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).

58. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).

59. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).

60. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).

61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).

62. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).

63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).

64. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

65. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

66. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

68. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

69. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).

72. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).

73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).

74. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).

75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).

76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).

77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).

78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (73,74)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) (36)	1. João Pedro (PT) (1,34)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. Ideli Salvatti (PT) (31)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,48,66)	4. José Nery (PSOL) (37)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (35,67)
Marina Silva (PT) (32)	6. João Ribeiro (PR) (35,71)
Expedito Júnior (PR) (38)	7. VAGO (35)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (57)	1. Romero Jucá (PMDB) (63)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,58,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (63)
Gilvam Borges (PMDB) (55)	3. Pedro Simon (PMDB) (63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)	4. Neuto De Conto (PMDB) (59)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (56)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,62)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,64)
VAGO (54,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,50)	1. Gilberto Goellner (DEM) (44)
Marco Maciel (DEM) (39)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Jayme Campos (DEM) (42)
Heráclito Fortes (DEM) (46)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,40)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,41)
Adelmir Santana (DEM) (47)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,49)
Alvaro Dias (PSDB) (27)	7. VAGO (24,69,75)
Cícero Lucena (PSDB) (28)	8. Marconi Perillo (PSDB) (22)
Eduardo Azeredo (PSDB) (29,68,73,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (25)
Marisa Serrano (PSDB) (23)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,52)	1. João Vicente Claudino (52)
Romeu Tuma (52)	2. Mozarildo Cavalcanti (52)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.

39. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.

43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

44. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

48. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).

49. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

52. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).

53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).

55. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).

56. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).

57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).

58. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).

59. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).

60. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).

61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).

63. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).

64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).

65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).

67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).

68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).

69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).

70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).

72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).

73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (4)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (3)	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) (19)	1. João Pedro (PT) (22)
Fátima Cleide (PT) (19)	2. Serys Slhessarenko (PT) (21)
Paulo Paim (PT) (19)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,20,30)
Aloizio Mercadante (PT) (2,23,48,49)	4. Marina Silva (PT) (20,45)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (20,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (39,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (41)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (37)
Gilvam Borges (PMDB) (36)	4. Mão Santa (PMDB) (33)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,42)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (34)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (25)	2. Jayme Campos (DEM) (32)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (31)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) (16)	5. VAGO (18,47)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (16)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

- Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
- Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,9)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,4,7)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹⁰⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹²⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹³⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹¹⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
José Nery (PSOL)	1. Flávio Arns (PT) 2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. Flávio Arns (PT) (38,68)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43,75)	2. Marina Silva (PT) (46)
João Ribeiro (PR) (45,71)	3. Renato Casagrande (PSB) (42,74)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (39)
Tião Viana (PT) (44,54,69)	5. Augusto Botelho (PT) (22,40,49,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,63)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,72,73)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (37,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (33)
Eduardo Azeredo (PSDB) (37)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,36,70)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (34)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Flávio Torres (32,59,81,82)	1. Cristovam Buarque (20,31,60)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).

14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).

15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.

16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).

17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).

18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).

21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).

22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).

23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).

25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).

27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).

29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).

31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.

32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).

33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.

37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).

38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).

49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.

51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.

54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.

55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).

60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).

61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).

62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).

63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).

64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).

65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).

66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).

67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).

68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).

69. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).

70. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).

71. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).

72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

73. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).

75. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).

76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).

77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA N° 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).

79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).

80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).

81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (21)	1. Marina Silva (PT) (17)
Delcídio Amaral (PT) (21,32,55)	2. Paulo Paim (PT) (19,32,58)
Ideli Salvatti (PT) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (24)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. Expedito Júnior (PR) (20)
Fátima Cleide (PT) (16)	5. Eduardo Suplicy (PT) (23)
João Ribeiro (PR) (25)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (53,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,46)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	2. Lobão Filho (PMDB) (30,51)
Paulo Duque (PMDB) (47)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PMDB) (5,9,43)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (48,56)	5. VAGO (49,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)	6. Almeida Lima (PMDB) (52,60,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (26)
Eliseu Resende (DEM) (27)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (33)
Jayme Campos (DEM) (34)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (28)
Kátia Abreu (DEM) (7,35)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,31)
Mário Couto (PSDB) (41,62)	6. Cícero Lucena (PSDB) (13)
João Tenório (PSDB) (42,57)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,59)
Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	8. Alvaro Dias (PSDB) (13,61)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
26. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
32. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).

45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).

49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).

50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).

51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).

52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).

53. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).

55. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).

56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).

57. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).

58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).

59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).

60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).

62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).

63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).

64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)
Valter Pereira (PMDB) (1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (17)	1. Paulo Paim (PT) (17)
João Pedro (PT) (21)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (22,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) (23)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (20,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,37,40)	1. Romero Jucá (PMDB) (36,38)
Neuto De Conto (PMDB) (41,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) (34,43)
Gerson Camata (PMDB) (35,39)	3. Renan Calheiros (PMDB) (42,48)
Valter Pereira (PMDB) (45,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (44,47)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,30)
Raimundo Colombo (DEM) (26)	2. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (25)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,33)	4. José Agripino (DEM) (29)
VAGO (15,53)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (16)
Mário Couto (PSDB) (14)	6. João Tenório (PSDB) (12)
Marisa Serrano (PSDB) (12)	7. Marconi Perillo (PSDB) (13)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,24)	1. Sérgio Zambiasi (24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
- Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
- Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
- Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
13. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).

48. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).

50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).

51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).

53. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.

54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PT) (19)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,45)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (36)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) (34,44)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,24)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,31)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,42)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (23)	1. Fernando Collor (23)
PDT	
Flávio Torres (13,33,50,51)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Moraes é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

44. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).

45. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).

48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).

49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾**1^a Eleição Geral:** 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005**2^a Eleição Geral:** 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007**3^a Eleição Geral:** 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009**4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)		
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)		2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maoria (PMDB, PP)		
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PMDB-PI)
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4. Lobão Filho (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)		
Demóstenes Torres (DEM-GO)		1. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)		2. Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
Eliseu Resende (DEM-MG)		3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marisa Serrano (PSDB-MS)		4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)		5.
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
PDT		
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)		
Romeu Tuma (PTB/SP)		

Atualização: 05/08/2009**Notas:**

- O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
- Eleito na 1^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
- O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
- Eleito na 2^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽³⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTBVAGO ⁽¹⁾**PDT**Flávio Torres (CE) ⁽⁴⁾**PR**

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 07/08/2009**Notas:**

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 286 PÁGINAS